



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALEXANDRE WELLINGTON DOS SANTOS SILVA

A POBREZA URBANA EM PARNAÍBA, PIAUÍ (1890-1920)

FORTALEZA-CE

2018

ALEXANDRE WELLINGTON DOS SANTOS SILVA

A POBREZA URBANA EM PARNAÍBA, PIAUÍ (1890-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migrações.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

Fortaleza-CE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S578p Silva, Alexandre Wellington dos Santos.
A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890-1920) / Alexandre Wellington dos Santos Silva. – 2018.
259 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

1. Cidade de Parnaíba, Piauí. 2. História Social da Pobreza. I. Título.

CDD 900

ALEXANDRE WELLINGTON DOS SANTOS SILVA

A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migrações.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Para Nicolás e Carolina.

Agradecimentos

À minha mãe e meu pai, Marlene e Armando, pelos sacrifícios pessoais que me trouxeram até aqui. Vocês são para mim, exemplo permanente de força, persistência e alegria, que tento, dentro das minhas capacidades, replicar por onde ando.

Às minhas irmãs, Amanda e Ana Tereza, pelo constante apoio nessa empreitada. Minhas preocupações pessoais durante o percurso desse trabalho foram em muito minoradas por conta do perene amparo.

À Fernanda, amor da minha vida, minha esposa, minha companheira, com a qual a vida toma sentido e se enche de amor e alegrias. Agradeço a vasta paciência diante de faltas decorrentes da necessidade de acabar – ou iniciar – um capítulo deste trabalho. Prometo dormir cedo a partir de agora.

Aos meus filhos, Nicolás, que tanto amo, minha fonte de inspiração para ser uma pessoa melhor – e que agora, finalmente, verá o fim do “livro que nunca acaba de ser escrito”, e à filha que vem, a já tão esperada e amada Carolina.

Aos cunhados, André e Flávia, e aos sogros, Seu Assis e Dona Carminha, pelos cuidados com Nicolás e Fernanda, quando me ausentava por conta de alguma obrigação do mestrado.

Aos amigos de Fortaleza, Macarrão, Priscila, Nestorzinho, Ellen, Camile, Mapô, Larisse, Israel, Iara, Nicolle, Luiz, Raphael, e tantos outros, que tornaram a vida mais amena em uma cidade desconhecida; “aqueles que estão unidos por um corpo vivo de pensamento, por uma vontade e uma grande paixão em comum, são verdadeiramente irmãos, mesmo que eles próprios não percebam isso”.

Aos colegas de mestrado, por dividirem aflições e distribuírem solidariedade, presencialmente, ou pelo “fugindo da ratoeira”. No fim das contas, e apesar das angústias, todos nós sobrevive(re)mos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pela partilha de práticas e conhecimentos, que muito acrescentaram para meu entendimento do que é ser um pesquisador.

À Adelaide Gonçalves, minha orientadora, que tanto me ensinou durante o processo de orientação, e que tem minha profunda admiração por conta de sua dedicação e sensibilidade para com a leitura, os livros, e as pessoas.

Aos funcionários de acervos e bibliotecas visitadas, que com grande prestatividade, garantiram a infraestrutura da presente pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro, tornando possível a realização deste trabalho.

“Parnaíba era, por essa época, uma das muitas cidades saturninas do Norte, que geram os filhos e os devoram. Dezenas de moços tomavam, cada ano, o rumo da Amazônia, onde iam ser pasto das febres nos seringais recém-descobertos. E os que não partiam eram forçados a viver na indolência, aguardando, com simulada esperança, uma vaga humilde em alguma casa comercial, ou a mudança política para conquista de um magro lugar na Intendência do Município ou na Coletoria do Estado. Produzindo maior quantidade de material humano do que requeriam, as necessidades do consumo, o excedente da produção tinha logicamente, que apodrecer na ociosidade”.

Humberto de Campos

Resumo

A presente dissertação estuda as “artes da resistência” dos pobres na cidade de Parnaíba, Piauí, entre os anos de 1890 a 1920. No primeiro capítulo, abordamos dimensões da história de Parnaíba, quando se percebe a busca por um padrão de cidade inspirado no modelo urbano europeu, traduzido nas obras de “infraestrutura do progresso”, situando aí tensões entre os dominantes e os subalternos. O segundo capítulo discute o cotidiano e a moradia dos pobres na busca da sobrevivência nos arrabaldes insalubres da cidade, um “labirinto de palhoças e casebres”, por vezes alcançado pelas cheias do rio Igarçu. O terceiro capítulo situa socialmente a doença e os modos de isolamento, demonstrando que determinadas enfermidades acometiam uma parcela específica da sociedade parnaibana: os trabalhadores pobres. Para tal, consideramos essencial compreender o discurso higienista, consoante às teorias vigentes no período. O quarto capítulo estuda as práticas de instrução aos pobres em Parnaíba, em torno do combate ao analfabetismo e ao desejo de corrigir posturas destoantes ao ideário do progresso e da modernidade. São escolas públicas ou particulares, onde o professor se esforça para ensinar, geralmente em algum precário cômodo de sua própria casa. São escolas católicas, onde se predica o temor a Deus. São as escolas noturnas das Associações mutualistas, onde ensinam ofícios vários e os princípios da moral operária. É na Escola de Aprendizes Marinheiros, onde a promessa de vida melhor se desfaz ante sua precariedade e a rígida disciplina militar. No quinto capítulo são analisadas as festas populares, cívicas e religiosas, o carnaval e o futebol em Parnaíba, momentos em que os trabalhadores pobres festejam nas novenas, nos batuques, ou quando o time do bairro vence o “jogo de bola”, despertando quase sempre o olhar vigilante e moralizador das diversas instâncias de poder e controle.

Palavras-chave: Cidade de Parnaíba, Piauí; História Social da Pobreza.

Abstract

This dissertation analyzes the “arts of resistance” of the poor people in Parnaíba city, Piauí, between 1890 and 1920. In the first chapter we broach dimensions of Parnaíba’s history, in which we can observe the search for a city pattern inspired by the European urban model, translated in the works of “infrastructure of progress”, placing tensions between the dominant and subaltern ones. In the second chapter we discuss the daily life and housing of the poor people in their quest for survival in insanitary suburbs, a “labyrinth of huts and hovels”, sometimes reached by the Igarapu River floods. The third chapter socially situates the disease and methods of isolation, demonstrating that certain diseases affected a specific part of the Parnaiban society: the working poor. For this, we consider essential to understand the hygienist discourse, according to theories from that period. The fourth chapter observes instruction practices for poor people in Parnaíba and the struggle against illiteracy and the desire to correct positions that are unfavorable to the idea of progress and modernity. These are public or private schools where teachers strive to teach, usually in some precarious room of their own house. They are Catholic schools where fear of God is preached. They are night schools of the Mutualistic Associations, where they teach many trades and principles of the worker’s morals. It is in the School of Marine Apprentices where the promise of a better life is dissolved by its precariousness and rigid military discipline. In the fifth chapter we analyze the popular, civic and religious festivities, carnival and football in Parnaíba, those moments when the poor workers celebrate in novenas, drumming, or when the neighborhood team wins the “ball game”, almost always awakening the watchful and moralizing look of the many instances of power and control.

Keywords: City of Parnaíba, Piauí; Social History of Poverty.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Caricatura na Revista O Malho (1912)	55
Figura 2: Vapor Christino Cruz (1913)	59
Figura 3: Balsa do rio São Francisco (2005)	67
Figura 4: Balsa do rio Parnaíba (1942).....	67
Figura 5: Aspecto das obras do Porto em Parnahyba (1913)	71
Figura 6: Desembarque de uma locomotiva no Porto de Amarração, Piauí (1918).....	84
Figura 7: Fachada principal do Mercado Publico da Cidade de Parnahyba (1910)	93
Figura 8: Estado do Piauhhy - Mercado publico da cidade da Parnahyba (1910).....	115
Figura 9: Planta do Lazareto de Amarração (1884)	131
Figura 10: Prédio da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (1914)	143
Figura 11: Presos na cadeia pública (1913).....	157
Figura 12: Policiais em Parnaíba (1913)	158
Figura 13: “Escola privada em São Raimundo Nonato (PI). Maio de 1912”	173
Figura 14: Fachada principal da Escola de Aprendizes Marinheiros em Parnaíba.	179
Figura 15: Parnahyba (Piauhhy) - Escola de Aprendizes Marinheiros (1918).....	179
Figura 16: Colégio Nossa Senhora das Graças. Parnaíba-PI (1913)	186
Figura 17: Cena do carnaval em Parnaíba (1918)	214
Figura 18: Arquibancada do Parnahyba Sport Club (1920)	224

Lista de Tabelas

Tabela 1: Impacto da exportação piauiense na economia brasileira (1909).....	36
Tabela 2: Eleições em Parnaíba - Por ano e número de eleitores (1905-1911).....	48
Tabela 3: Lista de materiais e orçamento para o Lazareto de Amarração (1844).....	132
Tabela 4: Receita gerada pela Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (1918-1920)	145
Tabela 5: Distribuição por ocupação dos presos em Parnaíba (1906-1918)	155
Tabela 6: Estatística dos crimes cometidos em Parnaíba (1906-1918)	162
Tabela 7: Nível de instrução dos presos em Parnaíba (1906-1918)	166
Tabela 8: Estatística do letramento em Parnaíba por idade e sexo (1920).....	170
Tabela 9: Itens solicitados ao Diretor de Instrução Pública de Parnaíba (1906).....	172

Lista de Mapas

Mapa 1: O Piauí em 1912	42
-------------------------------	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACP – Associação Comercial de Parnaíba

APPI – Arquivo Público do Estado do Piauí

IHGGP – Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SESC – Serviço Social do Comércio

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPI – Universidade Federal do Piauí

Sumário

1. INTRODUÇÃO	17
2. PARNAHYBA DOS POBRES: uma cidade vivida.....	29
2.1. O estabelecimento de um rústico povoado	29
2.2. Sertanejos transformados em maníobeiros	35
2.3. (Des)caminhos da república: o domínio privado da política	45
2.4. “a luta aqui era pelo progresso”	55
2.5. “para amparar os direitos da classe”: O apoio mútuo e as lutas sobre o tempo de trabalho.....	58
2.6. O embelezamento da cidade e as marcas da segregação dos pobres	63
3. A PRECARIEDADE DO VIVER E DO MORAR.....	69
3.1. As engrenagens da “infraestrutura do progresso” e os retirantes das secas	70
3.2. Mendigos, vadios e ociosos: entre a esmola e a repressão.....	85
3.3. “uma enorme cinta de palhoças e casebres”: constituindo uma “zona de refúgio”	90
3.4. O cotidiano dos pobres e o rio Igarapu	95
3.5. morar nos arrabaldes: um desafio à norma e ao controle	99
3.6. Nas vilas operárias uma história de conflitos e embates.....	104
3.7. A rua e a casa: o discurso higienista e o estigma	105
4. “É PERIGOSO PARA O PALÁCIO DEIXAR QUE A PESTE INVADA AS TAPERAS”	119
4.1. Os variolosos nos “bairros de má fama” e a desconfiança do povo nas medidas “de severa precaução”.....	123
4.2. O Lazareto: remover, isolar e confinar “os variolosos indigentes”	127
4.3. A malária e a terapêutica das “receitas milagrosas”.....	137
4.4. A Santa Casa de Misericórdia, o imposto da caridade e o cemitério da igualdade: distinção de classe na doença e na morte.....	142
4.5. O alcoolismo “entumescendo as veias e exaltando os sentidos”: prescrição e vigilância.....	148
4.6. A cadeia pública: “punir e corrigir o pobre, defender a boa sociedade e isolar o malfeitor”	154
5. MORALIZAR E MODELAR PELA INSTRUÇÃO: na escola, a forja do bom trabalhador	164
5.1. As iniciativas privadas e públicas de ensino.....	165

5.2. Um retrato da instrução para as “creanças maltrapilhas, descalças e sem livros”.....	170
5.3. A Escola de Aprendizes Marinheiros: adestramento e disciplina aos meninos pobres	177
5.4. “instruem as criancinhas nas letras e as ensinam a orar”	182
5.5. Artes e ofícios, ler, escrever e contar: a união dos artistas e as escolas noturnas.....	187

6. FESTEJOS CÍVICOS, FESTEJOS POPULARES, CARNAVAL E FUTEBOL.....192

6.1. Na Dança de São Gonçalo, as orações e promessas às almas do purgatório.....	193
6.2. As festas religiosas: a Sexta-feira da Paixão e “o jejum à custa alheia”, o Natal e a ceia dos pobres	196
6.3. As festividades do calendário cívico: os ritos e as comemorações.....	200
6.4. A festa do progresso na inauguração da locomotiva e o sarau popular, a “esquisitice das danças” e as brincadeiras com o “demônio de ferro”	203
6.5. O carnaval na fantasia de salão das “formosas senhoritas” e nas brincadeiras de rua do povo	211
6.6. “Na Parnahyba, futebol é alguma couza a mais”	215

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....227

REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

O interesse por este campo de estudos e pesquisas inicia-se em meados de 2013, quando estudante na Licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, folheando um livro sobre a imprensa sindical do início do século XX, localizo três jornais operários que circularam em Parnaíba. Em busca destes jornais localizo *O Artista (Orgam de propaganda da Sociedade União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba)*, de 1919 a 1922, e deste, uma edição em quatro páginas; o que aumentaria o desejo por conhecer a vida e as experiências dos “invisíveis” que produziam as riquezas materiais na época a que muitos saudosistas – quase sempre netos e bisnetos da elite comercial daquela época – nomeiam “período de ouro” da cidade de Parnaíba.

A partir de então, se iniciam os procedimentos de investigação, sistematizados em um Projeto de Pesquisa voltado ao estudo dos Mundos do Trabalho em Parnaíba na primeira metade do Século XX, intitulado “FACES do Mundo do Trabalho em Parnaíba: Perfis, Mobilização e Cotidiano. 1890-1937”, e coordenado pelo professor Edson Holanda Lima Barboza. Uma vez inédita em Parnaíba, a pesquisa exigiu esforços para rastrear fontes dispersas. Foram localizados jornais, relatórios, censos, crônicas, biografias e almanaques, que auxiliaram na realização de diversos estudos.

Foi também neste período que uma rede de contatos entre pesquisadores de graduação e pós-graduação em Mundos do Trabalho no Piauí, onde fontes, referências bibliográficas, métodos e teorias eram compartilhados de forma variada, possibilitando, no ano de 2014, a criação da plataforma “Mundos do Trabalho - Piauí”, contando hoje com um acervo de documentos e pesquisas, frequentemente é atualizado. Outro desdobramento dessa rede foi a criação, em 2015, da Revista Piauiense de História Social e do Trabalho, periódico semestral vinculado à Plataforma, tendo como objetivo facilitar a difusão de pesquisas.

Ainda em 2015, apresento a Monografia, “Um Punhado de Humildes Operários: Percepções, conflitos e sociabilidades urbanas na visão dos trabalhadores

parnaibanos através do jornal *O Artista* (1919-1922)”, orientada pelo professor Yuri Holanda da Nóbrega, discutindo as representações de Parnaíba pelos trabalhadores, através do jornal *O Artista*, impresso e distribuído pela “União Progressista”.

Em 2016, seguem os estudos de Pós-Graduação, com o ingresso no Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará. Neste período, cursei as disciplinas do Programa realizando novas leituras, o que colaborou decisivamente para o trabalho em relação à análise das fontes da pesquisa. Ao mesmo tempo, participei do Grupo de Estudos “Seca, Cultura e Movimentos Sociais”, coordenado pelo professor Frederico de Castro Neves, adensando a qualidade dos estudos no mestrado, e em particular ampliando as leituras em torno da História Social da Pobreza, campo no qual esta dissertação se inscreve.

Nossa atenção de pesquisa se volta a vida dos trabalhadores pobres, marginalizados, presidiários, prostitutas e suburbanos; assim como ao estudo de determinadas experiências de trabalho vivenciadas através de ofícios ou ocupações fixas, e a vivência associativa nas sociedades mutualistas do período. As leituras referidas e a incorporação de novas fontes nesta pesquisa desejam, à maneira da reflexão de Tânia de Luca, trazer “ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência”¹ possibilitando construir argumentos sobre as experiências diversas dos pobres na cidade de Parnaíba, no período entre 1895 a 1920. Nossa proposta de estudo busca mapear as vivências dos pobres no meio urbano entre estes anos, período onde a dinamização do comércio de exportação permitiu a intensificação da atividade econômica e investimentos públicos na cidade de Parnaíba, como a construção de estradas, edifícios públicos, praças, igrejas, dentre outros.

Ao longo dos estudos, a leitura de significativas obras que se inserem neste campo “contribuíram para questionar as visões parciais e excessivamente otimistas que viam nos séculos modernos a história de um progresso quase ininterrupto rumo a consolidação da economia capitalista”², e algumas delas aqui destacadas de modo sumário. É o caso de *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*, de Stella

¹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 112-113.

² PERUGA, Mónica Bolufer. Entre Historia Social e Historia Cultural: la historiografia sobre pobreza y caridad en la epoca moderna. **Historia Social**. Valencia-ESP: Fundacion Instituto de Historia Social. Ano 14, n. 43, 2002, p. 106. (Tradução nossa).

Bresciani. Nela, a autora utiliza-se de diversas fontes produzidas por “literatos, investigadores sociais, médicos e administradores”³ para tecer sua análise sobre os pobres que viviam na Inglaterra e França do século XIX. Sua pesquisa demonstra como a coletividade dos pobres na cidade – a multidão – era retratada em Londres e Paris, entrando, quase sempre, em choque com o ideário da modernidade desde o início da Revolução Industrial e produzindo entre as elites sentimentos de medo e repulsa diante da massa de trabalhadores pobres que transitavam no espaço urbano.

Sobre a história dos pobres no Brasil, destaco a obra de José Roberto do Amaral Lapa. Seus livros, *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)* e *A Cidade - Os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*, resultantes de ampla pesquisa sobre a cidade de Campinas, apoiam metodologicamente nosso trabalho.

No primeiro, Amaral Lapa estuda as peculiaridades da experiência dos trabalhadores pobres livres e dos escravizados, percebendo “dois universos, que então se confundiam”. Este estudo dos pobres mapeia as “subcategorias no interior do segmento considerado pobre”⁴, analisando também o controle social via instrumentos da filantropia e do assistencialismo, formas ativadas seja pelos programas político-administrativos, eclesiásticos ou patronais. No segundo, o autor situa a cidade de Campinas como campo de disputa da modernidade, onde seus atores travam combates na interpretação e ação nos espaços públicos e privados, produzindo assim um jogo na busca por ocultar o que não correspondia ao modelo conceitual de “moderno”, e por outro lado, a tentativa dos pobres em sobreviver no espaço urbano.

A densa pesquisa de June E. Hahner, em *Pobreza e Política – Os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*, contribuiu centralmente para definir determinados eixos de nossa pesquisa. Seu estudo examina as relações políticas e sociais no Império e no início da República, analisando o cotidiano dos pobres no Rio de Janeiro e em São Paulo, demonstrando suas articulações e as disputas entre patrões e trabalhadores pela tutela da ação política das classes populares. Essa ação no cotidiano nos dá condições

³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 09.

⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008, p. 16.

para compreender que os subalternos “participavam ativamente na formação de seus próprios destinos”⁵.

Da mesma forma, o estudo de Sandra Pesavento realizado no Rio Grande do Sul em *Os pobres da cidade: Vida e trabalho (1880-1920)*, influenciou os caminhos desta pesquisa, principalmente em sua análise sobre as condições de vida dos subalternos na cidade, tentando “buscar os atores sociais em instâncias não apenas operário-fabris, mas em todo o lugar onde as classes subalternas ou populares, livres e proletarizadas, possam encontrar espaço de atuação”⁶.

Em *Cotidiano e sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*, Maria Inez Machado Borges Pinto se propõe a estudar o trabalho informal e flutuante na cidade de São Paulo, observando seus desdobramentos além das questões econômicas, como a prática destes trabalhadores pobres, sua moradia, modos de vida, condições sanitárias, dentre outros, anotando “o convívio num espaço urbano, contíguo e mal consolidado de classes trabalhadoras constituídas por ex-escravos negros e por massas de imigrantes estrangeiros”⁷.

Acerca dos estudos da pobreza no Piauí, podemos citar a pesquisa de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, em *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Nela, a autora dedicou-se a entender “como vivia o homem pobre na cidade de Teresina”, e “como a sociedade via e agia frente ao comportamento da pobreza e de suas mazelas”⁸. Nesse duplo jogo de poder, onde os pobres agiam na realidade e *sofriam a ação* das forças públicas, religiosas e filantrópicas, seu estudo nos ajuda a discutir a prática dos trabalhadores pobres no Piauí no recorte temporal trabalhado nessa pesquisa.

Contribui ainda para o estudo da pobreza no Piauí a dissertação de Josenias dos Santos Silva, *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-*

⁵ HAHNER, June E. **Pobreza e política**: Os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: EdUnB. 1993, p. 11.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 26.

⁷ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. Editora da USP, 1994, p. 17.

⁸ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 13.

1950)⁹. Neste estudo, que se localiza temporalmente entre os anos de 1930 a 1950 na cidade de Parnaíba, o autor se utiliza das fontes para pensar as práticas e o dia-a-dia da gente simples na cidade, confrontando essa realidade com a expectativa criada com o desenvolvimento de determinadas estruturas de poder que configuram uma incipiente *belle époque* na cidade.

Na mesma seara, a tese de Francisco Gleison Monteiro, “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888), também nos auxilia a pensar a pobreza no Piauí no meado do século XIX. A pesquisa, que tem por objetivo “analisar a trajetória dos homens livres pobres em meio a sociedade escravocrata na Província do Piauí”¹⁰, nos ajuda a compreender que as “práticas possíveis” dos subalternos perpassam as temporalidades e atravessam fronteiras, reproduzindo experiências vividas em coletivo, produzindo, por sua vez, estratégias de sobrevivência dos pobres.

A peculiaridade dos citados estudos é a ênfase à experiência dos pobres. Essa forma de interpretar o mundo possibilita situar estes trabalhadores pobres afastados das definições cristalizadas, que por vezes não operam na análise material da vida e do cotidiano das classes subalternas. Sob esse prisma, é possível realizar críticas ao modelo idealizado da modernidade e ampliar nossa perspectiva acerca do que se define como *ação política*. Nosso esforço de pesquisa se centra na tentativa de analisar as fontes, consoante os aportes metodológicos que nos ajudem a melhor compreender as múltiplas dimensões da vida e das práticas dos pobres na cidade de Parnaíba.

A renovação historiográfica trouxe novos métodos e perspectivas à pesquisa em História: “O abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, (...) e a verdadeira revolução copernicana efetuada por Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo”¹¹. Para a história da pobreza – e para a História Social em geral – a pesquisa documental requer do Historiador Social “ler os testemunhos históricos a contrapelo

⁹ SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da *belle époque***: cotidiano e pobreza (1930-1950). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

¹⁰ MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

¹¹ LUCA, *op. cit.*, 2008, p. 112.

(...), contra as intenções de quem os produziu”¹². Isso significa que o esforço aqui realizado leva em devida consideração as lições metodológicas inerentes ao trabalho historiográfico, e também a identificação das “zonas opacas”, ou “rastros” da experiência dos pobres na cidade.

Neste passo, o debate historiográfico desde meados do século XX possibilitou a ampliação conceitual acerca das fontes. De destaque, é a reflexão acerca das fontes hemerográficas, embora não implicando “o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”¹³. O que seria significativamente alterado com a compreensão do periodismo e suas práticas correlatas como “um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”¹⁴. Além disso, é preciso considerar que a vida na cidade envolvia novas sociabilidades que podem ser percebidas através das fontes impressas acrescidas de significados na primeira metade do século XX. Assim,

o novo cenário citadino do início do século XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, de bairros e da História dos, nos e por meio dos periódicos destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até os grandes matutinos e as revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava¹⁵.

Em Parnaíba, assim como em outras cidades do país, os jornais eram escassos. Humberto de Campos¹⁶ relata tal carência na circulação de impressos nos fins do século XIX; segundo ele, estes eram publicados quando “se aproximava uma eleição federal, ou de governador, ou se previa uma cisão política em algum dos grupos tradicionais”. Nesse período então “desempoeirava-se um dos dois prelos sexagenários que dormiam em algum recanto do armazém de couros, e surgia um quinzenário de

¹² GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, Falso, Fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

¹³ LUCA, 2008, *op. cit.*, p. 112.

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980, p. 19.

¹⁵ LUCA, 2008, *op. cit.*, p. 120-121.

¹⁶ Humberto de Campos (1886-1934), escritor, jornalista e político, membro da Academia Brasileira de Letras, nasceu em Miritiba-PA (hoje Humberto de Campos em sua homenagem). Residiu em Parnaíba entre os anos de 1895 a 1901.

quatro páginas quase apagadas (...)”¹⁷. Por conta disso, “os jornais surgiam e desapareciam, conforme as conveniências do momento”¹⁸.

Migrando de Miritiba, no Pará, após a morte do pai, com sua irmã, tias e sua mãe, o jovem Humberto de Campos trabalhou em uma tipografia na cidade de Parnaíba nos anos de 1899. Segundo ele, “o material tipográfico era antiquíssimo. Os tipos, que vinham trabalhando desde a Monarquia em diversos jornais parnaibanos, achavam-se já tão gastos que haviam letras quase indiferençáveis”. Além disso, por vezes os jornais atrasavam a data de circulação: “Não raro, quando ele circulava anunciando que um assinante se achava enfermo, este já se encontrava, há quase uma semana, debaixo da terra”¹⁹.

Percebe-se também que o jornal não se configura apenas como um suporte de escrita e leitura, ou um meio de comunicação; era o veículo de ideias de um grupo específico em sua maioria composto por setores da elite, geralmente produto (e produtor) de rivalidades entre as facções políticas, pois no Piauí a prática jornalística era quase sempre “reservada apenas àqueles que possuíam prestígio social, intelectual ou político”²⁰.

O periodismo fazia parte do ideário de progresso da época. Em Parnaíba, se deu circulação de jornais chegados de outras praças, e logo se percebem as iniciativas pela instalação de uma imprensa local. É o que se vê na primeira edição do jornal *Nortista*²¹, editado no ano de 1901: “As sociedades hodiernas será feito talvez prescindirem das innumeras maravilhas que os progressos da sciencia e da industria têm espargido na senda luminosa da civilização; Não conseguirão ellas, porém, de certo, subsistir sem o livro precioso da imprensa (...)”. Celso Pinheiro Filho defende que o surgimento da imprensa piauiense (e parnaibana em específico) se deu devido ao “elevado nível intelectual de sua elite”, que “exigia que tivesse imprensa própria”²². Em nosso estudo, entendemos adequado perceber que “(...) a imprensa se impôs como uma força política (...). Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções

¹⁷ CAMPOS, Humberto de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Editora Opus Ltda, 1982, p. 267.

¹⁸ PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodiaco Editora, 1997, p. 106.

¹⁹ CAMPOS, *op. cit.*, 1982, p. 359.

²⁰ SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Teresina: Associação Piauiense de Letras, 2001, p. 46.

²¹ **Nortista**. Parnaíba-PI. 01 de Janeiro de 1901. Ano I, n. 01, p. 01.

²² PINHEIRO FILHO, 1997, *op. cit.*, p. 106.

entre o domínio das consciências e a liberdade (...)”²³, como no estudo de Maria Helena Capelato.

Nossa pesquisa recorreu ao acervo de diversas instituições em busca de fontes de variada tipologia, o que acrescentou um novo aprendizado em nosso percurso metodológico, como indicado aqui de modo sumário. No Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP) foi a primeira instituição visitada com o objetivo de construir nossa pesquisa. Situado no centro da cidade de Parnaíba (Rua Duque de Caxias, 618) em local conhecido como Sobrado de Dona Auta, recebendo esse nome em homenagem à primeira esposa do Coronel Francisco José Castelo Branco. Ali, além de ter sido casa residencial, funcionou a Capitania dos Portos, foi sede do Banco do Brasil, servindo também como Grupo Escolar Miranda Ozório, hoje albergando o Instituto. Ali, localizamos algumas edições do *Almanak da Parnaíba*, diversos artefatos materiais (moedas, vitrolas, telefones, dentre outros) que permitem pensar tais objetos em relação à vida urbana, além de fontes bibliográficas concernentes a história de Parnaíba. Consultamos também o acervo documental da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, onde além de livros de registro de entrada e saída dos pacientes (desde sua fundação, em 1896, até o presente), localizamos o livro de atas de reunião da diretoria, o que contribuiu sobremaneira para pensar as formas da filantropia e assistência aos doentes, em fins do século XIX e inícios do século XX. Ainda em Parnaíba, localizamos no acervo documental da Associação Comercial de Parnaíba (ACP), suas atas desde sua fundação em 1917. Sua biblioteca preserva alguns títulos de difícil acesso e em especial os livros da lavra dos memorialistas.

Em Teresina, pesquisamos no Arquivo Público do Estado do Piauí (APPI), onde localizamos, entre outros documentos: *O Livro de Grau do rol dos culpados que praticaram crime em todo o Estado*, que registra as prisões ocorridas em todo o Piauí, entre os anos de 1906 a 1918; *Planta do lazareto de Amarração*, de 1884; *Estatuto da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba* (1922); as coleções de periódicos de Parnaíba: *Tribuna*, de 1918, e *A Semana*, de 1917. Além destes, incorporamos ao presente estudo outras fontes ali consultadas: registros policiais, documentos relativos à vida escolar, registros da inspetoria de saúde e higiene do porto; assim como uma bibliografia de apoio à pesquisa. Na Coordenação de Registro e Conservação da Fundação Cultural do

²³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 13.

Piauí, (CRC-FUNDAC), localizamos a publicação em fac-símile do *Album Artistico Comercial do Piauhy*, ampliando nossa observação sobre os estabelecimentos comerciais do Estado e certas dimensões da vida cotidiana e do trabalho na cidade de Parnaíba. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Piauí (IPHAN), na tentativa de localizar plantas, mapas e demais informações que nos ajudassem a melhor compreender a dimensão urbana e as remodelações em Parnaíba, incorporamos ao rol de leituras: *Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba*; contendo informações sobre o processo de tombamento da cidade de Parnaíba e seu patrimônio arquitetônico. Por fim, no Núcleo de Pesquisa em Memória (NUPEM), que “reúne professores universitários, estudantes de graduação em História e membros externos (pesquisadores desvinculados de alguma instituição) com o intuito de conservar e digitalizar documentos históricos”, localizamos significativa quantidade de documentos digitalizados: 39 periódicos e 07 almanaques de diferentes localidades do Piauí e diversos períodos do século XIX e século XX.

Várias Bibliotecas (e livrarias) em Parnaíba, Teresina e Fortaleza foram o abrigo seguro em busca de livros e autores, cujos ensinamentos nos ajudaram a definir o percurso da investigação.

Além dos suportes físicos referidos, cumpre destacar os acervos digitalizados – jornais, revistas, livros, anuários, boletins, fotografias, recenseamentos, almanaques, mapas e diversos documentos oficiais – na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional e nas demais plataformas virtuais referidas neste trabalho.

Estas fontes nos ajudaram a pensar os eixos da pesquisa: a pobreza, a insalubridade do trabalho e da moradia, as festividades, a precariedade da educação e da saúde, a vigilância do Estado; todas elas auxiliam no entendimento do processo onde uma massa de pobres é constituída no espaço urbano. Circulam sem ser notados. Subsistem quase sem assistência, excetuando pelo insuficiente amparo do Estado, da Igreja, ou de Agremiações de perspectiva diversa, como a Maçonaria ou as Associações de socorro mútuo.

Os pobres e seus modos de ser e viver na cidade quando aparecem nas fontes são quase sempre personagens dos fatos policiais ou das notícias de calamidade pública, desde enchentes que carregam no fluxo dos rios suas casas, até as investidas no combate à varíola ou à febre amarela. Sua principal característica era “ser livre para poder ser dependente”²⁴, ou seja, mesmo fora dos esquemas de escravidão oficialmente vigentes até a assinatura da Lei Áurea, o trabalhador pobre só possuía sua força de trabalho para sobreviver e manter a si e aos seus familiares.

Eles trabalhavam e transitavam constantemente entre os limites da atividade laboral remunerada ou em troca até mesmo de comida. Tal proposição encontra respaldo em pesquisa já referida, onde os trabalhadores pobres poderiam ser conceituados como indivíduos que sobreviviam “na base das ocupações informais e flutuantes vivendo à custa de improvisação de expedientes variados”²⁵.

O “homem pobre” é uma categoria singular, indicando o indivíduo que “trabalha, mantendo-se e aos seus, com parcimônia. Não lhe sobra para aforro (...). Nesses casos, trata-se de pessoas que nem sempre trabalham ou que o fazem de maneira esporádica”²⁶. São os que “desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho. (...) são ‘avulsos’, *free-lancers*, que vivem de ‘expedientes’, biscates, pequenas tarefas”²⁷.

Os pobres, aliados das instâncias oficiais de poder, *sofriam* a modernidade e o progresso, pois parte significativa da narrativa dos potentados locais se voltava para produzir e aperfeiçoar métodos de higienização social. *Sofriam*, mas não sem desenvolver “práticas possíveis”, construindo pela experiência no cotidiano, “artes da resistência”, e aqui acolhendo as lições de Paula Godinho²⁸ e James Scott²⁹. Vários aspectos de suas vidas poderiam ser identificados como tentativa de sobreviver aos novos tempos que, se para as elites significava a legitimação e extensão das forças econômicas e sociais, aos subalternos representava a combinação de velhas e novas

²⁴ LAPA, 2008, *op. cit.*, p. 28.

²⁵ PINTO (1984) *apud* ARAÚJO, 1995, *op. cit.*, p. 13.

²⁶ LAPA, 2008, *op. cit.*, p. 31.

²⁷ PESAVENTO, 1994, *op. cit.*, p. 11.

²⁸ GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através Editora, 2017.

²⁹ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

práticas de constrangimento de seu modo de viver e da exploração de sua força de trabalho.

É na tentativa de construir uma “história vista de baixo”, entendendo “a necessidade de se romper com a história dos vencedores e contá-la do ponto de vista dos vencidos, quer dizer, a partir dos interesses e das concepções das classes subalternizadas”³⁰, que nosso trabalho se propõe em pensar os pobres no centro da ação e da construção da história, observando suas lutas para conquistar melhores condições de vida, subsistir e escorrer entre os limites impostos pelos dominantes, pois “a resolução de uma crise é a procura de um estádio com alguma estabilidade, embora provisório e precário”³¹. Em certos casos, determinados sujeitos emergem entre a massa de miseráveis que habitavam a cidade, ora narrando, ora sendo narrados; mas quando são localizados, e aqui apresentados enquanto praticantes de ações coletivas que permitem analisar as formas de sobrevivência do povo.

A presente dissertação se apresenta em cinco capítulos. No primeiro, situamos dimensões da história de Parnaíba, localizando os trabalhadores pobres e demais indivíduos e coletividades que não partilhavam “o sonho do progresso” com a elite local, apontando que desde os primórdios desse processo, diversas tensões se operaram entre os dominantes e os subalternos. Este histórico culmina entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, quando é sentido de forma mais intensa a busca por um padrão de cidade inspirado no modelo urbano europeu, traduzido nas diversas obras de infraestrutura e logística, assim como nas práticas da elite local. Além disso, tentamos realizar um debate historiográfico acerca da ideia de progresso em Parnaíba, tratando de analisar diversos trabalhos acadêmicos, a partir das narrativas em torno do “progresso” e da “modernidade”.

O segundo capítulo, tenta perceber as dificuldades enfrentadas pelos subalternos na busca da sobrevivência nos arrabaldes da cidade, usando diversos modos para produzir, através do disposto pelo meio, suas moradias, e resistir às constantes normatizações do poder administrativo. Era diante da insalubridade destes locais que periodicamente adoeciam. Este é o tema do terceiro capítulo, que situa socialmente a

³⁰ SILVA, Selmo Nascimento da. **Greves e lutas insurgentes**: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017, p. 44

³¹ GODINHO, 2017, *op. cit.*, p. 22.

doença, demonstrando que determinadas enfermidades acometiam uma parcela específica da sociedade parnaibana: os trabalhadores pobres, que também sofriam as agruras do confinamento e da perseguição.

O quarto capítulo busca mapear as práticas de instrução aos pobres em Parnaíba, as instituições que se dedicavam a ensinar a criança pobre e ao adulto analfabeto a leitura, a escrita e as noções básicas de aritmética. O princípio dessa atividade girava em torno do combate ao crescente analfabetismo na cidade e, ao mesmo tempo, ao desejo de corrigir posturas que destoassem ao ideário do progresso. No quinto capítulo, trataremos das festividades populares. Nestas, as investidas de controle aparecem na tentativa de combater hábitos que não condiziam com as normas delimitadas pela burguesia local. Aqui analisamos as festas cívicas, populares e religiosas, o carnaval e a gênese do futebol em Parnaíba, momentos em que os trabalhadores pobres festejavam, oravam ou comemoravam coletivamente, despertando quase sempre o olhar vigilante do poder administrativo, das forças policiais, entre outros.

II. PARNAHYBA DOS POBRES: uma cidade vivida

2.1. O estabelecimento de um rústico povoado

Parnaíba é uma cidade localizada no litoral do Estado do Piauí, cerca de 336km da capital, Teresina, com sua história marcada pelas relações estabelecidas através do rio Igarçu, braço do rio Parnaíba, e do Oceano Atlântico. A história narrada pelos cronistas situa sua fundação como Villa de São João da Parnahyba em 1762, por decreto régio, tendo como objetivo a expansão da ocupação portuguesa na costa, devido às sucessivas tentativas de domínio da região por outras nações europeias, consoante às disputas internas ao processo expansionista europeu.

Tal decisão foi tomada não como medida preventiva, mas como deliberação da apropriação territorial, uma vez que estas terras “há muito já vinham sendo penetradas por outros europeus, ainda que nas bandas do norte, exatamente na foz do rio Parnaíba, onde se situa hoje a cidade de Parnaíba”³².

Para o estabelecimento deste rústico povoado, se deu o combate aos povos indígenas que habitavam a região, em específico os Tremembés, que “ocupavam (...) o delta do Parnaíba e grande parte do litoral do Maranhão e do Ceará”³³, conhecidos por serem “implacáveis com seus inimigos, ágeis nadadores, famosos por seus mergulhos”³⁴. No ano de 1712 tem início o Levante Geral dos Tapuias do Norte, luta indígena de resistência à ocupação portuguesa, orientada por Mandu-Ladino, que “mobilizou as tribos rebeladas, dividindo-as em guerrilhas, e passou a hostilizar os brancos (...)”³⁵. Durante o conflito, que cobriu o território onde hoje se localizam os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, os indígenas sitiaram a vila de Parnaíba, “matando-nos alguns homens e quantidade de cavalos e éguas, roubando seu

³² MARQUES, José da Guia. **O papel da Igreja na colonização do Norte do Piauí**. Teresina: Secretaria Estadual da Cultura/ Fundação Cultural do Piauí. 1987, p. 07-08.

³³ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**: Vol I. Teresina: FUNDAPI/Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p. 62.

³⁴ MAVIGNIER, Diderot dos Santos. **No Piauí, na terra dos Tremembés**. Parnaíba: Sieart, 2005, p. 10.

³⁵ CHAVES (2005) *apud* DIAS, Cid de Castro. **Piauí - das origens à nova Capital**. Teresina: Nova Expansão Gráfica e Editora, 2008, p. 144.

Missionário, profanando a igreja e, com uma sacrílega temeridade, cortando as narinas dos santos”³⁶. O Levante durou cerca de seis anos, findando com a morte de Mandu-Ladino nas águas do Rio Igaracu.

Em 1730, uma parte dos Tremembés se encontrava encurralada na Ilha do Caju, protegida por uma Carta de Sesmaria concedida ao padre Jesuíta João Tavares. A ilha foi invadida anos depois, sendo estes indígenas dizimados “pelos portugueses para dar o seu lugar ao curraleiro, ao boi e ao negro africano escravizado”³⁷. Podemos pensar tal devastação como parte da estratégia expansionista, objetivando a “*limpeza do terreno* para viabilizar o caráter itinerante da pecuária extensiva que se instalou no Brasil”³⁸, marcando no período a história de Parnaíba pela exploração e domínio dos subalternos, para o engrandecimento econômico de uma ínfima fração de indivíduos, produzindo assim “estruturas sociais rígidas e uma sociabilidade perpassada pelo autoritarismo”, combinadas ao “instituto das sesmarias, que consagrou a grande propriedade fundiária”³⁹.

Dada a estrutura de distribuição de terras pela metrópole, baseada no latifúndio, e a ocupação do território onde hoje se localiza o Estado do Piauí, as opções econômicas que se apresentavam lucrativas eram a agricultura ou a pecuária, mas em decorrência da ausência de recursos, “não seria, portanto, a agricultura de exportação, que exigia mão de obra e investimentos superiores à capacidade da Coroa, o instrumento de ocupação das novas terras”⁴⁰.

O plantio em pequena escala de mandioca, milho, feijão ou arroz configurava uma agricultura de subsistência, já que “o nível da riqueza dos povoadores piauienses era baixo, o que reduzia a capacidade de absorção do mercado interno”⁴¹. A situação local correspondia à lógica geral do sistema colonial, onde “a política da

³⁶ DEMASCENT (1712) *apud* DIAS, 2008, *op. cit.*, p. 145.

³⁷ MAVIGNIER, *op. cit.*, 2005, p. 19.

³⁸ MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995, p. 60.

³⁹ MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995, p. 162.

⁴⁰ MENDES, Felipe, 1995, *op. cit.*, p. 58.

⁴¹ SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Academia Piauiense de Letras/Banco do Nordeste: Teresina, 2001, p. 60.

metrópole portuguesa consistira no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade”⁴².

No período, a localidade de Testa Branca sedia a administração da Vila de São João da Parnahyba, embora o comércio (“legal e contrabando”⁴³) e as mínimas condições estruturais já estivessem implementadas no povoado do Porto das Barcas, que em 1672 contava com uma população de “1747 brancos livres e 602 escravos”⁴⁴, enquanto Testa Branca contava com “19 habitantes, dos quaes onze eram escravos”⁴⁵. Apesar das diferenças, as duas localidades não fugiam à regra dos outros centros do Piauí: “eram pequenos povoados onde habitavam artesãos, mecânicos, ‘homens de ganho pequeno’, comerciantes, geralmente de poucas letras”⁴⁶.

Devido a insalubre estrutura física do Porto das Barcas, a escolha por Testa Branca se deveu à possibilidade de edificar bases portuárias em local limpo, que permitisse o contato com a foz do Igaracu, visando o rio como meio de transporte para mercadorias. Apesar das expectativas, os planos em Testa Branca pouco avançaram ao longo dos anos, sendo em 1770 definitivamente autorizada a mudança da Vila de São João da Parnahyba para o povoado do Porto das Barcas.

É neste período que Parnaíba começou a se consolidar como principal entreposto comercial do Piauí. Para a historiografia local, o desenvolvimento do lugar centrava-se na figura de Domingos Dias da Silva, que “chegara em Parnaíba em 1772 e tivera 6 estabelecimentos de charque, inúmeros escravos e navios dos quais 2 navegaram diretamente para Lisboa e Porto”⁴⁷. A força motriz desta empresa era a mão de obra escravizada. Dias da Silva “contava com 1800 escravos, que trabalhavam

⁴² FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2015, p. 44.

⁴³ KNOX, Miridan Britto. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Comepi, 1986, p. 16.

⁴⁴ REGO, Junia Mota Antonnacio Napoleão do. **Dos Sertões aos Mares: História do Comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. p. 40.

⁴⁵ PIAUÍ. **Anuario Estatístico do Piauhy**. Secretaria de Fazenda do Piauí. Ano I. Teresina: Imprensa Oficial, 1926, p. 18.

⁴⁶ KNOX, Miridam Brito. 1986, *op. cit.*, p. 16.

⁴⁷ *Id.*, *Ibid*, p. 18.

principalmente na produção do couro e charque”, e “construção e manutenção da infraestrutura como casas, currais e roças”⁴⁸.

Apesar das diversas pesquisas sobre este período no Piauí⁴⁹, buscando mapear a ação e os sujeitos que garantiram aos comerciantes o engrandecimento material de larga envergadura, alguns ainda afirmam que não se sabe “quantos eram, a quem pertenciam, e o que faziam”⁵⁰. Para nós, é evidente a escolha da narrativa dos vencedores, em detrimento da experiência dos trabalhadores pobres, livres ou escravizados, onde “a memória social de suas vidas vai-se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência de documentos”⁵¹, como assinala o estudo de Maria Odila Silva Dias.

Com um porto e a transferência administrativa, a Vila de São João da Parnahyba passa a se comunicar com outras vilas e cidades da colônia, e também com a metrópole portuguesa. Pelo mar chegaram as ideias de Independência de Portugal, proclamação esta realizada em 24 de Janeiro de 1823 em Oeiras⁵² pelas elites comerciais e militares da localidade. Desse processo, não podemos perder de vista o fato de que as alterações político-administrativas nada ou pouco mudaram as estruturas socioeconômicas da vila, predominando a exploração da mão de obra escravizada ou de trabalhadores pobres livres.

A mudança da capital da Província para a Vila Nova do Poti, já instalada como *Therezina*, socialmente formada por “pequenos comerciantes, pequenos agricultores, e fazendeiros da vizinhança (...) sobretudo funcionários públicos militares e representantes da igreja”, sendo trazidos a posteriori “para ajudar na construção de edifícios da nova cidade (...) negros escravos”, garantiu à Parnaíba maior contato pelo rio, uma vez que as estradas “não passavam de caminhos, mais largos ou mais estreitos

⁴⁸ MAVIGNIER, Diderot dos Santos; MOREIRA, Aldenora Mendes. **Conhecendo a História e Geografia do Piauí**. Parnaíba: Parque da Gráfica Ferraz, 2007, p. 91.

⁴⁹ Ver: SILVA, Rodrigo Caetano. A historiografia piauiense acerca da escravidão no Brasil (Séculos XVIII-XIX). **Revista de História da UEG**. Anápolis-GO, Universidade Estadual de Goiás. Vol 04, n. 01, 2015.

⁵⁰ SANTOS, Benjamin. **Livro do Centenário da ACP**. Parnaíba: Sieart Gráfica e Editora, 2017, p. 18-19.

⁵¹ DIAS, Maria Odila Leite Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 07.

⁵² Ver: ARAÚJO, Jhonny Santana de. O Piauí no processo de Independência: contribuição para construção do império em 1823. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco. Vol 33.2, 2015.

(...) dando passagem a mascates com suas tropas de burros”⁵³, frutos da economia da pecuária na Província e da estrutura fundiária, marcas da ocupação piauiense.

É importante observar que se o poder administrativo de vilas e cidades considerava os caminhos do interior do *Piauihy* como rotas comerciais insuficientes, estes eram as principais rotas migratórias dos “flagelados das secas” e de escravizados que resistiam às dificuldades daquele tempo. Deste modo, é principalmente nos períodos de seca que esses caminhos eram usados pelos subalternos, e “se as administrações provinciais permaneciam sem canais de comunicação e estradas oficiais, o mesmo não se pode dizer de homens e mulheres pobres livres ou escravos”⁵⁴.

O comércio fluvial e marítimo também alterou as sociabilidades das cidades ribeirinhas, uma vez que estas garantiam minimamente o contato com outras praças do Estado: “levando passageiros do fundo do vale para o delta, destacando-se a maniçoba, o babaçu, cera de carnaúba, algodão, peles, dentre outros. Retornando, traziam nos vapores louça, tecidos, querosene, bebidas, sal e diversos produtos manufaturados”⁵⁵.

A nova capital, Teresina, sinalizou uma significativa mudança do eixo econômico no Piauí, onde a necessidade de aumentar a receita provincial, a concorrência no comércio de carne e couro bovino, o povoamento das vilas que margeavam o rio, em decorrência das secas e a consequente morte do gado causado pela estiagem, apontavam o declínio da pecuária. É neste quadro que o rio Parnaíba se transforma em nova rota comercial interestadual e internacional, quando desagua no Atlântico.

A abolição da escravatura em 1888 agudizou o processo de declínio da pecuária. O Governador do Piauí, Anísio de Abreu, reflete em 1913 sobre o fim da escravidão, apontando que o negro, “feita a abolição, entregou-se ao vício, á preguiça, á vagabundagem. Pensou que não trabalhar era a afirmação primeira e mais eloquente

⁵³ NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e Cidades no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995, p. 96-97.

⁵⁴ BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de Contato no Piauí Oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. **Revista Vozes, Pretérito & Devir**. Teresina: Universidade Estadual do Piauí. Ano 01, Vol 02, n. 01, 2013, p. 318.

⁵⁵ BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986, p. 77.

que podia fazer da sua liberdade”⁵⁶. A mesma linha de pensamento pode ser percebida setenta e um anos depois, quando o médico Cândido Athayde aponta que, em Parnaíba, “uma violenta transformação social operou-se na cidade, tornando-se a urbe inteiramente modificada em seu comportamento”, e sugerindo que a transformação da urbe se deu em razão do comportamento dos libertos, agora “em nômades e marginais”, e transformados “em elementos perturbadores da ordem, indisciplinados e desinteressados pelo trabalho, incapazes de manter com independência, sua própria sobrevivência”; em continuação, seu discurso estigmatizador observa que a dita vida indisciplinada e sem interesse para o trabalho “levava-os a uma vida promiscua, afeiçoada a vícios e desgreamentos”⁵⁷.

O estudo de Sidney Chalhoub para o caso do Rio de Janeiro, “havia um claro consenso entre os deputados de que a abolição trazia consigo os contornos do fantasma da desordem”, uma vez que, segundo eles, “a liberdade do cativo não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar, etc”⁵⁸. Isso nos permite pensar que o *trabalho* referido pelo Governador do Estado do Piauí, por Cândido Athayde, e pelos deputados no Rio de Janeiro, remete às atividades que garantem receita para o Estado, enquanto que para os ex-escravizados, esse trabalho vinculava-se às práticas de subsistência, como a agricultura familiar, a pequena criação e trabalhos esporádicos, onde “o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva”⁵⁹.

A localização da moradia e do trabalho dos libertos situava-se nos limites das cidades piauienses, onde compartilhavam sua experiência com retirantes e outros pobres que habitavam a região. Assim, é possível afirmar que estes ribeirinhos, em sua maioria, não trabalhavam com imposição de horários para entrada e saída; mas “isso não quer dizer que fosse ocioso, ou avesso ao trabalho produtivo. Quer dizer apenas que

⁵⁶ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo exm. Sr. Dr. Anizio Auto de Abreu**. Estado do Piauí. Teresina: 1909, p. 50.

⁵⁷ ATHAYDE, Cândido de Almeida. **Histórico**: Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. Parnaíba, 1984, p. 09.

⁵⁸ CHALHOUB, 2001, *op. cit.*, *passim*.

⁵⁹ THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 282.

trabalhava de outra maneira”⁶⁰. Com base nessa concepção de trabalho, percebemos que “apesar de abolida a escravidão, as relações de trabalho não assumem caráter de relações contratuais, mas são ao mesmo tempo relações de dominação social e política”⁶¹.

O mercado do extrativismo vegetal, que cresceu a par e passo à da pecuária, e com os mesmos proprietários, uma vez que “detinham a posse da terra, elemento fundamental na produção de víveres”⁶², começa a ganhar destaque na economia face a demanda do mercado internacional. Foi essa nova fonte de receita que “deu condições para o desenvolvimento da região litorânea e para o princípio do processo de afirmação da nova capital como um pólo aglutinador das atividades produtivas do Estado”⁶³.

2.2. Sertanejos transformados em maniçobeiros

A cana de açúcar e a mandioca garantiam a subsistência da população local, sendo grande parte da produção integrada ao mercado interno e transformada pelas rústicas indústrias locais (aguardente, rapadura), sendo o excedente exportado para outras regiões. A cultura do algodão gerou um percentual de lucros maior na receita piauiense, embora sem o avanço das técnicas de plantio e colheita. Essa situação decorre de dois fatores principais: o primeiro, a necessidade dessa matéria prima na indústria inglesa, e em segundo lugar, a guerra de Secessão nos Estados Unidos, que “contribuiu para o aumento da produção brasileira, com reflexos no Piauí”⁶⁴. As alterações na conjuntura socioeconômica internacional implicarão também no arrefecimento da produção do Algodão no Piauí, com fins de exportação e um novo produto figura na balança comercial do Estado: a borracha.

⁶⁰ LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 12/EDUnB, 1999. p. 73.

⁶¹ MEDEIROS, 1995, *op. cit.*, p. 165.

⁶² COSTA FILHO, Alcebíades; SILVA, Antônio Wallyson; SILVA NETO, Enos Soares da. Lavoura de alimentos em área de pecuária: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**. Ano III, n. 05. Parnaíba: Plataforma Mundos do Trabalho - Piauí, 2017, p. 08.

⁶³ BONFIM, Washington Luís de Sousa; JÚNIOR, Raimundo Batista dos Santos. Formação Política. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995, p. 51.

⁶⁴ SANTANA, 2001, *op. cit.*, p. 89.

Produzida a partir da maniçoba⁶⁵, a borracha era a nova fonte de renda na economia piauiense, sendo esta arrecadação causada pelo “crescimento das indústrias automobilística e elétrica, sobretudo a primeira, em franca expansão no início do século”⁶⁶, especialmente na Inglaterra. Em 1901, o jornal *Nortista* registra que “em Liverpool a 17 de Janeiro pp. houve um grande leilão deste producto, procedente do nosso porto e que havia seguido pelo *Bourbon*. Foram arrematadas, por preços bastante elevados, todas as caixas que continham MANIÇOBA”⁶⁷. A mensagem à Câmara Legislativa do Governador Anízio de Abreu indicia o peso econômico da borracha de maniçoba quanto ao volume de importação do Brasil. O documento datado de 1909 evidencia o crescimento da produção de borracha de maniçoba no Piauí, figurando ainda como principais produtos de exportação do Estado “peles” e “algodão em rama”, embora que em porcentagens inferiores.

Tabela 1: Impacto da exportação
piauiense na economia brasileira (1909)

Em borracha de maniçoba	42,66%
<< cêra de carnahúba	23,40%
<< pennas de ema	23,64%
<< pelles	8%
<< algodão em rama	5,25%

Fonte: Estado do Piauí. 1909, p. 56.

A *febre da maniçoba* criou desequilíbrios na agricultura piauiense devido à prioridade dada ao seu cultivo. Em 1904, a perspectiva “da seca sinistra” e com ela “a aglomeração de emigrantes” em vários municípios do Piauí, faz crescer a enorme carestia dos gêneros alimentícios, produzindo vítimas fatais da fome. O então Governador do Estado Arlindo Nogueira aponta como principais causas da crise

⁶⁵ “A árvore da maniçoba pertence ao gênero botânico *Manihot*, da família das Euforbiáceas. São árvores resistentes à seca e guardam reservas nas raízes e nos caules. Planta de que se extrai um látex que da borracha” (OLIVEIRA (2001) *apud* LANDIN, Joseane Pereira Paes; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Caminhos da borracha: memória e patrimônio dos maniçobeiros do sudeste do Piauí. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL**. Teresina, 2014, p. 04).

⁶⁶ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí (1900-1920)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984, p. 29.

⁶⁷ MANIÇOBA. *Nortista*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 09. 02 de Março de 1901, p. 02.

alimentar o “absoluto abandono da lavoura” em face da preferência pelo cultivo da maniçoba e o “êxodo de braços válidos” para o Pará e o Amazonas:

A perspectiva da secca se nos antolha sinistra. Em muitos municipios do Estado dá-se a agglomeração de emigrantes, a fome começa a fazer victimas, a carestia dos generos attinge a proporções extraordinarias e estes, mortas ou abandonadas as lavouras de cereaes, vão celeremente desaparecendo do mercado. Duas causas concorrem ainda para agravar esta crise, que chamaremos alimenticia: a preferencia dada ao cultivo da maniçoba, com absoluto abandono da lavoura e o exodo de braços validos, que continua a se dar para os Estados do Amazonas e do Pará⁶⁸

O Governo do Estado apesar de avaliar a exportação da maniçoba como uma das principais fontes de receita do Piauí, em 1902 já alertava para a possibilidade de diminuição da produção, em face devastação das matas, por ser plantada em larga escala no Piauí:

A propria cultura da maniçoba que muito prometida, durante a alta desse producto, parece que tende a diminuir sensivelmente. Em todo caso, e apezar da devastação praticada nas mattas por aquelles que se dedicam á extracção da borracha, os ques, levados pela ganancia do lucro, exgottam as arvores, matando-as aos milhares, continua a ser este genero de exportação, graças a sua grande quantidade, uma de nossas principaes fontes de receita⁶⁹

Por conta dessa lucrativa cultura vegetal e da miserabilidade vivenciada pelos pobres, as regiões de cultivo da maniçoba se tornavam uma nova rota para garantir a existência para milhares de retirantes, percebidos pelas instâncias de controle como “uma população adventícia, turbulenta, cheia de ambições e ávida de fortuna”. Dessa preocupação resulta a necessidade de ampliar o efetivo do corpo militar de polícia com vistas de alargar a vigilância sobre os emigrados, como registra a solicitação na Mensagem apresentada por Arlindo Nogueira à Câmara Legislativa em 1903:

⁶⁸ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1904, p. 19.

⁶⁹ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1902, p. 16.

O corpo militar de policia tem prestado relevantes serviços à administração; mas, como a cultura da borracha de maniçoba tenha trazido, principalmente ao sul do nosso Estado, uma população adventicia, turbulenta, cheia de ambições e avida de fortuna, convem que na lei de forças para o exercicio futuro autoriseis ao poder executivo a dar-lhe outra organização mais compativel com as necessidades actuaes e nossas circumstancias financeiras.⁷⁰

Em relação a produção da borracha de maniçoba, aqui se impõe uma reflexão acerca das formas de recrutamento e exploração da mão de obra. No Relatório de Viagem de inspeção, os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva, à serviço da Inspetoria das Obras Contra as Secas, apresentam dados de sua observação sobre o que chamam de “sistema de escravização” que garante a produção da borracha de maniçoba, “idêntico aos infelizes extratores do látex da *Havea* no Amazonas”. Segundo eles, agentes sob o comando de “barraquistas” – indivíduos que constroem barracas onde instalam os sertanejos recrutados ao serviço de extração da borracha – procuram em todas as partes novos maniçobeiros. Chegando ao lugar da extração de maniçoba, os barraquistas fornecem o mínimo necessário ao trabalho – ferramentas, roupa, comida, dentre outros –, cobrando valores exorbitantes aos sertanejos transformados em maniçobeiros, que iniciavam sua lida contraindo dívidas impagáveis. Nessa relação, os barraquistas mantêm os trabalhadores sob sua tutela, até que a “dívida” seja paga ou “coprada” por outro barraquista. O sistema de recrutamento alcança meninos pobres entre 12 a 16 anos, que vão, com o consentimento dos pais, para os maniçobais, e em pouco tempo as promessas se mostrem “falazes”; longe da família e de seu lugar, ao jovem trabalhador é apresentada uma dívida “que não pode ser saldada”, até que um “generoso” ou “abnegado” (tropeiros, fazendeiros e barraquistas ironicamente assim identificados por Neiva e Penna) compre seu débito, tornando-o seu “escravo”. Os médicos ainda observam a convivência entre as autoridades locais e os escravizadores, “sempre amigos de todos os governos”, que nada lhes acontece. No período em que ficaram na vila, registraram ainda a tentativa de fuga de quatro maniçobeiros, os quais buscaram a autoridade local para lhes protegerem das agruras que sofriam nos maniçobais, mas de pronto foram entregues aos emissários dos barraquistas:

⁷⁰ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1903, p. 06.

No município de Parnaguá ha varios barracões de maniçobeiros, cujos operários vivem em sua maioria escravizados aos *barraquistas*. O sistema de escravização é identico aos infelizes extratores do latex da *Havea* no Amazonas. Os *barraquistas* têm agentes que viajam por toda parte, aliciando os *maniçobeiros*. A estes fornecem os *barraquistas*, alem de generos alimenticios, roupas grosseiras e utensis indispensaveis por preços inominaveis, sem direito de adquirir onde queiram, e pagam-lhes determinada quantia por quilo de borracha. Por mais diligente que seja o maniçobeiro, em pouco tempo, é devedor do *barraquista* e desde então, fica-lhe escravizado até que, por acaso, consiga saldar a divida, ou que outro *barraquista* ou alguém o *compre*, saldando tal divida. Outro sistema de escravização: rapazes pobres de 12 a 16 anos são atraídos por fazendeiros, *barraquistas* ou tropeiros com promessas falazes, e contratados com consentimento dos pais. Decorrido algum tempo é apresentada uma nota da divida do infeliz, que não pode ser saldada. Aparece então um *abnegado* que se prontifica a pagar a divida do rapaz, mediante a sua escravização ao *generoso* pagador. Esses *generosos* (*barraquistas*, fazendeiros, tropeiros, etc.) são sempre amigos de todos os governos, de sorte que nada lhes acontece, e as autoridades pactuam sempre com essas traficancias. Durante a nossa permanencia em Parnaguá, fujiram dum maniçobal para a vila, quatro maniçobeiros pedindo a proteção da autoridade local contra as atrocidades de que eram vitimas. Ao encalço deles, vieram emissarios do *barraquista* e a esses foram entregues pela autoridade local os quatro infelizes⁷¹

Ainda em relação ao sistema de dívidas compulsórias, é sabido que tal prática é recorrente em diversas regiões do Brasil, e atravessando décadas chega até os dias de hoje como um dos mais perversos mecanismos mecanismo de sujeição dos trabalhadores pobres. Edson Holanda aponta em sua pesquisa que os estudos sobre a migração para Amazônia associam esta “à exploração da borracha, atividade que ficou conhecida por um sistema de dependência ao aprisionar por dívidas o seringueiro ao patrão”⁷². Situação similar é apontada no estudo de Thiago Moratelli, tratando da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre São Paulo e Mato Grosso. Para ele, os empreiteiros lucravam duplamente com a mão de obra migrante, através do pagamento de baixos salários e da criação do sistema de barracão, que tinha por base “a presença de armazéns fornecendo antecipadamente gêneros alimentícios e utensílios aos trabalhadores a preços elevados”; a estratégia se desenhava para além da venda de

⁷¹ PENNA, Belisário; NEIVA, Arthur. Viagem pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás pelos Drs. Arthur Neiva e Belisario Penna (Estudos feitos á requisição da Inspetoria de Obras contra a seca). In: Fundação Oswaldo Cruz (org.). **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, Instituto Oswaldo Cruz, 1916, p. 199.

⁷² BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2013, p. 14.

comida e ferramentas acima dos preços praticados, mas “servia também para manter a força de trabalho no local da construção através do lançamento permanente de saldos negativos na caderneta dos trabalhadores”⁷³.

A precariedade da vida e a delicada relação constituída entre maniçobeiros e a elite local era solo fértil para formação de grupos armados, como ocorrera em Jaicós. Entre os dias 28 e 30 de Agosto do ano de 1912, “cangaceiros” atacavam aquela cidade, sendo repelidos pela força policial auxiliada pela coletividade civil, que “ergueu barricadas em todas as ruas”. Durante o segundo dia de investida da multidão armada, estimada em centenas, um enterro foi interrompido diante do avanço do bando, necessitando negociação para o sepultamento do corpo de Mathias Velloso, ex-coletor de Jaicós. O telegrama aponta que a “turba” realizava extração de maniçoba. Apesar de aguardarem um suposto ataque à noite, este não ocorreu, como registrado em telegrama enviado ao Governador do Estado, divulgado no *Diario do Piauh*y:

Organizamos resistencia na cidade, construindo barricadas em todas as ruas. Os cangaceiros desistiram de atacar-nos, hontem á noite, como propalaram, sendo encontrados hoje pela madrugada, distante trez legoas. A população, passando o primeiro momento de terror, reanimou-se, auxiliando a defesa. Tivemos dois tiroteios: um ante hontem e outro hontem pela manhã, por occasião do enterro do ex-collector Mathias Velloso. Houve indiscrepivel panico na igreja, onde estava o cadaver. Algumas pessoas parlamentaram com os cangaceiros, que estavam entrincheirados perto do cemiterio, obtendo permissão para enterrar o cadaver, que estava ameaçado de ficar insepulto. Devido a existencia aqui de centenas de cangaceiros, que se entregam a extracção de maniçoba, esperamos ataque violento á noite, não se realisando, entretanto⁷⁴.

Choques entre a polícia e os “cangaceiros” eram comuns nas zonas produtoras de maniçoba, indicando ao governo piauiense a necessidade de ampliar as forças de segurança. Nesse intuito, o tenente Antonio Mello, contando com um contingente de soldados bem municiados, foi enviado à São Raimundo Nonato para patrulhar a região na tentativa de afugentar bandos armados, repelidos de Estados vizinhos ou atraídos pelo comércio da maniçoba. O tentente, segundo a crônica do

⁷³ MORATELLI, Thiago. Operários de empreitada: os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013, p. 41.

⁷⁴ *Diario do Piauh*y. Teresina-PI. Ano II, n. 189. 30 de Agosto de 1912, p. 01.

período, pôs fim à ação de bandos, como o chefiado por Pedro Buim, “célebre e infinitas vezes reincidente criminoso”, e “seu comparsa” Quichabinha, como se observa aqui, pela palavra do Governador Miguel Rosa no ano de 1913, na Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado:

(...) o banditismo nos flagella, principalmente ao sul. São elementos deletérios que nos buscam, perseguidos pela justiça dos Estados limitrophes ou atraídos pelos lucros certos da maníobra nativa em terras devolutas, elementos que se reflectem perigosamente na vida interna do Piauí. O governo não podia deixar de enfrentar esses malfeitores, que posto ainda não se apresentam entre nós com os perigos e o desasocêgo que levam a outros Estados da União, contudo constituem uma ameaça constante á ordem publica. No propósito de extirpar o mal, fiz seguir para S. Raymundo Nonnato, onde elles frequentemente surgem, o tenente Antonio Mello, do corpo militar de policia, tendo ás suas ordens um forte e bem municiado destacamento. A acção energica deste valente e digno soldado piauiense, tem se feito beneficantemente sentir, não só naquelle municipio, como nos de S. João do Piauí, Caracól e até em Bom Jesus do Gurgueia, onde, ainda o mez passado, o bando mais perigoso e melhor organizado, chefiado pelo celebre e infinitas vezes reincidente criminoso Pedro Buim, enfrentou a força legal, preferindo Buim, e seu terrivel comparsa de banditismo, - o Quichabinha, a morte, á prisão e ás penas que faziam jús pelos seus crimes⁷⁵.

⁷⁵ PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa. Estado do Piauí. Teresina: Typographia Paz, 1913, p. 14.

Mapa 1: O Piauí em 1912.



Fonte: WALLE, 1912, p. 06.

O mapa acima nos permite entender a geografia da região, onde os bandos armados agiam no sul do Estado, como nos casos de Jaicós e São Raimundo Nonato, sempre próximos ou margeando estados vizinhos, limitados por diversas serras. O solo acidentado, certamente bem conhecido por estes, facilitava o refúgio diante do avanço de destacamentos policiais ou paragens para descanso e planejamento de novas investidas. Além disso, ajuda a melhor compreender a dinâmica econômica que a

navegação fluvial trouxe ao Piauí, através dos diversos braços do Rio Parnaíba que adentrando o Estado. Sendo o limite geográfico com o Maranhão, o rio Parnaíba conectava inúmeras cidades através das balsas, barcas e vapores que percorriam toda sua extensão, onde a gente comum coletava, produzia, carregava e descarregava artigos que abasteceriam o mercado, pois “diferente da aldeia e da vila, uma cidade depende de grande quantidade de gente de fora para plantar ou cultivar alimentos, e sobretudo para transportá-los, e de intermediários para comprá-los e revendê-los aos consumidores”⁷⁶, como bem aponta Richard Graham acerca da cidade de Salvador entre os anos de 1780 e 1860.

A produção, beneficiamento e comércio da borracha de maniçoba movimentaram as cidades à ribeira do Parnaíba. Tendo seu auge entre os anos de 1900 e 1915, foi o propulsor de inúmeras modificações estruturais nas cidades que se beneficiavam deste comércio. O *Diario do Piahy* descreve, em 1914, os diversos melhoramentos em Parnaíba:

A avenida Jayme Rosa, que começa proximo ao porto do Bebedouro, será prolongada até o porto do Cortume, tendo a extensão cerca de trez mil metros; Está bastante adeantado o levantamento da planta no bairro Tucuns. A intendencia municipal desta cidade fez reparar completamente o armazem da polvora, extinguindo grandes formigueiros existentes no interior do predio e arredores; vão entrar em reparos successivamente todos os predios municipaes; O cemiterio Igualdade está recebendo um serviço completo de conservação, ficando agora concluida a construção do augmento começado no anno passado; O cemiterio velho foi convenientemente limpo, sendo demolida a capela em ruinas que começava a desabar; Hontem foram affixadas placas esmaltadas da rua do Patriota e tambem os numeros dos predios que attingiram a noventa e dois. Vão ser encommendadas placas para as demais ruas e praças; chegaram hontem, mil e setecentas mudas de arvores enviadas pelo horto florestal do Rio, para arborisação da cidade, inclusive mil pés de eucalyptos para a zona pantanosa. Está concluido o serviço de escoamento das aguas fluviaes depositadas nos pantanos dos bairros Corôa e Olaria. A intendencia quer iniciar o aterro e saneamento dessa zona pantanosa dependente apenas de decisão da Companhia de Vapores, sobre o terreno destinado a alfandega, por onde tem de começar o referido serviço; Continua executado com maxima regularidade o serviço de limpeza das ruas e praças, bem como da remoção do lixo das casas particulares; Estão abertas no bairro Nova Parnahyba todas as ruas e avenidas de cumprimento de mil e quinhentos metros, que communicam a antiga cidade com margem do Igarassú e vão ser abertas ruas e avenidas transversaes⁷⁷.

⁷⁶ GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1760-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 19.

⁷⁷ Do Estado. **Diario do Piahy**. Ano IV, n.109. Teresina-PI. 16 de Maio de 1914, p. 01.

Esses melhoramentos eram possíveis devido aos impostos arrecadados na alfândega da cidade, e à disposição da Intendência Municipal, principalmente devido ao significativo contingente de mão de obra empregada com o árduo labor para erguer, pavimentar, aterrar, construir ou demolir o que as elites ordenavam. As propostas e indicativos de melhoria nos dão um panorama urbano e administrativo de Parnaíba: ocupação irregular de terrenos na zona periférica da cidade; o problema dos pântanos, gerando surtos periódicos de doenças, notadamente nas estações chuvosas; prédios públicos sem reparo e sofrendo com invasão de pragas; cemitério em descuido, assim como casas e prédios sem numeração que permitisse identificação, salvo por suas características ou localização.

Apesar da alta rentabilidade, o comércio da borracha entra em declínio e o “*crack da maniçoba*” se dá na conjuntura da I Guerra Mundial, em 1914, onde nesta “se empenham países que são justamente os melhores consumidores dos nossos produtos”⁷⁸, e da concorrência asiática, que produzia borracha por valores menores do que os oferecidos pelo Piauí. Além disso, é registrada a tentativa dos maniçobeiros obterem melhores valores pelo produto, adulterando-os e comprometendo a qualidade da borracha, pois “passaram a acrescentar impurezas como areia e pedras no intuito de fazer com que a mercadoria alcançasse um maior peso”⁷⁹.

Com a queda da exportação de borracha de maniçoba, o babaçu e a cera de carnaúba, que figuravam como itens secundários, ocuparam a pauta principal do mercado externo, ganhando destaque na economia nacional a partir da década de 1930. A cera de carnaúba, já utilizada para o fabrico de velas; nas procissões da Semana Santa em Teresina, é registrado que “as velas eram conduzidas pelos fiéis devidamente protegidos por folhas de mamona que assim evitavam que lhes caísse nas mãos o pingo da cera altamente corrosivo e quente”⁸⁰. Durante a I Guerra Mundial, o produto ganha destaque, pois “se conseguiu extrair dela ácido pícrico, utilizado no fabrico de pólvora

⁷⁸ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1915, p 27.

⁷⁹ OLIVEIRA, Aliane Pereira de. **A casa rural no sudeste do Piauí: o Sítio Arqueológico Histórico Casa do Avô do Sr. Nivaldo**. Monografia apresentada ao Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, 2009, p. 23.

⁸⁰ PORTO, Carlos Eugenio. **Roteiros do Piauí**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, p.113.

de alto poder explosivo”⁸¹. O babaçu teve seu preço elevado por conta da escassez de óleos vegetais no mercado internacional, usado também na produção de diversos artigos, tais como sabão e alimentos.

Na economia extrativista do Piauí, a cidade de Parnaíba se destacou quanto ao escoamento da produção e à expansão do comércio. Porém, a despeito da receita gerada pelas tarifas alfandegárias e do crescimento das casas comerciais da cidade em decorrência do transporte e venda de matérias-primas pelos canais fluviais e marítimos, a maior parcela da população passava por dificuldades materiais, resultado da relação econômica, no plano das trocas comerciais mantidas entre a elite comercial e os circuitos internacionais, sublinhando que “do ponto de vista político, esta fase da economia piauiense não trouxe grandes modificações na estrutura do poder”⁸².

Sendo o mercado dependente do aumento ou declínio dos preços, flutuante e dependente também era o mercado de trabalho que, se por um lado, mantinha em permanente instabilidade as condições de sobrevivência dos subalternos, por outro, possibilitava a prática de condutas que garantiam relativa autonomia dos trabalhadores pobres, dentro de um mercado informal na economia de subsistência dos roçados, da caça e da pesca, ou na prática de pequenas transgressões, como os furtos, rememorados por Humberto de Campos enquanto caixeiro da casa comercial E Veras & Filhos, propriedade de seu tio⁸³.

2.3. (Des)caminhos da República: o domínio privado da política

Para compreender o processo histórico piauiense e parnaibano em específico, é preciso ainda considerar a conjuntura da Proclamação da República, em 1889, e seus impactos na estrutura política que se consolida Estado e que “fomenta o surgimento de potentados que irão dotar nossa vida política de seu matiz principal”⁸⁴ e onde “embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi

⁸¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 114.

⁸² BONFIM; JÚNIOR, 1995, *op. cit.*, p. 51.

⁸³ Ver cap. 49, “Na escada de sete degraus” e cap. 51, “O flagrante”. In: CAMPOS, 1982 *op. cit.*

⁸⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 45.

controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado”⁸⁵, como assinala Bóris Fausto, configurando o fenômeno do coronelismo, “resultado da superposição de formas desenvolvidas no regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”⁸⁶, de acordo com a pesquisa de Victor Nunes Leal. A República, que firmou para as elites um período de adaptações estruturais, para os trabalhadores pobres pouco modificou o alicerce que organizava socialmente suas práticas.

Destacamos esse fato em face da formação de uma oligarquia liberal, “um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política”⁸⁷, calcada na perspectiva da Constituição de 1891. Esse modelo garantia, segundo Efigênia Resende, “aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre os estados e os municípios”, sendo erguida sobre esses princípios, “a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal”⁸⁸.

Assim, a recém-instaurada República, ao invés de pulverizar os poderes administrativos e garantir participação popular nas decisões públicas, fortaleceu e institucionalizou as oligarquias, mantendo seu poderio político através de mecanismos coercitivos, ampliando seu controle econômico, pelo domínio do latifúndio e das rotas comerciais; essa classe “embora fosse capaz de defender seus interesses específicos ante o poder estadual e federal, nunca se diferenciou completamente do fazendeiro tradicional e, ao contrário, assimilou muito de seu status social e de seu comportamento político coronelista”⁸⁹. Nascida a República, intelectuais piauienses pontuavam nos jornais os sentidos da República como farsa, indiciando os pontos que julgavam assentes no processo:

1) pela eliminação de milhares de analfabetos do processo eleitoral, numa república que era analfabeta (...); 2) pela fraude eleitoral, que se tornara o

⁸⁵ FAUSTO, Boris, 2015, *op. cit.*, p. 225.

⁸⁶ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43.

⁸⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 91.

⁸⁸ *Id.*, *Ibid*, p. 93.

⁸⁹ MEDEIROS, 1995, *op. cit.*, p. 167.

expediente mais comum para vencer eleições (...); 3) por uma série de artifícios utilizados a nível local para amedrontar, comprar, burlar, demitir, espancar e até eliminar o eleitor opositor (...); 5) e ainda pelas dificuldades e a quase impossibilidade de registrar os abusos e protestos contra o arbítrio e as ilegalidades cometidas no processo eleitoral (...)⁹⁰

Na Constituição de 1891, as eleições criavam um terreno onde, discursivamente, poderia ser quebrada a hegemonia do coronelismo pelo voto. Mas a realidade mostrou que o povo “encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores”⁹¹. Em Parnaíba, o periódico *O Artista*, no ano de 1919, assesta em tom jocoso sua crítica à política institucional, assinalando sua desconfiança ou até mesmo seu ceticismo quanto ao processo político como pensado e efetivado pelas elites:

Eis aqui um interessante questionário: - Que é política? - É a sciencia que ensina a viver do orçamento. - Que é orçamento? - É a panella nacional onde todos desejam metter a colher. - Como se divide a política? - Divide-se em partidos. - Pode dizer-me quantos partidos há? - Dois, o dos que estão em cima e dos que estão em baixo. - Constumam inverter-se estas funcções politicas? - Sim, senhor. por meio de uma troca de papeis, que determina uma revolução. - E então, o que succede? - Succede que aquellos que esmagam, gritam, e os que gritaram, esmagam. - Obtem-se, por meio dessa inversão, algum beneficio politico? - Não, senhor, porque a ordem dos factores não altera o producto⁹².

Além disso, “o voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos”, utilizando-se das fraudes, como a “falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros, etc”⁹³, fazendo crescer entre os subalternos a descrença na participação política na República. Novamente o jornal *O Artista* retoma sua veia crítica e o tom jocoso, encenando um diálogo imaginário entre dois amigos sobre a farsa do voto:

Então, amigo Felizardo, como correu o pleito, na sua zona? - Muito bem, houve ordem, muitos votos e, o que é mais, vencemos! - Afinal, qual foi o

⁹⁰ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 229.

⁹¹ FAUSTO, 2015, *op. cit.*, p. 225.

⁹² A POLITICA. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 01. 15 de Agosto de 1919, p. 03.

⁹³ FAUSTO, 2015, *op. cit.*, p. 226.

nome do victorioso? Em quem votou o amigo? - Ah! Isto é que não sei: cheguei lá, recebi a chapa, metti na urna, assinei meu nome e vim-me embora. Isto do nome, baixando a voz, disse-nos no ouvido, é com o chefe que eu mesmo não sei!⁹⁴

A quantidade desproporcional de votantes e da população em geral – segundo a pesquisa de Josenias Silva, a cidade possuía 19.413 habitantes em 1900 e 24.142 em 1920⁹⁵ –, mostrava quão elitista era o processo eleitoral, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 2: Eleições em Parnaíba -
Por ano e número de eleitores
(1905-1911).

Anos	Número de Eleitores
1905	854
1907	1054
1908	1089
1909	1665
1910	1665
1911	1665

Fonte: RIO DE JANEIRO. Directoria do Serviço de Estatística. 1914, p. 162.

Essa realidade se apresenta em todo território nacional, com exigências que excluía grande parcela da população brasileira. No Piauí, os votantes compunham um grupo minoritário, que prestava obediência a um dos candidatos na disputa. Era comum que diante da vitória de uma ou outra família, pessoas que ocupavam cargos administrativos fossem demitidas. Por conta disso, foram desenvolvidas estratégias de manutenção nos postos de trabalho dentro da estrutura coronelista. Em 1920, em Parnaíba, o jornal *A Tribuna* no verso satírico “*um transfugo*” evidencia os estratagemas de um coletor de impostos para perpetuar as benesses privadas extraídas do cargo público – ao estilo camaleão, se vai adaptando aos resultados eleitorais:

⁹⁴ Eleições e eleitores. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 05 de Outubro de 1919, p. 03.

⁹⁵ SILVA, 2012, *op. cit.*, p. 26.

*Diz o povo, é muito certo
Que o ingrato Collector
por saber que já vem perto
A derrota de Nestor
Zénarciso todo é
Correia também será
Pois assim tem muita fé
Que cahir não poderá*⁹⁶.

As rivalidades entre os partidos põem em relevo o acirramento das lutas entre núcleos familiares inseridos em distintos partidos, produzindo, por vezes, situações inusitadas. A disputa política entre as famílias Veras e Moraes Correia, como em outras, é explicitada nas situações mais comezinhas, mas sempre de modo a afirmar os embates e a personalização do poder como tempero e suporte da política: “Quando um Correia andava pela rua, ao chegar em frente à casa de um Veras, descia a calçada e passava para o lado oposto. E nunca houve um Veras, que, mesmo pela madrugada, com a cidade deserta, pisasse a pedra da calçada de um Correia”⁹⁷; Em outro registro se observa a rivalidade exacerbada entre as famílias Pires Ferreira e Moraes Correia, alterando inclusive os arranjos da vida cotidiana no espaço privado, de forma que os “Pires não usavam correias em suas casas, nem mesmo nas máquinas de costura. E os Correia não usavam pires, colocando as xícaras em pratos de sobremesa”⁹⁸.

Os desentendimentos são recuperados nos registros dos memorialistas, quase sempre em tom pitoresco, o que não deve, na análise, encobrir donde provém as rixas e como empalmam o sentido da política. As inusitadas situações que envolviam estas famílias eram extensões de casos mais graves envolvendo seus respectivos núcleos. Os homicídios, as agressões públicas e os discursos inflamados eram comuns, como na ocasião do embarque de Jonas Correia para Teresina, em 1912, onde foi alvo de uma tentativa de assassinato. Preso o autor do crime, Nestor Veras e Juca Mello, oposicionistas, tentaram libertá-lo. Sabendo do ocorrido, soldados do Batalhão Patriótico Coronel Ozorio⁹⁹, comandado por Jonas Correia, dirigiram-se ao barco,

⁹⁶ *Um transfugo. A Tribuna*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 11. 18 de Janeiro de 1920, p. 03.

⁹⁷ CAMPOS, Humberto de. **Memórias Inacabadas**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1962, p. 139.

⁹⁸ CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um Ita no Norte**. São Paulo: L R Editores Ltda, 1981, p. 58.

⁹⁹ O Batalhão Patriótico Coronel Ozorio foi fundado em 1912, sob o pretexto de que “o tenente-coronel Coriolano de Carvalho e Silva, candidato então a governador, pela oposição, ameaçava a autonomia do

“sendo, na rua Grande, recebidos á bala pelos opposicionistas, tendo Nestor Veras assassinado á tiro de rifle, um soldado do batalhão Coronel Ozorio”¹⁰⁰, de nome Manoel Ignacio Ribeiro.

Como indica a Mensagem de Jonas Correia no jornal ludovicense *Pacotilha*, Nestor Veras “já esteve prezo na cadeia publica de Therezina, por crime de tentativa de assassinato”¹⁰¹, tendo assassinado Manoel Ignacio em 12 de Maio de 1912. O acontecimento seria aproveitado em demasia pelos Correia, chefes do Partido Republicano Conservador. Passado um ano, o P.R.C. ordenou celebrar uma missa em memória de Manoel Ignacio. À missa compareceram “grande numero de eleitores, negociantes, empregados do comercio, funcionarios federais, estaduais e municipais, proprietarios, representantes da empreza de navegação e classes operarias”, sendo distribuídos boletins convidando a população para uma “romaria cívica”¹⁰² ao cemitério para aposição de placa no túmulo de Manoel:

Hontem, o P.R.C. parnaibano mandou celebrar uma missa cantada, em comemoração ao primeiro aniversario do barbaro assassinato do patriota Manoel Ignacio Ribeiro, praça do batalhão coronel Ozorio, organizado, nesta cidade, para a defesa da autonomia piauiense. A comissão executiva do partido distribuiu cartas, convidando para a missa, que foi extraordinariamente concorrida, tendo comparecido, alem dos promotores da homenagem, grande numero de eleitores, negociantes, empregados do comercio, funcionarios federaes, estaduais, e municipais, proprietarios, representantes da empreza de navegação e classes operarias. Terminando a missa, foram larga e profuzamente distribuidos boletins, nos quais o P.R.C. parnaibano convidava o eleitorado e o povo em geral, para, ás 5 horas da tarde, ir em romaria civica ao tumulo do patriota Manoel Ignacio, onde seria colocada uma artistica pedra de marmore, com a seguinte inscrição: - 'Manoel Ignacio Ribeiro, patriota piauiense, praça do batalhão patriótico coronel Ozorio, organizado nesta cidade em defeza da autonomia do Piaui, ameaçada pelo coronel Coriolano de Carvalho. Foi assassinado a 12 de maio de 1912, por bala desfechada pelo assassino reincidente Nestor Veras'. Enorme foi o comparecimento ao cemiterio, achando-se representadas todas as classes sociais da Parnahiba, e muitas familias. No cemiterio discursaram o dr. Francisco Corrêa e os coroneis Jonas Corrêa e João Pinto, demonstrando

Piauí”. Seus membros “eram pagos pelo governo do Estado, e visavam a dar cobertura, pelo terror, à eleição de Miguel Rosa, para governador”. In: PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO, Lina Celso. **Soldados de Tiradentes: história da Polícia Militar do Piauí**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975, p. 68.

¹⁰⁰ *Tellegramas. Diario do Piauihy*. Teresina-PI. Ano II, n. 98. 15 de Maio de 1912, p. 01.

¹⁰¹ **Avulsos**. *Pacotilha*. São Luís-MA. Ano XXXIII, n. 40. 18 de Fevereiro de 1913, p. 01.

¹⁰² Para o aprofundamento sobre o tema das Romarias Cívicas, ver o magistral estudo de CATROGA, Fernando. **O céu da memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal (1756-1911)**. Coimbra: Minerva, 1999; e, em especial o Capítulo V, “As Romagens Cívicas”.

que o povo parnaibano sabe render homenagem àqueles que caem vítimas no cumprimento do dever¹⁰³

As homenagens continuaram e logo mais seria trocado o nome Rua Grande (a principal via da cidade) para Rua do Patriota, de acordo com o *Diario do Piahy*: “estão sendo affixadas placas na rua onde se deu o assassinato d'aquelle, commettido pelo dr. Nestor Veras, que, por deliberação unanime do conselho municipal, passou a denominar-se rua do Patriota”¹⁰⁴. Mas a repercussão do caso continua. Na Ata da Santa Casa de Misericórdia, de Agosto de 1914, um dos mantenedores registra que um grupo armado teria assaltado o Cemitério da Igualdade em busca da sepultura do “soldado patriota” Manoel Ignacio, para arrancar a lousa mortuária, o que a “turba” no cemitério comemora com fogos e brados. É possível supor que o grupo tenha sido comandado por correligionários de Nestor Veras, como demonstração de sua autoridade política:

no dia onze do corrente, depois do meio dia, fui avisado de que estava sendo armado um grupo de homens para praticar actos criminozos no Cemiterio Igualdade; immediactamente, ignorando que o mordomo encarregado do Cemiterio estava sendo sabedor de taes factos, mandei chamar o zelador do mesmo Cemiterio. Este, alegando doença, não pôde vir á minha presença, mandando-me as respectivas chaves das duas portas do Cemiterio. Em seguida como é publico e notorio, foi a porta principal do Cemiterio arrombada pelo dito grupo armado, que dali arrancou a lousa mortuaria do infeliz soldado patriota Manoel Ignacio Ribeiro, assassinado nesta cidade em doze de Maio de mil novecentos e doze na rua do Patriota (antiga rua Grande) para onde foi conduzida e errebentada a dita lousa ao som de foguetes, vivas e morras¹⁰⁵;

Apesar do *Diario do Piahy*¹⁰⁶ e do periódico *Pacotilha*¹⁰⁷ tornarem pública parte das peças do processo contra Nestor Veras, junto ao corpo de delito e diversos testemunhos, o caso ainda era tomado como inverdade. O carregador João Ventura,

¹⁰³ **Avulsos**. Pacotilha. São Luís-MA. Ano XXXIII, n. 112. 14 de Maio de 1913, p. 01.

¹⁰⁴ **Do Estado**. Diario do Piahy. Teresina-PI. Ano IV, n. 107. 13 de Maio de 1914, p. 01.

¹⁰⁵ Acta da Sessão ordinaria dos trabalhos da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericordia da Parnahyba. In: PIAUÍ. **Actas da Santa Casa de Misericordia de Parnahyba**. Santa Casa de Misericórdia da Parnaíba. Parnaíba, bienio de 1914-1916. 23 de Agosto de 1914, p. 10-11.

¹⁰⁶ **Foro de Parnahyba - Processo Nestor Veras**. Diario do Piahy. Teresina-PI. Ano III, n. 123. 31 de Maio de 1913, p. 02.

¹⁰⁷ **Foro da Parnahyba - Processo de Nestor Veras**. Pacotilha. São Luís-MA. Ano XXXIII, n. 159. 09 de Julho de 1913, p. 03; **Foro da Parnahyba - Processo de Nestor Veras (continuação)**. Pacotilha. São Luís-MA. Ano XXXIII, n. 160. 10 de Julho de 1913, p. 03.

“caboclo inteligente, embora analfabeto”, em suas conversas pelas quitandas e balcões da cidade, entre um trago e outro de cachaça, questionava a narrativa que apontava Nestor como assassino de Manoel Ignacio, anunciando outra versão dos fatos, possivelmente popularizada entre os partidários de Nestor: por descuido, o Patriota – tratado aqui como “jagunço sem vergonha” – se matou, recaindo a culpa a um membro da família Veras. Sua conversa, registrada por Souza Lima, ainda aponta que uma passeata foi feita na cidade para “quebrar a pedra do Patriota”, que acreditamos ser a situação descrita nas atas da Santa Casa:

Esse negócio de política - continua - é a coisa mais desavergonhada que eu conheço. Não viram a palhaçada que aconteceu com o Patriota? Aquele jagunço sem vergonha que morreu com as próprias mãos? Veio daí que a bala engasgou e foi estourar-lhe bem na titela. E depois disseram que foi o Nestor Veras, pura mentira! Depois de tudo isso veio aquela passeata pra quebrar a pedra do Patriota, do desgraçado que morreu até sem vela. Veja só como são as coisas!¹⁰⁸

Fica claro que a formação de milícias pelos potentados locais era dispositivo comum na luta política e que “a capangagem e o cangaço desempenham um enorme papel nas lutas políticas municipais”¹⁰⁹, tendo histórico considerável de ocorrências do tipo. Registra-se em telegrama datado de 24 de Maio de 1899 que políticos adversários “assaltaram de surpresa casa conselho municipal, apossando-se arquivo, simulando sessão ilegal conduzindo chaves”¹¹⁰.

Em Teresina, idênticos procedimentos são acionados para assegurar o domínio familiar da política e, portanto, dos negócios públicos e da burocracia do Estado. Em 1912, a Secretaria de Polícia registra os desmandos praticados pelo tenente coronel Coriolano de Carvalho e seus partidários, na busca por se estabelecerem enquanto forças políticas na administração pública, “fizeram entre si uma subscrição para custear as primeiras despesas de luta armada, puzeram dinheiro á sua disposição em Fortaleza e mandaram emissarios seus ao interior deste estado e do Ceará

¹⁰⁸ LIMA, 1987, *op. cit.*, pp. 61-62

¹⁰⁹ RESENDE, 2017, *op. cit.*, p. 96.

¹¹⁰ RIO DE JANEIRO. **Annaes da Camara dos Deputados**. Vol I. Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 252.

procurarem elementos de subversão da ordem nesta capital”¹¹¹, ao passo em que Antonino Freire, então Governador do Estado, encomendou uma bomba “fabricada pelo pharmaceutico Julio Rosa”, que “passou em seguida ás mãos de Miguel Rosa (...), entregue por ultimo a um operario do ‘Diario Official’ de nome Damião, a quem foi ordenado que pizesse fogo no estopim e lançasse contra a casa das audiencias do juizo federal”¹¹², objetivando interromper a apuração das eleições daquele ano. Preservando os privilégios oligárquicos e desenvolvendo estruturas federalistas, não é de se estranhar que “todas essas características vinham de tempos da colônia, mas a república criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder”¹¹³.

Alianças entre núcleos de poder local e o governo do Estado garantiam uma moderada gestão do Estado. Por outro lado, o apoio ou negação de colaboração significava o início ou aumento de conflitos, tendo como exemplo o ano de 1912, quando “Jonas de Moraes Correia, ‘chefe’ político e uma das grandes fortunas de Parnaíba, rompe com o governador Miguel Rosa e a partir do Momento em que este apoia, politicamente, a família Veras (rival política dos Correias, em Parnaíba)”¹¹⁴.

Apesar disso, periodicamente, as mesmas famílias que atentavam contra a vida umas das outras, trocavam ofensas e ameaças, uniam-se ou buscavam alianças, mesmo que por curto espaço de tempo, como noticia o jornal oposicionista *A Tribuna*, sobre a aliança entre Ademar Neves (um Veras) e Josias de Moraes (um Correia), no Bloco Republicano Conservador: “por mais que procurem os Correias e os Vêras aparentarem uma união de vista inabalavel, o odio velho que não cansa, vem sempre a tona, e nós, o publico, temos que vir até o fim, as cobras que irão sempre procurando ingulir suas companheiras...”¹¹⁵.

Acordos interfamiliares geralmente se traduziam em relações conjugais endogâmicas, na busca por vínculos mais sólidos, com o objetivo de manter o poderio oligárquico intocado. Se no período colonial, no Piauí, “o poder foi sempre monopolizado por um reduzido número de pessoas, que também concentrava a posse de

¹¹¹ Boletim Oficial: Secretaria de Policia. **Diario do Piauhy**. Teresina-PI. Ano II, n. 103. 21 de Maio de 1912, p. 01.

¹¹² Estranho acaso. **O apostolo**. Teresina-PI. Ano V, n. 241. 07 de Janeiro de 1912, p. 01.

¹¹³ FAUSTO, 2015, *op. cit.*, p. 226.

¹¹⁴ PATROCÍNIO, Raimundo. **Piauí: lutas de um povo**. Teresina: Silva Gráfica & Editora, 2010, p. 94.

¹¹⁵ Cobra engolindo cobra. **A Tribuna**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 11. 18 de Janeiro de 1920, p. 02.

riquezas”¹¹⁶, onde as famílias abastadas compunham um círculo hermético em suas relações sociais; com o advento da República, praticamente nada mudou, pois “a aristocracia nordestina mantinha-se limitada a um pequeno número de famílias tradicionais (...) que terminavam por se confundir através de sucessivos cruzamentos”¹¹⁷.

Tais relações de classe eram preponderantes às disputas político-administrativas locais, exemplificada no casamento do inglês James Frederick Clark, proprietário da Casa Inglesa, com Ana Gonçalves Castelo Branco, nascida em Parnaíba, descrita como “moça fidalga, educada na Sacred Heart School (...), nos arredores de Londres”, sendo “alta e esguia, de ar aristocrático”¹¹⁸.

Para além da composição familiar como mecanismo de perpetuação do poder, a Igreja tomava partido entre uma ou outra família. Nos jornais, localizamos o confronto interno na Diocese de Parnaíba, no ano de 1912, causado por desentendimentos em relação à política partidária. Sob título de “No Piahy: os ‘salvadores’ de batina”, o periódico carioca *O Malho* indica que “Telegrapharam da Parnahyba dizendo que a diocese do Piahy está em dissolução e que o vigário encarregado d’ella tornou-se politico exaltado exercendo pressão contra outros vigários que excommunga a torto e a direito”. Em seu conhecido tom satírico, *O Malho* denuncia os conflitos internos e as posições políticas assumidas pelos vigários em diversas paróquias:

o padre agitador: - Eu te excommungo, vigario da Jurumenha! Toma figa tu também, padre de Peripery! E você, da Piracuruca, demitta-se, rode de banda!... Não tem mais? Ah! Tomem tambem suspensão os vigarios da Parnahyba e Amarante!... Aqui, quem manda sou eu! Viva a politica e o meu partido! Com seis centas libras de cera benta!... Derreto já todos os diabos que se metterem na minha frente!....¹¹⁹

¹¹⁶ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 268.

¹¹⁷ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 34.

¹¹⁸ *Id. Ibid*, p. 26.

¹¹⁹ **O Malho**. Rio de Janeiro-RJ. Ano XI, n. 498. 30 de Março de 1912.

Figura 1: Caricatura na Revista O Malho (1912)



Fonte: RIO DE JANEIRO. O Malho. Ano XI, n. 498. 30 de Março de 1912.

A caricatura quer representar as medidas adotadas pelo bispado parnaibano, em busca de consolidar os laços políticos da Igreja e depurar do campo eclesiástico, adversários internos, demonstrando também que, apesar do discurso laico na vida republicana, “o Estado, a propriedade privada, a igreja e a família eram instituições que se interrelacionavam sem contestações”¹²⁰.

2.4. “A luta aqui era pelo progresso”

Retomando a narrativa sobre a modernização e embelezamento da cidade de Parnaíba, sua localização geográfica tornou possível a recepção de materiais ou maquinário na virada do século XIX para o século XX. Pelo Porto de Amarração ou de Parnaíba, se dava a circulação de diversas mercadorias, gerando tarifas na alfândega; além disso, os embarcadouros (passageiros, marujos, trabalhadores do porto, tripulação) faziam circular na cidade as novidades vindas de outros portos – notícias, gazetas, jornais, livros, entre outros suportes de difusão das ideias.

¹²⁰ FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: Fundação Universidade Federal do Piauí, 1999, p. 30.

O ideário das elites locais, impregnado pelo sentimento de progresso e inspirado nos marcos europeus como “moderno” e “civilizado”, era reforçado pela novidade republicana. A Constituição de 1891, principal marco jurídico-institucional do período, foi transplantada para o Brasil “sem que se leve em consideração a realidade social e econômica do país, marcada pela alta concentração da propriedade, pelo imenso poder dos proprietários de terras e pela enorme desigualdade entre a população (...)”¹²¹. É com base nesses pressupostos que os dominantes em Parnaíba tentam replicar na malha urbana os ditos “melhoramentos”.

Quanto às diversas conjunturas econômicas, observadas as culturas do algodão em meados do século XIX; e na primeira metade do século XX, a borracha de maniçoba, a carnaúba e o babaçu, gerando saldo positivo na receita do Estado, “representou um longo ciclo de acumulação de capital para a economia piauiense, fortaleceu as finanças públicas e ensejou modificações sociais e culturais”¹²², e por outro lado produziu “um padrão de crescimento pouco flexível, fundado em substituição súbita de produtos básicos e em constante mobilidade dos centros econômicos prósperos”¹²³.

As condições de miserabilidade das camadas populares, que formavam um enorme contingente de pobres inseridos em uma lógica econômica dependente, participavam da produção global como subalternos. Seu lugar na divisão internacional do trabalho assegurava aos comerciantes locais cifras consideráveis, e lucros ainda maiores aos exportadores dos mercados centrais do capitalismo. Esta economia flutuante garantia “os passageiros surtos econômicos neste ou naquele ramo da agricultura”, que, diante das expectativas surgidas com seu desenvolvimento, “serviam para evitar uma explosão de todo o sistema”¹²⁴.

Diante do exposto, observamos que o escasso contorno de uma dita *Belle Époque* deve ser compreendido em escala reduzida, apropriado em alguma dimensão por setores da elite que, inclusive, conforme demonstram os estudos de história social

¹²¹ RESENDE, 2017, *op. cit.*, p. 98.

¹²² MEDEIROS, 1995, *op. cit.*, p. 166-167.

¹²³ FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 53.

¹²⁴ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 13.

da cultura, não reuniam repertório de imaginação intelectual para reproduzir em plano local as ditas luzes europeias. Aqui é preciso insistir naquilo donde provém o poder e a riqueza material: o latifúndio, a superexploração dos trabalhadores no campo e na cidade, o mando político do coronelismo e a apropriação dos negócios públicos pelas oligarquias, marginalizando a pobreza urbana e sujeitando sua existência a várias dificuldades.

Com base nessa indicação, debatemos com parte da historiografia sobre a cidade de Parnaíba, pensando o ideário do progresso como vivenciado e partilhado por todos; e, portanto, desconsiderando os embates entre capital e trabalho, e as ações promovidas pelos pobres e trabalhadores. Adotando tal modo de construir suas narrativas, afirmam que, na cidade, paralisações e conflitos não aconteciam por causa do desejo coletivo em materializar o progresso:

no Brasil, greves operárias em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre agitam as classes proletárias e param as grandes cidades. Parnaíba, ao contrário, parecia estar de costas para o Brasil, longe de ideologias e conflitos. A luta aqui era pelo progresso¹²⁵.

De forma genérica, associa-se o pensamento político-econômico das elites, que ansiavam em ampliar os meios de transporte e comunicação no intuito de expandir seus lucros, ao da cidade como um todo, afastando dessa análise a divisão de classes que determinava a dinâmica organizacional e social da sociedade parnaibana. A pretensa harmonia levava a crer então que “sabiam todos que o engrandecimento da cidade, pelo comércio significava o enriquecimento pessoal de cada um”¹²⁶, e que

A população parnaibana considerava o comércio um elemento de suma importância para proporcionar o crescimento não só da cidade como centro urbano, mas da sociedade, sua forma de pensar, agir, prosperar, eclodindo numa transformação no campo econômico, político e social¹²⁷.

¹²⁵ MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **ACP, 80 anos de lutas e conquistas**. 2. ed. 1997, p. 19.

¹²⁶ SANTOS, Benjamin. **Livro do Centenário da ACP**. Parnaíba: Sieart Gráfica e Editora, 2017, p. 25.

¹²⁷ DUARTE FILHO, Gilberto Escórcio. **Porta-vozes da conquista da riqueza: o ensino comercial e a escola União Caixeiral de Parnaíba (1918-1950)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010, p. 24.

2.5. “Para amparar os direitos da classe”: Apoio mútuo e as lutas sobre o tempo de trabalho

Ao contrário do que pretendem, as contradições presentes no mundo do trabalho, as situações de intensa exploração, provocaram em diversas ocasiões, confrontos e debates que tinham por objetivo a melhoria da vida dos trabalhadores. Um deles, datado do ano de 1910, registra o movimento grevista dos trabalhadores da Companhia de Vapores do Rio Parnahyba:

As guarnições dos vapores “João de Castro” e rebocador “Senador Cruz” e outros, de propriedade da “Companhia de Navegação a vapor no rio Parnahyba” e outros neste porto, manifestaram-se em greve pacífica, com o fim de lhes ser aumentada a soldada. Um pequeno grupo destes grevistas, representando toda a guarnição, incluzive a de algumas alvarengas, também neste porto, consta, procurou o respectivo Agente, a quem pediu a satisfação dos seus desejos. Esse representante da Companhia, não podendo resolver o caso, telegraphou á Gerencia, relatando o ocorrido. Pelo que corre, o Gerente da Companhia respondeu que precisava ouvir a Directoria, havendo, entretanto, como parece, dificuldades para reunil-a pela auzencia, em Thereszina, da maioria dos directores da Empreza. Ha, porém, esperanças de um accordo entre os interessados, não ficando, por isto, interrompida a navegação da prospera Companhia¹²⁸.

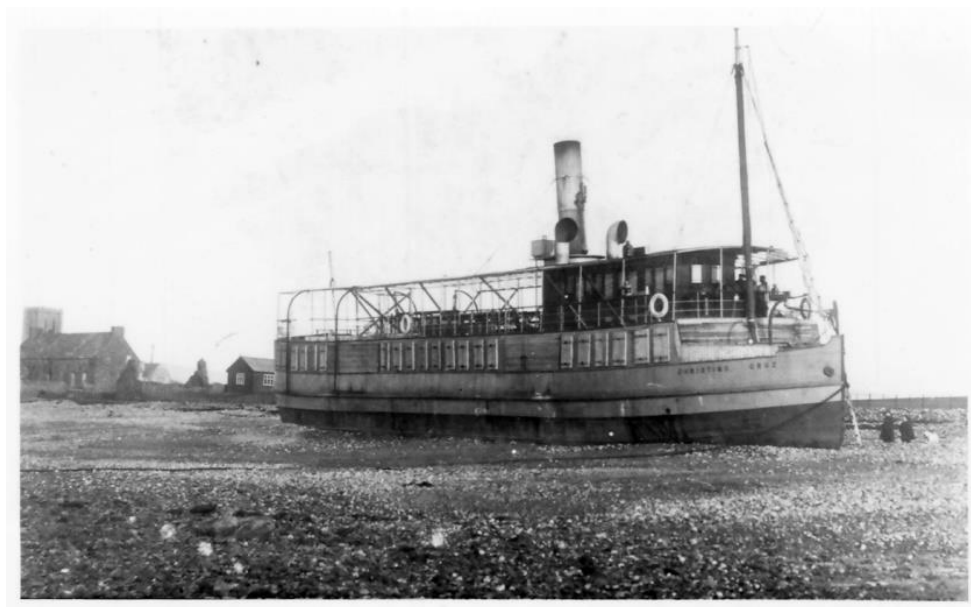
Pelo documento, notamos a articulação destes trabalhadores, que conseguiram coordenar simultaneamente uma greve em diversas embarcações da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba, na tentativa de aumentar sua “soldada”. Para tal, é possível supor, frente aos baixos salários e intensa exploração, que esses trabalhadores conversaram entre si, em pequenos grupos, e ampliaram a conversa até chegar ao consenso de uma paralisação de suas atividades. Percebemos também a construção de formas de negociação e a percepção sobre a hierarquia na companhia de navegação – o Agente, o Gerente, a Diretoria –, e seu “discurso público” operando no sentido de afirmar que “Ha, porém, esperanças de um accordo entre os interessados, não ficando, por isto, interrompida a navegação da prospera Companhia”. O noticiário não registra o resultado da greve, mas em 1916 uma nova greve é realizada no porto da cidade:

¹²⁸ GREVE. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 35. 05 de Fevereiro de 1910. p. 02.

Foi muito grave a greve havida ha dias à bordo do vapor Christino Cruz, ao nosso porto em ocasião de seguir viagem para Tutoya. O caso foi que os tripulantes do sobredito vapor não recebiam suas soldadas nas quaes estavam atrasados havia algum tempo. Consta-nos que à vista dessa reclamação aliás bem justa o sr. capitão do Porto intimou o vapor a não sahir enquanto não satisfizesse aquelle compromisso. Consta-nos ainda mais que o ser agente depois de ter rezado o padre nosso de traz para diante e diante para traz e o credo em cruz conseguiu que lhe emprestassem o dinheiro para o pagamento e o Christino lá se foi lampeiro com a tripulação garbosa rumo de Tutoya. Antes assim¹²⁹.

Desta feita, a greve é decretada em vista do atraso de pagamento dos tripulantes no vapor Christino Cruz, também da Companhia de Vapores do Rio Parnahyba, recorrendo ao Capitão do Porto para que se cumprisse o reclamado. De destaque, o tom jocoso da notícia em relação ao agente da Companhia de Vapores, que conseguira empréstimo para pagar as soldadas atrasadas, “depois de ter rezado o padre nosso de traz para diante e diante para traz”. O que se observa aqui é a disposição dos trabalhadores em paralisar suas atividades.

Figura 2: Vapor Christino Cruz (1913)



Fonte: (Sítio) iMuseum.

¹²⁹ GREVE GRAVE. **A Semana**. Parnaíba-PI. 3 de dezembro de 1916. Ano I, nº 3. p. 03.

A fotografia acima, datada de 1913, registra o navio Christino Cruz após um acidente. Tentando retornar ao Porto de Tutóia, no Maranhão, ante fortes ventos, o navio foi à deriva, e necessitou de reparos no Porto de Castletown, na Isle of Man, no Reino Unido. A embarcação fazia o percurso da América do Sul à Europa, transportando mercadorias e passageiros, que incluíam os comerciantes de Parnaíba e trabalhadores portuários locais. É possível inferir que a experiência organizativa dos portuários ingleses possa ter auxiliado no processo que desencadeou a “grave greve” no Porto de Parnaíba, nos ajudando a compreender o fenômeno como pertencente à História Global do Trabalho, permitindo “situar a análise no contexto amplo de todos os processos históricos, não importando quão geograficamente pequeno sejam, por meio de uma comparação com outros processos em qualquer lugar, estudando o processo de interação, ou a combinação dos dois”¹³⁰, como aponta o estudo de Van der Linden. Tal realidade nos faz pensar sobre as possíveis relações entre os trabalhadores embarcados, que entre uma conversa e outra no balcão das quitandas, criavam redes de informação, como observado no estudo de Richard Graham para o caso de Salvador:

marujos, mesmo de passagem, demoravam-se dias ou semanas na cidade, enquanto mercadorias eram descarregadas ou recarregadas, e o navio, reparado e aprovisionado. É de supor que bebessem e se divertissem muito nas vendas, enquanto conversavam com moradores, entre eles vendedoras de rua, com isso entrando em contato com outro sistema, urbano, de propagação de notícias¹³¹.

Também é preciso assinalar a possível influência de determinadas Sociedades mutualistas de Teresina, como o Centro Proletário e a Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí. Essas Associações faziam circular em seus impressos, informações sobre a União Nacional dos Estivadores, “em sua grande maioria reivindicações sobre as condições de trabalho da categoria, e promessas de alguns

¹³⁰ LINDEN, Marcel Van der. Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: alguns pensamentos preliminares. **Revista Trajetos**. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol I, n. 01, 2002, p. 02.

¹³¹ GRAHAM, *op. cit.*, 2013, p. 143.

presidenciáveis para por fim ao sofrimento daqueles trabalhadores”¹³², como visto no estudo de Leôndidas Freire. Estes movimentos reivindicativos, certamente mais numerosos que os registros em jornais, fizeram com que fosse fundada, em 07 de Setembro de 1920, “na cidade da Parnaíba, a Sociedade União dos Estivadores, que tem por objectivo amparar os direitos da classe e promover o seu engrandecimento”¹³³. Sobre o tema da lógica mutualista e da mutualidade como afirmação de uma cultura de solidariedade entre os trabalhadores, trazemos aqui o estudo de Miguel Bento, para o caso de Portugal, quando afirma:

esta congregação de esforços, quer numa estrita lógica mutualista, quer num misto de mutualidade – sindicato, foi determinante para a afirmação de uma cultura de solidariedade fora da esfera religiosa, e ainda de valorização, por via da intervenção político-social, de milhares de pessoas, que a partir de então passaram a ser construtoras do seu futuro¹³⁴.

Além das reivindicações por melhores salários e da busca pela normalização de seu pagamento, a discussão sobre o tempo de trabalho se fez presente entre os trabalhadores de Parnaíba. Em 1919, meses antes do Primeiro de Maio, data que marca o dia do Trabalhador, a União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba veicula em seu jornal – *O Artista* –, a seguinte notícia:

A União Progressista, vai empregar todos os esforços para a regularização de 8 horas de trabalhos diários para os artistas e operários desta cidade, na ordem seguinte: - das 7 horas as 10, das 11 as 16 (4 da tarde). O artista precisa ser mais livre e ter um salário mais elevado digno de seus sacrifícios, especialmente na dureza da epocha de carestias que atravessamos¹³⁵.

O ponto de vista da União Progressista denota a superexploração da mão de obra de diversos trabalhadores autônomos que se dedicavam a ofícios que envolviam

¹³² JÚNIOR, Leôndidas Freire Silva. Mutualismo em Luta: enfrentamentos sociais dentro do associativismo operário no Meio-Norte do Brasil (1900 - 1922). In: **IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL - GREVES E CONFLITOS SOCIAIS**. São Paulo-SP, 2018, p. 04.

¹³³ **Pacotilha**. São Luís-MA. Ano XL, n. 223. 21 de Setembro de 1920, p. 01.

¹³⁴ BENTO, Miguel da Conceição. **Vida e morte no Alentejo** - Pobreza, mutualismo e provisão social. Alentejo: 100LUZ, 2013, p. 39.

¹³⁵ **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 07 de Setembro de 1919, p. 02.

habilidades manuais (vidraceiros, pintores, funileiros, dentre outros), e entendiam-se enquanto artistas. Além disso, a decisão da mutualista em torno da luta pelas oito horas de trabalho é a contraprova factual divergente dos estudos históricos que, ao comparar as associações de socorros mútuos ao sindicalismo, enxergam nas primeiras um *protossindicalismo*, tendência que simplifica e dificulta o entendimento do mutualismo, uma vez que, como referenciam Claudio Batalha e Marcelo Mac Cord, muitas Sociedades mutualistas “extrapolaram os tradicionais objetivos previdenciários, chegando mesmo a pautar significativas reivindicações de cunho sindical”¹³⁶.

Isso demonstra que “o fato de as mutuais não terem como propósito a luta política em favor dos trabalhadores não implica que estivessem indiferentes às mesmas”¹³⁷, mostrando a complexidade desse fenômeno associativo que mesmo eventualmente tendo sua diretoria formada por camadas médias de uma “aristocracia operária”¹³⁸, composta por trabalhadores qualificados que recebiam proventos maiores que a média geral, que em Parnaíba equivaleria aos dentistas, médicos, etc., sua base era composta por trabalhadores pobres que sofriam as duras consequências de uma economia desigual, e para dar respostas aos problemas sociais, algumas destas Agremiações “envolveram-se na luta operária, apoiaram greves, cederam seus espaços para as sociedades de resistência, compareceram nos congressos operários, comemoraram o primeiro de maio e, em alguns momentos, tornaram-se, inclusive, sindicatos”¹³⁹.

A luta pela redução da jornada de trabalho se intensifica na conjuntura dos anos de 1917-1920, que convulsionou o mundo a partir da Revolução Russa, da Greve Geral de 1917 em São Paulo e das dificuldades na vida dos trabalhadores causadas pela

¹³⁶ BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo. Introdução: experiências associativas e mutualistas no Brasil. In: BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 14. Ver também: LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

¹³⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Vol 2, n. 04, 2010, p. 33.

¹³⁸ Para o debate sobre aristocracia operária, sugerimos a leitura de HOBBSBAWM, Eric. O debate sobre a aristocracia operária. In: **Mundos do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

¹³⁹ VISCARDI, 2010, *op. cit.*, p. 33.

I Guerra Mundial, “tendo efeitos diretos sobre o movimento operário da América Latina e do Brasil”¹⁴⁰, situação sentida na pele pelos trabalhadores parnaibanos.

Diante dos registros observados, se deve questionar as afirmações sobre o sonho do progresso de uma indiferenciada “população parnaibana”. Essa reflexão auxilia no processo de compreensão da Parnaíba do início do século XX, demonstrando que a busca pelo aumento da arrecadação de impostos, ou mesmo do alargamento da capacidade de transporte das mercadorias piauienses, restringiam-se aos dominantes, que se esforçavam para capturar o imaginário dos trabalhadores pobres, almejando que estes sonhassem um sonho que não lhes pertencia. É com essa pretensão que Lima Rebêllo encerra sua conferência na Praça da Matriz conclamando aos operários que lutem pela instalação do Porto de Amarração, o que garantiria uma nova rota de transporte marítimo e ampla arrecadação de tributos: “Erguei, pois, os corações; *Sursum corda*. Eis operarios, á conquista do nosso porto. Viva Amarração!”; e diante da problemática que envolvia a vida e o trabalho na cidade, lembra que “nos paizes novos como os nossos não se deve fallar nas realidades e sim nas possibilidades”¹⁴¹.

6. O embelezamento da cidade e as marcas da segregação dos pobres

Outra característica apontada em relação a ideia de modernidade em Parnaíba são as melhorias e o embelezamento adotados nas residências da classe dominante. Alterações estruturais em prédios administrativos e suntuosos palacetes e bangalôs de arquitetura eclética figuram no imaginário local como representantes de um período de riquezas, seguindo assim a narrativa do progresso do século XX:

si por um lado vemos a cidade se auzentar dos seus velhos predios afeiados que vão desaparecendo para ceder logar á novas construções elegantes e confortaveis, por outro lado a Municipalidade se empenha em realizar outros beneficios que condizem com essa evolução progressiva¹⁴²

¹⁴⁰ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 281.

¹⁴¹ REBELLO, Lima. Conferencia aos operarios de Parnahyba. In: **ACP pró-Piauhys: Campanha econômica promovida pela Associação Comercial de Parnahyba**. Belém: Tipografia da livraria Gillet, 1921, p. 57.

¹⁴² Parnahyba: Influencia da municipalidade na sua evolução. **Almanack da Parnahyba**, 1924, p. 02.

Essa narrativa chega ao presente, apontando que edifícios estruturados em moldes arquitetônicos estrangeiros afirmam, pela sua própria existência, a herança histórica de um saudoso passado aristocrata, onde a dita *evolução social* supostamente alcançava a todos de forma idêntica, na qual “a incidência dos casarões (...) refletem o esplendor de um momento de grande desenvolvimento”¹⁴³, e que “nas ruas, a grandeza dos casarões refletiam o desenvolvimento do comércio”¹⁴⁴.

Os novos modelos de arquitetura baseiam-se nas residências e moldes europeus, desejando construir em Parnaíba uma imagem de aparente cosmopolitismo. O estudo de Diva Figueiredo afirma as características do ecletismo no período, predominando “entre as demais influências estrangeiras da primeira metade do século XX”; já o *Art Deco* “se destaca nas construções comerciais, prédios, monumentos públicos (...)” e o *Art Nouveau*, um dos “elementos construtivos e decorativos dos palacetes, as casas de pó de pedra de inspiração inglesa, os chalés e os bangalôs de linguagem ornamental e romântica (...)”¹⁴⁵. Essa arquitetura criada pelos dominantes é classificada como uma tradução, o que de acordo com a pesquisa de Neuza Leão “corresponde a uma imitação traiçoeira e deslocante, através da qual o original não foi reforçado, mas simulado, reproduzido, transferido, bricolado, reduzido a um simulacro”¹⁴⁶, resultado da tentativa das elites parnaibanas em marcar a cidade com as noções urbanísticas do estrangeiro.

Aqui é necessário considerarmos do Censo realizado em 1920 as informações relativas ao arrolamento dos prédios na cidade de Parnaíba. O citado documento registra para o período em Parnaíba: 3.847 residências ocupadas, 129 casas ditas abandonadas, 18 prédios não-domiciliares (1 cadeia, 2 escolas, 5 fazendas e outros

¹⁴³ CARVALHO, Marcos Antonio de. Aspectos da Modernização do espaço urbano de Parnaíba. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al. (org.) **Fragmentos históricos: experiências de pesquisa no Piauí**. Parnaíba: SIEART, 2005, p. 165.

¹⁴⁴ LIMA, Elys Regina de Oliveira. Impactos da modernidade: Parnaíba no início do século XX. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al. (org.) **Fragmentos históricos: experiências de pesquisa no Piauí**. Parnaíba: SIEART, 2005, p. 211.

¹⁴⁵ FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio - O caso de Parnaíba**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001, p. 36.

¹⁴⁶ BHABHA (1998) *apud* MELO, Neuza Brito de Area Leão. **O ecletismo parnaibano - hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2012, p. 126.

estabelecimentos agrícolas, 2 hospitais, 6 pensões, e 2 quarteis)¹⁴⁷. Uma pergunta que se dirige à fonte é acerca da presença rural no chamado perímetro urbano; ou seja, a presença de estabelecimentos agrícolas conformando uma convivência entre o urbano e a ruralidade. A fonte não indica a área ocupada pelos imóveis, bem como os seus modos de construção; ainda assim, é possível conjecturar sobre uma modesta presença imobiliária de inspiração no dito padrão europeu, o que põe em causa determinadas afirmações sobre uma nascente *Belle Époque* no início do século XX na cidade. Com base nos estudos já realizados, observamos que as construções de inspiração *Art Deco* ou *Art Nouveau*, ou seja, consoantes ao ecletismo do período, formam um patrimônio imobiliário de pouca monta¹⁴⁸. De todo modo, convém aqui chamar a atenção a possíveis exageros quanto a europeização na moradia e nos costumes da elite, e neste sentido, a reflexão de Luiz Alberto Romero sobre a pobreza em Santiago do Chile apoia esta crítica: “a elite apenas começava sua europeização, e este incipiente refinamento não deve ser exagerado”¹⁴⁹.

O Censo acima referido, por incompleto em seu registro acerca do tipo de residências, notadamente relativo a moradia dos trabalhadores e dos mais pobres, exigiu de nossa pesquisa um alargamento de vistas para compreender a cidade dos invisíveis à história oficial. A moradia da gente simples é erguida na encosta do rio Igaraçu, ladeada por pântanos e vegetação que possibilitavam a construção de suas modestas casas de taipa cobertas de palha de carnaúba, buriti ou tucum; onde os trabalhadores pobres organizavam seu cotidiano buscando um teto que os protegesse das chuvas, dos ventos e do sol. A vasta literatura que trata o problema multissecular da pobreza indica enorme carência de moradia por parte dos pobres. Aqui também se pode afirmar tal dificuldade, como é o caso do trabalhador vareiro¹⁵⁰ Chico Preto, que após sua jornada de trabalho, “dormia sempre trepado no alto das mongubeiras”, tentando driblar o desconforto da

¹⁴⁷ RIO DE JANEIRO: **Estatística predial e domiciliária do Brasil**. Diretoria do Serviço de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Vol IV, 6º parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930, pp. 474-475.

¹⁴⁸ Ver: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**: Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN, 2008; MELO, Neuza Brito de Area Leão. **O ecletismo parnaibano**: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Teresina: EDUFPI, 2012.

¹⁴⁹ ROMERO, Luis Alberto **¿Qué hacer con los pobres? Elite y sectores populares en Santiago de Chile 1840-1895**. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1997, p. 19.

¹⁵⁰ O vareiro é um trabalhador do rio caracterizado pela utilização de uma longa vara de madeira como propulsão para a simples embarcação, que descia e subia o rio Parnaíba, carregando fardos de mercadorias pelo canal fluvial.

vida de todo dia em busca de “garantir o sossego do seu sono, e também precaver-se contra o furto do seu dinheirinho, que guardava no forro do chapéu de couro com rabricacho passado e do qual não se separava nem prá dormir”¹⁵¹.

Também outros trabalhadores vareiros se viam na contingência de combinar no mesmo espaço o trabalho e a moradia. Segundo o estudo de Günter Weimer, observamos tal forma de morada, indicando inclusive os arranjos possíveis internamente às barcas maiores, que albergavam além da tonelagem de mercadorias, serviam como moradia dos trabalhadores e de suas famílias. Tal informação ajuda a perceber melhor as difíceis condições de vida das famílias pobres, pois aqui temos uma indicação de seu viver literalmente dentro do lugar de trabalho: “por serem de boa resistência e os pecíolos terem uma resina que servia de isolante à água, as barcas maiores podiam carregar várias toneladas de carga ao mesmo tempo em que serviam de moradia para as famílias dos barqueiros”¹⁵². Observamos que o fato se confirma nas balsas de menor tonelagem que desciam e subiam o Rio Parnaíba, requerendo para os arranjos da moradia a cobertura de palha de buriti no espaço onde seriam albergados a mulher e os filhos. O autor ainda nos deixa a gravura de uma dessas balsas, que muito se assemelham aquela registrada na pesquisa de Renato Castelo Branco¹⁵³ em 1942, acompanhada da seguinte legenda: “a balsa, verdadeira palhoça fluctuante, é uma nota pitoresca na passagem do rio”¹⁵⁴.

Na primeira imagem, apresentada como “balsa de buriti do rio São Francisco”, vemos alguns utensílios de cozinha e um precário fogareiro; dentro da cobertura de palha, uma criança e sacas – de mercadoria ou víveres para manter seus tripulantes durante a viagem –, armazenadas no canto esquerdo. Ao fundo, alguém carrega mais uma saca para dentro da embarcação. Já na fotografia de Renato Castelo Branco, vemos, pelo menos, seis pessoas, duas crianças e quatro adultos – três homens e uma mulher, todos posando para o retrato. À frente da balsa, a longa vara – a principal ferramenta de trabalho do vareiro –, “que ele utilizava para roçar o fundo do rio e criar energia

¹⁵¹ LIMA, Raimundo de Souza. **Vareiros do Rio Parnaíba & outras histórias**. Parnaíba: Fundação Cultural do Piauí, 1987, p. 36.

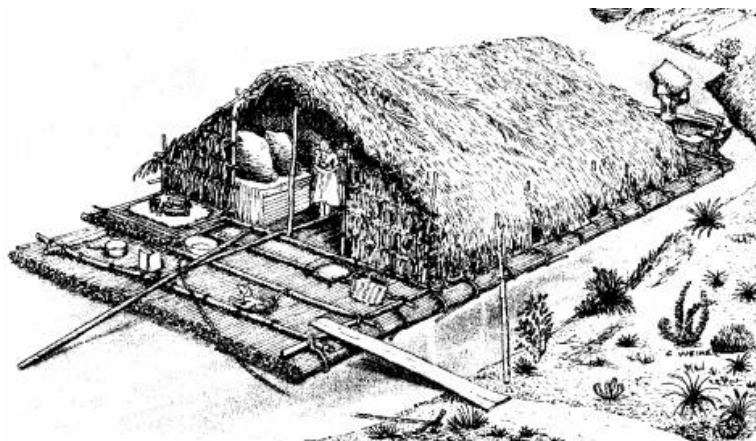
¹⁵² WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 68.

¹⁵³ Escritor, advogado e publicitário, nasceu no ano de 1914 em Parnaíba-PI, residindo nesta até 1932.

¹⁵⁴ CASTELO BRANCO, Renato. **A Civilização do Couro**. Teresina: D.E.I.P, 1942, s/p.

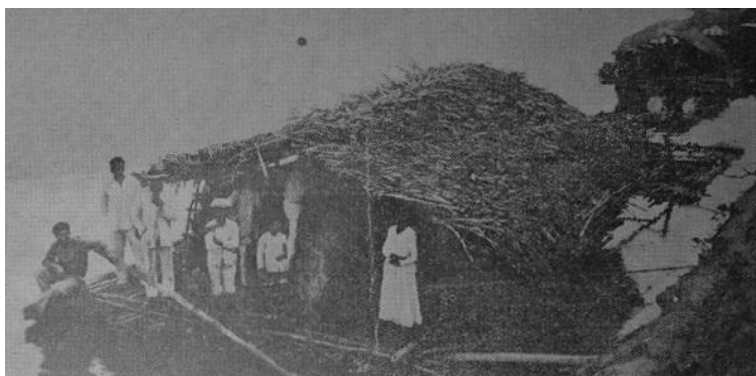
necessária para o seu movimento”¹⁵⁵. A legenda indica ainda que a “palhoça flutuante” opera também como abrigo da família dos embarcadiços, que sobem e descem o Rio Parnaíba com mercadorias para garantir seu sustento. Apesar de relativas a diferentes rios (o São Francisco e o Parnaíba), a semelhança chama nossa atenção, mostrando uma conexão entre as formas de trabalho e moradia dos pobres em regiões distintas.

Figura 3: Balsa do rio São Francisco (2005)



Fonte: WEIMER, 2005, p. 68.

Figura 4: Balsa do rio Parnaíba (1942)



Fonte: CASTELO BRANCO, 1942.

Nosso estudo tentou, com base nas fontes consultadas, questionar os recursos cristalizados por uma memória que fixa na cidade de Parnaíba, para o período analisado, uma suposta “era de ouro”, como se o trem de ferro e as embarcações

¹⁵⁵ SILVA, 2012, *op. cit.*, p. 58.

atracadas no porto; a construção de equipamentos vários que sustentam a expansão dos negócios do comércio – casa bancária, casas exportadoras –; a construção de lugares da fruição dos novos modos de convivialidade urbana – clubes, cinemas, teatro, igrejas, pensões –, configurassem um desenho ideal de cidade. Isto porque fora deste desenho está a massa de trabalhadores pobres e os modos como historicamente foram processadas sua exclusão e segregação.

Quase sempre esses trabalhadores são desconsiderados na narrativa histórica, os quais constituíram a força viva, assegurando as engrenagens requeridas pelo progresso, como os aguadeiros e rachadores de lenha, na obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, “construíram uma infra-estrutura para o capitalismo mercantil”¹⁵⁶. Sobre essas histórias, dos pobres em suas práticas e estratégias de sobrevivência, trataremos no capítulo seguinte.

¹⁵⁶ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 59.

3. A PRECARIEDADE DO VIVER E DO MORAR

*É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha*¹⁵⁷.

A epígrafe acima inspira nossa proposta de investigação. Aqui se busca demonstrar a partir da leitura de diversas fontes que a Questão Social se configurava de modo multifacetado, sendo uma de suas evidências o desenho do espaço urbano, onde as classes sociais se mantêm apartadas, indicando uma lógica de segregação, pois seus interesses, modos de vida e existência denotam as diferenças sociais e as formas históricas dos conflitos. Entendida aqui a obra histórica do tecido urbano, sua contínua produção articulada às contradições sociais provenientes da desigualdade nas relações sociais, como bem examinado no estudo de Ana Fani Carlos: “o urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade. Essas contradições são produzidas a partir do desenvolvimento desigual de relações sociais (de dominação-subordinação) que criam conflitos inevitáveis”¹⁵⁸.

A cidade de Parnaíba, entendida no quadro mais geral de relações socioeconômicas e de dependência das rotas comerciais nacionais e internacionais, experimenta melhorias urbanas nos fins do século XIX e inícios do século XX. Tais melhoramentos buscaram difundir novos hábitos entre as elites locais, a partir da adoção de medidas assentes no ideário de modernidade do período.

Neste capítulo trataremos de analisar as condições de moradia dos trabalhadores pobres na cidade de Parnaíba. No Piauí, no período estudado, observam-se as estratégias de controle, os discursos e práticas higienistas investidos constantemente sobre a pobreza urbana. Esse processo, mediado pelos vetores do progresso e da modernidade, desenhou no traçado urbano os novos equipamentos

¹⁵⁷ ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 70.

¹⁵⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 71.

dirigidos à ampliação do comércio, à circulação de mercadorias e passageiros, requerendo ainda, por parte das famílias de posses, um ideal de aformoseamento dos prédios de residência, de comércio, assim como de algumas edificações públicas, estabelecendo os contornos de um centro alargado da cidade.

Enquanto que para os abastados essas transformações pareciam o prelúdio de novos e auspiciosos tempos, em que o poderio das famílias seria exposto na imponência de suas casas e nos espaços privados de convivialidade, aos pobres significou um tempo de aperfeiçoamento dos mecanismos de segregação social. Aqui tratamos do problema da moradia, buscando compreender a origem dos trabalhadores pobres em Parnaíba, seus deslocamentos e os limites socialmente impostos a eles; e as formas como tentavam driblar as adversidades para morar e viver na cidade.

3.1. As ingrenagens da “infraestrutura do progresso” e os retirantes das secas

As transformações em sua malha urbana derivam da necessidade de ampliar a rede comercial para o interior do Piauí e se conectar ao mercado nacional e internacional, seja com a Estrada de Ferro Central do Piauí no ano de 1906, seja com a reforma do Porto Salgado em 1912. Os anúncios das casas comerciais fornecem indicações sobre o fluxo mercantil na cidade. Em 1901, a firma de exportação Jonas, Irmão & Cia. informava que possuía “completo e variado sortimento de fazendas, miudezas, molhados e generos de estiva, importados directamente das principaes praças do Paiz, Europa e America”¹⁵⁹. Já em 1910, a Casa Inglesa, “a maior compradora e exportadora de cera de carnaúba em todo Estado do Piauhy”, informava a seus clientes que “tem constante deposito de fazendas, miudezas, ferragens e generos de estiva, importados do paiz e de diversas praças estrangeiras”¹⁶⁰. Isso nos permite pensar as possíveis relações estabelecidas a partir do comércio, quer entre os comerciantes locais e os âmbitos do mercado nacional e internacional, quer entre os trabalhadores das embarcações e de outras ocupações.

¹⁵⁹ Anuncios. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 09 de Janeiro de 1901, p. 04.

¹⁶⁰ Casa Inglesa. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano, I n. 05. 10 de Julho de 1910, p. 06.

Da mesma forma, vamos encontrar na cidade as edificações que albergam o Vice-Consulado britânico, instalado em 1913, o Tiro de Guerra e a agência do Banco do Brasil em 1917. No mesmo ano é fundada a Associação Comercial de Parnaíba, requerendo também prédio próprio. No plano das convivialidades no espaço urbano, vamos encontrar as edificações do Club Recreativo, o Royal Cinema, de 1919, e do Cassino 24 de Janeiro, instalado em 1924, dentre outros equipamentos que denotam o empenho das elites locais em promover um desenho urbano que expresse seu conectivo com os ditos projetos de civilidade.

Estas obras foram realizadas tanto pelo poder público quanto pelo estímulo dos afortunados. Dessa forma, concordamos com o estudo de Roberto Lobato Corrêa, quando este afirma a cidade moderna no capitalismo sendo “o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica”¹⁶¹.

Figura 5: Aspecto das obras do Porto em Parnahyba (1913)



Fonte: RIO DE JANEIRO. O Malho. Ano XII, n. 541. 23 de Janeiro de 1913.

A imagem acima, impressa sob o título “O progresso no Brazil”, é um registro da obra realizada no Porto Salgado na cidade de Parnaíba, em 1912. Para além

¹⁶¹ CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989, p. 36.

do sugerido no documento, percebemos em simultâneo a situação das balsas estacionadas, os trabalhadores e sua precária vestimenta, realizando um labor temporário, que com a conclusão das obras do Porto, poderiam, talvez, retornar aos seus ofícios costumeiros ou mesmo à informalidade, ao trabalho incerto, e mesmo ao desemprego. Também percebemos na leitura da fotografia o dito *avanço do progresso*, em sua narrativa positiva, e como expresso pelas elites de então, e produzido pelo braço do trabalhador. Coube em nossa pesquisa, no aprendizado da História Social, escrutinar a imagem em busca de melhor situar as condições concretas do que se quis retratar à época.

Assim, as fontes examinadas indiciam que estas obras funcionavam a partir da utilização de mão de obra dos trabalhadores transformados em “flagelados das seca”, uma vez que Parnaíba foi, desde as primeiras grandes estiagens que atingiram a região, “trajeto de idas e vindas de retirantes em direção ao Porto de Amarração, além de receber grupos de retirantes que chegavam a pé pela fronteira com o Ceará”¹⁶². Em 1915, cria-se a Comissão de Novas Obras Contra a Seca, e como mão de obra, a força dos retirantes era largamente utilizada – embora sem nenhuma certeza de mínimas condições de trabalho –, pois consideravam que o labor possuía um caráter moralizador e até redentor, no sentido de garantir a manutenção da vida dos retirantes, como expõe em pesquisa Lara de Castro:

sendo o trabalho visto como um elemento edificante e instrumento da ordem social, a política da Obras Novas tinha o intuito de converter a população faminta em trabalhadores de frentes de serviços. Assim, as obras objetivavam amparar, mas com o trabalho, que traria o justo auxílio, afastando a condição aviltante e o ócio¹⁶³.

Segundo a perspectiva dominante, que narra a experiência dos pobres classificando-as como o revés de seus intentos, esses imigrantes esfarrapados e famintos “reuniam-se nas ruas, à margem do rio Igaraçu, constituindo-se em subsociedades nas quais primavam pelo meretrício, pelas doenças contagiosas, e, como consequência final,

¹⁶² BARBOZA, 2013, *op. cit.*, p. 87.

¹⁶³ CASTRO, Lara de. **“Avalanches de flagelados” no sertão cearense**: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010, p. 39.

o crime e demais distorções do comportamento humano, tão ao feitio de agrupamentos desse jaez”¹⁶⁴. Mesmo condenando-os socialmente, a burguesia local sabia se aproveitar das situações de calamidade e de fluxo perene de sertanejos para materializar seus anseios, pois eram estes períodos que permitiam

momentos privilegiados para que frações das elites mais afinadas com os interesses modernizadores (em geral, comerciantes, financistas, proprietários rurais esclarecidos, jornalistas, engenheiros e outros profissionais liberais) fizessem implantar seus projetos reformadores (que vinculavam à ideia de 'progresso'), aproveitando a presença de milhares de pessoas desempregadas e cujas plantações de subsistência e pequenos criatórios de animais encontravam-se arruinados pela falta de água¹⁶⁵.

Tal situação é percebida também em outras praças pelo mundo. Sobre Londres, o estudo de Gertrude Himmelfarb é preciso ao reconhecer a habilidade dos dominantes em usar do trabalho como ferramenta de purificação dos hábitos dos pobres; se por um lado havia os que viam na “coexistência da riqueza e da pobreza uma evidência dramática da injustiça social, um constante convite à inveja, descontentamento e dissensão”, outras “a consideravam um meio de melhoria social, e que os luxos dos ricos ofereciam emprego e sustendo aos pobres e assim a oportunidade de ‘melhorar’”¹⁶⁶.

São essas levas de retirantes que, empurrados pela necessidade, buscam melhores condições de sobrevivência nas cidades, que de acordo com a pesquisa de Facó, não atraíam os despossuídos nos tempos em que as chuvas ocorriam, mas que nas secas funcionavam como corredores para outras paragens: “as levas de nordestinos sertanejos – *flagelados* – que nas épocas das longas estiagens, as secas, deixam o sertão, transitam rapidamente por essas cidades, que são para elas apenas um porto de embarque”¹⁶⁷. Possivelmente Parnaíba era percebida dessa forma, como um lugar de embarque pelos sertanejos pobres, pois no porto da cidade muitas vezes deslocavam-se

¹⁶⁴ ATHAYDE, 1984, *op. cit.*, p. 10.

¹⁶⁵ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 08, n. 15, 2016, p. 152.

¹⁶⁶ HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de la pobreza**: Inglaterra a principios de la era industrial. México: Fondo de Cultura Económica. 1988, p. 351. (Tradução nossa).

¹⁶⁷ FACÓ, 1976, *op. cit.*, p. 09.

rumo ao Amazonas. O jornal parnaibano *Semana*, de 1911, divulga um artigo do Coronel João Vieira Pinto – então vice-presidente da intendência de Amarração –, reproduzido na edição de número 179 do periódico *O Monitor*, de Teresina:

A 31 do corrente, data aziaga, passei pelo grande desgosto de assistir a uma scene compungidora e ao mesmo tempo repugnante desenrolada nas margens do marulhoso Parnahyba em frente a bella cidade do mesmo nome - o embarque de pessoal para o Amazonas, promovido pelo celebre agenciador Wanderley. Mais de cem infelizes, homens, mulheres e creanças deixaram o abençoado solo piauiense em busca das pantanosas margens do Amazonas onde os espera a escravidão ou a morte! Em immundos botes, cobertos de velhas esteiras de palhas de carnahuba embarcaram esses desgraçados a maior parte delles embriagados entre gritos, pragas, imprecações, motejos, soluços e lagrimas. Era enorme a confusão: Operarios, marinheiros, velhos, rapazes, casados, solteiros, mulheres perdidas, moças e creanças, todos misturados, confundidos, presos nos elos de uma só cadeia - o negro infortunio que os conduziu ali. Em cada bote, sentado sobre a desmantelada coberta ia um emissario do agenciador, a semilhança de famelico urubu pousando sobre apodrecida presa. Assim preparada a lugubre comitiva, moveram-se as vogas mergulhando-se nas placidas aguas do Igarassú, e partiram os botes levando os desgraçados. A multidão que do porto assistia ao embarque se retirava a passos lentos, pesarosa, como quem volta de um enterro¹⁶⁸.

O tom dramático da notícia por certo deseja uma escrita de quem testemunhou a cena entre o “compungente e o repugnante”. Por um lado, quer destacar a “bela cidade” de Parnaíba e o embarque dos “infelizes homens, mulheres e crianças” deixando “o abençoado solo piauiense” para se defrontar com o que considera o reverso: “as pantanosas margens do Amazonas”, e vaticinando com um destino que os reserva a “escravidão ou a morte” na chegada. A escrita amplia seu tom trágico ao referir-se às péssimas condições das embarcações, e a cena que causa “desgosto e repugnância” se deve aos “gritos, pragas, imprecações, motejos, soluços e lagrimas”. Se a notícia só revela o nome do “célebre agenciador Wanderlei”, cuida de destacar as faces dos “mais de cem infelizes”: operários, marinheiros, velhos, rapazes, casados, solteiros, mulheres perdidas, moças e crianças. Se os estudos convencionais apoiados nas determinações da economia apontam o deslocamento dessa massa de trabalhadores para prover com seus braços a economia da borracha e em busca de melhores condições de vida, não é o que se observa na narrativa acima. O destino é apontado como “negro

¹⁶⁸ Emigração para o Amazonas. *Semana*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 47. 30 de Abril de 1911, p. 02.

infortúnio”, e a leva de retirantes como “desgraçados”; por fim, o embarque no porto é assistido por uma multidão que, diante da cena, se retira “pesarosa, como quem volta de um enterro”.

Em Fortaleza, o estudo de Frederico de Castro Neves nos permite traçar paralelos com a cena do embarque registrada em Parnaíba. Para ele, os abarracamentos, o socorro público e a imigração para o Amazonas operavam na tentativa de evitar o contato dos retirantes com os abastados da cidade, “além de ser, igualmente, um outro recurso para fugir dos efeitos da seca do ponto de vista dos retirantes”¹⁶⁹. As condições desumanas do embarque e acomodação dos sertanejos nas precárias e abarrotadas naus que partiam rumo a um destino desconhecido mostram a impiedade de agenciadores e comandantes dos transportes fluviais, absolutamente despreocupados com a dramática situação em que se encontravam os flagelados:

O embarque era feito de um modo afflictivo. Os encarregados do transporte para as lanchas arrancavam as crianças dos braços maternos e levavam-nas como fardos que sacudiam sem piedade no fundo da embarcação. As mulheres eram carregadas a empurrões, sem o menor respeito, entre ditos indecentes. A moça, a donzella não encontrava no meio daquela multidão selvagem e sem caridade, o respeito devido ao seu estado¹⁷⁰.

O recrutamento desses trabalhadores e a função dos agenciadores é tratada pelo governo Antonino Freire como um problema a ser atenuado a partir da elevação dos impostos sobre a ação dos referidos agenciadores. É o que se vê na medida adotada pelo Coronel João Augusto Rosa, Secretário de Estado da Fazenda do governo em 1912, quando noticiado pelo *Diário do Piauí* que afirma:

consegui que as leis orçamentarias fossem progressivamente elevando o imposto sobre os agenciadores de trabalhadores para os outros Estados. E o que é certo é que ou fosse por este motivo ou porque as illusões, pouco a pouco, se fossem desfazendo, a emigração para o Amazonas tem diminuído sensivelmente nestes ultimos annos¹⁷¹.

¹⁶⁹ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 33.

¹⁷⁰ THEOPHILO (1922) *apud* NEVES, 2000, *op. cit.*, p. 33.

¹⁷¹ **Diário do Piauí**. Teresina-PI. Ano II, n. 133. 26 de Junho de 1912, p. 02.

É de se anotar também que, contraditando a versão otimista do Secretário da Fazenda sobre a diminuição da emigração, como se esta se traduzisse em números e impostos, as taxas arrecadadas poderiam ser cobradas diretamente das parcas provisões dos retirantes. Tal modo de operar é visto em muitos casos ao longo desse processo de deslocamento de trabalhadores, gerando na prática uma “escravidão por dívidas”, como ocorria no sul do Piauí entre os “barraquistas” e maniçobeiros. É o que se pode depreender da notícia sobre emigração para o Amazonas, difundida em Parnaíba pelo jornal *A Semana*, em 1911, onde se lê: “e assim em vez da lei proteger a estes infelizes, piora sua situação, pois lá nos rios da Amazonia elles chegam com um debito que nunca mais poderão acabar de pagar”¹⁷².

Nos interessa, portanto, nos documentos examinados, observar os vários matizes acerca do sofrimento implicados na travessia desses trabalhadores pobres: as péssimas embarcações, a acomodação precária e a falta de comida na viagem, o desespero e a tristeza indiciando que a tentativa de escapar à fome e à falta de trabalho se defrontava já na partida, com a submissão e resignação às normas impostas pelos agenciadores e seus intermediários, como se vê nas dívidas contraídas que, por vezes, “nunca mais poderão acabar de pagar”. O “nunca mais” pode não ser uma licença literária, até porque de fato, para muitos, a morte pelas febres e outros males chegará antes do fim das dívidas.

A descrição das condições de pagamento, embarque e acomodação nos precários vapores com destino ao Amazonas nos permite notar o desespero de famílias inteiras que, na tentativa de escapar da fome e da morte, submetiam-se a taxas que não correspondiam ao que possuíam. Não nos é possível calcular com exatidão o fluxo migratório, mas para nós é certo que muitos destes permaneciam na cidade de Parnaíba. Tal fato se percebe em várias outras situações, e aqui o relato de Rui Facó pode indicar como a vida ia se tornando provisória, pois a situação de abrigo se dava “precariamente nos arrabaldes urbanos, e aí são pasto da fome e de toda sorte de doenças daí resultantes”¹⁷³.

¹⁷² Emigração para o Amazonas. *Semana*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 47. 30 de Abril de 1911, p. 02.

¹⁷³ FACÓ, 1976, *op. cit.*, p. 09.

Tal solução, inscrita nos incontáveis mecanismos de “governar a miséria”¹⁷⁴, é encontrada na medida adotada pelo então Intendente de Parnaíba no ano de 1900. Observando o aumento da chegada dos “infelizes imigrantes”, contados “em numero superior a dois mil”, proporcionalmente ao número de pedintes, desempregados e corpos tombados pela inanição nas praças e ruas do município, a medida tomada pelo intendente da época optou pela criação de abarracamentos, até porque a grande massa tentava permanecer ao abrigo “das raras árvores verdes e escassas ramarias”, como se lê no relato publicado no jornal *Nortista* em Julho de 1901. Confiná-los aos subúrbios da cidade sob a supervisão da Comissão de Socorros Públicos, que “procedeu ao preparo de alojamentos para os infelizes immigrants”, uma vez que “se achavam ao relento, sem tecto, pois como tal pode se considerar quem se abrigava mal das intemperies debaixo das raras arvores verdes e de escassas ramarias que ainda subsistiam no nosso solo abrasado”¹⁷⁵.

Tais alojamentos propostos pelo Intendente eram construções erguidas para concentrar os flagelados, objetivando seu confinamento. Os modos provisórios de abarracamento são empregados também no Ceará, quando em períodos de seca as grandes levas vindas do interior à capital são confinadas em lugares de isolamento, e nomeada no tempo como “campo de concentração”¹⁷⁶. No Piauí, na grande seca de 1877, as medidas do Governo da Província adotaram a conhecida política de construção de açudes, e ali o eufemismo da prática do confinamento e do isolamento dos sertanejos foi nomeado como “núcleo colonial”, que “tinha por objetivos receber imigrantes flagelados da seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais”¹⁷⁷. Os tais núcleos coloniais, insalubres e pestilentos, eram mantidos sob a supervisão de indivíduos que, não raro, desviavam recursos e pilhavam víveres enviados aos sertanejos emigrantes. Como dito, a existência desses núcleos tinha como propósito conter uma possível ocupação dos centros urbanos, como informa o jornal *A Imprensa* no ano de 1879, reproduzindo o discurso de João Lustosa da Cunha Paranaguá no Senado, registrando a ação do

¹⁷⁴ A expressão “governar a miséria” se deve à obra de PROCACCI, Giovanna. **Gouverner la misère - la question sociale en France** (1789-1848). Paris: Éditions du Seuil, 1997.

¹⁷⁵ **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 28. 13 de Julho de 1901, p. 03.

¹⁷⁶ Ver: RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

¹⁷⁷ ARAÚJO (1991) *apud* MONTEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 146.

Presidente da Província no período, mostrando que “o presidente evitou aglomeração na capital de grande numero de retirantes distribuindo-os pelos diferentes nucleos coloniaes do município”¹⁷⁸.

Em 1901, o Intendente municipal registra em mensagem, datada de 21 de Janeiro que, no ano anterior, diante do “consideraval alluvião de immigrants cearenses”, “nobrememente condoído das desgraças populares”, destinou parte das economias da cidade para “proporcionar trabalho diario a mais de uma centena de paes de familia desprotegidos da sorte”¹⁷⁹, “acossados pelas agruras da secca”. Foram 2:000\$000 destinados a tal fim, valor que não conseguiu sanar as dificuldades dos retirantes, que pelas ruas de Parnaíba “estendiam a mão supplice á caridade publica, que prestes lhes mitigava as necessidades mais imediatas”¹⁸⁰, avolumando a cada dia o seu número. Do fluxo de retirantes da seca de 1900, como já se disse, um contingente expressivo se fixa em Parnaíba e, por força das medidas aplicadas naquela conjuntura, se transformam de pobres retirantes em trabalhadores recrutados para as ditas obras de melhoramento da cidade, como se vê no relato do *Nortista*, em Janeiro de 1901.

a reedificação do Mercado, transformado de pardieiro com espedeque em um predio que honra a uma cidade pequena como a nossa; os grandes concertos que soffreu o armazem da polvora agora devidamente adaptado ao fim que é destinado; a instrucção publica, que lhes mereceu especial cuidado, sendo elevadas a nove as escolas municipaes, uma das quases de curso secundario, disseminadas com criterio por todo municipio; a creação do cargo de medico do partido publico, de grande utilidade para a pobreza, maxime em epocha calamitosa, como a presente; a illuminação publica, que tendia a desaparecer, foi reformullada sem excepção de um só lampeão tendo agora numero duplo de combustores e funcçionando com a maxima regularidade; a limpeza publica tornou-se uma realidade, sendo notavel o asseio constante que appresenta a cidade; abertura de ruas e beccos que facilitam em immenso a communição da cidade com a margem do rio, e a limpeza e deslocamento das estradas para o interior; o reestabelecimento do equilibrio orçamentario, mesmo supprimindo verbas de grande rendimento, como a verba inconstitucional de 10% sobre a importação; o pagamento de todas as dividas municipaes, inclusive priveniente de um emprestimo contrahido pelo Conselho anterior; a recente creação da repartição de terras para regularisar esse ramo do serviço municipal, que apresenta ainda o aspecto de inextricavel labyrintho, tal a desordem implantada nesse assumpto pelas administrações

¹⁷⁸ Senado - Discurso apresentado na sessão de 30 de Agosto de 1879. **A Imprensa**. Teresina-PI. Ano XV, n. 643. 11 de Outubro de 1879, p. 04.

¹⁷⁹ **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 09 de Janeiro de 1901, p. 02.

¹⁸⁰ **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 28. 13 de Julho de 1901, p. 03.

precedentes; e muitos pequenos melhoramentos cuja enumeração seria fastidiosa e é escusada¹⁸¹.

O tom de júbilo adotado pelo jornal *Nortista* em relação ao novo prédio do Mercado, aos concertos no armazém da pólvora, à melhoria na iluminação e limpeza pública, abertura de ruas e becos intercomunicando a cidade e a margem do rio, bem como a limpeza das estradas vicinais interligando ao interior do município, não pode elidir o fato de que tais melhoramentos foram realizados à custa de trabalho intenso e mal remunerados, sempre em desfavor dos “retirantes tornados operários”, para usar a feliz expressão do historiador Tyrone Cândido¹⁸². Aqui também se recorre à reflexão de Frederico Neves sobre o trabalho como medida imprescindível de auxílio aos retirantes das secas e correspondendo à construção do que o progresso reclamava como infraestrutura: “o trabalho nas obras públicas transformou-se em princípio básico de assistência aos retirantes das secas, absorvendo uma população desvalida e enfraquecida, cujo esforço até a morte foi empregado na construção de uma infraestrutura para o ‘progresso’”¹⁸³. Em outra pesquisa, o mesmo autor reflete sobre as contradições presentes na edificação destes espaços na cidade de Fortaleza, assim como na construção da estrada de Baturité. Nestes locais, o suplício vivido pelos retirantes é secundarizado diante das obras construídas em benefício do dito progresso:

tanto o calçamento das ruas centrais de Fortaleza – onde habitava sua elite orgulhosa da beleza, organização e simetria de sua cidade, o que pode ser apreciado nas fotos e postais de início do século XX – quanto os trilhos da extensão da estrada de ferro de Baturité – que iria minorar as penúrias dos retirantes das secas seguintes, além de possibilitar o transporte do algodão a partir da década de 1910 – seriam obras implantadas nestas condições de trabalho, resulta dos do esforço sobre-humano de retirantes fracos, andrajosos e indigentes. A beleza da cidade foi construída pelas “múmias famintas” e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável¹⁸⁴.

¹⁸¹ **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 09 de Janeiro de 1901, p. 02-03.

¹⁸² CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014, p. 37.

¹⁸³ NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande-PB: Universidade Federal de Campina Grande. Vol. 33, n. 2, 2013, p. 70.

¹⁸⁴ NEVES, 2000, *op. cit.*, p. 31.

Outras obras, como a instalação da via férrea, abriram diversas frentes de trabalho para os pobres, pois exigiam um contingente considerável de trabalhadores e ocupações em diversos ofícios. A compreensão desse processo de exploração do trabalho foi por nós melhor entendido a partir da obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, que muito bem explica o tipo, as condições e a disciplina férrea exigida na já citada edificação de uma infraestrutura para o progresso, onde o trabalho

era caracterizado por uma alta rotatividade, pela ausência de companheirismo, pela heterogeneidade étnica e por condições de trabalho sazonais, perigosas e sujeitas a uma disciplina férrea. A força produtiva de um trabalho social com essas características nasceu da reunião de muitas pessoas no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Construir estradas, cavar canais e servir como soldado, tal como carregar, pilotar e descarregar navios, exigiam esse trabalho.¹⁸⁵

Acompanha a mesma necessidade o processo de construção das estradas de ferro, que exigia “um grande número de trabalhadores, entre engenheiros, técnicos, pessoal qualificado e semiquualificado, além de uma quantidade ainda maior de mão de obra sem qualquer tipo de qualificação”. Apoiamo-nos, assim, na assertiva de Lêda Vieira, destacando a origem dos trabalhadores que carregavam e descarregavam materiais da estrada de ferro, ferramentas para sentar dormentes, limpar o terreno por onde os trilhos seriam fixados, quebrar e fincar britas no dreno:

Os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Central do Piauí foram realizados por operários provenientes, sobretudo, do Ceará, fugitivos da seca que assolava sua terra natal. No Piauí, esses homens e mulheres procuravam melhores condições de sobrevivência e, muitas vezes, por onde passavam se anexavam e formavam novos povoados. Para projetarem os serviços das ferrovias em solo piauiense, os engenheiros precisaram de mão de obra barata, sendo os cearenses uma opção¹⁸⁶.

¹⁸⁵ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica no século XVIII. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (orgs.). **A política dos muitos - Povo, Classe e Multidão**. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 262.

¹⁸⁶ VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010, p. 119. Ver também: CERQUEIRA, Dalva Maria Fontenele. **Entre trilhos e dormentes: a Estrada de Ferro Central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

A exploração intensa da mão de obra parece ser uma estratégia recorrente na construção da infraestrutura do progresso, vista também no processo de instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando São Paulo ao Mato Grosso. Moratelli aponta que naquele insalubre labor, “os salários pagos aos trabalhadores poderiam ser baixos, desde que a região apresentasse uma oferta de mão de obra maior do que a demanda, ou se o processo de recrutamento combinasse perfeitamente seu custo e resultado”¹⁸⁷. Os retirantes como força motriz na execução da Estrada de Ferro começaram a se instalar nas regiões próximas às obras, erguendo suas casas, abrindo ruas, becos, criando espaços de convívio e se estabelecendo na cidade para a qual vieram de forma provisória. Surge então, anos depois, o bairro São Francisco da Guarita, fragmento da larga experiência dos pobres recrutados para o trabalho na ferrovia, como indica Caio Passos:

o seu florescimento e a origem de seu nome vêm da construção, em 1916, da Estrada de Ferro Central do Piauí. Era a zona onde morava a maioria dos trabalhadores braçais da ferrovia em preparo. Famílias foram se agrupando, casebres iam surgindo em suas ruas estreitas e arenosas. Os botecos já despontavam; aos sábados as festas surgiam animadas. Ali foi construída uma guarita; casinha de alvenaria para abrigo do guarda ferroviário, encarregado da sinalização dos trens. Daí nasceu seu nome!¹⁸⁸

Nossa análise também tem respaldo no artigo publicado na edição de 1938 do *Almanaque da Parnaíba*. Ali, registra-se que, no ano de 1915, a cidade de Parnaíba é novamente a rota de imigrantes das secas. Nesse período, “com o costumado espírito de fraternidade e filantropia”, a população acolheu os flagelados dentro de suas possibilidades, não sendo, porém, suficiente para sanar suas agruras. O escrito ainda sugere que, por conta da suposta caridade, a cidade atraiu ainda mais sertanejos, os quais alcançavam quantidade superior aos postos de trabalho até então disponíveis. Buscando uma solução, comerciantes locais exigiram do governo o início das obras da estrada de ferro que ligaria o litoral piauiense até Campo Maior, para o emprego da mão de obra ociosa que perambulava em busca de auxílio pela cidade, onde o trabalho, no

¹⁸⁷ MORATELLI, *op. cit.*, 2013, p. 41.

¹⁸⁸ PASSOS, Caio. **Cada rua - Sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará. 1982, pp. 42-43.

ideário do autor, aparece como redentor, como bem observado no estudo de Bronislaw Geremek: “a criação de possibilidades de trabalho constitui uma forma de assistência social e, ao mesmo tempo, de luta contra a decadência da moral social”¹⁸⁹. Escrevendo sobre a “brilhante e fecunda administração na Estrada de Ferro Central do Piauí” de Miguel Bacelar, o Almanaque da Parnaíba assim expõe seu ponto de vista sobre a necessidade imperiosa de trabalho para as “vítimas da seca”:

Em 1915 Parnaíba esteve a braços com o doloroso problema de dar pão e abrigo às levas de emigrantes que, vindas do Ceará e do interior do Piauí, a procuravam fugindo á inclemência da sêca. É de justiça dizer que a população da cidade se portou naquela emergência com o costumado espírito de fraternidade e filantropia. Mas essa mesma generosidade, cuja notícia corria longe, era de molde a atrair dia a dia maior numero de flagelados e, pois, antes do fim do ano a situação tornou-se por assim dizer insuportável, em face do excessivo aumento dessa população adventícia, para a qual não havia nas casas ou empresas particulares trabalho suficiente para que lhe assegurasse ao menos uma parte do pão cotidiano. Foi então que o comércio local impetrou do govêrno da República que fosse ordenada a construção da Estrada de ferro de Amarração a Campo-maior, serviço que, além de representar inestimavel melhoramento para o Estado, daria emprego a algumas centenas de vítimas da sêca. Era esta última finalidade que justificava a urgência da medida solicitada¹⁹⁰.

Também, o estudo do clássico de Sidney Chalhoub colabora em muito para compreendermos a situação que cercava a vida provisória e a urgência por alojamento, comida e trabalho por parte dos retirantes e suas famílias. Para o historiador, devemos observar as circunstâncias que se impuseram a essa multidão de pobres sujeitada a duras rotinas de trabalho e pagamentos não condizentes, tornando suas condições de vida cada vez mais precárias: “Essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade urgente em arrumar emprego, e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioraram ainda mais suas condições de existência”¹⁹¹.

¹⁸⁹ GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986, p. 276.

¹⁹⁰ Dr. Miguel Furtado Bacellar, iniciador e impulsionador dos serviços ferroviários no nosso estado - Sua brilhante e fecunda administração na E. F. Central do Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba: n. 15, 1938, p. 81.

¹⁹¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 61.

No Ceará, a construção da Estrada de Ferro de Baturité foi permanente palco de tensões e conflitos envolvendo trabalhadores pobres, os engenheiros, apontadores e demais intermediários no controle do trabalho; mas foi também lugar da construção de solidariedades entre esses trabalhadores pobres ao longo da construção da estrada. Formadas em maioria por contingentes de retirantes, essas frentes de trabalho se constituíam também em seu último recurso para conseguir ao menos a ração diária; como bem destaca o estudo de Tyrone Cândido sobre os proletários das secas: “possivelmente temiam que, uma vez internados no sertão, não pudessem mais contar com o fornecimento de alimentos que, ainda que de forma precária, era feito em Fortaleza”¹⁹². As formas de pagamento, geralmente baseadas na troca de trabalho por comida, denunciavam uma frágil relação laboral que se constituía a partir da precária situação onde os retirantes se encontravam e, “nos depósitos de comida situados ao longo das seções da ferrovia os gêneros eram muitas vezes escassos, havendo momentos em que faltavam por completo”¹⁹³.

Em Parnaíba, embora existam diversos estudos sobre os impactos da construção da ferrovia na cidade, ainda se sabe pouco a respeito das relações de trabalho e das práticas possíveis construídas pelos operários no início do século XX; o que requer do pesquisador um maior apuro, seja no levantamento de fontes, seja no tratamento metodológico, entendendo aqui a lição da historiadora Maria Odila Dias: “as informações se escondem, raras e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito”¹⁹⁴.

Tentando alargar a recolha de informações sobre a construção da Estrada de Ferro em Parnaíba, encontramos no *Jornal do Commercio*, publicado em Manaus em 1912, uma notícia sobre o atraso em seis meses dos salários dos trabalhadores: “a comissão de estudos da estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior está com o pagamento do seu pessoal atrasado em seis mezes”¹⁹⁵. Para os despossuídos, o atraso salarial significava aumentar suas duras penas em busca do mínimo da sobrevivência já precária, pois já se viu aqui a falta de assistência por parte do poder público. A demora

¹⁹² CÂNDIDO, 2014, *op. cit.*, p. 37.

¹⁹³ CÂNDIDO, *Id. Ibid.*, p. 41.

¹⁹⁴ DIAS, 1984, *op. cit.*, p. 07.

¹⁹⁵ Piahy. *Jornal do Commercio*. Manaus-AM. Ano IX, n. 2905. 22 de Maio de 1912, p. 03.

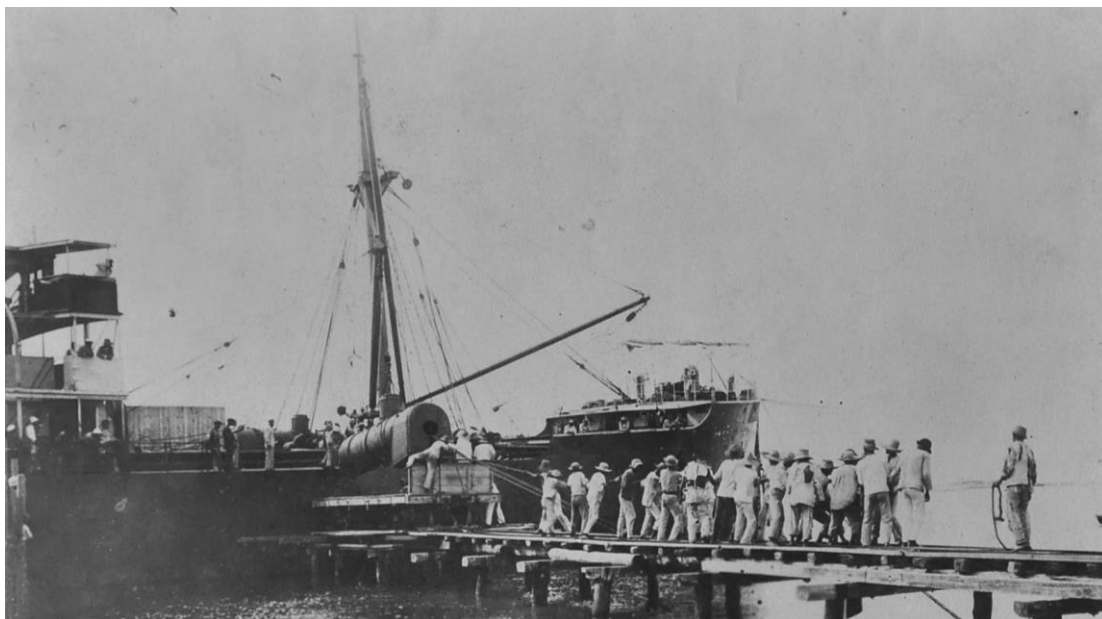
no pagamento poderia, também, funcionar como estopim para reivindicações coletivas destes trabalhadores, como ocorreu no ano de 1919. O jornal marajoara noticia naquele ano uma greve de cinquenta trabalhadores da Estrada de Ferro de Parnaíba, e em realce na notícia, o fato grave e costumeiro de completa falta de fornecimento de alimentos: “continuavam em parede cinquenta trabalhadores da estrada de ferro da Parnahyba, devido às extorsões feitas no fornecimento de generos aos peredistas”¹⁹⁶. Muito provavelmente, foram as ações de resistência ante a fome e a precariedade da vida desses trabalhadores o que garantiu uma bonificação de 30% nas diárias e a instalação de um serviço de assistência médica por volta do ano de 1920. Assim, é de se questionar o espírito benemérito do engenheiro-chefe da Estrada de Ferro, para quem “o bem-estar do operariado, aliás, foi sempre uma das suas grandes preocupações, despertando-lhe grande interesse”¹⁹⁷.

Aqui também se percebem os contornos do que logo mais os estudos indicariam como a formação de uma “indústria das secas”, contribuindo para tal a completa ausência de fiscalização, o atraso no pagamento de salários, o abandono dos trabalhadores em relação a sua alimentação. O quadro é, portanto, de grandes dificuldades em suas vidas e de aumento do regime de exploração.

¹⁹⁶ Piahy. **Jornal do Commercio**. Manaus- AM. Ano XVI, n. 5442. 27 de Junho de 1919, p. 01.

¹⁹⁷ Almanaque da Parnaíba. Parnaíba: n. 15, 1938, p. 81.

Figura 6: Desembarque de uma locomotiva em Amarração (1918)



Fonte: (sítio) A mística do parentesco.

As notícias anteriormente citadas sobre o atraso de pagamento na Estrada de Ferro de Amarração à Campo Maior ou sobre uma greve na Estrada de Ferro em Parnaíba, motivada pelas extorsões feitas no fornecimento de alimentos, em aparência colidem com a imagem acima, datada de 1918, registrando o desembarque de uma locomotiva em Amarração, cujo destino seria Parnaíba. Dizemos “em aparência”, pois causa estranheza a existência de recursos para aquisição das potentes locomotivas, enquanto faltam repetidas vezes os salários por vários meses, e até mesmo a provisão da alimentação na jornada diária de trabalho. Ainda assim, voltemos à imagem para tentar perceber as dimensões contrastantes entre o calado da embarcação, o corpo da locomotiva e os corpos de homens trabalhadores requeridos para a descarga do trem. Corpos formando uma espécie de cabo humano que possibilitasse mover o enorme peso da locomotiva e alguns corpos em situação de perigo. Nota-se ainda na cena fotografada o rudimentar e provisório trapiche, indicando que os corpos deveriam funcionar, ao fim e ao cabo, como se fossem alavancas e guindastes, tal o dispêndio de força requerida para efetivar o desembarque da máquina.

Tal cena se repetiria logo depois no Porto de Parnaíba, uma vez quando da instalação no mesmo ano da Usina Elétrica, cujos materiais e os trilhos do trem,

segundo os registros da Associação Comercial de Parnaíba, requeriam outra vez homens como guindastes, pois “foram descarregados á mão, acrescentando a circunstancia de já se ter descarregado em Amarração o material destinado ás Obras do Porto, do qual constava locomotiva”¹⁹⁸.

3.2. Mendigos, vadios e ociosos: entre a esmola e a repressão

Ao passo que para os sertanejos o trabalho assalariado representava um ritmo inverso ao tempo da natureza ao qual estavam habituados, o discurso das elites apontava um novo regime de trabalho e a garantia de vigilância sobre os retirantes, além de impedir a “prática da mendicidade entre os sertanejos”¹⁹⁹. Para os primeiros, a modalidade salariada de trabalho era rejeitada constantemente, uma vez que o salário e o novo tempo de trabalho “vinha substituir os meios de vida considerados mais autônomos, nas quais se preservava de alguma forma possibilidades de o trabalhador manter-se a si e sua família, em certo patamar de segurança alimentar”²⁰⁰.

Entretanto o aumento da pobreza e sua não absorção para o trabalho permanente transformam os trabalhadores pobres em pedintes e mendigos, na medida em que idosos, mulheres, crianças e homens adultos com algum tipo de incapacidade física não conseguiam trabalho de modo a manter a si mesmos e a sua família. A mendicância é fato que atravessa séculos, logo sendo motivo de repulsa por parte dos abastados. O jornal *Nortista* publica em 1901 uma forte crítica ao que considera o comportamento usual dos sertanejos retirantes: inaptos ao trabalho rural, dados a ociosidade, acomodados ao sistema da esmola e descaindo à malandragem e ao vício. Em relação às mulheres, o texto agrega à crítica uma linguagem ainda mais desqualificadora: o “mulherio enorme” deveria sair da mendicância às portas das casas de comércio e se aplicar ao menos “em fazerem chapéus de palha”. O que se quer sublinhar também do texto é seu tom normatizador, lastreado na prescrição e no estigma.

¹⁹⁸ PIAUÍ. *Livro de atas da Associação Comercial de Parnaíba, vol III* (1931-1933). Associação Comercial de Parnaíba, 07 de Outubro de 1931, p. 02-03.

¹⁹⁹ CÂNDIDO, 2016, *op. cit.*, p. 152.

²⁰⁰ CÂNDIDO, 2016, *op. cit.*, p. 150.

A generosidade do nosso povo já é excessiva e já vai concorrendo para alimentar a ociosidade, continuando a cidade repleta de retirantes aptos para o trabalho rural, os quases deixam até de aceitar vantajosas propostas de lavradores, preferindo o commodo systema da esmola. E que mulherio enorme! Bem poderiam occupar-se ao menos em fazerem chapéos de palha, em vez de passarem os dias inteiros ás portas dos estabelecimentos commerciaes. Vamos! mandemos o povo trabalhar, e será também um meio de ajudal-o. O que não convem á sociedade é que se favoreça a malandragem com os seus consequentes vícios²⁰¹.

O discurso veiculado no jornal citado repercute inclusive o formato do periodismo da época, desejando realizar seu proselitismo em nome da sociedade envolvente e, quase sempre, restando aos pobres os “desqualificativos” que atravessam tempos e geografias diversas: ociosos, malandros, cheios de vícios, dentre outros.

Percebemos similar situação no estudo de Eunice Relvas sobre a mendicidade em Portugal, onde se compreende bem as medidas destinadas ao estabelecimento de uma fronteira entre a mendicidade e a vadiagem. A autora aponta constante tentativa, desde o meado do século XIX e prolongando no adiantado do século XX, em “distinguir e caracterizar” o vadio apto ao trabalho e o falso pedinte ocioso, com o intuito de aplicar a cada um destes grupos, o que a modernidade entendia como medida eficaz – o auxílio ou a repressão:

o processo de selecção entre as classes ociosas e laboriosas era ainda mais complicado quando se tratava de distinguir e caracterizar o mendigo válido e o falso pedinte ocioso, por forma a estabelecer uma fronteira entre a mendicidade e a vadiagem, essencial para a aplicação das medidas que a sociedade preconizava para cada uma delas, respectivamente a assistência e a repressão²⁰².

Também para o caso de Portugal, o estudo de Maria de Fátima Pinto comparece em nosso trabalho de modo a aprofundar a compreensão sobre o tema da vadiagem e da mendicidade, e nesta, as formas de repressão: “se lhe fosse reconhecida

²⁰¹ **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n.12. 23 de Março de 1901, p. 04.

²⁰² RELVAS, Eunice. **Esmola e degredo**: mendigos e vadios em Lisboa (1835-1910). Lisboa, Portugal: Editora Livros Horizonte, 2002, p. 33.

viabilidade de se sustentar através do seu trabalho, seria igualmente condenado e punido como vadio”²⁰³.

A pesquisa de Claudia Viscardi sobre o Rio de Janeiro no século XVIII mostra que a Igreja defendia que a “caridade seria o melhor meio para reduzir as mazelas dos pobres”, sendo “dever do doador religioso, mas nunca direito do receptor”. Isto fortaleceu a concepção de uma caridade seletiva, tendo como princípio “ajudar apenas aqueles que mereciam ser ajudados. Entre os pobres foram discriminados, por exemplo, os fraudadores (em geral, os falsos mendigos), os ladrões, os de conduta moral questionável”²⁰⁴. Em Parnaíba, as medidas destinadas a combater o que consideram malandragem e vício da ociosidade e da mendicância também caminham na direção de caracterizar, classificar e identificar os úteis ao trabalho, sempre avaliados sob a ótica dos poderosos.

Para Sidney Chalhoub, é preciso situar o problema ao compreender no discurso dominante a positividade do trabalho e a ociosidade como viveiro da desordem, pois “enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem”; sendo considerado ocioso o “indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum”²⁰⁵.

O pedido de esmola não se restringia aos períodos de seca com suas levas de retirantes, sendo uma prática já observada entre os pobres da cidade de Parnaíba. É de se ressaltar que, a exemplo de outros tempos e lugares tão bem descritos em Bronislaw Geremek²⁰⁶, também em Parnaíba do início do século XX, os mendigos, isolados ou em pequenos grupos, definem os lugares adequados ao peditório na cidade, variando conforme a súplica possa ser melhor atendida. Assim podem estar na estação de trem, na calçada de certas casas comerciais, nas imediações do porto em dias de movimento, próximos ao mercado onde almejam um níquel ou um resto de alimento e à porta da igreja, principalmente durante a aglomeração das festas religiosas, quando supõem que

²⁰³ PINTO, Maria de Fátima. **Os indigentes - entre a assistência e a repressão**: a outra Lisboa no 1º terço do século. Lisboa, Portugal: Editora Livros Horizonte, 1999, p. 105.

²⁰⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Oswaldo Cruz. Vol. 18, sup. 01, 2011, p. 182.

²⁰⁵ CHALHOUB, 2001, *op. cit.*, p. 73-74.

²⁰⁶ Ver: GEREMEK, 1986, *op. cit.*

os efeitos da caridade prosperem sobre a repulsa. É o que se pode observar na anotação de Castelo Branco, quando informa inclusive a prática das “canções de esmolar”: “os mendigos, que habitualmente se reuniam na pequena estação para implorar os níqueis dos viajantes, mudavam, nesses dias, o seu quartel-general para a porta da igreja, onde de cuia estendida entoavam suas canções de esmolar”²⁰⁷.

Também no jornal *Auras do Norte* de Parnaíba, em Maio de 1911, recolhemos os registros sobre as festas do mês de Maria, com suas concorridas novenas e apresentando a presença dos cegos e aleijados com suas canções próprias. Ressalta do registro a apresentação da cantarola como um meio de distração contribuindo para a animação do novenário: “continua bastante animado o novenario do mez de Maio, havendo grande distração com uma cantarola dos cegos e aleijados”²⁰⁸. O recenseamento de 1920 registra em Parnaíba 31 pessoas cegas, sendo 16 homens e 17 mulheres, e uma mulher surda²⁰⁹, deixando de incluir na categoria de defeitos físicos os aleijados, presença constante nos lugares da esmola, e que se avolumavam pela cidade, seja em decorrência da mutilação pelo trabalho de risco, seja pelas complicações derivadas de alguma doença²¹⁰.

A prática da mendicância e a caridade coexistindo aos mecanismos de filantropia persistem no tempo. Aqui se vê que o recurso à esmola denota a incapacidade dos pobres em suprir sua subsistência, e na cidade demarca certos lugares ou determinadas aglomerações em festa como meio de acionar as sensibilidades que ainda se identifiquem com a caridade e o socorro aos miseráveis como virtudes, tal qual na Idade Média, segundo o profundo estudo de Geremek. Segundo este,

os mendigos seguiam um calendário muito particular, traçado pelas datas das distribuições de esmolas nos mosteiros. Geralmente fixas e conhecidas de antemão, elas atraíam grandes multidões de pobres, vindos das mais diversas

²⁰⁷ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 22.

²⁰⁸ *Auras do Norte*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 04. 28 de Maio de 1911, p. 03.

²⁰⁹ RIO DE JANEIRO. **População do Brasil por Estados e Municípios, segundo os defeitos físicos, por idade, sexo e nacionalidade**. Vol IV, 3 parte. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1928, p. 176-177.

²¹⁰ Sobre o recenseamento de 1920 e o mapeamento das deficiências contidas nele, ver o tópico “biopoder e controle censitário para os corpos irrecuperáveis ao trabalho”, em: LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, pp. 341-342.

partes, por vezes até de lugares bem longínquos. Assim se constituem os itinerários dos mendigos, entre um mosteiro e outro: às suas portas, os pobres podiam sempre contar com uma pequena ajuda diária e, nos dias festivos, beneficiar das grandes distribuições, tão do seu agrado²¹¹.

Diante dos acontecimentos apresentados, avaliamos que os melhoramentos urbanos só ocorreram com base no emprego de famélicos que sobreviviam na cidade, e não se apresentaram para toda a população que habitava o município. Ou melhor, não trouxeram benefícios para todos. O capitalismo, ao promover a ascensão social de determinados indivíduos, mantém velhas relações de dominação e exploração a partir de novos moldes. As consequências do embate de interesses entre as classes pode ser vista não apenas nas questões econômicas, como nas contradições sociopolíticas, e aqui no plano da espacialidade.

Com isso, indicamos o urbano como lugar de afirmação do capital, onde a cidade moderna é o resultado do interesse das elites para imprimir em ruas, praças e avenidas suas noções e seus artefatos de civilização e progresso, afastando os subalternos das zonas que consideram “nobres”, uma vez que “face à consolidação da economia de exportação”, o processo de urbanização operava como “processo secundário e marginal, sintoma de pobreza e inchação, mais do que de crescimento populacional ou prosperidade econômica”²¹². Em Parnaíba, diversas obras infraestruturais – melhoramento logístico da produção, transporte e consumo de bens – atendem a esta lógica, nos permitindo pensar o urbano como indicado por Ana Fani Carlos: “produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes fez dele um campo de luta onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais”²¹³.

3.3. “Uma enorme cinta de palhoças e casebres”: constituindo uma “zona de refúgio”

²¹¹ GEREMEK, 1986, *op. cit.*, p. 51.

²¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**: nova série. São Paulo, USP, n. 112, jan.-jun. 1983, p. 31.

²¹³ CARLOS, 2008, *op. cit.*, p. 70.

É neste quadro que buscamos entender os trabalhadores pobres na cidade; e em Parnaíba, avançando ou sendo empurrados em direção aos terrenos irregulares, pantanosos, insalubres, e mesmo desafiando as normas sanitárias e os códigos urbanos vigentes, trataram de morar, erguendo suas cabanas, casebres, choupanas e palhoças, assim nomeadas a partir dos materiais que conseguem retirar do próprio local. É assim que os pobres se vão aglomerando, fazendo seu próprio sistema de arruamentos e becos, muitas vezes provocando o estranhamento de quem observa externamente, que não encontra calçamento nas ruas, praças, árvores, jardins e iluminação elétrica. É assim que formam “uma enorme cinta de palhoças e casebres, onde as ruas não eram calçadas, não havia jardins nem praças arborizadas, e onde os fios elétricos não chegavam”²¹⁴. Podemos compreender a ocupação dessas zonas afastadas da cidade como um esforço para que as investidas do Estado não alcançassem as práticas de sobrevivência dos pobres no cotidiano. Sob esse ângulo, seria possível perceber esse processo como constitutivo de uma “zona de refúgio”: “uma oposição ao avanço do processo civilizador baseado no mercado e na acumulação de capital”, onde o distanciamento pudesse operar de forma positiva no sentido de garantir a realização de seus saberes, como indicam Tyrone Cândido e Frederico Neves: “as fugas e o isolamento poderiam ser, ao contrário, formas de barrar a interferência e a ação instituinte do Estado, ver-se a salvo de seus tentáculos de classe, colocar-se à margem de suas políticas de inclusão e submissão”²¹⁵.

Melhoramentos na cidade correspondem quase sempre às noções do progresso almejado; por vezes correspondendo a determinados estereótipos ou decorrentes da naturalização das desigualdades sociais. Em seu trabalho, June E. Hahner observa com argúcia o significado do progresso no desenho da cidade do capital: “o progresso muitas vezes significava prédios pomposos e largas avenidas arborizadas, em vez do fornecimento de água adequado, iluminação e rede de esgotos para todos os bairros”. E assim, “os serviços públicos não acompanhavam o crescimento urbano, deixando os bairros pobres muito mais atrasados”²¹⁶, decorrendo desta completa ausência de planejamento urbano, das noções elementares de republicanismo e

²¹⁴ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 19.

²¹⁵ NEVES, Frederico de Castro; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Para uma História Social dos Sertões. In: NEVES, Frederico de Castro; CÂNDIDO (orgs.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017, p. 10.

²¹⁶ HAHNER, 1993, *op. cit.*, p. 165.

civilidade uma deformação dos serviços públicos, os quais não acompanhavam a desmesura do crescimento urbano, implicando em deixar os bairros pobres em estado de completa carência quanto a tais serviços vitais, como água, saneamento e iluminação, dentre outros.

Diante disso, nossa dissertação volta suas vistas na tentativa por compreender a *cidade invisível* que se formou no entorno de *Parnahyba*, ou conforme José Roberto do Amaral Lapa, o resultado de uma “dupla cidade”. Neste historiador, a reflexão sobre a cidade de Campinas de meados do século XIX ao início do século XX nos ajuda a compreender a existência de uma cidade “visível”, onde suas belas edificações e arranjos de ruas e avenidas seriam valorizados, e uma “invisível”, aquela que cresce em oposição “à cidade racional, civilizada que é proposta pela emergência capitalista e que se confronta com a outra cidade”²¹⁷.

Construir nossa linha de análise na perspectiva de “cidade invisível” se conecta à noção de que, apesar de relativamente documentada, nela os pobres eram excluídos de qualquer processo que denotasse uma prática de cidadania, mesmo em seu aspecto meramente formal; no registro sobre eles, com as variações decorrentes do tempo da história, permanecem como focos do perigo e promotores da desordem. Assim são percebidas suas práticas sociais, a vida vivida em seus bairros, suas formas de trabalho, e pela possibilidade sempre iminente de promoverem desordens, dados que são aos distúrbios.

Nosso estudo observa a moradia dos pobres em sua geografia e em seu tempo social, tentando compreender as relações sociais vividas, isto é, buscando dar sentido e a vida para além das estatísticas, das fontes administrativas e dos dados oficiais. Recorremos aqui outra vez ao relato de memória de Humberto de Campos, ao desembarcar pela primeira vez na cidade de Parnaíba, por volta do ano de 1895, vindo de Miritiba, no Pará. Seu relato, é pleno de decepção face a ausência do que em sua imaginação conformava o esplendor de uma cidade, certamente por ele lida nos livros ou em algumas gazetas supostamente vindas das praças europeias. Só assim se pode compreender seu desalento por não encontrar carruagens ou bondes, ruas largas e belos sobrados na Parnaíba de 1895:

²¹⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade**: Os Cantos e os Antros. São: Paulo, Edusp, 1996, p. 124.

Parnaíba era, de algum modo, uma decepção. As ruas eram largas e numerosas, mas de areia solta; dos seus seis sobrados, três se achavam em ruínas, desabitados, e entregues aos morcegos e às corujas; o comércio guardava o seu sortimento nas prateleiras, nada deixando fora do balcão. Não tinha gás, não tinha carruagens, não tinha bondes²¹⁸.

Como se percebe, a visível decepção ao olhar as ruas de areia solta e a ruína dos prédios habitados por morcegos e corujas decorre também do paradigma de cidade com bondes, ruas calçadas, prédios suntuosos e lampião a gás. Passados dezessete anos, o escritor, folclorista e agrônomo Francisco de Assis Iglésias, ao desembarcar na cidade, registra que “Parnaíba, apesar da vaidade dos parnaibanos, era cidade pequena, ruas mal calçadas ou sem calçamento algum. Não tinha esgoto e nem água; esta era transportada por jumentos, do rio às residências”²¹⁹. A nota em contradição à vaidade dos parnaibanos que a cidade vista continuava muito assemelhada àquela dos fins do século XIX; para ele, além de não encontrar os bondes que a memória de Humberto de Campos almejava, certamente ficou desolado porque a água era transportada às residências pelos jumentos.

Figura 7: Fachada principal do Mercado Público da Cidade de Parnahyba.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987. s/p.

²¹⁸ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, p. 119.

²¹⁹ IGLÉSIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e Chapadões (notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro). 1912-1919.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951, p. 30.

A fotografia acima registra o Mercado Público da cidade, “símbolo da ação reguladora do Estado e da sua responsabilidade para com o abastecimento de uma gente cidadina, que não planta o que come”²²⁰. Podemos notar em primeiro plano dois homens montados em seus cavalos; do lado esquerdo, possivelmente um policial que patrulhava o local; à direita, considerável número de pessoas, que se deixaram fotografar. Vemos um número considerável de crianças, jovens, e ao fundo, diversos animais, certamente usados para montaria ou para diversos tipos de carregamento: água, lenha, entre outros. Em Teresina, os animais “estavam por todos os lados, eram fundamentais à vida da população, tendo em vista que alguns carregavam água, outros capim verde, lenha, puxavam carroças, cavalos para montaria, etc”²²¹. Renato Castelo Branco registra que em Parnaíba o dia amanhecia enquanto o movimento de pessoas e animais de carga se avolumavam:

abriam-se as portas das casas, dos armazéns, das vendas, da igreja, da escolinha. E as tropas de burros começavam a cruzar as ruas, com carregamentos de maniçoba, de tucum, de mamona, de cera de carnaúba, de oiticica, de peles de cabra ou couros bovinos, produtos das fazendas circunvizinhas, que convergiam para Parnaíba, para os depósitos do Roland Jacob, dos Moraes Correia, da Casa Inglesa, em busca dos portos exportadores²²².

O mesmo autor descreve que nas décadas iniciais do século XX, enquanto ao redor do núcleo da cidade, onde viviam em seus casarões as famílias abastadas que gozavam de uma estrutura construída para os de sua classe, sobreviviam os pobres em seus lugares de moradia – a Coroa, os Tucuns e os Campos –, distantes do olhar da outra cidade, e vivendo um cotidiano marcado pela exclusão e a segregação social:

Eram a coroa, os Tucuns, e os Campos. A Coroa e os Tucuns começavam também no rio, com seus botecos sórdidos à beira dos barrancos, onde os embarcações iam tomar cachaça todas as noites e se encontrar com as cunhãs do meretrício (...). E daí iam se estendendo, sempre beirando a cidade,

²²⁰ MARX Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 82.

²²¹ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930). **Revista Scientia et Spes**. Teresina: Instituto Camilo Filho. Vol 01, n. 02, 2002, p. 300.

²²² CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 21.

a Coroa por um lado, os Tucuns pelo outro, até alcançarem os Campos, que fechava a cidade pelos fundos, completando o anel.²²³

A descrição acima apresentada coaduna com a teoria da formação dos centros urbanos, onde segundo Corrêa, “a cidade era marcada pela segregação da elite junto ao centro, enquanto na periferia viviam os pobres”²²⁴. Tal disposição se dava tanto pelo tipo de mobilidade urbana do período quanto pela concentração de instituições religiosas, políticas, comerciais e financeiras. Assim, “a localização central da elite se devia, pois, a uma questão de acessibilidade às fontes de poder e de prestígio”²²⁵. Por outro lado, diversas dificuldades atravessavam a vida das classes populares e os impediam de morar no centro da cidade. Em Teresina, “a falta de condições econômicas e os custos de terrenos centrais fazia com que a população se concentrasse em áreas consideradas subúrbios da cidade, terrenos acidentados, carentes de saneamento básico, distante do acesso às ruas centrais da cidade”²²⁶, ou como anotado nos estudos de Carlos Lemos, sobre a casa brasileira e a alvenaria burguesa; para ele, a morada dos pobres “sempre teve como meta prioritária tão-somente a satisfação da função de abrigo em seus habitáculos”²²⁷.

3.4. O cotidiano dos pobres e o rio Igarauçu

O nome dos bairros ganha sentido no processo de ocupação do espaço pelos subalternos, em sua busca por moradia. Em Parnaíba, o bairro dos Tucuns é assim nomeado devido ao tucum, planta que cresce em abundância nas terras que beiram o rio Igarauçu. Naquela região, ocupada por trabalhadores pobres que dependiam do rio para tirar seu sustento, para construir suas casas se utilizavam dos materiais disponíveis no local – o barro, as palhas de palmeiras, como indicado na pesquisa de Caio Passos:

²²³ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 19-20.

²²⁴ CORRÊA, 1989, *op. cit.*, p. 67.

²²⁵ *Ibid*, p. 68.

²²⁶ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e Imaginário, um olhar historiográfico**. Teresina: EDUFPI/ Instituto Dom Barreto. 1997, p. 39.

²²⁷ LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989, p. 13.

um caminho de mata cerrada. o tucum, planta da família das palmáceas, que dá um coco bom e gostoso, imperava na região. O rio, 'caminho que anda', deslizava. O homem, este aventureiro audaz, começou a fazer às margens do Igaráu, as suas casas de barro batido, cobertas das palhas dessas palmeiras balouçantes ao vento²²⁸.

O bairro da Coroa, por sua vez, se liga à geografia local, posto que “o seu nome original nasceu das ‘coroas’ do rio, espécie de minúsculas ilhas, formadas no leito do Igaráu, quando diminui a sua correnteza”²²⁹. Isso expõe a precária situação onde estes trabalhadores habitavam, pois devido à proximidade das margens do rio, a ocorrência de enchentes e surtos de doenças proliferadas por insetos da região eram altas. Caio Passos prossegue ainda em sua descrição mostrando que a apropriação do território também favoreceu o desenvolvimento de ocupações voltadas para o rio:

ali moravam as famílias que faziam do rio o seu ‘tesouro encantado’. Eram vareiros, canoeiros e pescadores. E as veredas foram se abrindo, caminhos mais largos eram rasgados em todas as direções, casas iam apontando aqui e acolá. De súbito, transformou-se em um aglomerado de gente trabalhadora e alegre. As festas se espalhavam, em 'latadas', iluminadas à luz fosca das lamparinas a querosene²³⁰.

Percebemos que grande parte do cotidiano dos pobres se ligava ao Rio. Construir sua casa de morada de frente ao rio significava aproximar-se cada vez mais do lugar onde tiravam o seu sustento. Assim podemos considerar “que a categoria rio representa um sistema, indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e pessoas”²³¹. Enquanto a formação de uma “cidade-beira”, isto é, cidades que beiram a rios, mares, estradas, onde se percebe as “beiras como elementos propulsores de sua expansão”²³² pode ser captada pelo enfoque de suas “fortes características comerciais”²³³, através do seu contato com praças nacionais e

²²⁸ PASSOS, 1982, *op. cit.*, p. 44.

²²⁹ *Id.*, *Ibid*, p. 25.

²³⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 44.

²³¹ GANDARA, Gecinar Silvério. Rio Parnaíba... Um cadinho de mim e a História Ambiental. **Revista Textos de História**. Brasília: Universidade de Brasília. Vol 17, n. 01, 2009, p. 41.

²³² GANDARA, Gecinar Silvério. **Parnaíba... Cidades-Beira**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2008, p. 24.

²³³ GANDARA, Gecinar Silvério. Cidades-beira: raízes urbanas e suas relações com o ambiente/natureza. **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Natal-RN, 2013, p. 07.

internacionais que podem ser ampliadas em trocas socioculturais; aqui damos ênfase ao Rio como lugar de possibilidades da sobrevivência entre os pobres. Da pesca para o alimento diário ou para a venda no mercado; do recebimento do ordenado após um dia de trabalho; dos banhos, das festas, e também das mortes e das tristezas.

Desta explanação, percebemos que a propriedade da terra e a lógica urbanística imposta pelo modelo dominante, forçaram os trabalhadores pobres ao deslocamento para cada vez mais longe, tendo que construir sua moradia em áreas distantes e desabitadas, quase sempre em locais que lhes possibilitassem os recursos da natureza aplicados nas precárias construções. Desses recursos e da proximidade do rio, buscaram no solo argiloso o material para o fabrico das paredes, e da folhagem e madeirame das árvores, o trançado da coberta de sua moradia, indicando sua memória sobre os hábitos ancestrais do morar e do viver.

A situação acompanhava toda a margem do rio. Em Teresina, como em Parnaíba, grande parte das casas “era feita de taipa, coberta de palhas, com porta de talos de buriti ou carnaúba. Nelas habitavam, dentre outros, os trabalhadores ambulantes, misturados aos ladrões e às vítimas da prostituição”²³⁴. A região permitia tanto a construção de casas como a busca pela sobrevivência. Era assim que “das matas verdes da cidade, retiravam a madeira para construção de suas casas, a lenha para a combustão e plantas medicinais e comestíveis”. Da mesma forma, “os rios, margeando a zona urbana da cidade, facilitavam o trabalho dessa gente, como também às lavadeiras cuja ocupação autônoma era bastante comum às mães de famílias pobres”²³⁵. Mais tarde, em meados dos anos 1930, estas casas foram alvo de constantes incêndios criminosos, a mando do prefeito da cidade de Teresina e executado pela polícia local²³⁶. É provável que essa situação tenha antecedentes, considerando que no início do século XX, “o centro da cidade convive com os animais, a poeira, a lama, os riachos, as casas de palha, com focos de incêndio”²³⁷ sendo que o fato ocorrido na década de 1930 é a continuidade de uma prática constante, expressando assim uma abominável política de

²³⁴ ARAÚJO, 1995, *op. cit.*, p. 51.

²³⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 39.

²³⁶ Sobre o tema, ver também NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Fundação Monsenhor Chaves, 2002; assim como IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 4. ed. Teresina: Oficina da palavra, 2004.

²³⁷ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **As diversões civilizadas em Teresina: 1888-1930**. Teresina: FUNDAP, 2008, p. 13.

extermínio dos pobres e demonstra os efeitos perversos da especulação imobiliária. Dessa forma, podemos afirmar com Sidney Chalhoub que tal ação “não foi um ato isolado e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia”²³⁸.

Chalhoub apresenta como “operação de guerra” a ação da municipalidade do Rio de Janeiro contra o *Cabeça de Porco*, o cortiço que abrigava cerca de 2 mil pessoas, que envolveu batalhões de infantaria, autoridades municipais e proprietários de companhias de construção. O autor afirma que após a destruição daquele cortiço, na busca de “erguer pelo menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem”. Nesse mesmo morro foram morar as famílias pobres retiradas do *Cabeça de Porco*, e também onde os soldados de regresso da Guerra de Canudos foram instalados. Os pobres que passaram a habitar a localidade o chamaram de “Morro da Favela”. Para a aterrorizada cidade do Rio de Janeiro, o cortiço Cabeça de Porco se parece à Hidra mitológica: “nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas”²³⁹. A especulação imobiliária no centro da cidade expulsava e empurrava os trabalhadores pobres para regiões longínquas. As áreas habitadas em situações de insalubridade cresciam em ritmo acelerado. June E. Hahner indica que mesmo sendo as favelas da encosta dos morros as regiões mais ocupadas, visto que permitiam inclusive a construção de casas sem o uso de tecnologias complexas ou materiais que onerassem a parca economia dos pobres, “outras apareciam em meio aos pântanos, lodo e em lugares imundos. Todas elas estavam livres dos altos impostos, dos longos requerimentos e das demoradas inspeções do governo (...)”²⁴⁰.

O constrangimento das possibilidades de moradia dos pobres, que os empurrava para regiões afastadas da zona central das cidades, aparece também em São Paulo. Maria Inez Machado Borges Pinto aponta em seu estudo que a falta de dinheiro impedia o acesso dos despossuídos aos terrenos em condições adequadas de moradia, os impelindo a ocuparem terras de difícil acesso e sem as mínimas condições de salubridade:

²³⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 25.

²³⁹ CHALHOUB, *Ibid.*, p. 17.

²⁴⁰ HAHNER, 1993, *op. cit.* p. 188.

A falta de posses dos trabalhadores e o custo elevado dos terrenos centrais e do maciço, mais bem locados, provocaram grande concentração das habitações populares nas áreas de pouco valor econômico, a leste e ao norte, situadas nas planícies de várzeas e insalubres, sujeitas às inundações do Tamanduateí e do Tietê, nos terrenos acidentados e pantanosos, carentes de saneamento básico, de difícil acesso ao triângulo central²⁴¹.

Na cidade de Porto Alegre, como visto no estudo de Sandra Pesavento, as áreas afastadas da cidade foram utilizadas pelos proprietários de terra para fins de especulação imobiliária, subsequentemente, geração de lucros para a burguesia latifundiária e para a municipalidade na arrecadação de impostos, “formando-se companhias loteadoras que, arrematando terrenos a baixo preço em áreas mais afastadas, passaram a fracioná-los e vendê-los à população”²⁴², com ônus considerável na economia dos trabalhadores pobres.

3.5. Morar nos arrabaldes: um desafio às normas e ao controle

Em Parnaíba, uma forma de intervenção do poder público nessas áreas da cidade se dava pela cobrança de impostos, como indicado na Lei n. 116, publicada em 27 de Dezembro de 1912: “no interior do município o imposto será cobrado pela metade”²⁴³, ou seja, a carga tributária era reduzida para os habitantes do centro da cidade e incidia mais pesadamente sobre a bolsa dos despossuídos. Tal situação marca a questão habitacional no início do século XX, criando assim um “modelo” de morador do centro da cidade, isto é, “alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não empestar a vizinhança com doenças”²⁴⁴.

Nos arrabaldes do município, formava-se uma população “duas vezes maior que a Parnaíba propriamente, vivia inteiramente em dependência da cidade”. A Parnaíba

²⁴¹ PINTO, 1994, *op. cit.*, p. 241.

²⁴² PESAVENTO, 1994, *op. cit.*, p. 97.

²⁴³ Parnahyba. Lei n. 116, publicada em 27 Dezembro de 1913. **Diário do Piauí**. Teresina-PI. Ano IV, n. 43. 22 de Fevereiro de 1914, p. 04.

²⁴⁴ PESAVENTO, 1994, *op. cit.* p. 96.

invisível, desprezada, desassistida e precária era a que nutria a cidade com a força de seus braços e seu suor, sobrevivendo à custa dos bicos, do trabalho temporário, das ocupações que exigiam enorme dispêndio de energia física e de longas jornadas. Nestes bairros viviam

empregadas domésticas, as lavadeiras, os meninos de recado, os carregadores de água e de lenha, os catraieiros, os estivadores, os vareiros, os ladrões de galinha, os mendigos e as prostitutas, que recebiam em seus braços os caboclos de sua zona ou os rapazes do centro e os mandavam de volta com cargas idênticas de “doença do mundo”²⁴⁵.

Na Inglaterra, vocabulário similar era usado pelos dominantes, para depreciar os bairros pobres: “eram os ‘criadores’ do vício e das enfermidades, ‘escolas’ do crime e da imoralidade”, como aponta a ampla pesquisa de Gertrude Himmelfarb²⁴⁶. O aglomerado de gente trabalhadora situava-se na periferia das cidades, em locais onde o ideário da modernidade percorria no intuito do controle e do saneamento – moral e territorial –, traduzido no que Friedrich Engels chama de “bairros de má fama”. Com um estudo que apresenta características comuns no processo de formação dos arrabaldes urbanos, o autor situa pontos de similaridade na produção do espaço dos subalternos ao longo do território inglês:

Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostos de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias - onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar roupas²⁴⁷.

²⁴⁵ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, pp. 20-21.

²⁴⁶ HIMMELFARB, 1988, *op. cit.*, p. 360. (Tradução nossa).

²⁴⁷ ENGELS, 2008, *op. cit.*, p. 70.

Resguardadas as peculiaridades de cada local, percebemos certa semelhança com as regiões empobrecidas da cidade de Teresina, registradas nas páginas do periódico *Correio de Theresina*, no ano de 1913, apresentando uma forma de morar que se vai tornando comum: o subúrbio, com suas pequenas ruas, suas rústicas moradias, as famílias pobres, a fome, “as crianças de ventre disforme” e o mirrado cachorro, como afirma o documento: “o suburbio era composto de ruelas de casas de palhas, onde se abrigavam famílias pobres e semimortas de fome. A elas se misturavam o cachorro magricela e as crianças de ventre disforme berravam a plenos pulmões”²⁴⁸.

Diferente da condição dos aluguéis parisienses onde os trabalhadores tinham suas dívidas com os “abutres”²⁴⁹, e no dia 8 do primeiro mês de cada trimestre deveriam ser acertadas, em Parnaíba, os que ocupavam territórios precários por vezes tinham que arcar com tributo à natureza que, ocupada em seu leito, periodicamente arrastava os casebres nos períodos de grandes cheias. Sobre esse perigo, já apontava o geógrafo Elisée Réclus, quando em sua passagem pelo Brasil, navegou pelo rio Igarassu, mapeando o Delta do Rio Parnaíba em fins do século XX:

na estreita garganta da entrada está o porto fluvial, Parnahyba. As casas erguem-se na margem direita d ‘um braço do delta chamado Iguarassú, num terreno humido de alluviões, onde a aclimação não se faz sem perigo²⁵⁰.

No ano de 1901, o jornal *Nortista* informa que em Parnaíba, “o volume de agua já elevou-se bastante, e a inundação irrompe pelas margens”²⁵¹. Doze anos depois, em 1913, a situação se repete. O *Diario do Piahy* noticia que na cidade de Parnaíba “os bairros desta cidade, denominados Tucuns e Olaria, e parte dos Campos estão alagados.

²⁴⁸ *Correio de Theresina* apud ARAÚJO, op. cit., 1995, p. 51.

²⁴⁹ Designação dada aos proprietários de imóveis pelos trabalhadores inquilinos em Paris.

²⁵⁰ RÉCLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brazil**: Geographia, Ethnographia, Estatistica. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900, p. 169.

²⁵¹ Inundação. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 09. 02 de Março de 1901, p. 02.

Os dois primeiros devido às grandes enchentes do rio Igarassú, e o último pelas águas da chuva, pois o inverno tem sido copioso”²⁵².

Sem solução aparente do problema, e passados mais quatro anos, o Relatório do Presidente do Estado do ano de 1917, apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí por Eurípedes Clementino de Aguiar – então Governador do Piauí, relata que, devido às enchentes do rio Igaracu, “os caminhos, alagados, ficaram intransitáveis, muitas casas ruíram”. Diante do problema e dizendo-se sem recursos, solicitou apoio do Governo Federal, sendo enviados 800\$000 “para socorrer as vítimas das inundações”²⁵³, incorporados à verba de Socorros Públicos com o objetivo de amparar os vitimados pela cheia.

A ocupação de territórios insalubres não se dá ao acaso, ou pelo mero desejo de seus habitantes. É o retrato das desigualdades sociais na perspectiva urbanística, resultado da impossibilidade material do pagamento de alugueis, do monopólio da propriedade da terra ou mesmo da compra de imóveis. Além destes condicionantes e limites concretos, a precária moradia dos pobres ainda é alcançada pela fúria da municipalidade em seu permanente regramento e aplicação de normas cada vez mais restritivas, chegando a proibir a construção das casas de palha e, no caso das existentes, a exigência sobre a cobertura de telhas, e em caso de não cumprimento do regulamento, deveriam ser demolidas. Além disso, o citado regulamento ainda atribuía penalidades aos considerados infratores das normas urbanas, na forma de pesadas multas anuais, como se pode ver no Artigo 96 da Lei Municipal n. 54, publicada no jornal *Nortista* em Abril de 1901:

É proibida a continuação ou construção de casas de palhas dentro da decima urbana e quem as tiver deverá cobri-las de telhas ou demolil-as no praso d seis mezes, a contar da publicação do presente Regulamento. § Unico - aos infractores será applicada a multa de 50\$000 annuaes²⁵⁴

²⁵² Telegramas: Parnahyba, 10. **Diario do Piauhy**. Teresina-PI. Ano III, n. 58. 11 de Março de 1913, p. 01.

²⁵³ PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Exmo. Snr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar**. Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial. 1918, p. 07.

²⁵⁴ Lei Municipal n. 54. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 14. 06 de Abril de 1901, p. 03.

O regulamento traduz, no contexto da nascente República, a exigência por normas, códigos, regras de efeito disciplinador também do espaço urbano, e como bem examinado em Carlos Lemos, tudo isto se articulava ao projeto modernizador que ampliava seus contornos, cuja marca mais evidente aqui é a presença nos códigos das novas exigências urbanas relativas ao asseio, limpeza, higiene e principalmente às normas ligadas ao âmbito das formas de morar: “a República deflagrou grande esforço modernizador e, pela primeira vez, introduziu nos códigos exigências ligadas à higiene, sobretudo à da habitação”²⁵⁵.

No estudo de Roberto Lobato Corrêa, podemos notar os modos de ocupação onde os grupos sociais, excluídos do modelo vigente, também aparecem como agentes modeladores das cidades, em sua face do morar como forma de resistir e como estratégia de sobrevivência; marcando assim sua diferença relativa a produção do espaço como pensada pelo Estado, pelos proprietários e agentes imobiliários:

É na produção da favela, em territórios públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência²⁵⁶.

É também neste desigual jogo de forças que a pesquisa de Adriano Duarte opera, discutindo o “morar de aluguel” em São Paulo durante o Estado Novo, apontando a ausência de políticas públicas de habitação, criando as condições inclusive para os preços exorbitantes dos aluguéis. Retornando à Parnaíba do início do século XX, o lar operário, sempre condenado pelo olhar dos dominantes, pode ser entendido de forma similar, onde “os que foram jogados nas péssimas condições de moradia, são responsabilizados pela própria miséria e sofrimento. Isso exime o poder público da sua responsabilidade na criação dessa tragédia social (...)”²⁵⁷.

²⁵⁵ LEMOS, Carlos A C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 17.

²⁵⁶ CORRÊA, 1989, *op. cit.*, p. 30.

²⁵⁷ DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão**: Brasil 1937-1945. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999, p. 85.

Ao passo em que as classes populares eram isoladas espacialmente no desenho da cidade, este afastamento também poderia permitir aos despossuídos uma percepção sobre as “práticas possíveis” de mudança de sua realidade, e assim, recuperarem sua capacidade de transformação enquanto trabalhadores pobres, fazendo da cidade um “espaço de lutas”, como definido por Ana Fani Alessandri Carlos: “o espaço não é apenas produzido em função das condições de reprodução do capital mas também em função das condições de reprodução da vida humana”²⁵⁸. Tal relação contraditória expõe o caráter dialético da disputa pelo projeto urbano, criando também a possibilidade de territorialização da luta social pela apropriação do espaço da cidade, como bem estudado em Raquel Rolnik,

para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade²⁵⁹.

3.6. Nas vilas operárias, uma história de conflitos e embates

Em Parnaíba, como em outras cidades, observamos um dos vetores da especulação imobiliária, expresso na promessa de construção de vilas projetadas como moradias destinadas aos pobres. Em 1919, João Bezerra Leite, então Presidente da Sociedade União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba²⁶⁰, visitando a residência do Comendador Francisco Gonçalves Cortez, dono da Rosapolis, fábrica de extração de óleos vegetais, relata ter sido informado pelo Comendador, em meio a uma suposta conversa sobre o tema do “Catholicismo, Socialismo e política mundial”, que sua fábrica em breve agregaria uma vila operária:

²⁵⁸ CARLOS, 2008, *op. cit.*, p. 84.

²⁵⁹ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 51.

²⁶⁰ Sociedade de socorros mútuos fundada em Agosto de 1919 na cidade de Parnaíba, congregando trabalhadores de ofícios vários e profissões liberais, e associando também proprietários de casas comerciais como sócios beneméritos. Possuía jornal próprio, intitulado “O Artista”. Durante suas atividades (até meados da década de 1930), a União Progressista combateu a falta de instrução na cidade fundando escolas noturnas para os trabalhadores e seus filhos. Auxiliava também as festas populares e colaborava para diminuir ou neutralizar os efeitos das contradições sociais.

A grande e importantissima fabrica 'Rosapolis' acha-se passando por uma bella transformação architectonica, onde o artista pára e contempla a boa esthetica e requinte de arte. 'Rosapolis' vai ter em breve lapso de tempo vila operaria, onde se abrigarão os alegres e satisfeitos artistas que a movimentam²⁶¹.

Ainda que o Comendador refira os trabalhadores de sua fábrica como “alegres e satisfeitos” e apresente o projeto de construção da Vila Operária como lugar de abrigo, tentando evidenciar certas dimensões da filantropia empresarial, bem observada nos estudos para o século XIX, é preciso aqui observar o que representam historicamente as vilas operárias em seu propósito de ampliar o controle do sistema de fábrica em direção ao espaço privado da moradia dos trabalhadores. E neste caso, muitos estudos dão a conhecer uma história matizada por conflitos, tensões e quando as expressões da filantropia e do paternalismo por vezes colidem com as apropriações feitas pelos trabalhadores em relação às vilas. O que se quer dizer é que, em muitos casos, as vilas escaparam à função primordial de controle. Para Margareth Rago, as vilas “representam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida”, e constituem um mecanismo das elites no sentido da “fabricação da classe trabalhadora desejada”²⁶², em sua determinação pelo controle do tempo e da vida dos trabalhadores, dentro e fora da fábrica. Para Auxiliadora de Decca, em certos casos, as casas da vila operária “destinavam-se aos operários especializados, que era necessário reter e controlar junto à produção”²⁶³. A construção dessa vila operária em Parnaíba parece ser uma das primeiras do Estado, considerando que “só na década de 1930 foram tomadas as primeiras iniciativas no sentido da construção de Vilas Operárias na cidade de Teresina”²⁶⁴. Nesta cidade, o plano da Vila Operária surge em 1928 por decreto municipal, que “previa distribuição de trezentos lotes, com logradouro público, uma

²⁶¹ Rosapolis. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 05 de Outubro de 1919, p. 03.

²⁶² RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Brasil, 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 231.

²⁶³ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. 7. ed. São Paulo: Atual, 1991, p. 51.

²⁶⁴ NASCIMENTO, Francisco de Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002, p. 23.

praça de esporte, área para cooperativa, associação operária, capela, escola e outros estabelecimentos de uso comum”²⁶⁵, sendo ocupada somente no ano de 1935.

Sua localização, afastada do centro de Teresina e em região insalubre, demonstra, para Francisco Alcides Nascimento, o desejo de afastamento dos pobres da área nobre da cidade, o que coaduna com a análise aqui desenvolvida: “o ordenamento da cidade, realizado de forma autoritária, é excludente e está relacionado com o afastamento dos pobres da zona urbana. A área doada para os operários construírem a vila foi planejada distante do núcleo central da cidade, depois da linha férrea”²⁶⁶, ou como asseveram Maurício Moreira e Solimar Lima: “o motivo para a construção da Vila estava mais ligado ao afastamento das famílias do centro da cidade, alvo de embelezamento com a abertura de novas ruas, resultando em uma valorização das áreas que receberam esses melhoramentos”²⁶⁷.

Apesar desse registro, localizamos para o ano de 1911 a existência de uma vila operária em Teresina. Um anúncio no *Diário do Piauí*, apontava que o industrial Coronel João Maria Broxado, precisando sair de Teresina, vendeu todas as suas fábricas, empresas, casas, terrenos, materiais de construção e “uma villa operaria constante de seis casinhas, com 22 quartos, á rua Desembargador Freitas”²⁶⁸, possivelmente destinadas aos trabalhadores de sua fábrica de sabão ou da olaria.

Estudos sobre a moradia operária apontam situações similares em diversos tempos e lugares. As casas de vila, alugadas aos trabalhadores pobres, por certo diminuem seu mísero salário, considerando as situações onde “a fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários”, como é o caso da vila construída pelo Comendador Cortez em Parnaíba, e possivelmente a de propriedade do Coronel João Maria Broxado em Teresina. Para o caso, é exemplar o estudo de José Sérgio Leite Lopes, onde aponta para o fato

²⁶⁵ NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Trabalhadores e trabalhadores no fio da história das práticas e projetos educativos no Piauí (1856 - 1937)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008, p. 25.

²⁶⁶ NASCIMENTO, 2002, *op. cit.*, p. 219.

²⁶⁷ SANTOS, José Maurício Moreira dos; LIMA, Solimar Oliveira. Classe trabalhadora e espaço urbano: O surgimento da Vila Operária em Teresina (PI) (1928-1950). **Revista Informe Econômico**. Teresina-PI: Curso de Ciências Econômicas/Universidade Federal do Piauí. Ano 16, n 33, 2014, pp. 23-24.

²⁶⁸ **Diário do Piauí**. Teresina-PI. Ano II, n. 28. 06 de Fevereiro de 1912, p. 03.

de certas industrias fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja de obrigações econômicas e não-econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa uma interferência direta e visível mesmo do ponto de vista do processo de produção capitalista distinto do ponto de vista da reprodução da administração da fábrica sobre o consumo individual dos trabalhadores²⁶⁹.

Por outro lado, o viver em outras regiões da cidade poderia criar condições propícias ao florescimento de um sentimento de união, dos laços de solidariedade de classe. É o que apontam Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman: “em função da segregação geográfica e sociocultural a que estavam submetidos os trabalhadores, o que tornava a vida nestes bairros muito característica e própria, desenvolviam-se com isso laços intensos de solidariedade de classe”²⁷⁰. Estes laços ou as formas comunitárias experimentadas na vida camponesa²⁷¹, são por vezes, buscados em determinadas situações, como é o caso da vila operária de Teresina em que “a prefeitura elaborou a planta e os operários iniciaram o trabalho de construção em forma de mutirão”²⁷². Os mutirões operavam como importante mecanismo de solidariedade entre os trabalhadores, garantindo a construção de sua moradia pelo adjutório dos vizinhos e amigos. Esse processo de autoconstrução atravessa os tempos, sendo observado também nos bairros populares de São Miguel Paulista, em São Paulo; quando em meados do século XX, a cidade recebe um grande fluxo de imigrantes para o trabalho fabril, principalmente vindos do Nordeste. Com grandes dificuldades, parte desses trabalhadores conseguia comprar terrenos, em locais afastados da cidade, com a intenção de erguer suas casas. Ali, o sistema de mutirão era amplamente usado, como visto no estudo de Paulo Fontes:

O ambiente festivo dos mutirões rurais era reproduzido aos domingos na periferia paulista. Os donos da casa encarregavam-se, em geral, do

²⁶⁹ LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Mudança Social no Nordeste**: A reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 42.

²⁷⁰ LEONARDI; HARDMAN, 1991, *op. cit.*, p. 150.

²⁷¹ Sobre a prática tradicional do mutirão e sua forma de ajuda mútua, ver o clássico: CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977; em específico, o capítulo 4 da primeira parte, “As Formas de Solidariedade”.

²⁷² NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p.25.

suprimento de alimentação e bebidas e, muitas vezes, ao mutirão seguia-se uma roda de música e dança. Era um espaço importante de socialização na vida operária e de consolidação das redes sociais no bairro²⁷³.

3.7. A rua e a casa: o discurso higienista e o estigma

A formação dos bairros pobres em Parnaíba também se deve às frequentes secas no sul do Piauí e nos Estados vizinhos, como o Ceará, como se observa na pesquisa de Gleison Monteiro para o meado do século XIX:

No Piauí, por ser lugar de passagem, os migrantes atravessaram estes sertões e rumaram para a Bahia, Maranhão, Amazonas, Goiás e outras províncias. Acontece que outros, durante a passagem por estas bandas, ficaram, às vezes, por não terem condições físicas, pelos acometimentos de moléstias ou pelo óbito de alguns parentes. Por essas ocorrências, os caminhantes tiveram que mudar seus trajetos e alguns se fixaram em vilas ou na capital piauiense²⁷⁴.

Nestes periódicos tempos de seca, como já vimos, deu-se a migração forçada de centenas de camponeses e suas famílias para a cidade de Parnaíba, onde poderiam ser recrutados para as obras públicas (um dos modos do socorro oficial), alcançados também por alguma caridade por parte das associações católicas do lugar, e certamente alvo permanente da vigilância policial. Foi o caso de Cazuzza Porto e sua família, formada por sobreviventes das secas cearenses que se radicaram em Parnaíba, estabelecendo-se junto a seu pai como sapateiro, enquanto suas irmãs lograram raro enlace com a “pequena e honrada burguesia local”. Observamos ainda que seu ofício era realizado em casa, em alguma região no entorno da cidade, e na narrativa de Humberto de Campos, apesar das dificuldades materiais, o trabalho que realizavam permitia relativa liberdade. De acordo com o autor, o jovem cearense era

²⁷³ FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 139.

²⁷⁴ MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016, pp. 131-132.

um rapaz branco, mas de família humilde, de origem cearense, exilada para Parnaíba por uma das secas da terra natal. Seu pai, ancião robusto e jovial, era sapateiro. E ele, sapateiro como o pai. As irmãs, senhoras claras e bonitas, haviam casado na pequena e honrada burguesia local, vivendo no conforto e na abastança. O velho, e o filho, não tinham, entretanto, abandonado a profissão modesta a que se haviam consagrado. Batiam na sola do joelho, lado a lado, na oficina doméstica, e recebiam a pobreza com alegria porque lhes vinha, com ela, a certeza da liberdade²⁷⁵.

Em 1901, o jornal *Nortista*, de Parnaíba, noticia uma missa campal realizada com o esforço diligente de diversas congregações católicas, no intuito de festejarem a virada do século. Sua realização contou com o empenho do povo parnaibano, “embora exausto pelos titanicos esforços que ha feito para socorrer seus infelizes irmãos flagellados pela secca”²⁷⁶. Já no ano de 1919, em outro período de seca, o jornal *O Artista* aponta a ação do Centro Espírita Perseverança no Bem no sentido de “minorar os soffrimentos dos pobres retirantes e doentes que habitam sob o abrigo dos cajueiros no bairro dos campos”, onde “quasi diariamente andam comissões visitando os pobres e dando-lhe auxilios materiaes”²⁷⁷.

O que se anota aqui, relativo aos registros sobre as formas de socorrer “os infelizes irmãos” alcançados pela seca e pela fome, é como se opera o paliativo da caridade. Em Frederico de Castro Neves, se pode perceber tais práticas “como elemento organizador da relação com os pobres e legitimador da ordem social que naturalizava a pobreza”, tendo também uma função de dique, ou seja, afastar as possíveis ocorrências de motins ou saques. Para o citado autor, “a caridade privatizava-se cada vez mais, e as iniciativas caridosas estavam nas mãos de cidadãos respeitáveis e suas senhoras, que assumiam uma função destacada nos momentos de calamidade”²⁷⁸. A caridade também pode ser percebida como uma ação paternalista das elites para com os pobres, “através da ajuda costumeira, proteção e donativos para as famílias carentes, avivando assim um

²⁷⁵ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, pp. 318-319.

²⁷⁶ Homenagem a Jesus Christo Redemptor. **Nortista**. Parnaíba-PI Ano I, n. 01. 01 de Janeiro de 1901, p. 04.

²⁷⁷ Festas dos Espíritas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 04. 01 de Janeiro de 1920, p. 03.

²⁷⁸ NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro-RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Vol. 27, n. 53, 2014, p. 119.

vínculo de dependência e submissão das classes subalternas”²⁷⁹, como assinala o estudo de Mafalda de Araújo.

Os que conseguiam precariamente se estabelecer, vencendo parcialmente a fome e as aflições, eram empurrados para áreas afastadas da cidade, onde não perturbassem a “paz” e colaborassem com o “progresso”. Com base nesse argumento, a Comissão de Socorros solicitou a demolição da Cadeia Velha situada na Praça da Matriz, no centro da cidade. Segundo o ofício, reproduzido no *Nortista* em 1901, a cadeia construída em 1775 e já inutilizada deveria ser demolida, pois naquele tempo só servia ao abrigo das *classes perigosas*. Ou seja, determinados espaços considerados “inutilizados” eram demolidos com o intuito de evitar a ocupação destes lugares pelos indesejáveis de sempre: aqueles a quem o jargão e o estigma nomeiam como malandros, vagabundos, ociosos, bêbados, prostitutas; as ditas *classes perigosas*, aquelas a quem Chalhoub examina como “pessoas que já houvessem passado pela prisão ou as que, mesmo ainda não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família por meio da prática de furtos e não do trabalho”, ou “aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava a margem da lei”²⁸⁰. A demolição da Cadeia Velha como providência da Comissão de Socorros – formada por políticos, clérigos e comerciantes da cidade, isto é, os *grandes homens*, como percebido na lista de assinaturas – é também uma forma de, ao menos por alguns dias, ocupar os braços dos “imigrantes cearenses”, contados às centenas e, neste caso, evitar sua aglomeração em certos lugares da cidade. Aqui notamos também a percepção aparentemente contraditória das elites locais sobre os “flagelados da seca”, ora vistos como indesejáveis ao projeto de modernidade, ora como força de trabalho “necessária para que a construção de um espaço público aburguesado pudesse acontecer, a baixo custo de mão de obra”²⁸¹. O Abaixo Assinado da Comissão de Socorros a seguir apresentado é documento exemplar quanto as concepções vigentes em relação aos pobres e indigentes:

²⁷⁹ ARAÚJO, 1997, *op. cit.*, p.38.

²⁸⁰ CHALHOUB, 2001, *op. cit.*, p. 76.

²⁸¹ NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político. **Revista Trajetos**. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol. 3, n. 06, 2005, p. 130.

Vimos, os abaixo assignados, da Comissão de Soccorros, impetrar desse illustre conselho a necessaria e devida licença para mandar demolir o edificio sito à praça da Matriz desta cidade, conhecido pelo nome de – CADEIA VELHA –, e que é na referida praça como que um borrão atirado á sua belleza e esthetica, afeiando-a. Esse serviço, com ser de relevante utilidade publica, é de maxima vantagem quanto á hygiene, pois, como sabeis, o edificio de que se trata serve tão somente de coito á vagabundagem e de abrigo a grande numero de indigentes, que lá vivem em uma promiscuidade absoluta e escandalosa, respirando uma atmosphaera infecta, viciada e má, moral e materialmente. O prédio em questão, informe e acanhado, construido em fins do seculo XVIII, (em 1775) sem obedecer ás regras de qualquer architectura, ou de cousa alguma que com isso se pareça, para servir de casa de detenção aos condemnados, que lá eram atirados em compartimentos estreitos, escuros, sem ar, sem luz, não como um fim de punição procurando-se rehabilital-os pelo trabalho que dignifica, mas como um meio de eliminal-os pela asphyxia, – o predio em questão, repetimos, é um pardieiro que não tem hoje serventia alguma, a não ser a acima apontada, que o é negativa. Visamos, Srs. Conselheiros, com a demolição que pretendemos realisar, oferecer trabalho a alguns dos centenares de immigrants cearenses aqui agglomerados, empregando-os nesse serviço; proporcionando-lhes meios de subsistencia durante alguns dias, e vós, auctorizando-a, escrevereis na historia desse Conselho mais uma pagina de Justiça. Nestes termos, Esperam Deferimento. - Parnahyba, 17 de Dezembro de 1900. (Assignado) *A Gomes Veras. – Jonas de Moraes Correia. – Marc Jacob. – Benedicto Rodrigues Madeira Brandão. – Padre Joaquim Antonio de Souza Leal.* Despacho: Referido com a lei no. 52 desta data. Paço do Conselho Municipal de Parnahyba, 19 de Dezembro de 1900. (assignado) *Jonas Correia, Presidente. – Ramos Filho. – Epaminondas. – Gomes de Almeida. – Pompeu*²⁸².

A lei municipal nº 120, inclui como “zona suburbana”, além dos bairros Tucuns, Coroa e Campos, “parte do bairro Nova Parnahyba”²⁸³ sendo este projetado e executado no ano de 1913 pela municipalidade, caracterizado por “seu clima ameno e pelas suas ruas e avenidas largas, arborizadas e bem delineadas”²⁸⁴, também fruto das aspirações das elites locais em modernizar as ruas e avenidas da cidade. Ali “em casas de taipa cobertas de palha, à luz de lamparinas, viviam estivadores, vigias, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, quitandeiros e desempregados”. Diante da especulação em torno do lugar, “aquele bairro foi invadido pela modernização, com palacetes, bangalôs e residências com amplos terraços e jardins floridos; com rosas coloridas que bailavam perfumando e mesclando o espaço, além de plantas ornamentais, migradas de outras cidades ou regiões”, sendo o resultado dessa ocupação o fato de que

²⁸² Cadeia velha. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 09 de Janeiro de 1901, p. 02.

²⁸³ Parnahyba. Lei n. 120 - Publicada em 15 de Março de 1914. **Diario do Piahy**. Teresina-PI. Ano IV, n. 129. 09 de Junho de 1914, p. 04.

²⁸⁴ PASSOS, 1982, *op. cit.*, p. 40.

as famílias pobres “foram empurradas para locais como ‘bebedouro’ e ‘curro’, terrenos periféricos”²⁸⁵.

Observando a situação no pormenor, se pode alargar a percepção sobre as situações de um cotidiano penoso no viver da cidade dos pobres. Em *Memórias Inacabadas*, Humberto de Campos retrata com detalhes (e algum preconceito) o domicílio de uma prostituta na cidade de Parnaíba. A habitação se localizava entre dois estabelecimentos comerciais, e comparada pelo escritor como espécie de “cortiço do Norte” onde

Entre dois estabelecimentos comerciais, havia um muro, com uma série de portas. Eram quartos isolados, compartimentos de um telheiro baixo, espécie de 'cortiço' do norte, sem qualquer dependência para a higiene do morador. (...) Entrei, detendo-me a um passo da porta, que se fechou detrás de mim. Passos se arrastaram para um pouco mais longe. Um fósforo cintilou. Uma lamparina de querosene, suja, bruxoleou, sôbre um caixote, patenteando-me a pobreza, ou, antes, a miséria circunjacente. O chão, de tijolo, achava-se esburacado, como se por ali passassem carroças, veículos de grande pêso. O teto, baixo, inclinava-se para o interior, ficando quasi à altura da mão. Porta, não havia senão aquela por onde eu entrara. E o quarto era tão estreito, que a rede o atravessava, de uma parede a outra²⁸⁶.

A habitação descrita por Campos era usada pela moradora tanto para seu descanso quanto para sua ocupação. A ausência de espaços para higiene pessoal transforma o lugar em passagem para os clientes, que iam ou voltavam rapidamente, e para ela, dificuldades consideráveis de moradia. Michelle Perrot sublinha que o indivíduo empenhado em descrever o quarto onde os pobres habitam “é primeiramente surpreendido pela pobreza e a promiscuidade, os cheiros e o entrelaçamento dos corpos”²⁸⁷.

O exame atento dos inspetores de higiene reproduzia o interesse das elites, no intuito de, como aponta Margareth Rago, “desodorizar o espaço urbano”²⁸⁸. O periódico *Semana* noticia em Janeiro de 1911 que na região onde moravam prostitutas

²⁸⁵ NUNES, Maria Cecília S. de A. A influência britânica em Parnaíba-PI. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Gente que vem de longe: Histórias e Memórias**. Teresina: Halley, 2006, p. 349.

²⁸⁶ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, pp. 180-181.

²⁸⁷ PERROT, Michelle. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 198.

²⁸⁸ RAGO, 2014, *op. cit.*, p. 218.

ocorreu uma explosão causada pelo acondicionamento indevido de um barril com álcool. A mulher que alugava o quarto, de nome Bazília, foi encontrada “com algumas queimaduras no terço inferior do braço direito e na parte superior da caixa torácica e chumascados os cabelos”. De acordo com a matéria, de tão forte a detonação do material, telhas do teto se romperam:

Na rua do Commercio, em um dos quartos habitados por mulheres de vida airada, se achava provisoriamente guardado um barril que contivera álcool. Aconteceu que, na manhã de 24, achando-se só a serviçal de nome Bazília, o dito barril incendiou-se, produzindo enorme estampido que alarmou toda a circunvizinhança. Comparecendo no lugar do sinistro muita gente, foi encontrada aquella mulher com algumas queimaduras no terço inferior do braço direito e na parte superior da caixa toraxica e chamuscados os cabellos. Sem duvida a inexperiente rapariga aproximou d’aquelle recipiente algum comburente, pois diz ella que achava-se sobre o mesmo uma caixa com palitos de phosphoro, negando, todavia ter usado destes para inflamar o barril humedecido de álcool, o que é inacreditavel. Alem das queimaduras produzidas em Bazília, a explosão fez arrebentarem-se algumas telhas dos tecto do predio²⁸⁹.

O jornal quer concluir que Bazília teria causado a explosão, pois esta afirma que apesar de palitos de fósforo estarem sobre o barril de álcool, não sabe como a explosão ocorreu. A moradora do quarto em sua negativa utiliza artifícios que compõe o repertório de “resistências cotidianas”, que de acordo com James Scott, se realizam no plano “informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de facto imediatos”²⁹⁰. Além disso, é preciso refletir sobre a ideia construída pelos subalternos a partir das distinções entre “nós” e “eles”, onde sua ação tem por objetivo dissuadir os grupos dominantes; “não acreditam que um visitante de outra classe seja capaz de compreender os problemas intrincados das suas vidas, e fazem todos os possíveis por os esconder e por evitar o paternalismo”²⁹¹, como indica Richard Hoggart.

Espaços para prostitutas pobres também eram comuns em outras cidades. Em São Paulo, algumas mulheres com relativa condição financeira, alugavam quartos

²⁸⁹ Explosão. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 34. 29 de Janeiro de 1911, p. 02.

²⁹⁰ SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. N. 05. Brasília-DF: Instituto de Ciência Política/ Universidade de Brasília, 2011, p. 224.

²⁹¹ HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1 - aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 96.

em pensões e hotéis para atender seus clientes, sendo que a grande maioria das prostitutas, dada a difícil situação econômica, “atendiam sua clientela nas suas próprias moradias ou em cômodos disseminados pelos bairros populares”²⁹².

A situação acompanha a realidade e se torna mais complexa quando a quantidade de moradores em uma habitação é maior. O advogado Lima Rebello, em discurso na Praça da Graça, no centro da cidade de Parnaíba em 1920, refletia sobre a situação do lar operário, que segundo ele, “não ha um movel. Os aparelhos culinarios andam pelo chão, ao alcance dos cães e outros animaes domesticos”. Sua preocupação inicial é com a aparente falta de higiene nesses locais, assim como sobre a pobreza evidente também na ausência do mínimo mobiliário, onde “o chão nú é o único assento. A mesa, logar onde segundo as suas crenças, sempre está presente o Sêr Supremo, não existe”. Assim, de acordo com o autor, o sentido do progresso é vivido inversamente pelos trabalhadores pobres, pois são desprovidos, inclusive, dos mais simples artefatos da suposta modernidade. Além disso, “comem animalmente separados, esparsos pelos quatro cantos da casa, agarrando á mão os alimentos, rasgando carne presa aos dentes com empuxões selvagens”²⁹³.

Seu discurso higienista e francamente estigmatizador, se utiliza de diversos recursos retóricos para rebaixar a luta dos trabalhadores pobres em busca de sobrevivência, como por exemplo, a *antropomorfização* do seu cotidiano e de seus hábitos alimentares, tentando imprimir em seus ouvintes uma dicotomia entre o que é *bom* (o uso de talheres, o uso da mesa, a aquisição de mobília, etc) e o *mau*. Esses costumes *incivilizados*, na lógica da modernidade, se aproximam dos saberes tradicionais indígenas e povos do campo, onde “os comensais se sentam em um círculo ao redor da panela de comida no chão, e cada um se serve com as próprias mãos”, e os “talheres e pratos servem para o preparo da comida, mas não para as refeições”²⁹⁴. Podemos notar também que a ausência de mobília pode ser uma forma de garantir “uma mudança sem grandes dificuldades nem despesas”, uma vez que “aos olhos dos moralistas, a presença de móveis é o sinal infalível de enraizamento”²⁹⁵; No entorno de

²⁹² PINTO, 1994, *op. cit.*, p. 210.

²⁹³ REBELLO, 1921, *op. cit.*, p. 49.

²⁹⁴ WEIMER, 2005, *op. cit.*, p. 66.

²⁹⁵ PERROT, 2017, *op. cit.*, p. 116.

Parnaíba, essa ausência de mobília poderia estar ligada as constantes cheias do rio Igaraçu, tornando menos dificultosa a fuga de suas águas.

A *Rua* e a *Casa* tornam-se dimensões centrais para o mapeamento das práticas sociais na *Parnahyba dos pobres*, “podendo servir como instrumento poderoso de análise do mundo social brasileiro”²⁹⁶, uma vez que no imaginário e nas narrativas da época, a rua era o lugar da ação, do trabalho, das incertezas e vícios, individuais ou coletivos. O Mercado Público, frequentado cotidianamente pelos pobres, efervescia nas manhãs de domingo, quando “afluíam para o mercado, não só dos bairros pobres da cidade como dos povoados vizinhos, trabalhadores do porto, lavradores e vaqueiros, famosos pela sua valentia, pela sua perícia no manejo do cacete ou da faca”²⁹⁷.

Figura 8: Estado do Piauí - Mercado publico da cidade da Parnahyba.



Fonte: PIAUÍ. Revista da Semana. Ano VI, n. 292. 17 de Dezembro de 1905, p. 18.

Percebemos pela imagem o contínuo fluxo de pessoas no mercado, cercado por areia solta, e ao centro da fotografia, uma grande árvore que dá sombra para crianças, homens e mulheres se protegerem. É possível que esse local permita o comércio fora do prédio mercado, uma vez que “os vendeiros abriam suas tendas. As caboclas se instalavam no meio do largo, espalhando pelo chão os potes de barro, os chapéus de palha, os cofos, as esteiras, as rendas e colheres de pau, (...) que vinham

²⁹⁶ DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 90.

²⁹⁷ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, p. 312.

vender às donas-de-casa”²⁹⁸. Assim, a *Rua* é percebida como espaço da luta constante pela sobrevivência, pelo ganha-pão, de efervescência e de ação.

O ambiente da *Casa*, por outro lado, é narrada como o lugar de calma e alento para as dificuldades sofridas, individual ou coletivamente, acolhendo seus moradores e fugindo das perturbações oriundas do espaço da rua. Lima Rebello afirma em discurso aos operários que é função da mulher do trabalhador garantir “a honra, o socego, o carinho e até a manutenção física do homem”, sendo “mãe, irmã, patrão, enfermeira, instructora, educadora”²⁹⁹. *O Artista*, em 1919, questiona seus leitores sobre o alcoolismo e apresenta o espaço da casa de forma semelhante: “quantos, deixastes em casa uma pobre mãe que se definha á falta dos minguados recursos que ides gastar levianamente na sede insaciavel da embriaguez”³⁰⁰. Em 1922, debatendo sobre a importância da instrução e da organização para os trabalhadores, declaram: “não deixeis o vosso lar onde vive o vosso amor, os carinhos da esposa e filhos, por festas e ajuntamentos de vagabundos, que abandonando o trabalho, entram nas orgias, onde consomem o alcool, o impecilho da humanidade”³⁰¹. Na construção imaginária desse ambiente, a mulher ganha local fixo: de “a pura, a casta, a heroica”³⁰². Este papel, naturalizador de sua função maternal, a transforma em uma trabalhadora de tempo integral, operando afazeres domésticos e cuidados com os filhos durante todo o dia.

A realidade, porém, relativiza a construção dicotômica entre a casa e a rua para o trabalhador pobre, pois “ainda que a definição da fronteira da casa com a rua fosse menos rígida à proporção que o grau de riqueza decrescia, mesmo quando quase invisível não era menos real ou reconhecida”, como em Sandra Graham³⁰³. Ao discutirmos a “casa”, não nos referimos a um espaço subdividido em sala, cozinha, quarto, quintal, isto é, a casa como “um conjunto de espaços onde uma maior ou menor intimidade é permitida, possível ou abolida”³⁰⁴, rigidamente organizada e

²⁹⁸ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 21.

²⁹⁹ REBELLO, 1921, *op. cit.*, p. 50.

³⁰⁰ A Embriaguez. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 01. Parnaíba, 15 de Agosto de 1919, p. 02.

³⁰¹ Dever de Associação e Instrução. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano III, n. 11. Parnaíba, 1 de Maio de 1922, p. 03.

³⁰² REBELLO, 1921, *op. cit.*, p. 50.

³⁰³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 30.

³⁰⁴ DAMATTA, 1997, *op. cit.*, p. 91.

compartimentada. Falamos de ambientes produzidos com muito sacrifício, que por vezes contava apenas com um cômodo, e não era delimitado por cercas ou muros.

Roberto DaMatta lembra que “é um sinal de pobreza (e mesmo de indigência social) residir em um espaço indiferenciado interna ou externamente, pois quem reside assim está certamente sujeito a confusões e misturas, sinal de alta inferioridade social”³⁰⁵, e que “casas de um só cômodo podem levar ao que chamamos de ‘bagunça’ ou estado típico de ‘sujeira’ ou confusão social”³⁰⁶. Nestes locais, por vezes, é realizado o trabalho; as costureiras, como a mãe de Humberto de Campos, e a lavadeiras, como a senhora Apolônia, conhecida na cidade como “Tia Pelonha”, dificilmente saía de casa, “senão para entregar alguma roupa lavada ou para prestar pequenos serviços de quintal ou de rua”³⁰⁷, fugiam a lógica impressa pelo ideário da época, em que “o homem deve sustentar a mulher”³⁰⁸ assim como alguns ofícios (sapateiros, pintores de parede, funileiros) que faziam de sua moradia o lugar da sua ocupação, sustentando uma economia invisível que não aparece em recenseamentos e demais estatísticas. De acordo com Edward Thompson, esse processo de trabalho pode ser percebido como “orientado pelas tarefas”, isto é, sua realização depende antes do tempo e das estações climáticas – chuvas, ventos fortes, cheias do rio – onde há “pouca separação entre ‘o trabalho’ e ‘a vida’”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o ‘passar do dia’”³⁰⁹.

Papeis sociais por vezes entendidos como próprios da esfera doméstica, no ambiente privado, para os pobres, estes compunham um repertório de práticas vivenciadas na rua, no espaço público, como o ato de “surrar e repreender pessoas”, ou “dormir, comer, banhar-se, ter relações sexuais e todos os outros modos de obter satisfação ou alívio fisiológico são ações que devem ocorrer no universo da casa”³¹⁰. A exemplo disso, os constantes combates entre caboclos no mercado público nos fins do século XIX, ou o caso do jovem sapateiro cearense Cazuzza Porto, já referido aqui, que pertencia “ao número de rapazes que não recusavam luta em qualquer ponto da cidade e

³⁰⁵ *Ibid*, p. 92.

³⁰⁶ *Ibid*.

³⁰⁷ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 32.

³⁰⁸ REBELLO, 1921, *op. cit.*, p. 50.

³⁰⁹ THOMPSON, 1998, *op. cit.*, p. 271-272.

³¹⁰ DAMATTA, 1997, *op. cit.*, pp. 94-95.

que, empenhados em um conflito, não saíam dele sem imprimir no couro do outro adversário o selo da sua superioridade”³¹¹. Em 1910, o artigo 176 da lei n. 04 do Código de Posturas da cidade indicava que era proibido “banhar-se qualquer pessoa nos portos publicos desta cidade das 5 horas da manhã as 7 da noite”³¹². Na pesquisa de Sandra Graham para o Rio de Janeiro, vemos que em face das dificuldades de local próprio ao asseio pessoal e a aglomeração nos cortiços ou mesmo ausência de latrina, “os pobres banhavam-se em público, nos rios, no mar ou nos chafarizes”³¹³.

Os modos de viver dos pobres, “por não se enquadrarem dentro dos conceitos da cultura dominante, são vistos como equivocados, quando não ‘degenerados’”. Para Günter Weimer, é preciso observar os sentidos atribuídos aos espaços na vida cotidiana, entendendo-os como produto de uma cultura e como o arranjo possível frente à escassez: “difícilmente passa pela cabeça desses planejadores que o espaço informal possa ser o produto de uma cultura milenar ou que se constitua na melhor solução possível diante dos escassos recursos disponíveis”³¹⁴.

A cidade de Parnaíba, “para além da cidade propriamente dita”, dividia-se socialmente em pelo menos duas: uma *visível*, louvada por alguns e minimamente estruturada para atender aos interesses das classes dominantes, desde o lazer ao trânsito de mercadorias; e uma outra *invisível*, habitada pelos trabalhadores pobres, nos bairros afastados do centro da cidade.

Compreendemos a formação destes lugares através de um jogo de forças, entre a reprodução da lógica econômica no plano social e urbano e a resistência, produzida pelos mais diversos atores sociais da época, impedindo o acesso a casas ou o pagamento de aluguéis através da ocupação de territórios impróprios para a moradia, e alcançados diversas vezes pelos surtos epidêmicos, pelas várias doenças decorrentes também da insalubridade de sua moradia, das condições extenuantes de trabalho, da falta de alimentação adequada, entre tantas outras ausências.

³¹¹ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, pp. 318-319.

³¹² Edital. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 17. 02 de Outubro de 1910.

³¹³ GRAHAM, 1992, *op. cit.*, pp.29-30.

³¹⁴ WEIMER, 2005, *op. cit.*, p. 37-38.

4. “É PERIGOSO PARA O PALÁCIO DEIXAR QUE A PESTE INVADA AS TAPERAS”

*A História está aí para ensinar que as doenças de uns acarretam as dos outros e que é perigoso para os palácios deixar que a peste invada as taperas*³¹⁵

A reflexão de Eliséé Réclus sobre a perspectiva histórica da doença é também fonte de inspiração em nosso estudo, ou seja, reconhecendo a divisão socioeconômica influenciando nas questões sanitárias e chave de percepção à problemática social. Partimos também desta perspectiva. Em Parnaíba, a doença, questão presente no ideário modernizador das elites, sendo sua capacidade de prevenção e combate considerada um termômetro do avanço ou retrocesso civilizatório, operou em direção aos pobres através dos projetos de higienização social e repressão, cujos objetivos consistiam em *curar doenças* e impedi-las de chegar ao centro da cidade, onde o lar das elites não poderia ser acometido por epidemias vindas dos *bairros de má fama* ou de *doenças da rua*. Nos fins do século XIX, a precariedade da higiene se via em toda parte, englobando todos os bairros do município, como a notícia sobre o Piauí no jornal *Republica*, publicado em Fortaleza no ano de 1897:

O estado sanitario não é dos mais lisongeiros, mas á vista dos annos anteriores pode ser considerado bom, e ficará muito melhor quando o actual intendente municipal, o Major Madeira Brandão pozer em execução o saneamento da cidade, e os fiscaes procederem com toda energia contra as immundicies que se amontoam desde o mercado publico, até os quintaes das casas particulares, em sua maioria convertidas em estrebarias e chiqueiro de porcos, bons vehiculos para as febres de máo caracter. Além disso, torna-se mui necessarias a inspecção do leite que segundo consta o que é apresentado á venda, ou contem gomma ou agua para render; a recomendação aos conductores d’agua do rio para não se servirem da margem que é verdadeira podridão, e apanharem a que passa no leito do rio, que embora insalubre, sempre preserva por alguns dias das molestias que teem de apparecer nos que se servem d’ella³¹⁶.

³¹⁵ RÉCLUS, Elisée. Migrações, êxodo rural e problemática do crescimento urbano. In: ANDRADE, Manuel Correa (Org.). *Élisée Reclus*. São Paulo Ática, 1985, p. 159.

³¹⁶ Piauíhy. *A Republica*. Fortaleza-CE. Ano VII, n. 94. 27 de Abril de 1897, p. 04.

Percebemos através do trecho acima apresentado, o cenário “não lisonjeiro” do estado sanitário de Parnaíba, onde o periódico deseja prescrever condutas administrativas ao Intendente no sentido do saneamento da cidade, assim como aos fiscais que, segundo eles, precisam aplicar “enérgicos procedimentos” contra as imundícies que se vão acumulando nos espaços públicos e privados. Além disso, à maneira do pensamento vigente localiza nas péssimas condições sanitárias os “bons veículos para as febres de mau caráter”. Estes bons veículos eram, por exemplo, o lixo que se acumulava, a criação de animais, a adulteração de alimentos pelos comerciantes com vistas a obterem maiores lucros, a precariedade do serviço de abastecimento d’água (que recolham da beira do rio e vendiam de porta em porta). Para isso, os aguadeiros acordavam cedo para captarem água enquanto banhavam seus animais, que em alguns casos defecavam no mesmo local, como mostra Goethe Rebelo:

À hora comum da apanha d’água, geralmente de manhã cedo, reuniam-se os aguadeiros na rampa do Porto Salgado, lá confraternizando com moleques que tomavam banho e lavadeiras lavando roupas; enquanto uns aguadeiros aproveitavam para dar uma boa lavagem nos seus animais, outros faziam a colheita da água pouco adiante, embora alguns animais, prazerosa e pachorentamente, fizessem ao mesmo tempo suas necessidades fisiológicas na água barrenta do rio. Posteriormente essa água era vendida de porta em porta, posta nos potes coada por um pano, coroando um festival de sujeira e de porcaria, que hoje faria inveja os atuais métodos de poluição ecológica³¹⁷.

Protestos contra a água colhida no rio Igarauçu apareciam periodicamente nos jornais locais. Em 1911, declaram que a água “que dá entrada nos nossos domicílios, nesta cidade, é um liquido, sob todos os pontos de vista, antihigienico, já pelas materias organicas e inorganicas em suspensão, já pelo systema quasi selvagem da sua captação”³¹⁸. Por causa dos modos de captação d’água, de sua qualidade, e sua consequente “causa de moléstias”, desde logo se vão aprendendo formas de filtrar e purificar a água, como se vê aqui:

³¹⁷ REBELO, Goethe Pires de Lima. **Tempos que não voltam mais**. Rio de Janeiro: Editora ADOIS, 1984, p. 52.

³¹⁸ **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 22. 06 de Novembro de 1910, p. 02.

O tratamento doméstico dessa água super-poluída consistia em manter mergulhado, dentro do pote, durante algum tempo, um pedaço de pedra-hume, amarrado à ponta de um cordão, e deixar que os micróbios e detritos fossem arrastados ao fundo do vasilhame, com a decantação provocada pela pedra-hume na poeira de argila em suspensão na água. Posteriormente a água, já decantada, era filtrada através de uma bacia lavada em pedra-pome e depois fervida, para só então ser servida³¹⁹.

Entretanto tal costume não parecia fazer parte do cotidiano indicando que “só a minoria das famílias adotavam esse tratamento. Muitas usavam a água do rio como recebiam”³²⁰, e em consequência, um quadro de adoecimento se instalava nos lares parnaibanos, como atesta Plácido Barbosa, chefe da Missão Sanitária no Piauí, afirmando em 1919 que: “a opilação na Parnahyba ataca setenta e cinco por cento da população”³²¹. A enfermidade apontada, também conhecida como ancilostomose ou amarelão, é causada por um verme que se instala no intestino, e passa a consumir o sangue de seu hospedeiro, provocando anemia, perda de apetite, diarreia, vômito e náuseas. A dita opilação decorrente também dos pés descalços e da ingestão de alimentos contaminados parece estar ligada ao inadequado abastecimento d’água, causando a epidemia de amarelão na cidade, o que indica um adoecimento que acomete em maior medida a população pobre, como se vê na incidência apontada acima. Na cidade de Fortaleza, no meado do século XIX, frente ao problema da distribuição e abastecimento de água é verificada sua qualidade no Chafariz do Palácio, onde, “entre os consultados, a maioria considerou ruim a qualidade da água em razão das más condições nas quais se encontrava o principal reservatório de Fortaleza”; um deles atestou a água potável, “mas indicou a necessidade de limpar e, a partir de então, controlar o acesso ao aludido reservatório”³²².

Dada a situação precária do habitar na *Parnahyba dos Pobres* em regiões insalubres, próximo das encostas dos rios, pântanos, alagadiços, sem encanamento, saneamento básico ou outras necessidades estruturais, a doença batia a porta dos pobres com mais frequência. Por vezes, na região, determinadas moléstias se alastravam em

³¹⁹ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 52.

³²⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 52-53.

³²¹ **Jornal do Commercio**. Manaus-AM. Ano XVI, n. 5621. 26 de Dezembro de 1919, p. 01.

³²² BARBOSA. Francisco Carlos Jacinto. “Administrar a precariedade: Saúde Pública e epidemias em Fortaleza (1850-1880)”. **O Público e o privado**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE. N. 13, 2009, pp.97-98.

razão das péssimas condições de salubridade, como a varíola, a tuberculose e a malária, embora os dominantes acreditassem que a vida dos pobres, supostamente desregrada e cheia de vícios, “arrastava-os a aquisição de doenças de caráter infecto-contagioso”³²³. É sabido que o problema da saúde pública, por sua gravidade, é questão tratada nos maiores centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, a partir da destinação de verbas próprias para a área além de dispor de “equipamentos e funcionários especializados, o Serviço Sanitário pôde fiscalizar as ruas e as casas, estendendo a vigilância a praticamente tudo - fábricas, estúbulos, hospitais, bares e cemitérios”³²⁴. O estudo de Cláudio Bertolli Filho evidencia a extensão dos esforços dos Serviços Sanitários, sublinhando sua função fiscalizadora e, em alguns casos, de vigilância sanitária aos diversos lugares que indicassem, seja a aglomeração de pessoas, seja o contato entre o urbano e o rural, entre outros.

No Piauí, os investimentos quanto aos serviços públicos de saúde e a vigilância sanitária não parecem alcançar o conjunto dos municípios, e muito menos todas as regiões de uma dada cidade. Se por um lado a narrativa do poder municipal é a de avançar qualitativamente contra as doenças (e os pobres), o Estado, por outro, reconhece seus limites e deficiências quanto ao saneamento público, tal se demonstra no Relatório do Governador Antonino Freire, em 1911, declarando a impotência do Estado frente às “infinitas modalidades” do impaludismo e afirmando que a diminuta reclamação do povo se deve à sua resignação:

Graças á resignação do povo piauihyense, não são mais insistentes as reclamações. Mas a verdade é que o impaludismo, nas suas infinitas modalidades, e a tuberculose dizimam as populações das margens dos nossos rios, sem que a acção do governo, por intermedio da repartição competente, possa tomar providencias necessarias³²⁵.

Dezoito anos depois, a situação sanitária pouco foi alterada. Tal é percebido na leitura da Mensagem do então Governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em 1920, quando assinala a necessidade de implantação de um adequado serviço de

³²³ ATHAYDE, 1984, *op. cit.*, p. 09.

³²⁴ BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da Saúde Pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008, p.17.

³²⁵ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva**. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1911, p 15.

saneamento, mas considera-o “complicado e dispendioso”, comparando para tal o programa sanitário empreendido em São Paulo. Para ele, o problema será tratado dentro dos limites orçamentários. Aqui se vê a retórica do poder classificando não o povo, mas ao próprio Estado em sua pobreza, modo pouco convincente de enfrentar os reais problemas da perene falta de saúde em seu Estado: “está bem visto que não podemos desde logo organizar um serviço de saneamento complicado e dispendioso como, por exemplo, o que está empreendendo o Estado de São Paulo”, e que “de acordo com a nossa pobreza, devemos traçar e seguir um programa modesto”³²⁶.

4.1. Os variolosos nos “bairros de má fama” e a desconfiança do povo nas medidas “de severa precaução”

Neste ponto do trabalho, trazemos uma reflexão sobre a doença social, como vista nos estudos aqui apropriados. O recorte de nossa reflexão é aquele que busca articular o problema da saúde e da doença em relação à vida dos pobres e a miséria urbana. Foi naquele período que a medicina, inspirada e apoiada em fórmulas concebidas segundo o padrão científico vigente, começou a refletir sobre a questão da doença social, isto é, “doenças nitidamente vinculadas ao desenvolvimento modo de produção capitalista associadas virtualmente às populações pobres, à miséria urbana e a valores morais constitutivos da ética do trabalho”³²⁷.

No Piauí, a varíola era uma das doenças frequentes que acometiam os pobres. Em sua sintomática de doença infectocontagiosa, causava febres, mal-estar, dores de cabeça, que evoluíam em pouco tempo para pústulas no corpo, e em casos graves, a ocorrência de hemorragias na pele e na mucosa. A ausência de tratamento adequado levava à morte em aproximadamente um mês. Aos sobreviventes, restavam as marcas da doença espalhadas pelo corpo. No Brasil, as constantes epidemias da varíola aceleraram os estudos patológicos, investimentos no saneamento e a criação de institutos de pesquisa. Desta forma, percebemos que “a história da saúde pública no

³²⁶ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “O Piauhy”, 1920, p. 44.

³²⁷ SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. Alcoolismo: algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro-RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. vol.3, n.2, 1993, p. 78.

Brasil está intimamente relacionada ao papel social e político que a varíola desempenhou na estruturação e orientação das políticas de Estado”³²⁸.

Em 1890, encontramos nos dados da *Inspectoria de Hygiene Publica do Piauhy*, medidas de combate à varíola. No discurso do Governador Joaquim Nogueira Paranaguá, observamos o acento sobre a obrigatoriedade da vacina, atentando para a ineficácia dos “meios persuasivos empregados” no convencimento da população sobre o uso da vacina:

Debaixo deste ponto de vista penso com o meu illustado antecessor, que este valioso preservativo da variola deve ser obrigatorio neste Estado, visto como, por maiores que sejam os meis persuasivos empregados com o fim de convencer a população dessa necessidade, pouco tenho conseguido³²⁹.

A desconfiança é um sentimento que atravessou a população pobre no Piauí. Na cidade de Teresina, em meados de 1865, “procedeu-se à vacinação do povo; este, porém, não quis corresponder aos esforços das autoridades sanitárias para preservá-lo de tão terrível doença. Foi relativamente baixo o número dos que procuraram os recursos da vacina”³³⁰. Uma década depois, em 1875, mesmo as pessoas que haviam se vacinado continuavam a morrer. “Descobriu-se que a vacina que (...) fora enviada ou era velha demais ou estava deteriorada, não produzindo mais efeito. O povo perdeu a fé na vacinação”³³¹.

No Ceará, o Governo apontava desde o século XIX “que a vacina chegada à Província tinha má qualidade, prejudicando, dessa forma, a imunização contra a bexiga”. Sobre tal problema, o estudo de Carlos Jacinto Barbosa questiona tanto a qualidade da vacina, como sua estrutura e o modelo de vacinação: “Mesmo que corresponda eventualmente à verdade, o governo e os seus inspetores não

³²⁸ GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. Com a varíola, nasce a saúde pública. *Revista História Viva*. São Paulo-SP: Ano 11, n. 134, 2014, s/p.

³²⁹ PIAUÍ. **Relatorio com que o Sr. 1º vice governador do Estado do Piauhy Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá entregou a respectiva administração ao sr. dr. Cabino Besouro**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia de Honorato Souza, 1890, p. 39.

³³⁰ CHAVES, Joaquim Raimundo. **Teresina**: subsídios para a História do Piauí. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994, p. 51.

³³¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 52.

problematizaram com igual intensidade, exceto em algumas poucas ocasiões, tanto a estrutura como o modelo dos serviços de vacinação adotados (...)”³³². Tal questionamento também se aplica ao caso piauiense, e partindo dessa premissa, a baixa imunização se deve, além da falta de “fé do povo”, à precária estrutura de distribuição e acondicionamento da vacina.

A incapacidade de dialogar com a população sobre a necessidade da vacina está diretamente ligada à desconfiança das camadas populares com o poder. Entendemos que um dos motivos possíveis é que o pensamento científico, de acordo com o estudo de Leonardo Pereira, “se impunha como principal elemento organizador das formas de pensar e agir entre os grupos letrados”³³³, forjando linguagem e práticas distantes da realidade dos pobres. No Rio de Janeiro do século XIX, os populares “acreditavam que qualquer intervenção enérgica no curso natural desta moléstia seria prejudicial ao paciente”³³⁴, o que agravava o quadro de saúde do varioloso. Os métodos aplicados, o tratamento forçado e a falta de explicações permitiam o desenvolvimento de ideias “vacinofóbicas”, faziam com que os trabalhadores pobres achassem que “a vacina era a própria varíola, sentindo por ambas ‘repugnancia e horror’”³³⁵. Idêntica linha de argumentação é observada em Carlos Jacinto Barbosa, sobre a resistência à vacinação em Fortaleza no século XIX: “Poderíamos, entretanto, pensar que a atitude desses moradores ancora-se numa concepção segundo a qual a vacina era o próprio veneno, o que nos leva a inferir a permanência, ainda que residual, da cultura da variolização, muito presente na primeira metade do século XIX”³³⁶.

Existia ainda uma parcela da população ligada aos cultos africanos, que reconheciam em Omulu, Orixá da terra e das doenças, o emissário da varíola, e, por conseguinte, esta era vista como purificação ou aproximação do Orixá, e não como patologia.

³³² BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. A vacina de Rodolfo: implicações sociotécnicas e tensões políticas envolvendo a vacina animal no Ceará (1900-1904). In: **CONACSO - CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: desafios da inserção em contextos contemporâneos**. Vitória-ES, UFES, 2015, pp. 10-11.

³³³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 15.

³³⁴ CHALHOUB, 1996, *op. cit.*, p. 126.

³³⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 131.

³³⁶ BARBOSA, 2015, *op. cit.*, p. 14.

É válido lembrar que na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1904, por conta da implantação da lei de vacinação e revacinação, o povo, com apoio de grupos políticos opositores, como “defensores da restauração monárquica, militares positivistas e até médicos homeopatas, contrários ao uso de vacinas”³³⁷, insurgiram-se contra o poder público, destruindo bondes, construindo barricadas nas ruas e incendiando prédios públicos, fato caracterizado historicamente como a Revolta da Vacina³³⁸.

No ano de 1900, alguns focos de varíola foram detectados em Teresina. O Governador do Estado à época, Arlindo Francisco Nogueira, registra que “alarmado que se apossou da população d’esta capital com o apparecimento de alguns casos de variola cessou diante das medidas de severa precaução”, precaução esta “oportuna e efficazmente postas em pratica pelo digno director da Saude Publica, de accordo com o Governo”³³⁹.

Na época, as “medidas de severa precaução” se referiam aos casos de vacinação e internação forçadas, tentando desta forma isolar os indivíduos afetados pelo mal ou prevenir a expansão da enfermidade, o que em outros locais, como no Rio de Janeiro, acarretou resistência popular, como discutido anteriormente. Como se vê, o documento atesta a doença pensada sempre no sentido de um mal a combater, como se de guerra se tratasse, e nesta a associação é evidente com os pobres, portadores da varíola, mantidos permanentemente na mira das estratégias de controle sanitário.

Em Parnaíba, parte das moléstias parecia entrar pelo Porto da cidade; a preocupação do poder público era constante, e em 1906 o governador Alvaro Mendes registra que “grassando varíola na cidade do Recife, com o qual estamos, pelo porto da Parnahyba, em frequentes comunicações, providenciei para se tomarem alli as medidas preventivas a nosso alcance”³⁴⁰. Em 1910, o governador Antonino Freire indica “a montagem de dois pequenos desinfectorios nesta capital e na villa de Amarração, ou cidade de Parnahyba, onde os individuos e objectos provenientes de portos suspeitos de

³³⁷ BERTOLLI FILHO, 2008, *op. cit.*, p. 27.

³³⁸ Ver mais em SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. Scipione: São Paulo, 2001.

³³⁹ PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Camara Legislativa Estadual pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1901, p. 17.

³⁴⁰ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Alvaro de Assis Osorio Mendes**. Estado do Piauí. Teresina: Typografia do “Piauhy”, 1906, p. 09.

epidemias sofram as desinfecções convenientes (...)”³⁴¹. Esses cuidados não impediam, por vezes, que a doença se espalhasse, onde os primeiros infectados eram os que passavam mais tempo naquele local. Os “trabalhadores do rio” – estivadores, canoeiros, catraieiros, vareiros, e “uma gama considerável e diversificada de trabalhadores autônomos, sindicalizados ou não, que sobreviviam direta ou indiretamente do incessante trabalho no rio Parnaíba ou no cais de Parnaíba”³⁴² –, que moravam nos bairros pobres, eram quase sempre consumidos pela peste.

Um surto de varíola ocorreu em 1901, entre os meses de Julho e Novembro, o que pode ser analisado em detalhe nas edições do jornal *Nortista*, que registrou etapas do surto. Os relatos de varíola no Bairro dos Tucuns surgiram como boato, forçando a averiguação do caso pelas autoridades do município, como “o delegado de hygiene, dr. João Maria Marques Basto, o inspector da saude do porto, dr Joaquim Eduardo da Costa Sampaio, o intendente municipal Jonas de Moraes Correia, e o delegado de polícia, capitão José Domingues de Araújo Guimarães”, que constatarem a veracidade do fato, porém em escala menor do que o propagado. Socialmente, o boato cumpre o papel de “arruinar a reputação de uma qualquer pessoa ou um grupo de pessoas, claramente identificável”, e “apesar de os perpetradores permanecerem anónimos, as vítimas são claramente especificadas”³⁴³. No caso apresentado, serviu para fortalecer a desconfiança no que diz respeito a salubridade nos bairros populares da cidade.

4.2. O lazareto: remover, isolar e confinar “os variolosos indigentes”

Diante da situação, perceberam a necessidade do posicionamento da municipalidade “no sentido de evitarem a propagação do mal e melhorarem a sorte dos infelizes doentes que se achavam sem tratamento, (...) deliberaram tomar logo as devidas providencias, e é de esperar-se a extinção do mal, sem que tenhamos nenhum resultado fatal á lamentar”. Os editores do jornal trataram de desfazer os boatos sobre a malignidade e avanço do surto, avisando que “em breve, não existirá mais a causa do panico que hoje a acompanha (...), não se devendo também receiar mais as terriveis

³⁴¹ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauihy”, 1910, p. 16.

³⁴² SILVA, 2012, *op. cit.*, p. 48.

³⁴³ SCOTT, 2013, *op. cit.*, p. 202.

febres que tivemos e que mui poucas victimas produziram, por já terem ellas desaparecido”. Apesar disso, aproveitam a situação para lembrar aos leitores o perigo de não manter suas residências higienizadas:

Convem, entretanto, que todos concorram para melhorar ainda mais o nosso estado sanitario observando o maior aceio em suas casas, desinfectando-as, principalmente as latrinas e canos, sendo forçoso dizer-se que os de algumas casas muito depõem contra os que nellas residem, além do grande mal que occasionam.³⁴⁴

A publicação constante das atividades da Intendência no *Nortista* deve-se ao fato do prefeito, Jonas de Moraes Correia, ser irmão do editor-chefe do jornal, assim como seu sócio em uma das firmas comerciais da cidade, a Jonas & Cia. Levando em consideração tal fato, supomos que a tentativa de tranquilizar a população ante a doença tem por finalidade apontar a participação da Intendência nas questões sanitárias, e devolver a calma às elites que habitavam o centro da cidade, lembrando-os também de cuidarem de suas casas para que a doença não os alcance.

Na mesma matéria ainda dão conta que “estavam sendo tomadas as devidas providências para a extinção do mal, as quaes vão produzindo o resultado esperado, pois não consta mais o apparecimento de caso algum”. Além disso, apontam que “os doentes que haviam, foram retirados primeiramente para uma casa proxima no armazem da polvora, e, com o tratamento regular a que se acham submettidos, vão caminhando para seu reestabelecimento”, e que “serão brevemente transportados para o lazareto que com toda a urgência está construindo na Ilha Grande onde ficarão bem isolados, livrando-nos assim do seu contagio”³⁴⁵. A logística de retirada e instalação contou com o auxílio financeiro do Estado, registrado no balanço sobre o estado sanitário do Piauí em 1902, pelo governador Arlindo Nogueira, que também demonstra a tentativa de diminuir, ao menos discursivamente, o impacto da varíola naquele ano:

Tem sido excellente o estado sanitario em todos os municipios do Estado, mantendo-se nas melhores condições a salubridade publica, registrando

³⁴⁴ O Nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 27. 06 de Julho de 1901, p.03.

³⁴⁵ O Nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I. n. 27. 06 de Julho de 1901, p. 06.

apenas durante o anno passado o apparecimento de variola nas cidades da Parnahyba, Jaicós e Picos, onde, com quanto ella tivesse feito algumas victimas, não tomou verdadeiramente o character epidemico. Para attender aos reclames que me foram feitos pelas respectivas intendencias, enviei ambulancias com medicamentos que se faziam necessarios para combater a moléstia”, assim como a abertura de “um credito extraordinario de 500\$000 rs. para auxilial-as no tratamento dos variolosos indigentes³⁴⁶.

No *Nortista*, em 1901, sobre a epidemia da varíola, a tônica recai sobre os procedimentos de fiscalização, e aqui mais uma vez uma clara distinção social no trato da questão. Na dita “área nobre” da cidade, o responsável pelo trabalho é o médico João Marques Basto, então delegado de higiene da municipalidade. Sobre isso, o periódico aponta que “Dentro da cidade garantimos que não existe um só caso, pois neste sentido tem exercido severa fiscalização o illustre delegado de hygiene, dr. João Maria Marques Basto, dirigindo-se ás casas denunciadas pelos falsos e perniciosos boatos do povo”. Já nos arrabaldes, ou seja, nos lugares onde estão os “variolosos indigentes”, a vigilância é cuidadosamente feita pelo delegado de polícia, que retém da vida cotidiana qualquer elemento – que mora nos Tucuns – e o transfere para o lazareto, na suposta intenção de tratamento, como informa o jornal:

O zeloso delegado de policia capitão José Domingues de Araujo Guimarães tem prestado relevantes serviços, visitando diariamente o bairro infeccionado, promovendo a remoção dos doentes para o lazareto provisorio e finalmente concorrendo efficazmente para a completa extinção do mal³⁴⁷.

Os lazaretos³⁴⁸ deveriam ser instalados em locais distantes, em nome da segurança de todos os indivíduos saudáveis, “e que impossibilitassem qualquer forma de contato com a cidade, em locais onde a ventilação fosse adequada, longe de qualquer

³⁴⁶ PIAUÍ. *Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira*. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1902, p. 05.

³⁴⁷ O Nosso estado sanitario. *Nortista*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 27. 06 de Julho de 1901, p.05.

³⁴⁸ O termo “Lazareto” vem da crença em São Lázaro, que segundo a bíblia ressuscitado dos mortos; é cultuado o protetor dos doentes: “(...) na Idade Média, junto à Igreja de São Lázaro, surgiu uma organização hospitalar com características um pouco diferentes, porque atendia, especialmente, os indivíduos vitimados pelas epidemias, muito comuns nessa época. Foi o primeiro Lazareto. A idéia espalhou-se por todo o mundo”. In: LEAL (1979) *apud* MARTINS, Hévila Lima. In: **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda: Varíola, poder e assistência na cidade de Fortaleza (1820-1880)**. Dissertação apresentada ao Programa de História Social Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013, p. 50.

emanação fétida ou qualquer odor relativo à putrefação, seja de origem vegetal ou animal”³⁴⁹ A internação e reclusão compulsória de doentes variolosos carregava em seu discurso a tentativa da cura, porém evidenciava a narrativa higienista quanto ao isolamento dos doentes, com o uso da força, se necessário.

O local de confinamento deveria ter configurações estruturais propícias ao controle, uma vez que “os quarentenários poderiam ser internados contra a vontade, era preciso que a instalação contasse com meios para impedir a fuga de internos, ou seja, com uma estrutura arquitetônica adequada a vigilância contínua”³⁵⁰. É este também o modelo adotado no Lazareto da Cruz, em Parnaíba, cuja instalação se deu na Ilha Grande de Santa Isabel, localidade afastada da cidade e de difícil acesso.

Aquela não era a primeira tentativa de construir um espaço destinado ao internamento compulsório de doentes. Em Setembro de 1884, diante da suspeita de um surto de cólera vinda do Pará, o Intendente de Parnaíba, Luis Antonio de Moraes Correia, registra em comunicado enviado ao Governador da Província que adquiriu junto ao Capitão dos Portos de Amarração “logar mais conveniente para a construcção do lazareto, cuja planta, organizada com as accomodações necessarias, foi (...) entregue á aquele funcionário”³⁵¹. A Mensagem correspondia a uma resposta ao ato promulgado pelo Governador, exigindo que fosse construído “com urgencia, uma casa de palha, no porto da Amarração (...), para servir de lazareto, no caso de manifestar-se alli o cholera-morbus”³⁵². Em Teresina, naquele mesmo período, foi indicado preparar, “em lugar conveniente, uma casa de palha para servir de lazareto, para que sejam ali recolhidas as pessoas que da Parnahyba vierem atacadas de variola, visto ja se ter naquella cidade manifestado semelhante epidemia”³⁵³. Sobre o aparecimento de varíola na cidade, avisa o Intendente que “foi atacado mais um individuo desta molestia, tendo sido acolhido

³⁴⁹ MARTINS, 2013, *op. cit.*, p. 50.

³⁵⁰ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde pública (1884 - 1942)”. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Oswaldo Cruz. Vol.14 n.04, 2007, p. 174.

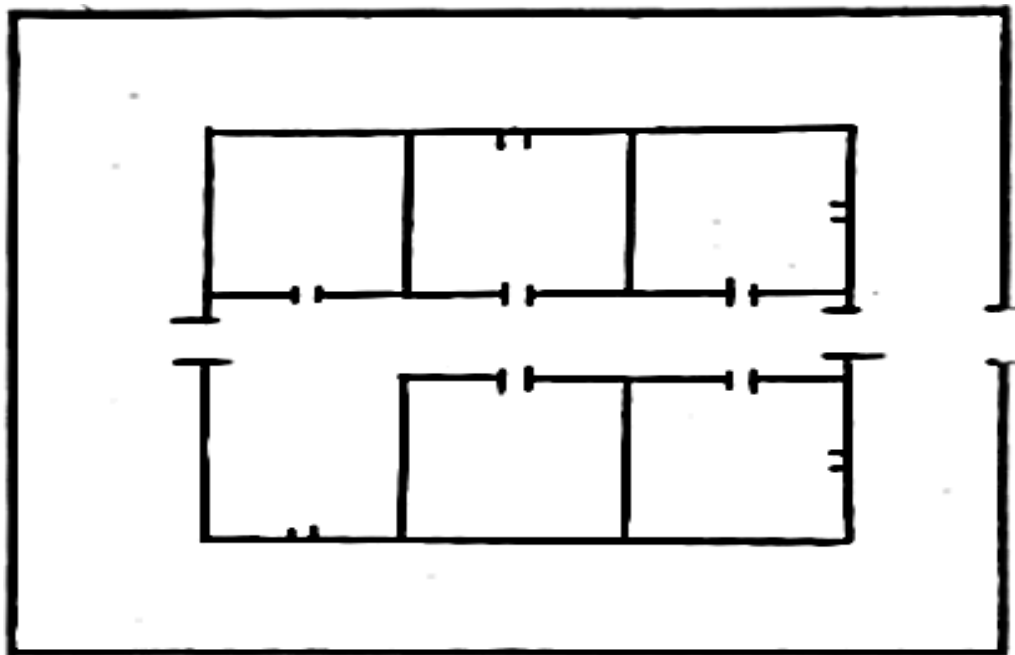
³⁵¹ PIAUÍ. **Comunicado enviado ao Governador da Província tratando da instalação do Lazareto de Amarração** (1884). Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 96.

³⁵² PIAUÍ. **Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. 3ºVice-Presidente Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima**. Província do Piauhy. Teresina: Typographia da Imprensa, 1884, p. 12.

³⁵³ Extracto de expediente do Governo da Provincia. **A Imprensa**. Teresina-PI. Suplemento ao n. 836. 30 de Setembro de 1884, p. 06.

logo no hospital”; Luís Correia ainda ressalva que este varioloso era “completamente indigente”³⁵⁴.

Figura 9: Planta do Lazareto de Amarração (1884)



Fonte: PIAUÍ. Arquivo Público do Estado do Piauí, caixa 96, 1884.

A Planta do lazareto (figura 09), é apresentada pelo Intendente de Parnaíba; nela consta as medidas específicas, mensurada por “palmos”, das distâncias e dimensões de cada cômodo: “Dois quartos de 20 palmos; dez palmos para corredores e paredes (50 palmos de frente); dois quartos de vinte palmos; quinze palmos para cosinha (55 palmos de fundo); ladrilhado”³⁵⁵. Na métrica atual, um palmo equivale a 22 centímetros, o que nos permite inferir a rudimentar e modesta estrutura construída para abrigar os enfermos da cidade e os que desembarcavam na localidade, visto que em Fortaleza, o Lazareto da Jacarecanga, construído no ano de 1820, abrangia uma área de $108 \frac{1}{4}$ palmos de frente e $50 \frac{3}{4}$ de fundo, e o da Lagoa Funda, erguido em 1856, ocupava a extensão de $112 \frac{1}{2}$

³⁵⁴ PIAUÍ. Comunicado enviado ao Governador da Província tratando da instalação do Lazareto de Amarração (1884). Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 96.

³⁵⁵ *Id., Ibid.*

palmas de frente e 142 ditos de fundo³⁵⁶. Na planta e em sua descrição, não há qualquer registro de espaço destinado ao asseio e higiene pessoal dos confinados, dificultando ainda mais a recuperação das enfermidades. A lista de materiais requeridos na edificação do Lazareto em Amarração também foi anexado à Mensagem de Luís Correia, permitindo identificar as condições de acomodação dos doentes:

Tabela 3: Lista de materiais e orçamento para o Lazareto de Amarração (1844).

250	Carnahubas para enchimento	75\$000
100	Caibros de mangue	20\$000
14	Aroeiras	84\$000
6	Portas	60\$000
6	Janellas	38\$000
6	Grades para portas	36\$000
6	Ditas para janelas	18\$000
6	Feichaduras para porta	7\$000
12	pares de faisoes pedrez	14\$400
28	Armadores	14\$000
24	Pares de dobradeiras	14\$360
300	Pregos (batel grande)	6\$000
400	Pregos pequenos para enximento	8\$000
1000	Ditos para ripas	6\$000
20	Dusias de ripas	26\$000
200	Feixes de palhas	40\$000
550	Carnahubas para o quintal	75\$000
5	Trabalhadores em 60 dias	300\$000
1	Carpinteiro em 30 dias	600\$000
1	Pedreiro em 15 dias	37\$500
4	Milheiros de Tijollos para ladrilho	80\$000
	Gratificação ao administrador	150\$000
	Total	1:164\$940

Fonte: PIAUÍ. Arquivo Público Estado do Piauí, caixa 96. 1884.

Do rol de materiais constantes da tabela acima, chama nossa atenção o uso de grades em portas e janelas no Lazareto. A necessidade deste tipo de “proteção” sugere o extremo confinamento a que estão submetidos os doentes que desde a internação já experimentaram os procedimentos coercitivos. O uso de armadores mostra que a Intendência não providenciou a aquisição de camas ou esteiras para o descanso dos enfermos, como é convencional em instituições hospitalares; aqui a opção é pelo

³⁵⁶ MARTINS, 2013, *op. cit.*, p. 68.

uso de redes. Se considerarmos que são 28 *pares* de armadores, cada quarto, de cerca de 4 metros, teria que albergar 6 doentes.

Com a demora de sempre, impostas pela burocracia, a muito custo o Lazareto de Amarração saiu do papel; o Governador da Província noticia não ter recebido a verba destinada ao melhoramento do estado sanitário, e a abertura de, “sob sua responsabilidade (...) um credito da referida quantia de 384:480 reis³⁵⁷”, para as obras do Lazareto. No mês de Abril de 1885, o Governador aponta que formará uma Comissão

composta do capitão do Porto da cidade da Parnahyba, do presidente da camara municipal de Amarração e do suplente do juiz municipal (...) para examinar e dar parecer se o lazareto mandado construir na referida villa de amarração, pelo tenente coronel Luiz Antonio de Moraes Corrêa, acaba-se feito nos termos do respectivo contracto³⁵⁸.

Apesar do parecer favorável da Comissão, o governo dispendeu a quantia de 100\$000 para “a compra de uma casa de palha, onde foram recolhidos os que alli appareceram atacadas da variola”; e destinou 60\$000 “com transporte dos ditos variolosos, alimentação dos mesmos e salario á uma enfermeira”³⁵⁹. Os esforços, então, reproduzem os dispositivos empregados no período. No sentido de uma “arquitetura” do isolamento e da exclusão, destinando áreas específicas ao recolhimento dos pestilentos e indesejados, mantidos em permanente controle e vigiados pela autoridade sanitária no intuito de não espalhar as doenças. Essas práticas e modelos de arquitetura, já observados em outros contextos, são aqui adaptados segundo o programa de necessidades implicados na ocorrência dos surtos de epidemias que assolavam a vida dos pobres.

O discurso expresso pelo jornal *Nortista* revela que o recolhimento dos doentes não se dava de modo passivo, sendo a recusa ao lazareto pelos doentes pobres, atribuída aos “ignorantes malfazejos”, e sobre estes recaindo a responsabilidade sobre

³⁵⁷ **A Imprensa.** Teresina-PI. Ano XX, n. 843. 22 de Novembro de 1884, p. 06.

³⁵⁸ **A Imprensa.** Teresina-PI. Ano XX, n. 863. 16 de Abril de 1885, p. 01.

³⁵⁹ PIAUÍ. **Falla com que o exm. Sr. Presidente Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva abriu a 2ª sessão ordinaria da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauhy.** Província do Piauhy. Teresina: Typographia da Imprensa, 1885, p. 55.

os impedimentos de execução plena das ditas ações profiláticas: “(...) a permanência dos doentes pobres que mal aconselhados por ignorantes malfazejos recusaram terminantemente ir para o grande lazareto da Cruz, na Ilha Grande”, e diante disso, “(...) a responsabilidade dessas misérias cabe inteira aos seus indignos autores”³⁶⁰. Segundo o citado jornal, mais que as precárias condições sanitárias – moradia, água contaminada, terrenos insalubres, entre outras – o fato assinalável é a *ignorância* de seus moradores, vetores da transmissão das doenças, transferindo, portanto, aos pobres as supostas causas de seus muitos e seguidos infortúnios.

Quanto às resistências à internação compulsória é de se concluir que não se trata de mera inadaptação à profilaxia indicada pelo estado, mas antes uma expressão de recusa frente aos métodos coercitivos empregados no recolhimento e isolamento dos doentes. Em 10 de Agosto daquele ano, o jornal aponta que “existem ainda no bairro dos tucuns algumas pessoas atacadas do terrível morbus”, para concitar à autoridade sanitária a firmeza quanto a resolução do problema; o que indica do “discurso público” no jornal o recurso aos referidos métodos coactivos com o fito de que “as removam com urgencia para o lazareto da ilha grande, empregando, si necessario for, a força precisa para tal conseguir”³⁶¹. Convém insistir aqui em sublinhar do discurso do jornal, seu conteúdo de reverberação do pensamento e das práticas dominantes, e, ao mesmo tempo, o exercício de sua função prescritiva quanto às normas e condutas no espaço urbano. Assim se compreende melhor o uso recorrente, pelo jornal, das palavras “remoção” e “uso da força”, amplificando os sentimentos de medo e repulsa frente aos pobres, agora “indigentes variolosos”.

Apesar do discurso de erradicação da doença, a preocupação no núcleo da cidade com o avanço da varíola se refletiu diretamente nos rituais locais. A festa da Padroeira da cidade, realizada comumente na “Praça da Matriz”, principal centro recreativo, foi adiada pela Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora das Graças, como medida de prevenção às aglomerações, e principalmente os contatos indesejáveis da doença. Da notícia se retém uma ausência no fato: não se manifestam no

³⁶⁰ O nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. 03 de Agosto de 1901. Ano I, n. 31, p. 03.

³⁶¹ O nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. 10 de Agosto de 1901. Ano I, suplemento ao n. 32, p. 05.

“discurso público” da Irmandade qualquer sentido das apregoadas virtudes da piedade ou caridade face à situação dos pobres doentes:

a mesa administrativa da Irmandade de N. S. da Graça reuniu-se a 26 para deliberar sobre a festividade de N. S. da Graça a qual deveria ter começado hontem. Resolveu, em vista de ainda continuar a grassar a variola nos Tucuns, e para evitar o contacto e aglomerações, não fazer este anno referida festa. E para que não passasse completamente despercebido o dia em que tinha de realisar-se a missa cantada e procissão, 8 de Setembro, mandará celebrar uma missa solemne, nesse dia³⁶².

Depreende-se do fato a expressão do temor em relação a proliferação da moléstia, dado ao peso das festividades sacras no cotidiano parnaibano naquele tempo. Em outubro de 1901, ocorre o fechamento do Lazareto da Ilha Grande, pois “os ultimos variolosos alli recolhidos retiraram se restabelecidos. Ainda restam poucas victimas da variola nos Tucuns, porém, em estado de convalescença”. Apesar da negligência com os enfermos não recolhidos ao Lazareto, o jornal informa, que “(...) aproxima-se o dia em que poder se ha oficialmente declarar extinto nesta cidade o terrivel morbus”, noticiando ainda uma única morte no centro da cidade, a do “alferes graduado José Raimundo de Moraes, commandante do destacamento federal aqui estacionado, que sempre procurou difficultar a acção das autoridades municipaes e estadoaes”, causada “pela falta de medidas sanitarias e hygienicas”³⁶³. Aqui se observa um tom de denúncia ao comandante do destacamento, agindo supostamente em desfavor das ações das autoridades sanitárias.

Apesar das supostas medidas usadas para “combater a moléstia”, esta avançava cada vez mais para o centro da cidade, chegando à Rua Pacífico, logradouro limítrofe entre o bairro central e os Tucuns. A recomendação sanitária se alarga em direção às medidas de asseio e desinfecção, desejando por meio delas “evitar a propagação do mal no interior da cidade”. Para exemplificar seus efeitos, o jornal destaca que em regiões próximas – nos Morros e na Ilha de Santa Cruz –, a varíola avança com velocidade, chegando a tirar a vida de algumas vítimas, conclamando a todos, “na medida de suas forças”, para combater o mal:

³⁶² Pela Igreja. **O Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 35.31 de Agosto de 1901, p. 02.

³⁶³ O nosso estado sanitário. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 42. 26 de Outubro de 1901, p. 02.

Infelizmente, devido a nenhuma cautella e a falta de desinfecções, continua a variola grassando nos Tucuns e á rua Pacífico. Ainda uma vez recommendamos todo asseio nos canos de esgoto e latrinas, desinfecção mesmo de enxofre, breu &, afim de se poder evitar a propagação do mal no interior da cidade. No povoado dos morros e na Ilha de Santa Cruz, deste Estado, a variola está grassando fortemente, já tendo havido, naquelle povoado, casos fataes. A situação é por demais melindrosa e todos na medida de suas forças devem cooperar para a extincção do terrivel inimigo, que perdendo a benignidade com que appareceu poderá causar-nos fataes consequências³⁶⁴.

Em meados de novembro de 1901, ao menos oficialmente se declarou debelado o surto de varíola, com a informação sobre o falecimento de oito doentes entre os setenta e dois isolados no Lazareto da Ilha Grande de Santa Isabel. As notícias indicam também vinte e quatro falecimentos entre os “que se obstinaram em irem se tratar no lazareto municipal”; nomeando as vítimas entre os homens e dizendo “ignorar” os nomes das duas mulheres, no rol de mortes:

Pedro Soriano, Helena Bittencourt de Mello, Raymunda de Souza, Raymunda, filha de Benedicta, João Roberto Marques, Raymunda Maria da Conceição, Iria Lavadeira, Raymundo Roberto, Theodoro Candido, Januaria, Leocadio Dias da Silva, Paulina, Manoel Candido, Maria, Juvencio, Bernarda, Laurinda, Marianna, Acelino Pereira, Maria Lopes de Oliveira, Benedicto, Angelica, filha de Raymundo Nicolau, e 2 mulheres cujos nomes ignora-se³⁶⁵.

Levando em consideração a ausência dos sobrenomes, de “Crescencio, Reinaldo, João Pedro, Pedro Soriano, Paulina, Juvencio, Bernarda, Laurinda, Marianna, Raymundo Roberto, Benedicto, Angelica, e 2 mulheres cujos nomes ignora-se”, ou os nomes seguidos de ocupação ou parentesco, como “Iria Lavadeira”, “Raymunda, filha de Benedicta” e “Angelica, filha de Raymundo Nicolau”³⁶⁶, indica o sentido de sua pobreza, sem sobrenome ou com a indicação de sua ocupação subalterna ou filiação.

³⁶⁴ O nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, suplemento ao n. 46. 17 de Novembro de 1901, p. 01.

³⁶⁵ O nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, Suplemento ao n. 46. 17 de Novembro de 1901, p. 01.

³⁶⁶ O nosso estado sanitario. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 45. 09 de Novembro de 1901, p. 04.

Após a propalada debelação do surto de varíola, entrados os anos de 1901 e atravessando a década seguinte, as notificações sobre a doença entre os pobres são recorrentes. Miguel Rosa, em 1914, relata que “novamente a varíola visitou-nos, o anno passado. Primeiro atacou a cidade de Parnahyba, ao norte do Estado e mais em contacto com os navios que escalam Tutoya e Amarração. A terrível epidemia parece ter sido importada por um passageiro vindo do Pará”³⁶⁷. Como se observa, o Porto é o lugar indicado como “importador da doença”, de onde se pode inferir a ausência de devida fiscalização sanitária junto ao fluxo de embarcações. Neste sentido, em 1909, Antonino Freire, então Governador do Piauí, afirma como necessária a criação de postos de desinfecção com o objetivo de controlar o fluxo de embarcações e passageiros, “onde os individuos e objectos provenientes de pontos suspeitos de epidemias, soffram as desinfecções convenientes para poderem, sem perigo, penetrarem no territorio piauihyense”³⁶⁸.

4.3. A malária e a terapêutica das “receitas milagrosas”.

A varíola era apenas uma dentre as doenças que acometiam os pobres. De acordo com as pesquisas do médico Domingos Costa, “a endemia da província do Piauihy é a malária, cujas manifestações se observam nas margens do rio Parnahyba (...); bem como nos campos alagados durante o inverno”³⁶⁹, sendo verificada constantemente no lar dos trabalhadores pobres. Seu processo de transmissão se dava através da picada de mosquitos infectados com o plasmódio³⁷⁰, um protozoário que se multiplica nos glóbulos vermelhos, causando febres, calafrios, dores de cabeça que com o tempo cessam, e em poucos dias retornam mais intensamente, e sem tratamento, levava à morte em uma semana por complicações renais, pulmonares ou coma cerebral. As

³⁶⁷ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Officinas graphicas da Liga Maritima Brasileira, 1914, p. 18.

³⁶⁸ Estado do Piauí, *Ibid.*, p. 16.

³⁶⁹ COSTA, Domingos de Almeida Martins. **A malaria e suas modalidades clinicas**. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor Lombaerts & Comp. 1885, p. 37.

³⁷⁰ Existem diferentes tipos de protozoário plasmodium, como o *Plasmodium vivax*, *P. falciparum*, *P. malariae* e *P. ovale* e diferentes tipos de malária. O *Plasmodium falciparum*, é o responsável por 95% das mortes decorrentes da malária, chamada neste caso de terçã maligna. Por outro lado, o *Plasmodium vivax* causa uma doença mais branda, que pode hibernar por muitos anos, causando a chamada terçã benigna. In: CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo-SP: Sociedade Brasileira para o Progressoda Ciência. Vol 55, n. 01, 2003, p. 26.

regiões ribeirinhas, mais densamente habitadas pela gente pobre, eram os locais de maior proliferação da doença.

No Brasil, e em especial, nas áreas mais úmidas do país, a malária, também conhecida como “maleita, impaludismo, paludismo e febre terçã ou quartã”³⁷¹, dizimou milhares de pessoas. O *Nortista*, em 1901, narra que dos trezentos soldados bolivianos no Acre, a impressionante morte de duzentos e vinte homens em decorrência da malária³⁷². O Governador do Estado, Miguel Rosa, no ano de 1914, declara que “o Piauí desconhece a febre amarela, a peste bubônica, quase endêmicas em outros pontos do país”, e registra a ocorrência periódica do impaludismo: “as nossas estatísticas registram apenas o impaludismo, periódico e principalmente nas margens dos rios”³⁷³. Evidente que a autoconfiança da autoridade em “nossas estatísticas” não é informação segura, visto que diferentes fontes indiciam a presença de outras doenças decorrentes da completa ausência de medidas sanitárias permanentes na infraestrutura urbana - os arredores da cidade, o porto e se estendendo à zona rural.

O tratamento da malária se dava pela aplicação de quinino, produto extraído de uma planta, e que possui propriedades antifebris. No território piauiense, porém, o quinino era pouco utilizado, e somente pelos mais abastados. Isso porque “nunca se vendeu nas farmácias piauienses um grama desse sal por menos de 400 reis”³⁷⁴, preço incompatível com a bolsa vazia dos despossuídos, o que indica o de sempre: a malária como doença dos pobres.

Receitas *milagrosas* contra a malária eram abundantes e circulavam em todo o Estado, resultantes da fusão entre as permanências do saber popular e sua terapêutica, e os preparados das fórmulas farmacêuticas que então se difundem, como “o vinho de Jurubeba simples e quinado - preparado em puro vinho de caju, eficaz nas inflamações do fígado e baço, hepatite, ou crônicas devidas às febres palustres”, que custava 36\$000³⁷⁵; ou o “café quinado Beirão, o remédio sem rival até hoje conhecido na cura das Seções ou impaludismo e Febres de mau carácter (...) à venda em

³⁷¹ CAMARGO, 2003, *op. cit.*, p. 26.

³⁷² *Nortista*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 44. 02 de Novembro de 1901, p. 04.

³⁷³ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa*. Estado do Piauí. 1914, p. 19.

³⁷⁴ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar*. Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1918, p. 19.

³⁷⁵ *Nortista*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 07. 17 de Fevereiro de 1901, p. 04.

Theresina”³⁷⁶. O vinho de jurubeba, o café quinado beirão, entre outros preparados, são entre os primeiros e “milagrosos” remédios anunciados nos meios impressos, gerando publicações específicas no já conhecido meio impresso dos almanaques, indicando também por esta fonte de pesquisa o quão grave é o quadro de (falta de) saúde no Brasil de então, principalmente nos Estados mais pobres da Federação, e nestes, subindo os morros, as encostas, os lugares mais ermos onde os pobres teimavam em instalar suas vidas.

Apesar da difusão sobre os efeitos “milagrosos” dos preparados e da ação dos novos laboratórios, é provável que tais remédios fossem adquiridos, a grande custo, pelos pobres. Por outro lado, os “vinhos milagrosos” poderiam também produzir efeitos colaterais de agravamento ao quadro da doença. Tal se vê nos registros de viagem de Belisário Penna e Arthur Neiva, datados do dia 06 de Junho de 1912. Em viagem pelo Piauí, relatam a visita ao barracão de um maniçoeiro próximo da cidade de Parnaguá, Sul do Estado; neste, encontram “impaludados” pai e filha, que haviam bebido uma poção que garantia a “cura de todas as febres”. A bebida, no entanto, provocou disfunções intestinais que resultaram em vômitos e diarreia, sem curar a “febre de mau caráter”. Pelo conhecimento técnico de Penna e Neiva, tratava-se de uma infusão de ervas medicinais (tisana) com tártaro emético, um medicamento homeopático:

No trajeto de hoje passamos pelo barracão dum maniçoeiro, onde havia 2 impaludados (pai e filha). O pobre homem mostrou-nos uma garrafa com o seguinte rotulo: ‘possão anti-periodica para cura de todas as febres’ (assinada Dr. BARROSO), que lhe venderam por bom dinheiro como infalível. Beberam ele e a filha quatro colheradas, cada um, da tal droga e quasi morreram vitimados por vomitos e diarréia abundante. A tal droga cheirava a limão. Suspeitamos duma tisana contendo tartaro emetico³⁷⁷.

Em 1917, em decorrência das cheias do Rio Parnaíba, diversas cidades do Estado, “além dos prejuizos materiaes que foram avultados (...) veio uma epidemia grave de impaludismo que está causando numerosas victimas nas zonas flageladas”³⁷⁸. Dada a proporção do ocorrido, o governo do Estado solicitou auxilio do Governo

³⁷⁶ **Diário do Piauí**. Teresina-PI. Ano I, n. 25. 10 de Maio de 1911, p.04.

³⁷⁷ PENNA, Belisário; NEIVA, Arthur. 1916, *op. cit.*, p. 196.

³⁷⁸ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar**. Teresina: Imprensa Official, 1917, p. 06.

Federal, distribuindo assim os 50:000\$000 arrecadados tanto para as Santas Casas de Floriano, Parnaíba e Teresina e “aos senhores intendentes municipaes, e nas povoações aos agentes do fisco e ás autoridades policiaes”, assim como para a compra, acondicionamento e preparo da quinina nas farmácias localizadas no Piauí³⁷⁹.

Cem anos são passados e tão similar segue sendo a crônica, revelando o descaso das ditas autoridades sanitárias e demais; primeiro se recorre à bolsa do “inesgotável” orçamento federal, sugerindo que algo está sendo feito, mas revelando o de sempre: nada de medidas preventivas, de providências perenes. Quando “chega” a doença, se tenta manipular a opinião pública, creditando ao desbordamento das margens do rio, às cheias como “condutoras” de doenças e, no mesmo passo, se diz sem pudor: não há quinino nas farmácias!

No Piauí, a malária era vista como causadora de “devastações e prejuizos incalculáveis”, e “constitue, não ha duvida, o maior entrave ao nosso progresso, ao povoamento de nosso solo, ao desenvolvimento de nossas industrias, (...) da lavoura e da pecuária”. Percebemos assim que outra característica do discurso higienista da época se baseia na necessidade de resolução do problema sanitário pela dupla exigência de curar os pobres e afastar a doença dos ricos, mas também de manter uma mão de obra com mínimas condições para o trabalho. Assim, o discurso localiza nos surtos da doença letal um “entrave ao progresso”.

Entretanto, como demonstrado, o problema das epidemias estava ligado diretamente à precária situação da infraestrutura urbana e, em particular, ao aumento da fixação dos pobres em arrabaldes completamente apartados de qualquer extensão dos ditos melhoramentos urbanos. Empurrados para a “margem dos rios, nas proximidades das lagoas e brejos”, são atingidos frequentemente pela malária, e assim, as doenças mostravam seu caráter histórico-social, que “não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos”³⁸⁰. Logo, “onde ha agua, ha mosquitos e onde ha mosquitos, ha febre”. O quadro narrado por Eurípedes de Aguiar é devastador: “quando o nosso roceiro, preparando seu campo de lavoura, fere a

³⁷⁹ PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Exmo. Snr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar**. Estado do Piauí. 1918, p. 08.

³⁸⁰ LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**. Ciudad del México. N. 02, 1982.

terra com a enxada, cava ao mesmo tempo a sua própria sepultura”, e quando consegue escapar das garras da morte, mantém sequelas da doença: “sem sangue, cachetico, ventre entumescido pela hypertrophia do baço e do fígado” e então “abandona o campo e recolhe-se á cidade, onde vem aumentar a legião incontável de inúteis”³⁸¹. Do discurso, sublinha-se um modo de caracterização sobre os pobres como inúteis ao trabalho, pois acometidos pelas doenças e vitimados por suas sequelas, formavam uma multidão que aterrorizava as elites locais, pois o desespero de sua situação, agravada pelas medidas insuficientes da Intendência ou pelas formas usuais de caridade e filantropia, poderia desencadear reações na busca por minorar seu sofrimento.

O horror da multidão é percebido no ideário das elites em contextos sócio-históricos diversos. Na França, a imagem da multidão se associa à ideia de revolução social e pobreza, como afirmado no estudo de Bresciani: “os parisienses, orgulhosos de sua civilização, temem as depredações e o constrangimento do espetáculo das multidões famintas, mas temem, sobretudo, as jornadas revolucionárias”³⁸².

Em Fortaleza, a multidão irrompe na cena principalmente nos períodos de seca, quando à cidade capital chegam os “famintos e andrajosos” retirantes. O pavor das elites era ativado pelo receio de que os “flagelados”, tomados do desespero causado pela fome, “atacassem as propriedades, as casas e os estabelecimentos comerciais em busca de comida, para satisfazer sua fome animal e biológica, e, embriagados pela violência desencadeada, destruíssem o próprio tecido social”³⁸³, como muito bem aborda Frederico de Castro Neves.

Tal medo pânico é a tônica dos discursos também no Piauí, como se observa no contraditório discurso veiculado no jornal *O Tempo*, da cidade de Amarante, no sul do Estado. Em sua edição de novembro de 1915, destacam que as “populações ribeirinhas do Parnahyba são as mais atormentadas” pela emigração dos flagelados, e que para “socorrer pelo trabalho” dos sertanejos retirantes era preciso ao menos uma obra governamental para estes assumirem as frentes de trabalho. Quanto aos inválidos, resta distribuir víveres para não morrerem de inanição. O periódico continua ainda,

³⁸¹ PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Exmo. Snr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar.** Estado do Piauí. 1918, p. 18.

³⁸² BRESCIANI, 1982, *op. cit.*, p. 109.

³⁸³ NEVES, 2005, *op. cit.*, p. 119.

comparando o suplício do êxodo operando como “uma outra secca”, como um fenômeno que devasta recursos e traz permanente tensão aos habitantes da cidade. É de se observar que a par do título da matéria “socorro aos flagellados”, o tônus da argumentação cai de pronto na (des)qualificação dos sertanejos retirantes, como portadores do germe da desordem, sem respeito à lei e à propriedade; em suma, o discurso prepara o leitor à absorver como natural a exigência de repressão e controle:

As populações ribeirinhas do Parnahyba são as mais atormentadas, e mesmo que possível fosse socorrerem-se pelo trabalho todos os flagellados que nellas se encontram, necessario seria tambem que, em cada um dos municipios ribeirinhos, tivessem serviços do governo, o que não supportariam as finanças da Republica no momento actual. O meio mais afficaz é, portanto, a distribuição de cereaes aos flagellados invalidos. Não recorrer a elle é lavrar a condemnação de morte de taes infelizes. Por outro lado, os famintos sao como outra secca nos logares em que vão chegando. Perderam a noção do respeito á lei e ao direito de propriedade³⁸⁴.

4.4. A Santa Casa de Misericórdia, o imposto da caridade e o cemitério da Igualdade: distinção de classe na doença e na morte

Retomando o fio da argumentação sobre a assistência pública aos doentes pobres, neste caso, se percebe que o único socorro público era A Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. Fundada em 1896 por iniciativa da elite local³⁸⁵, o hospital foi criado “com o fim particular de socorrer os indigentes enfermos”³⁸⁶. Se por um lado buscava-se dar assistência médica aos necessitados, por outro tratava-se de cumprir as novas práticas concernentes à saúde, assim como funcionar enquanto espaço de segregação social da pobreza, isto é, “minimizar as mazelas que impediam a

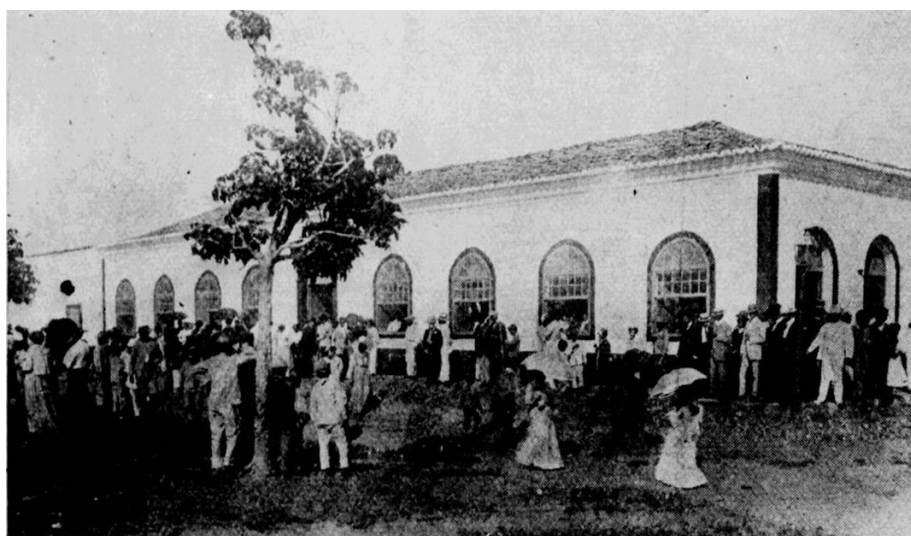
³⁸⁴ Socorro aos flagellados. **O Tempo**. Amarante-PI. Ano I, n. 02. 30 de Novembro de 1915, p. 01.

³⁸⁵ Para a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba concorrem os seguintes nomes: “Paul Robert Singlehurst, Luiz Antonio de Moraes Correia, Antonio José Tavares, José Alves de Seixas Pereira, Antonio Martins Ribeiro, Manoel Fernandes de Sá Antunes, Joaquim Antonio dos Santos, Joaquim Antonio de Amorim Filho, Egidio O. Porfirio da Mota, Manuel Fernandes Marques, Josias Benedito de Moraes, Francisco José de Seixas, José da Silva Ramos Filho, Francisco José de Moraes Correia e Dr. João Maria Marques Basto”. In: CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (orgs). **O Livro do Centenário da Parnaíba: Estudo Histórico, Corográfico, Estatístico e Social do município de Parnaíba**. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945, p. 147.

³⁸⁶ PIAUÍ. **Estatutos da Santa Casa de Misericordia de Parnahyba**. Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. Parnaíba, 1922, p. 03.

manutenção de um espaço limpo e higienizado”³⁸⁷. Acerca da história das Santa Casa de Misericórdia, nossa pesquisa recorreu aos largos estudos de Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá, sobre tal experiência em Portugal, abordando a dimensão da pobreza, assistência e controle social³⁸⁸.

Figura 10: Prédio da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (1914).



Fonte: RIO DE JANEIRO. *Leitura para todos*. Ano IX, n. 97. Março de 1914, p. 116.

A Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (figura 10) ocupava o antigo prédio onde residia o coronel Pacífico, “prédio enorme, que toma todo um quarteirão”, cujo dono “possuía numerosos escravos e grandes terras”. Para demonstrar seu poderio, dizia-se que “o seu gado mugia em nove comarcas do sertão e os seus negros enchiam toda a praça fronteira, à hora da bênção a seu senhor”³⁸⁹, o que significa uma riqueza produzida por gente trabalhadora trazida forçadamente do outro lado do Atlântico, ou nascida sob o regime de escravidão, que jamais desfrutou da fartura gerada por seu trabalho. Na fotografia acima, observamos a parte frontal do prédio da Santa Casa, em

³⁸⁷ CARVALHO, Aleisa de Sousa. “Pobres infelizes” à espera de “almas caridosas”: Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba no início do século XX (1914- 1928). Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Piauí. Picos, 2016, p. 21.

³⁸⁸ LOPES, Maria Antónia. **Pobreza, Assistência e Controlo Social**. Coimbra (1750-1850). 2 vols. Viseu, Portugal: Palimage Editores, 2000; SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. **História breve das misericórdias portuguesas (1498-2000)**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

³⁸⁹ CAMPOS, 1962. *op. cit.*, p. 211.

um dia de grande movimentação. A indumentária vista na imagem – homens de chapéu e paletó, mulheres de chapéu e vestidos longos – pode indicar um dia especial na Santa Casa, reunindo a fina flor do lugar em torno de alguma atividade filantrópica com o fim de angariar fundos para a instituição.

A Santa Casa era administrada pelos notáveis do lugar e seu provedor, o mais alto cargo da Santa Casa, deveria ser escolhido entre os “homens de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade, de maneira que os outros irmãos possam reconhecer como cabeça e lhes obedeçam com mais facilidade”³⁹⁰. A Santa Casa pode ser percebida também como um espaço de afirmação da autoridade dominante. Tal se expressa em diversos aspectos de seu funcionamento, como na distinção do cálculo sobre os enterramentos e preço das sepulturas:

I. por sepultura rasa dez mil reis (10\$000), II. por sepultura perpetua sessenta mil reis (60\$000), III. por catACumba, cem mil reis (100\$000), IV, por sepultura vendida com antecipação cem mil reis (100\$000), V. por licença para enterrar pessoa da mesma família em sepultura perpetua já adquirida, dez mil reis (10\$000)³⁹¹

A instituição detinha o monopólio do uso do único cemitério da cidade, o Cemitério da Igualdade, cabendo a um Mordomo designado para tal fim, providenciar os cuidados necessários de limpeza, numeração de ruas dos jazigos e sepulturas, circulação dos visitantes, e cobrança dos enterros, como consta em Estatuto³⁹². Ao valor apurado com os enterros, somavam-se outras fontes de renda que tinham por intuito a manutenção das atividades da Santa Casa em Parnaíba, como demonstra o relatório apresentado pelo vice-provedor, Antonio do Monte Furtado ao então Governador do Estado, Eurípedes de Aguiar, constando um balanço das receitas entre 1º de Junho de 1918 e 30 de Abril de 1920:

³⁹⁰ ZAHUR (1985), *apud* SILVA, Geovana. Assistência e poder: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Revista Em Debate**. Rio de Janeiro-RJ: Pontifícia Universidade Católica/RJ. N. 08, 2008, s/p.

³⁹¹ Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, 1922, *op. cit.*, p. 18.

³⁹² Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, 1922, *op. cit.*, p. 17.

Tabela 4: Receita gerada pela Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (1918-1920).

Saldo anterior	4:473\$300
Donativos	2:139\$100
Renda do Cemiterio	1:693\$400
Subvenção estadual	3:000\$000
Idem municipal	500\$000
Pensionistas	245\$000
Imposto de caridade	7:566\$000
Quotas lotéricas	1:582\$000
Joias e anuidades	468\$000
Auxilio federal	10:000\$000
Total	31:668\$160

Fonte: PIAUÍ. Estado do Piauí, 1920, p. 48.

No documento é possível mapear as principais fontes de arrecadação da Instituição, figurando as rendas do cemitério como a sexta maior, sendo as duas primeiras originárias das receitas da União e do Imposto de Caridade, cobrado pela Alfândega da cidade, e devido a este, obrigava-se a “dar, nos seus hospitaes, tratamento aos enfermos graves da marinhagem mercante”³⁹³. Deste recolhimento de taxas provém os recursos para atender naquele período, 438 doentes, sendo que destes, 374 saíram curados, 44 faleceram e 20 permaneceram em tratamento. Foram também realizadas 39 cirurgias, aplicadas 1904 injeções e atendidos 3810 indigentes na Sala do Banco, segundo consta do mesmo Relatório. Dos registros se pode também depreender uma burla ao Estatuto, pois “por mais que o Estatuto proibisse qualquer tipo de comércio na Santa Casa, esta prática era realizada através do cemitério”³⁹⁴. Como se viu acima, os que detinham posses e distinção social adquiriam sepulcros perenes, maiores e bem localizados, restando aos indigentes as covas rasas ou jazigos modestos, que eram periodicamente demolidos, como informa uma Circular de Sebastião Hermes Seixas, Mordomo da Santa Casa, no ano de 1911:

Previno a todos que têm pessoas suas sepultadas neste Cemiterio, ha mais de 4 annos, a que as sepulturas e catacumbas não se acham perpetuadas, para até o dia 15 de Outubro do corrente anno, virem perpetual-as, porque depois dessa data em diante, as não perpetuas serão demolidos todos os serviços nellas feitos e abertas para novos enterramentos. Será tomado por base para

³⁹³ Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, 1922, *op. cit.*, p. 04.

³⁹⁴ CARVALHO, 2016, *op. cit.*, p. 34.

tal demolição as que não tiveram a respectiva placa, não se attendendo reclamação alguma em contrario³⁹⁵.

Localizamos ainda um registro sobre “uma inqualificavel jogatina na Santa Casa de Misericordia o qual vae muitas vezes a alta madrugada”, onde “os jogadores pagam barato que vae dariamente entregue ao Provedor”³⁹⁶, o que pode indicar uma fonte de renda não prevista em Estatuto, ou mesmo um espaço para jogos de azar organizado pelo Provedor da época.

Como vemos, existe uma diferença significativa de preços no tocante aos métodos e local de sepultamento, definidos pela distinção de classe, onde aos pobres, que dificilmente investiriam seus limitados recursos para a aquisição de sepulturas e túmulos, ou mesmo cogitavam a possibilidade de serem enterrados com seus familiares, restava o enterro em cova rasa, cobrado por 10\$000. É possível, inclusive, que muitos destes não possuísem a soma exigida para o sepultamento de valor mínimo, dependendo, em alguns casos, da benemerência, e em última instância, do *Cemitério da Igualdade*, morada dos mortos na cidade de Parnaíba que mantinha os desiguais em situação de penúria até na morte e nos enterramentos.

Das fontes aqui pesquisadas, salta aos olhos a aberta contradição desde o nome adotado para o Cemitério de Parnaíba: da Igualdade, pois vimos aqui previstos em Estatutos os mecanismos de distinção de classe quanto aos enterramentos, tamanho e localização de sepulturas, existência ou não de lápides mortuárias, e até mesmo o tempo de uso do túmulo. O estudo de Fernando Catroga observa que em Portugal, “as próprias leis obrigavam a que a concessão de sepultura perpétua fosse sinónimo de monumentalidade”³⁹⁷, exigindo a construção de jazigo com no mínimo um metro de frente por dois e trinta de frente e fundo.

Observando as pesquisas sobre matéria correlata, vimos que para o caso do Rio de Janeiro, o cerimonial dos enterros eram “acontecimentos marcantes na vida social, na cidade”, como aponta Cláudia Rodrigues. Para a autora, “apesar das diferenciações na forma como eram realizadas, em virtude das condições sócio-econômicas do defunto e

³⁹⁵ Cemiterio da Igualdade. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano, II n. 64. 27 de Agosto de 1911, p. 03.

³⁹⁶ Jogo na Santa Casa. **A Tribuna**. Ano I, n. 11. 18 de Janeiro de 1920, p. 03.

³⁹⁷ CATROGA, 1999, *op. cit.*, p. 96.

de seus familiares, os funerais e o momento da morte eram ocasiões que, dificilmente, passariam despercebidos pelas pessoas”³⁹⁸.

Em Parnaíba, as *Memórias* de Humberto de Campos registram cenas de sepultamento no capítulo *O caixão de Teresa*, reforçando a desigualdade até na morte. Com as dificuldades de toda uma vida para formação de um pecúlio, a escrava Teresa consegue amealhar recursos, para ao mesmo tempo adquirir sua Carta de Alforria e um ataúde, pois “prometera a Deus que, se um dia fosse livre, ofereceria à igreja do Rosário um caixão enfeitado como o dos brancos para conduzir os escravos ao cemitério”. No mesmo escrito, encontramos a marca evidente do estigma da escravidão pesando sobre os negros. A reação pública diante dos ritos funerários, variava de acordo com a cor do defunto: Se branco, o luto e o respeito eram representados através do silêncio compungido, ou de um fervoroso “Deus te leve”; porém, se o defunto era um negro, o que se via da parte de homens como de senhoras era a pilhéria, a zombaria, e o desdém:

ao passar o caixão de um branco os transeúntes se calavam, compungidos, murmurando um “Deus te leve!” com a pena e o terror no coração. Se era, porém, o caixão de Teresa que atravessava a rua, aos ombros de quatro negros que levavam a enterrar um companheiro, os brancos paravam pilheriando, e as senhoras corriam para a janela, sorrindo, numa zombaria alegre da última vaidade daqueles homens de côr³⁹⁹.

Sobre a Bahia do século XIX, o estudo de João José Reis registra que “os funerais da maioria dos escravos eram feitos pela Santa Casa sem solenidade”, e, em sequência, o historiador apresenta uma gravura sobre “um cortejo fúnebre mais cerimonioso, embora modesto, de um negro pobre, talvez escravo”; apontando que “à exceção do padre e talvez de dois encapuzados, as mais de vinte personagens da gravura são negras, todas de pés no chão”⁴⁰⁰. Para o caso do enterro dos negros em Parnaíba, o desejo de Teresa para adquirir um ataúde enfeitado como o dos brancos, pode ser visto por nós como um traço da solidariedade dos subalternos, ou ainda como na escrita de

³⁹⁸ RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 222.

³⁹⁹ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, 212-213.

⁴⁰⁰ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 140.

Campos, talvez desejassem “que eles tivessem, na morte, uma igualdade que não haviam conseguido em vida”⁴⁰¹.

4.5. O alcoolismo “entumescendo as veias e exaltando os sentidos”: prescrição e vigilância

Retomando a narrativa sobre a ocorrência das doenças na *Parnahyba dos pobres*, convém assinalar que estas não se restringiam às ditas “moléstias periódicas”, decorrentes do clima ou dos adequados lugares de habitar e viver. O problema do alcoolismo era apontado como um mal que assolava principalmente os lares menos favorecidos, favorecendo a formação de uma legião de dependentes, o que, para as elites locais, aprofundava o déficit de mão de obra para o trabalho árduo e requerido para manter de pé o projeto da cidade moderna, pois segundo o discurso das autoridades sanitárias, na cidade era possível “serem encontradas pessoas atiradas na via publica, consumidores contumazes de bebidas alcoolicas, portadores de doenças repelentes e graves”⁴⁰².

A censura ao alcoolismo se encontra em distintos discursos. Por um lado os abastados consideravam aceitável o consumo regrado de bebidas, e sem consequências para a saúde, desde que realizado em ambiente privado ou na convivialidade de espaços próprios do seu conagraamento e lazer. Por outro, se observam os discursos prescritivos da boa conduta e, por vezes, incompatíveis com o uso da bebida, pois “o indivíduo alcoolisa-se insensivelmente desde o aperitivo para despertar o appetite, até os vinhos que acompanham o almoço; depois o chopp, o cognac, durante o dia e por fim os vinhos capitosos do jantar terminando no champagne que ferve nas taças (...)”⁴⁰³.

No caso da gente do povo, era preciso observar além de sua disposição à bebida, os lugares onde tal se fazia, pois “os indivíduos destas classes encontravam nas tavernas diversão e socialização ao seu alcance”⁴⁰⁴. Os bares, botequins, botecos,

⁴⁰¹ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 212.

⁴⁰² ATHAYDE, 1984, *op. cit.*, p. 10.

⁴⁰³ Embriaguez. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 35. 31 de Agosto de 1901, p. 04.

⁴⁰⁴ SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. **Alcoolismo**: a invenção de uma doença. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1995, p. 125.

armazéns e tavernas podem ser considerados como mais que um simples estabelecimento de compra e venda de produtos alcoólicos; eram também locais de encontro e trocas de experiência, onde, “tudo, neste ambiente, respirava coragem, valentia, força física e, quase sempre, ingênua, leal e desassombrada ferocidade”⁴⁰⁵.

Os trabalhadores do rio e do porto têm associado ao seu cotidiano de trabalho, o consumo de álcool. Tal situação pode ter ligação com as formas de contratação dos trabalhadores portuários, marcadas pela sazonalidade do trabalho, o que implicava em uma série de práticas, como bem mostra a pesquisa de Erika Arantes para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX: “o caráter ocasional do trabalho era uma das principais características da mão de obra portuária. Essa forma de contratação moldava a experiência dos trabalhadores do porto em diversos níveis: na organização do trabalho, nas lutas sindicais, mas também nas horas de folga e lazer”⁴⁰⁶; Em Londres, na reportagem registrada em seu magistral livro *O povo do abismo*, Jack London anota que “o estivador é um trabalhador temporário. O trabalho vem e vai, e ele trabalha ou não de acordo com a quantidade de bens a transportar”⁴⁰⁷; isso nos permite entender certas ligações globais em relação aos ofícios portuários.

Era diante do balcão que “vinham bebericar aqueles pretalhões suados, alguns deles famosos pelos seus atentados contra a vida alheia”, que quase sempre, depois de um dia de trabalho, “travaram luta, investindo-se a cacete em punho, mão no cós à procura da faca”⁴⁰⁸. Os combates, segundo o autor, eram quase sempre causados pelo excesso de bebida, que agia “entumescendo as veias e atuando na exaltação dos sentidos”⁴⁰⁹. A embriaguez era assim apresentada como causadora de inúmeros conflitos e crimes entre os pobres, e por isso seu era combatido.

Sobre os excessos quanto ao consumo da bebida alcoólica, afirmava que “seu principal efeito sobre o homem, a libertação das paixões e dos traços de personalidade recessivos (...), não coadunavam com a vida numa coletividade (...) de

⁴⁰⁵ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, p. 307.

⁴⁰⁶ ARANTES, Erika Bastos. Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: AZEVEDO, Elciene *et al* (orgs.). **Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 116.

⁴⁰⁷ LONDON, Jack. **O povo do abismo**: a fome e miséria no coração do império britânico: uma reportagem do início do século XX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 188.

⁴⁰⁸ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 313.

peessoas”⁴¹⁰. Tal premissa é aproveitada como justificativa quanto a elevação do nível da vigilância e da repressão nos bairros pobres, associando a bebida ao crime, como em 1914, quando “na Parnahyba, dois operarios, no bairro Corôa, embriagados e armados de revolver, travaram luta desfechando varios tiros, sendo um delles attingido, falecendo instantaneamente. O criminoso, preso em flagrante delicto, foi recolhido á cadeia publica”⁴¹¹. A argumentação se comprovava com o número de delitos ocorridos; em 1913, registra-se que “na estatistica de crimes, neste Estado, o piauihyense fornece o maior coeffericiente nos delictos passionaes e naqueles dos quaes o alcool é a causa determinante”⁴¹².

Para o período em exame, recorremos a estudos que abordam problema do alcoolismo como “um mal social”. Tal perspectiva deriva da conformação de um saber médico que possibilitava “relacionar qualquer desvio, irregularidade, retardo, a um estado de degeneração”, fazendo assim com que “hábitos, costumes e comportamentos” passassem “a compor a grade de sintomas inscritos em uma nosografia que considerava como doença todo o tipo de conduta que não se coadunava em linhas gerais com os padrões morais valorizados”⁴¹³. Baseada nos estudos de Antropologia Criminal, “que veio corroborar para a representação negativa do álcool e do alcoolista”, o consumo de bebidas alcoólicas ganhava contornos delituosos, enfatizando-o “como concorrente insuperável na produção da criminalidade”⁴¹⁴.

Em Parnaíba, os trabalhadores do rio compunham um setor coeso na água e na terra, pois “no trabalho a disciplina rigorosa (...) não davam margens a tumultos”, onde, na beira do rio, “sua presença ali era assim razão de ser das noitadas alegres e ruidosas, entre mulheres, bebidas e os atritos esporádicos (...) nas festas de noite inteira”⁴¹⁵.

⁴¹⁰ SANTOS, 1995, *op. cit.*, p. 108.

⁴¹¹ Piauihy. **Jornal do Commercio**. Manaus-AM. Ano XI, n. 3768. 16 de Outubro de 1914, p. 01.

⁴¹² PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia Paz, 1913, p. 14.

⁴¹³ SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. **Cadernos de História, oficina de História: escritos sobre saúde, doença e sociedade**. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco. Ano VII, n. 07, 2010, p. 184.

⁴¹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 185.

⁴¹⁵ LIMA, 1987, *op. cit.*, p. 19.

Por outro lado, a aversão à polícia era quase sempre retratada nas memórias populares, e que “marcaram época na então florescente cidade de Parnaíba”, onde “pequenas batalhas entre soldados (...) de um lado, e, embarcações do outro, estes últimos armados de porretes de pau de ferro”⁴¹⁶. É possível que a hostilidade contra os policiais tenha origem anterior, sendo o desafeto um mecanismo autodefensivo diante da criminalização das práticas de convívio entre trabalhadores, tratadas como distúrbio. Talvez por conta de uma dessas desordens mataram o guarda civil Pedro Ferreira Lima, quando este prendia, sob ordem do delegado, dois “desordeiros”. Sabe-se sobre o caso ocorrido em 1920 na cidade de Tutóia, no Maranhão, que “um grupo de estivadores da Parnaíba, com tripulantes de barcos, afrontando as autoridades, foram até a porta da cadeia, onde tomaram os presos e mataram o pobre pai de família, evadindo-se depois do monstruoso crime”⁴¹⁷.

É a partir da construção de uma identidade pela ação coletiva que se desenvolve a solidariedade entre os trabalhadores do rio. Na tentativa de compreender a camaradagem entre os trabalhadores durante o Estado Novo, a pesquisa de Adriano Duarte demonstra que tal solidariedade opera de forma tênue, uma vez que a vida se modifica e produz novas sociabilidades. O fato de ser pescador, vareiro, estivador, ou mesmo viver entre estes, por si só não forja laços de companheirismo; estes laços são construídos quando se vive um “código ético”, formado pelos comportamentos e ideias em determinado grupo:

o simples pertencimento a uma categoria profissional, ou o compartilhar do mesmo espaço sob as mesmas condições de trabalho não cria, por si só, a solidariedade entre operários. Ela é, muito mais, o resultado de um certo código de comportamento, expressão de noções bem definidas de justiça, amizade, camaradagem. Essa espécie de código ético parece não ter contornos precisos; é redefinida em cada caso e são as circunstâncias que lhe impõem os limites. Por isso mesmo, a solidariedade é também uma relação tensa e ambígua⁴¹⁸.

A imagem dos indivíduos que consumiam bebidas alcoólicas, principalmente os pobres, carregava o estigma de desocupação, patologia e vadiagem,

⁴¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 21.

⁴¹⁷ **Pacotilha**. São Luís-MA. Ano XL, n. 60. 12 de Março de 1920, p. 01.

⁴¹⁸ DUARTE, 1999, *op. cit.*, p. 156.

como quando “Seu Juquinha abria a porta de seu boteco e já encontrava firme no seu posto o crônico Leôncio, que fora tomar seu primeiro trago matinal”⁴¹⁹. Se antes das transformações causadas pela Revolução Industrial, o ócio estava reservado às elites e era interpretado socialmente como forma de poder, naquele momento o não-trabalho significava a fuga da narrativa modernizadora, ou seja, “a ociosidade passou a ser entendida como uma negação do trabalho, portanto um rompimento das regras sociais”⁴²⁰.

Percebemos isso em 1919, quando o jornal *O Artista*⁴²¹ debate sobre o “grande numero de artistas caídos na voragem sombria e desgraçada do vício do alcoolismo”, criticando o “genio satânico de certos individuos perversos que exploram sua fraqueza”, e que caminham contra as “sociedades que se avantajam na cultura e marcham sempre, de triumpho em triumpho, nas lides da civilização”⁴²². O jornal atribui o número elevado de alcoolistas também às influências perniciosas de que são alvos e, em específico, às más companhias. Nesta senda labora, por exemplo, a argumentação conservadora do Barão de Studart numa conferência no Círculo Operário Católico São José, em Fortaleza, em 1916, asseverando que “um indivíduo se torna alcoólatra quando estabelece laços com algum ébrio, aceitando um convite para beber. A partir daí, passa a frequentar com maior assiduidade os cafés e tabernas”⁴²³.

Também em meio ao esforço de organização do movimento operário, encontramos os discursos que combatem o vício do alcoolismo, visto entenderem tais práticas como próprias do mundo burguês e dissolventes da moral do trabalhador. Como se pode observar das resoluções aprovadas no II Congresso Operário Brasileiro, organizado pela Confederação Operária Brasileira, em 1913, quando concluem: “a

⁴¹⁹ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 21.

⁴²⁰ SANTOS, 1995, *op. cit.*, p. 107.

⁴²¹ Na mesma edição do jornal (Ano I, n. 01. 15 de Agosto de 1919, p. 01), seus editores relacionam as bases sociais para a fundação da agremiação, figurando em 12º lugar o item que declara que “não farão parte da União Progressista, - os artistas e operarios, entregues ao vicio do jogo de azar e da embriaguez”.

⁴²² A embriaguez. *O Artista*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 01. 15 de Agosto de 1919, p. 02.

⁴²³ COSTA, Raul Max Lucas da. **Medicalização e criminalização do uso do álcool em Fortaleza (1916-1930)**. São Paulo: NEIP, 2006, p. 14.

melhor maneira de combater o alcoolismo é pelo exemplo pessoal e pelas conferencias, palestras e quadros demonstrativos colocados na sede dos sindicatos”⁴²⁴.

Guardadas as diferenças, também os editores d’*O Artista*, em 1919, tecem o combate ao consumo de bebidas e, por extensão, aos lugares onde tais práticas vicejam: “Entrai a qualquer hora do dia n’uma dessas mercearias ou bodegas onde se ouve o ruido dos copos e o gyro das garrafas no seu descer e esgotamento”. O dia, que representa na divisão social do trabalho o momento do labor, é percebido aqui como o momento de fuga ao trabalho: “quantos outros abandonais o trabalho honrado e serio, de onde vos auzentastes por instantes, instantes que se prolongam horas, horas que se prolongam anos (...)”, e que tornam “vossa existencia miseravel e infecunda, transformando-vos em parazita inutil e até nocivo, cuja morte todos desejam”⁴²⁵. O periódico, fruto da ação da Sociedade de socorros mútuos, buscando amparar ante as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores parnaibanos, dirige seu discurso ao combate ao alcoolismo; posição aliás observada na imprensa de orientação anarquista e comunista, desde os fins do século XIX e entrado o século XX, conclamando os trabalhadores a uma nova moral, distante dos vícios e da corrosão dos valores, ou de como foi observado adequadamente no estudo de Santos:

A vinculação estreita entre a miséria social e a alcoolização dominava o pensamento de todos os setores, inclusive das classes trabalhadoras que, apesar de não abdicarem do botequim como espaço de lazer, agiam de forma a legitimar a condenação do hábito e do espaço, incorporando ao senso comum as noções burguesas a respeito da questão⁴²⁶.

Percebemos idêntica linha de pensamento no estudo de Isabel Bilhão, analisando os debates que circulavam na imprensa operária porto-alegrense, observa a retórica prescritiva quanto a conduta dos trabalhadores, que deveriam, “por todos os

⁴²⁴ Resoluções do Segundo Congresso. **A Voz do Trabalhador**. Rio de Janeiro-RJ. Ano VI, n. 39-40. 01 de Outubro de 1913, p. 04.

⁴²⁵ A Embriaguez. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 01. 15 de Agosto de 1919, p. 02.

⁴²⁶ SANTOS, 1993, *op. cit.*, p. 80-81.

meios, manterem-se afastados de tão nefasto vício, que não apenas lhes consumia a saúde física, mas também sua distinção ‘moral’ em relação às ‘classes perigosas’”⁴²⁷.

Assim, o consumo de álcool se constitui no discurso da modernidade e do progresso como um mal à saúde, à sociedade e ao trabalho. Percebemos a dicotomia entre o alcoolismo nas classes abastadas, legitimado socialmente, e o combate narrativo, moral e civilizador do consumo de álcool entre os pobres. Seu intento era punir, enquadrar e transformar valores e tradições populares, onde os *grandes homens* tinham como missão solidificar posturas tidas como *higiênicas* e *racionais*, recorrendo quase sempre ao uso da força. Essa ideia nascia como prática da burguesia em escala internacional, pois “existiam bodegas, baiucas e adegas em cada porto do Atlântico, para desespero das classes dominantes”. E com o terror perpétuo de greves e insurreições, estes “desejavam criminalizar e, por outro lado, desencorajar o contacto entre os trabalhadores livres e não livres”⁴²⁸.

4.6. A cadeia pública: “punir e corrigir o porbe, defender a boa sociedade e isolar o malfeitor”

É válido ressaltar que quando nos reportamos aos presos pobres, nos referimos além dos indivíduos sem ocupação, os trabalhadores, levando em conta “que o artesão, ou o jornaleiro encarcerado via interrompida sua atividade produtiva e com isso aumentavam as dificuldades materiais próprias e de suas famílias”. Além disso, os pobres não tinham acesso às facilidades judiciárias que dispunham os ricos, desde o valor monetário para o pagamento de fiança à amizade com juízes, e assim, “a justiça caía sobre eles com mais facilidade que sobre os ricos”⁴²⁹. Tal se pode perceber a partir da leitura do *Rol dos Culpados* em Parnaíba, entre os anos de 1906 a 1918:

⁴²⁷ BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1989 a 1920). Londrina: EDUEL, 2008, p. 86.

⁴²⁸ LINEBAUGH; REDIKER, 2010, *op. cit.*, p. 257.

⁴²⁹ SANTOS, José Luiz de las Heras. La asistencia a los presos pobres de las cárceles em la Edad Moderna. In: ARAUJO, María Marta Lobo; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (orgs.). **Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)**. Porto, Portugal: CITCEM, 2010, p. 85.

Tabela 5: Distribuição por ocupação dos presos em Parnaíba (1906-1918).

Profissão	Quant.	%
Agenciador	5	8%
Artista	3	5%
Cangueiro	5	8%
Comerciante	1	2%
Embarcadiço	1	2%
Estivador	2	3%
Foguista	2	3%
Lavrador	13	21%
Não consta	13	21%
Negociante	1	2%
Oleiro	4	7%
Pescador	1	2%
Pintor	1	2%
Roceiro	1	2%
Soldado	3	5%
Vaqueiro	1	2%
Vareiro	4	7%
Total	61	100%

Fonte: PIAUÍ. Arquivo Público do Estado do Piauí, 1906-1918.

Vemos no quadro de ocupações dos presos que o percentual maior recai sobre os lavradores, perfazendo 21% dos presos entre os anos de 1906 a 1918 e todos, excetuando a de soldado, integram o quadro de ocupações flutuantes. Observamos também os 13 (ou 21%) dos encarcerados cuja ocupação não é descrita, o que sugere a possibilidade de não terem nenhum ofício, mesmo os informais, ou o descuido do escrivão, uma vez que “para aqueles que se destacam na escala social, dificilmente seria omitida a sua ocupação ou formação, nesta sociedade vista pelos olhos do carcereiro que faz o registro, onde impera a desigualdade”⁴³⁰, como assinala da historiadora portuguesa Maria Antónia Lopes.

As condições da cadeia por certo não eram as melhores. Constantemente o Governo do Estado anunciava a necessidade de reformas para a manutenção dos prédios públicos que serviam para acomodar os presos. Em União, estes reparos no presídio

⁴³⁰ LOPES, Maria Antonia. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres. In: ARAUJO, María Marta Lobo; FERREIRA Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (orgs.). **Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)**. 2010, p. 112.

deveriam ser feitos para “evitar a sua completa ruína”⁴³¹. Em Parnaíba, no ano de 1891, o edifício que abrigava a cadeia pública teve de ser abandonado diante do “grande perigo de desabar o tecto”⁴³², sendo necessário o aluguel de um prédio para tal fim. Segundo o Governador Arlindo Nogueira, o novo prédio, sem as condições para o fim proposto, “não tem as precisas accomodações e nem offerece a segurança indispensavel”. Só em 1906 o Estado “pricipiou (...) a edificar um predio para o quartel e cadeia – serviço este que se acha bem adeantado”⁴³³.

Pouco antes dessa época, na Europa, as prisões sofrem modificações em sua finalidade. Se inicialmente se constituíam em meros depósitos de isolamento dos enfeitados sociais, com o avançar do tempo assumem novas funções, como bem anotado em Michelle Perrot: “punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo á sociedade, *no nível social que lhe é próprio*”⁴³⁴.

Em Teresina, é comum encontrar no *Livro de Despachos da Policia* daquela cidade casos como o do preso José Francisco Cabral, que “solicitava licença para sahir a rua, a fim de tratar de negocios particulares”, tendo o pedido autorizado sob a condição de ir “devidamente escoltado”. Sob as mesmas condições, é dada ao preso Vicente Soares Sobrinho, “pedindo licença para sahir á rua a fim de comprar materiais de seu officio de sapateiro”⁴³⁵. Já em Parnaíba, as péssimas instalações da cadeia, e o magro orçamento da municipalidade para a ração diária dos presos, faz com que sejam liberados durante todo o dia, provavelmente sendo utilizados para os pequenos serviços de limpeza e faxina nas ruas da cidade ou em determinados prédios públicos, e sob o grito do carcereiro, “vão trabalhar cambada de safados! E portem-se direitinho, não bebam cachaça”. Importa ressaltar que a matéria em forma de crônica é fixada pelo jornal *A Ordem*, de Sobral, no Ceará, em 1928.

⁴³¹ Estado do Piauí, 1904, *op. cit.*, p. 14.

⁴³² PIAUÍ. **Conselho Municipal - Parnaíba. Ofício do Conselho de Intendencia Municipal do Estado Federado do Piauhy na cidade de Parnahiba**. N. 04, 1891. Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 351.

⁴³³ Estado do Piauí. 1904, *op. cit.*, p. 14.

⁴³⁴ PERROT, 2017, *op. cit.*, p. 278.

⁴³⁵ PIAUÍ. **Livro de despachos do Corpo de Policia (1891-1906)**. Arquivo Público do Estado do Piauí.

contam que na Parnahyba, unico porto do Piauhy (...), a cadeia era muito pequena e quasi não podia conter os condemnados pelo jury local. Como mal chegasse para elles dormirem amontoados nas tarimbas, pela manhã o carcereiro, arrastando os chinellos, vinha soltar-os, afim de poderem trabalhar nas officinas da cidade e nas lavouras dos arredores, pois a municipalidade não lhes dava meios de subsistencia. Abria o cerbero os cadeados, escancarando os portões de ferro, alinhava os presos em frente ao edificio e fazia-lhes este pequeno sermão: - vão trabalhar cambada de safados! E portem-se direitinho: não bebam cachaça! A's seis horas da tarde, estejam aqui. A ultima badalada das ave marias, eu fecho este portão e o preso que não tiver chegado dorme na rua, no sereno! Dizem que os presos da Parnahyba eram duma pontualidade exemplar, porque não tinham mesmo logar melhor para passar a noite fóra da cadeia⁴³⁶.

Há também registros iconográficos que dão indícios das relações entre policiais e presos, apontando alguma flexibilização do regime penal, e muito provavelmente quase sempre no sentido de utilizar os presos como mão de obra naquelas tarefas que rebaixam ainda mais a condição degradada do preso na sociedade, como a sequência de desenhos publicadas na Revista *O Malho*, do Rio de Janeiro.

Figura 11: Presos na cadeia pública (1913)



Fonte: RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Ano XII, n. 581. 01 de Novembro de 1913, p. 42.

Na imagem acima, sob o título “Costumes do Piauhy (nota de um collaborador de lá)”, é legendada a seguinte informação: “Fachina feita pelos presos da cadeia de Parnahyba. Ao centro, um soldado da guarda com o respectivo facão”. A faxina pode ser um trabalho recorrente entre os presidiários da cidade, cumprindo assim as tarefas de manutenção do prédio. Da cadeia observamos as janelas quebradas e

⁴³⁶ Um criminoso que merece estatua. **A Ordem**. Sobral-CE. Ano XIII, n. 651. 07 de Setembro de 1928, p. 03.

quantidade significativa de urubus, atraídos pelo odor dos dejetos recolhidos na carceragem. Na gravura, os presos, em roupas simples e descalços, transportam o lixo e os dejetos. O autor teve ainda o cuidado de registrar, em número igual, presos brancos e negros; e, sem o uso de grilhões ou ferros que impeçam sua fuga, embora o vigilante policial armado de facão seja o bastante.

Figura 12: Policiais em Parnaíba (1913)



Fonte: RIO DE JANEIRO. O Malho. Ano XII, n. 579. 18 de Outubro de 1913, p. 14.

Já a segunda imagem, registrada com a legenda “instantaneo a lapis de soldados da policia de Parnahyba, esforçando-se por se collocarem em posição mais ou menos elegante e... marcial”⁴³⁷, nos parece muito próxima à narrativa de Renato Castelo Branco, onde, rememorando a Parnaíba do início do século XX, relata que todas as manhãs, “o cabo Cajazeira se espreguiçava na rede, na cadeia em ruínas, e dormia de novo”⁴³⁸, registrando a morosidade e despreocupação do carcereiro. O cotidiano dos reclusos na prisão de Parnaíba é o fio condutor da argumentação da matéria no jornal sobralense *A Ordem*, fazendo comparativos à cadeia pública de Fortaleza, que em 1928,

⁴³⁷ O Malho. Rio de Janeiro-RJ. Ano XII, n. 579. 18 de Outubro de 1913, p. 14.

⁴³⁸ CASTELO BRANCO, 1981, *op. cit.*, p. 21.

assim como a da cidade piauiense no início do século, “são as mesmas de ha seculo e meio”⁴³⁹.

O patente exagero da matéria poderia nos indicar uma suposta passividade, uma vez que a “carência dos arquivos (...) estabelece uma calma provavelmente enganadora”⁴⁴⁰. Bem vistas as fontes, nos defrontamos com outra situação, ou seja, os presos em suas tentativas de fuga, como a do “facinora conhecido por João Mulatinho”, que “ha dias evadiu-se da cadeia publica desta cidade (...), tendo até hoje sido infructíferas as providencias tomadas pela policia no sentido de captural-o”, ou mesmo o ex-soldado Pedro Paulo de Souza, condenado a 30 anos de prisão junto aos seus companheiros de profissão Manoel Domingues e Firmino Nascimento, pelo assassinato de Manoel Thomaz de Araujo, que “evadiu-se (...) no dia 1º deste da prisão”⁴⁴¹, capturado no mesmo dia. Segundo consta do *Livro de Grau do Rol dos Culpados que praticaram crime em todo o Estado (1906-1918)*, estes ex-soldados eram analfabetos, tendo Pedro, 33 anos, Manoel, 37, e Firmino, que faleceu na prisão de causa desconhecida, 44. Outros, como os lavradores piauienses Manoel de Souza Gomes (25, analfabeto) Raymundo Ignacio Bezerra (23, analfabeto), e o oleiro João Pinto Mesquita, cearense que sabia ler e escrever de 24 anos, todos condenados por homicídio, evadiram-se da cidade antes mesmo de serem presos.

Assim como no Lazareto de Amarração em 1884, as fugas, as evasões demonstram uma recusa ao confinamento, e em busca da liberdade tentando escapar à repressão e à reclusão na cadeia. É possível também inferir a origem popular dos ex-soldados através do grau de instrução registrado no processo, mostrando que por vezes, a disciplinarização dos corpos e a moral exigida pela modernidade possuía contradições internas. Os soldados, vindos da gente comum, utilizavam de mecanismos similares aos que deveriam coibir, como o Cabo Geraldo, comandante do destacamento de duas praças, que nas lutas corporais ocorridas no mercado público, “afastava os mais chegados, alargava o círculo, tirando alguma pedra da areia, como se fosse ele o empresário da luta”⁴⁴². Dessa forma, “tinham o dever de frear situações ‘delituosas’,

⁴³⁹ Um criminoso que merece estatua. **A Ordem**. Sobral-CE. Ano XIII, n. 651. 07 de Setembro de 1928, p. 03.

⁴⁴⁰ PERROT, 2007, *op. cit.*, p. 257.

⁴⁴¹ **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 04. 03 de Julho de 1910, p. 02.

⁴⁴² CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 313.

mas que faziam parte do seu cotidiano e modo de vida, situações representadas em práticas de lazer e sociabilidade”⁴⁴³.

O caráter supostamente regenerador das estratégias adotadas para docilizar e controlar a delinquência e os crimes, após o cumprimento de pena o detento é agora “um homem destroçado em seus mecanismos físicos e morais, profundamente desadaptado, que saía da prisão (...)”⁴⁴⁴, como bem assinala Michelle Perrot. Tal sentimento se pode perceber nos versos d’*O Vadio e a Sociedade*, da lavra do Padre G. Dias, publicado na primeira edição do periódico *O Artista*, em 1919:

Reparai, reparai, eil-o que passa
Sabeis quem é, um filho da desgraça
Para quem a vida é negro Lodaçal
Um ser infeliz, um pobre Vadio
Para quem a fome, a sede, a dor, o frio
Abriu cedo às vis portas do mal.
Vêde, Vêde essa inda terna Criança
Para quem já não ha fé nem esperança
Nem paz, nem alegria, nem conforto
E sabereis então que infelizmente
Honra, amor bondade e brio, não sente
No seu coração já de crença morto.
Na fronte enrugada e macilenta
A taboleta immunda e odienta
De Vadio para sempre posta tem
E ninguém lhe dá luz, agua e pão
E elle chora sem ter consolação
Sem ter os bons affagos de ninguém.
No seu rosto agora enegrecido
Revelar-se-á jamais o colorido
Possuido pelas rosas e carmim.
Nem já pertence ao triste a inocência
Porque a sua miseria e indigência
Ao puro sentimento déra fim.
Do seu viver a torpe iniquidade
É devido somente a sociedade
Que não tendo clemencia nem nobreza
Despreza rancorosa o desgraçado
Sem se lembrar sequer, que elle, coitado
Supporta do infortunio a crueza.
Um dia elle trilhando maus caminhos
E sem ter quem lhe guiasse os passinhos
Sem família, sem pai, sem mãe, sem nome
E no auge da maior afflicção
Corando ainda, rouba um triste pão

⁴⁴³ FONTELES NETO, Francisco Linhares. Cotidiano e atuação policial em Fortaleza: entre o dever e a prática nas primeiras décadas do século XX. **Revista Trajetos**. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol 4, n. 07, 2006, p. 102.

⁴⁴⁴ PERROT, 2017, *op. cit.*, p. 284.

Para mitigar a sua dura fome.
 A policia soube isto e o encerrou
 Na cadeia onde ali breve findou
 O medo e timidez do infeliz
 E no outro dia todos os jornaes
 Annunciavam haver um ladrão mais
 E um negro futuro lhe prediz.
 Depois sai o rapaz já então feito
 Um gatuno sem honra e sem respeito.
 Porque isto aprendeu lá na cadeia
 E atrevido, audaz e sem temor
 A maldade só tem ardente amor
 Pela pratica do crime só aneia.
 Saindo desse templo da justiça
 Elle suspira só pela preguiça
 E ao trabalho tem odio profundo
 E então de pudonor nunca mais arde
 O coração d'aquelle que mais tarde
 Podia ser talvez util ao mundo.
 E a quem deve elle, essa infelicidade
 Digam a quem se não a sociedade
 Hypocrita, vaidosa, aduladora
 Pois ella, com sua esmola
 Bem pode abrir as portas da escola
 Ao que a luz da instrucção ainda ignora.
 Sim pois, que nossa estricta obrigação
 É dá casa, agua, lenha e pão
 A mizera pessoa pequenina
 Devemos a mente fortificar-lhe
 E sem sessar, devemos indicar-lhe
 O suave caminho da officina⁴⁴⁵.

Os versos do Padre G. Dias, enfeixados sob o título “O Vadio a Sociedade” se nutrem da convencional matéria moralizadora do seu tempo. Desejando talvez expressar uma crítica social, condenando a sociedade moderna e apontando-a como culpada pela delinquência e o mau caminho trilhado pelos pobres desde a infância, parte antes da condenação liminar da vadiagem e requer a oficina e a escola como antídotos à preguiça e ao ócio, dissolventes do caráter e aprendidos na prisão. Assim, o discurso moralizante da época, é reforçado com o argumento da prédica em torno da esperança regeneradora do trabalho e da escola, as forjas necessárias que o libertam da inutilidade social e dos vícios. Aqui, outra vez recorreremos à análise de Michelle Perrot, indicando a normativa da nascente sociedade industrial, requerendo “homens utilizáveis” pelo trabalho, caminho onde se aprende o sentido do tempo, da ordem, da disciplina, da poupança, do respeito à propriedade: “não é bom instruir o povo, mas é preciso adaptá-los às normas da sociedade industrial nascente: ordem, trabalho, sentido do tempo,

⁴⁴⁵ O vadio e a Sociedade. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 01. 15 de Agosto de 1919, p. 03.

poupança, respeito à propriedade”⁴⁴⁶. Ademais do referido, o poema reflete também a descrença no sistema prisional, apontando os vastos efeitos da dissolução moral sofrida na prisão, onde a experiência carcerária produzia “um gatuno sem honra e nem respeito” e logo um homem “atrevido. audaz e sem temor”, os perigosos qualificativos do seu tempo.

Tabela 6: Estatística dos crimes cometidos em Parnaíba (1906-1918).

Defloramento	2
Homicídio	47
Lesão Corporal	2
Não consta	3
Roubo	8

Fonte: PIAUÍ. Arquivo Público do Estado do Piauí, 1906-1918.

Na tabela acima, apresentamos o número de crimes registrados em Parnaíba, entre os anos de 1906 a 1918, quando vemos como delito mais recorrente o homicídio, perfazendo 76% dos casos lavrados, seguido de roubo (13%), crimes não registrados (5%), defloramento e lesão corporal (2% cada). Entretanto acreditamos que os números registrados na fonte podem não expressar o número de presos na Cadeia Pública de Parnaíba, considerando as prisões correccionais aplicadas aos infratores do Código de Posturas da cidade, ou mesmo as inimizades mantidas pela força policial, que por capricho poderia resultar em reclusão.

É certo que pela tabela de ocupações os trabalhadores pobres “enchem as prisões a tal ponto que passam a ser concebidas para eles, em função do seu nível econômico e cultural”⁴⁴⁷, que destoavam dos objetivos da modernidade e do progresso, segundo a lógica dominante.

Ao localizarmos social e historicamente as doenças, percebemos indícios dos mecanismos de prevenção e combate, variando de acordo com a situação

⁴⁴⁶ PERROT, 2017, *op. cit.*, p. 284.

⁴⁴⁷ PERROT, 2017, *op. cit.*, p. 275.

socioeconômica dos doentes. Da mesma forma, notamos as múltiplas percepções e sociabilidades geradas em decorrência das moléstias, nas quais os interesses sobre o destino e a interpretação das doenças na cidade cediam privilégios aos ricos, ao passo que retirava periódica e gradativamente dos pobres o direito à cidade, segregando-os cada vez mais.

A saúde como expressão da questão social em Parnaíba, representava o caráter e a lógica do progresso na perspectiva das classes abastadas, que viam a necessidade de conter, restringir e eliminar focos de moléstias, mantendo ainda o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho. Todas elas podem ter variações narrativas sobre suas supostas origens, mas na realidade expõem a fratura social do discurso do progresso, que não alcançava na prática a *Parnahyba invisível*, a cidade dos pobres.

5. Moralizar e modelar pela instrução: na escola, a forja do bom trabalhador

*são uns perdidos (especialmente os da plebe) e em suas cabecinhas infantis não passa, sequer, um vislumbre do que nobilita, do que é essa humanidade caprichosa, do que é a vida d'um homem sem cultura e experiência*⁴⁴⁸.

A matéria recolhida no jornal *A Semana*, de Parnaíba, em 1916, dá a tônica aos discursos que informam a função modeladora da instrução dirigida aos pobres. Instrução como moralização e tutela, o pensamento exposto acima resume, em parte, o pensamento geral das elites acerca da plebe: delinquentes e propensos à má conduta social, que se dissolvem entre os indigentes que esmolam, os ladrões, as prostitutas e outras faces da pobreza odiada e temida pelos dominantes, e também, por isso, um entrave ao progresso e ao *moderno*, estes sempre adjetivados positivamente, signos de refinamento moral e das boas práticas sociais.

Em um mundo que demanda ordem e mão de obra disciplinada e ordeira, a escola e o labor produziriam o milagre da reforma ética da pobreza, operando na busca pela normatização e enquadramento de tudo o que escapa ao ideário da burguesia. Nesta perspectiva caminha a pesquisa de Rosa Souza, quando aponta que “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação”⁴⁴⁹. Forjar um bom trabalhador requeria a correção de seus hábitos pela instrução e educação. É nesse laboratório social que o pobre terá sua alma purificada e será compelido à obediência, ao respeito à autoridade e principalmente, à propriedade.

Aqui dirigimos nossa atenção ao tema da educação, especialmente em sua vertente de instrução dirigida aos pobres, no sentido de observar como se operam os

⁴⁴⁸ Fragmentos. *A Semana*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 03 de Dezembro de 1916, p. 02.

⁴⁴⁹ SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 15.

conteúdos de “moldar para o trabalho” assim como a difusão dos preceitos da ordem e do progresso, como indica a pesquisa de Gleison Monteiro sobre o século XIX no Piauí: “o olhar preventivo das autoridades começou a notar que tinha que educá-los desde cedo para o trabalho, logo, crianças pobres, órfãs, desvalidas e vadias começaram a ser foco dessas investidas, cujo objetivo era evitar a ociosidade e a criminalidade”⁴⁵⁰. Ao passo em que as estratégias de dominação se moldavam, também se faziam modos de resistência, como se observa aqui quanto as formas possíveis de ludibriar as esferas de poder, as estratégias de solidariedade e as experiências produzidas no cotidiano escolar.

5.1. As iniciativas privadas e públicas no Piauí

Na cidade de Parnaíba, os estabelecimentos particulares de ensino dispostos às elites e setores médios “gosavam da preferência dos pais que podiam pagar o ensino dos filhos”, e “funcionavam quase sempre superlotadas”. Apesar de quantitativamente superiores às escolas públicas, “nem todas (...) tinham existência duradoura, e que se mantinham a revelia do governo, não obedecendo uma programação oficial”⁴⁵¹, são subvencionadas pelo pagamento de mensalidades que custeavam por vezes o aluguel do espaço e a subsistência dos poucos professores no período. Os estudantes, dependendo da situação econômica da família, ao fim do Curso Primário, iam para as capitais próximas, como Teresina, Fortaleza ou São Luís, cursar o ensino secundário, uma vez que, em Parnaíba, os estabelecimentos com este nível de ensino eram de duração efêmera.

Aos ricos, a opção de ensino continuado se apresentava fora do Estado, e por vezes, do país. Tendencialmente eram enviados de acordo com as capacidades econômicas de seus pais, para Recife “principalmente para a Faculdade de Direito, onde vários piauienses se bacharelaram, ou para o Seminário de Olinda”; Salvador, “preferentemente em busca de cursos na área de saúde, como Medicina e Farmácia”; São Luís, “para cursar o Seminário das Mercês”, ou Rio de Janeiro, “para os cursos de Medicina ou Curso de Engenharia na Escola Politécnica”⁴⁵². Dadas as articulações

⁴⁵⁰ MONTEIRO, 2016, *op. cit.*, p. 139.

⁴⁵¹ CORREIA; LIMA, 1945, *op. cit.*, p. 75.

⁴⁵² FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1996, p. 96.

comerciais internacionais, também alguns poucos rumavam para o exterior: Lisboa, Londres, Berlim, como atesta a crônica do período⁴⁵³.

Fora, e distantes dessa dinâmica, estavam os trabalhadores pobres, que dependiam do custeio público, da caridade religiosa, bem como das Associações mutuais de trabalhadores, provedoras das escolas para seus filhos, combinando por vezes com a aprendizagem de ofícios, como desenho, pintura, funilaria, entre outros. O índice de analfabetismo era alto, e quase sempre qualificado por parte das elites enquanto causa primordial da criminalidade e incivilidade. O analfabetismo decorre também daquela condenação sumária aos pobres: fadados a viver às margens da sociedade, transitando entre o desemprego estrutural e as ocupações esporádicas informais, de baixa remuneração e sem direitos garantidos.

Tabela 7: Nível de instrução dos presos em Parnaíba (1906-1918)

Sabe ler e escrever	21
Analfabeto	28
Não consta	13

Fonte: PIAUÍ. Arquivo Público do Estado do Piauí, 1906-1918.

No gráfico acima, apresentamos o nível de instrução dos presos em Parnaíba. Dos 64 casos registrados no “Rol dos culpados” entre os anos de 1906 a 1918, 21 deles sabiam ler e escrever, 28 foram considerados analfabetos, e 13 não tiveram este item anotado na ficha individual. A instrução, conforme pensavam as elites locais, constituía elemento redentor à pobreza, uma fuga da criminalidade, embora dos dados acima não se possa inferir tal conclusão.

Partimos de duas hipóteses envolvendo a educação parnaibana no período estudado: a primeira, que as desigualdades sociais produziam formas e locais de educação específicos para cada grupo social; a segunda, que a instrução oferecida aos pobres tinha por objetivo disciplinar e ao mesmo tempo qualificar indivíduos para o mundo do trabalho, principalmente aos ofícios requeridos desde a expansão do

⁴⁵³ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 61.

comércio, na alfândega, nas casas comerciais, requerendo os rudimentos elementares da leitura, escrita e aritmética.

A forja da “cidade invisível” não se dava somente através dos locais de moradia (a dinâmica organizacional da cidade), da assistência pública de saúde (repressão, controle e higienização), mas alcançava os debates e práticas de escolarização, e em particular sobre o combate ao analfabetismo, pois no Piauí, segundo Terezinha Queiroz,

O crescimento do número de escolas e do número de alunos matriculados sequer acompanhou o crescimento da população escolarizável. Dessa forma, o Piauí continuou, como fora no Império, um dos estados em que o número de analfabetos guardava maior proporção relativa à população total⁴⁵⁴.

Com a ausência da iniciativa pública no ensino, “as iniciativas particulares foram as que figuraram como responsáveis por algum desenvolvimento do ensino”. Tal quadro, é aliás, constatado em outras regiões do Brasil, como se percebe no estudo de Amaral Lapa, asseverando que o privado na educação atuava “onde o Estado se revelava tímido, quando não, inoperante e desorganizado”⁴⁵⁵. No Piauí, as condições da instrução pública eram discutidas de forma recorrente entre os governadores do Estado. Em 1901, argumentam sobre a “absoluta indiferença com que tratam os minicípios a instrução primaria”, embora reconheçam como exceção a cidade de Parnaíba, mantendo escolas custeadas pela municipalidade⁴⁵⁶.

Em 1903, o entendimento de insucesso do Estado em relação à instrução pública permanece, como lido na Mensagem do Governador Arlindo Nogueira ao legislativo estadual, apontando que “apezar de (...) executar fielmente as medidas patrióticas que tendes adoptado sobre este importante assumpto, ella acha-se em completa decadência”, mostrando que um dos motivos para os problemas na instrução publica estava na “falta de um professorado idoneo que ministra a nossa população (...) os conhecimento rudimentares de nossa língua”. Diante da incapacidade de suprir a

⁴⁵⁴ QUEIROZ, 1994, *op. cit.*, p. 57.

⁴⁵⁵ LAPA, 1996, *op. cit.*, p. 163.

⁴⁵⁶ PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Camara Legislativa Estadual pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1901, p. 11-12.

demanda, o Estado reconhece que “a difusão do ensino não depende somente dos poderes publicos, mas também da iniciativa particular”⁴⁵⁷.

O mesmo Governador, em Mensagem apresentada no ano de 1904, ressalta que a situação da instrução, “em vez de melhorar (...), mais e mais tem se agravado”. Para Arlindo Nogueira, isso não ocorre por “falta de subsidios, nem no menosprezo dos poderes públicos”, mas por outros fatores. Novamente acredita numa solução compartilhada, e “ao lado dos poderes publicos, collaborem activo e persistentes, a iniciativa particular, o zelo dos mestres, a fiscalização e o auxilio municipal e mais do que tudo – a decisiva influencia dos pais ou de quaesquer outros responsaveis pela sorte das gerações futuras”⁴⁵⁸.

Outras questões surgem como impedimento para a efetivação da instrução pública no Estado, e dessa vez, a Mensagem apresentada pelo Governador Alvaro Mendes em 1907, assinala o problema que considera crucial “é incontestavelmente a parca remuneração do professorado da instrucção elementar, que não anima os mais competentes a preferirem esta á outras carreiras mais rendosas”⁴⁵⁹. Tal aparente reconhecimento sobre os parcos vencimentos dos professores e o desânimo por abraçar a profissão, não resultaria em decisão favorável ao aumento do salário dos professores.

No ano de 1910, no intuito de melhorar o quadro da instrução primária, tem início o funcionamento da Escola Normal em Teresina, com o objetivo de formação de professoras. A preferência pela formação de professoras parte da premissa de uma natural vocação feminina ao magistério, devotadas que são à prática de instrução, considerando que por “suas qualidades affectivas, por sua maior facilidade de communicação com as creanças, pelas condições do seu temperamento, pela natureza do seu papel na familia (...) é como, educadora, preferivel e superior ao homem”⁴⁶⁰.

⁴⁵⁷ PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Camara Legislativa Estadual pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1903, p. 08.

⁴⁵⁸ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1904, p. 08-09.

⁴⁵⁹ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Alvaro de Assis Ozorio Mendes**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1907, p. 05.

⁴⁶⁰ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Teresina: Typographia Paz, 1913, p. 19.

Além disso, e de forma indireta, avaliavam que na divisão social do trabalho, a mulher era “uma mão de obra acessível aos cofres públicos”⁴⁶¹.

Tal é o pensamento vigente no período, naturalizando os atributos da mulher-mãe e alargando-os para a mulher-professora, também naturalmente vocacionada a lida do ensino. Assim percebemos no estudo de Rosa Souza, para quem os primeiros governos do Estado republicano em São Paulo foram “incisivos na conclamação moral do magistério, ressaltando-o como apostolado e sacerdócio”, e neste caso, a função da “mulher-professora” se amplia em face da “necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais para atender à difusão da educação popular mantendo-se salários pouco atrativos aos homens”⁴⁶². Em Teresina, em geral, faziam carreira no magistério, “mulheres solteiras atrás de alguma ocupação e também de algum dinheiro para ajudar no orçamento doméstico; mas também eram viúvas que pareciam se dedicar ao trabalho como forma de sustentar a casa e provavelmente os filhos na falta do esposo”⁴⁶³.

O funcionamento da Escola Normal em Teresina teve pouco peso na modificação da realidade da educação em Parnaíba. De sessenta e duas alunas matriculadas em seu primeiro ano de funcionamento, apenas uma era parnaibana⁴⁶⁴. Mas a partir das primeiras turmas, em específico, a partir da segunda década do século XX, “já se poderia dizer que o ensino, obedecendo à tendência que tinha do final do século XIX, estava quase totalmente ligado ao sexo feminino”⁴⁶⁵. O clima resultante do desenvolvimento da Escola Normal era positivo, baseado na esperança de que a formação de professoras representasse um avanço no tocante à questão educacional. Apesar disso, no ano de 1919, dentre as quarenta mil crianças, apenas seis mil estão matriculadas nas escolas, sejam particulares ou públicas, “ficando, portanto, 34 000, na

⁴⁶¹ SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864 - 2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2004, p. 79.

⁴⁶² SOUZA, 1998, *op. cit.*, p. 62.

⁴⁶³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**: a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: Fundação Municipal Monsenhor Chaves, 1996, p. 87.

⁴⁶⁴ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1911, p. 23.

⁴⁶⁵ QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz-MA: Ética, 2008, p. 101.

melhor hypothese, privadas dos beneficios do ensino”⁴⁶⁶, como registrado na Mensagem do Governador Eurípides Clementino de Aguiar para o ano de 1920.

5.2. Um retrato da instrução para as “creanças maltrapilhas, descalças e sem livros”

Na tabela abaixo percebemos que o número de analfabetos na cidade de Parnaíba correspondia a pouco mais do dobro de alfabetizados. É possível ainda que esses números sejam maiores, considerando que, “o critério utilizado pelo Censo para a produção da taxa de analfabetismo era até metade do século XX, a escrita do nome: considerava-se analfabeta a pessoa que declarasse não saber escrever o próprio nome”⁴⁶⁷. Além disso, era comum que parte dos pobres na cidade, principalmente aqueles tangidos das áreas rurais, não fossem afeitos ao registro oficial dos dados, e em especial dos seus filhos. Isso porque muitos guardam da memória social compartilhada as histórias sobre as formas de recrutamento dos pobres e porque “soffrem o pesadello de que lhe tirem os homens validos para serviços de guerra”⁴⁶⁸, devendo, também por este motivo, todo censo ser observado como um dado relativo, com possibilidades de ocultar mais ainda as situações de pobreza.

Tabela 8: Estatística do letramento em Parnaíba por idade e sexo. (1920)

Sexo	Sabem ler e escrever				Não sabem ler e escrever			
	0 a 6	7 a 14	15 e +	Total	0 a 6	7 a 14	15 e +	Total
	Anos				Anos			
H	26	529	2924	3479	2141	1884	4398	8423
M	25	531	2095	2654	2140	1970	5486	9596
Total	51	1063	5019	6133	4281	3854	9884	18019

Fonte: RIO DE JANEIRO. Directoria do Serviço de Estatística. 1929, p. 710.

⁴⁶⁶ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar**. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “O Piauhy”, 1920, p. 37.

⁴⁶⁷ SPERRHAKE, Renata. **O saber estatístico como dizer verdadeiro sobre a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, p. 55.

⁴⁶⁸ PIAUÍ. **Anuario Estatístico do Piauhy**. 1926, p. 18.

Na Parnaíba da virada do século XIX, apenas uma escola pública e outras três particulares constituíam o cenário educacional. No período, as diferenças entre o ensino público e o privado eram de pequena monta, principalmente quanto à estrutura, sendo o funcionamento da escola pública garantida apenas por um “professor público, custeado pelo estado ou município, cujo ambiente de trabalho era sua própria residência, onde acolhia seus alunos”⁴⁶⁹.

Em Janeiro de 1906, a professora Senhorinha Teixeira Mendes Avelino redigiu um ofício destinado ao Diretor de Instrução Publica da cidade, indicando que, quando iniciou seus trabalhos, recebeu apenas “3 carteiras, 3 pequenos bancos, uma banca e uma lousa de madeira, tudo isto em máo estado”⁴⁷⁰, e isto para uma sala de aula com quarenta meninas, o que as obrigava a trazer de casa sua própria cadeira ou a fazer um rodízio por um assento. A professora roga providências:

Hoje que a frequencia da minha aula é de cerca de quarenta meninas, torna-se de imprescindível necessidade a aquisição de mais alguns moveis, visto não terem as meninas onde se assentar, sendo preciso que tragam de suas casas cadeiras, esperando umas que outras acabem de escrever para tomarem seus lugares⁴⁷¹.

Para adiantar uma solução a professora Senhorinha orçou o trabalho em 178\$000 com o marceneiro Roque de Oliveira – “o menor preço por que encontrei quem fizesse os ditos moveis”. Em fevereiro daquele ano, a professora Odetta Neves de Abreu informa por ofício ao mesmo Diretor que “ao assumir o cargo de professora das aulas publicas mixtas desta cidade somente recebi da minha antecessora três carteiras e três bancos de madeira tôscas, em pessimo estado”⁴⁷². No documento, a professora solicita ainda a aquisição de novos móveis e a restauração dos antigos “pelo marceneiro Manoel Tertuliano Carneiro”, estimando o valor de 168\$000. Ainda em 1906, o

⁴⁶⁹ MENDES, Francisco Iweltman. **Parnaíba: Educação e Sociedade**. Parnaíba: SIEART, 2007, p. 70.

⁴⁷⁰ PIAUÍ. **Aula Publica de sexo feminino da cidade da Parnahyba, 27 de Janeiro de 1906. Ofício de Senhorinha Teixeira Mendes Avelino ao Diretor de Instrução Publica de Parnahyba**. Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 96.

⁴⁷¹ *Id., Ibid.*

⁴⁷² PIAUÍ. **Ao Sr. Inspector de ensino publico desta cidade. 02 de Fevereiro de 1906 Ofício de Odetta Neves de Abreu ao Diretor de Instrução Publica de Parnaíba**. Arquivo Publico do Estado do Piauí. Caixa 96.

professor Sizino Ferreira Cunha Martins⁴⁷³ enviou em 22 de Março do mesmo ano, junto ao seu ofício destinado ao Diretor de Instrução Pública, uma lista de materiais e preços orçados para o fabrico e aquisição de novos materiais:

Tabela 9: Itens solicitados ao Diretor de Instrução Pública de Parnaíba (1906).

Materiais	Valor
Duas carteiras com dois metros de comprimento e dois palmos de largura, cada uma.	40\$000
Dois bancos com dois e meio metros de comprimento cada um	10\$000
Uma meza com dois metros de comprimento e um de largura	50\$000
Uma dita com um e meio metro de comprimento e um dito de largura, com gaveta e chave	50\$000
Um Livro com para matrícula	-
Um dito para ponto	-
Um dito para visitas	-

Fonte: PIAUÍ. Arquivo Público do Estado do Piauí, Caixa 96, 1906.

Tendo um custo total de 150\$000, os itens solicitados nos permitem pensar a precariedade das condições oferecidas às escolas pelo poder público, o que permite inferir a precária situação dos espaços destinados ao ensino dos pobres. Apesar disso, os professores desenvolviam estratégias para driblar as adversidades produzidas pela ausência de condições mínimas para o exercício de suas funções, estimulando práticas pouco convencionais, indicando, por exemplo, que as crianças trouxessem cadeiras de casa, como visto acima.

As condições das improvisadas salas se transformando em escolas podem ser percebidas em outras regiões do Piauí, mesmo sem a subvenção do Governo do Estado ou da municipalidade. Em expedição ao interior do Piauí, uma equipe da

⁴⁷³ No documento, é perceptível a dificuldade de escrita do professor, em decorrência de sua trêmula escrita e ausência de firmeza no traçado das letras, necessitando outro indivíduo para redigir de forma legível a lista de utensílios solicitados. Seu nome figura nas páginas do jornal Pátria (Sobral-CE, Ano V, n. 196. 03 de Junho de 1914), em um apontamento do médico parnaibano Marques Basto, datado de 1907, sugerindo o uso do Elixir Murué, “excellente remedio para combater as affecções de fundo syphilitico”, testado em diversos doentes, como o professor, “que, soffrendo de uma vasta ulcera na perna direita, ha muitos annos, achava-se hoje completamente reestabelecido”.

Fundação Oswald Cruz registrou, no ano de 1912, a situação de uma das “escolas privadas” em São Raimundo Nonato.

Figura 13: “Escola privada em São Raimundo Nonato (PI). Maio de 1912”.



Fonte: Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz, 1991, p. 86.

Pela imagem, notamos a precariedade do espaço, sem sequer mesa e cadeira para os estudantes; uma única mesa alta para o professor. A situação social (e possíveis diferenças) dos alunos pode ser percebida também por meio de sua indumentária e alguns descalços. Tal é a realidade das salas de aula onde a maioria de seus estudantes é formada por “crianças doentias, maltrapilhas, descalças e sem livros”⁴⁷⁴, o que dificultava sua permanência na escola e além disso ter que trabalhar desde tenra idade. Para os trabalhadores pobres, o ímpeto de manter os filhos no ensino regular nasce da “esperança de que essas crianças poderão assim evitar a maioria das preocupações que afligem os pobres, só porque são pobres”⁴⁷⁵, como no estudo de Richard Hoggart.

Também o estudo citado de Rosa Souza aponta a situação de São Paulo nos fins do século XIX, quando “a escola pública era muitas vezes a extensão da casa do professor”, e quando “muitas funcionavam em paróquias, cadeias, cômodos de comércio, salas abafadas e sem ar, sem luz sem nada, cuja despesa com aluguéis corria

⁴⁷⁴ PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar**. Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial, 1917, p. 15.

⁴⁷⁵ HOGGART, 1973, *op. cit.*, p. 95.

por conta do mestre-escola”⁴⁷⁶. No Piauí, nossas fontes apresentam a reprodução de idêntica situação supostamente superada em outros Estados. Em Parnaíba, Humberto de Campos narra a experiência nesses espaços na virada do século XIX, quando iniciou seus estudos primários. Era então 1895, quando a mãe do jovem Humberto o matriculou na escola da professora Sinhá Raposo. A escola era localizada próxima à Praça do Mercado, em um cômodo da casa da professora, onde vivia junto a sua família. A descrição de Humberto de Campos retrata a parca mobília, o chão de tijolo, os bancos e o estrado, e acentua que a escola é também mista quanto à cor dos alunos:

Sala grande, e baixa, de chão de tijolo, com três janelas abrindo para a praça do Mercado. Em uma das extremidades, à esquerda, um estrado baixo, com a mesa da professora. Diante dela, paralelamente, os bancos de madeira, estreitos e altos, com a meninada de todos os sexos, de todas as cores que consistiam a população⁴⁷⁷.

O escritor rememora também o cotidiano escolar, cujas aulas iniciam às 10 horas da manhã, com uma pausa ao meio dia, quando os alunos, de pé cantavam – “ou, melhor, berrávamos” – o Hino ao Trabalho:

*Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
nos dá vida, saúde e vigor,
E da orquestra da serra e do malho
Brotam hinos, cidades e amor*⁴⁷⁸.

Em relação ao Hino ao Trabalho, da autoria do escritor português António Feliciano de Castilho⁴⁷⁹, Manuel Said observa que “as palavras parecem acompanhar o ritmo das pancadas do martelo na bigorna”, efeito produzido pela “acentuação da sílaba terminal de cada grupo rítmico”, fazendo com que este grupo se sobressaia, “a ponto de soarem como relativamente fracas as antecessoras, embora, consideradas fora do verso,

⁴⁷⁶ SOUZA, 1998, *op. cit.*, p. 122.

⁴⁷⁷ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 160-161.

⁴⁷⁸ *Id.*, *Ibid.* p. 163.

⁴⁷⁹ Nascido em Lisboa-Portugal, António Feliciano Castilho foi poeta, pedagogo e escritor romântico, que viveu entre os anos de 1800 a 1875.

tenham valor de sílabas fortes”⁴⁸⁰. Esse efeito busca produzir um forte sentido de exortação ao trabalho como fonte de regeneração e um sentido de harmonia na dedicação ao trabalho, onde cada ofício tem um lugar na “orquestra da serra e do malho”.

A mudança de bairro faz com que Humberto de Campos deixe a aulas da professora Sinhá Raposo, passando a estudar em casa, quando sua mãe tomava as lições, corrigia o acento e as pausas na leitura, e cuidava para que o menino copiasse a letra bem desenhada dos cadernos de caligrafia: “Durante o dia (...), preparava minha lição, indo, em geral, sempre além do ponto que me era marcado. À tarde, minha mãe submetia-me à prova de leituras, e à noite, de caligrafia”⁴⁸¹. Não tardou, porém, para que com nove anos, sua mãe o matriculasse em uma nova escola primária, destinada ao ensino de meninas, mas que aceitavam, em pequeno número, meninos. A escola da Mestra Marocas Lima localizava-se

em uma casa pequena, de calçada alta, com uma porta e duas janelas de frente. A sala, que abria diretamente para a rua por essa porta e por essas duas janelas, era consagrada à escola. Em frente à porta, encostadas à parede, em uma fila única, as doze ou quatorze cadeiras dos meninos. Do lado oposto, em filas sucessivas, as meninas⁴⁸².

A professora Marocas Lima, ao que indica Campos, periodicamente pedia para que seus alunos realizassem leitura individual em voz alta, e a aritmética se reduzia à “decorar” a tabuada, o que exigia que aos sábados se dedicassem ao “argumento”, isto é, uma sequência de perguntas aleatórias sobre as quatro operações da aritmética. A singularidade do método residia no fato de que o aluno que mais acertasse as questões poderia fazer uso da palmatória contra os demais colegas. Humberto de Campos era um dos melhores nos dias de argumento, e por isso, quase sempre fazia uso da palmatória, quando segurava com sua “mão curta e grossa de plebeu, os dedos finos de mocinhas de quatorze ou quinze anos, a fim de lhes aplicar na palma um bolo estalado e seguro (...)

⁴⁸⁰ ALI, Manuel Said. **Versificação portuguesa**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 82.

⁴⁸¹ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 185.

⁴⁸² *Id.*, *Ibid.*, p. 188.

que às vezes as fazia chorar”⁴⁸³. Estes e outros castigos eram comuns na vida escolar à época, principalmente para as crianças pobres da cidade. Acontecia com frequência que os alunos permanecessem de joelhos durante todo o período da aula, ou usassem os “capacetes de papelão” “com os dísticos *vadio, burro, malcriado*, e outros”⁴⁸⁴.

As evidentes faltas de condições ao funcionamento das escolas parecia aumentar naquelas destinadas exclusivamente ao ensino de crianças do sexo masculino, como é caso do Externato São José, dirigido pelo professor Serra de Miranda; ainda que tivesse subvenção do município, apresentava esta estrutura:

Era uma casa baixa, de esquina, com duas ou três janelas de frente, e meia-dúzia de portas para a travessa. Três salas atijoladas, sendo a terceira estreita e comprida. Um corredor de uma dezena de metros conduzia até á cozinha, cujo fogão de barro havia perdido a memória do fogo. Um pequeno quintal, com cerca de pau, e alguns metros de muro. E, para trás, um terreno vago, em que se despejava o lixo⁴⁸⁵.

As escolas parnaibanas, de iniciativa particular ou custeadas pelo município, pouco diferiam quanto as instalações, remuneração dos professores, falta de livros, entre outras flagrantes ausências. Nas salas de aula “não haviam carteiras, nem qualquer outro ponto de apoio para o livro ou para os braços. (...) Apenas um ou outro aluno mais afortunado pode levar para a escola a sua cadeira”⁴⁸⁶.

No referido Externato São José, todas as aulas eram ministradas por um único professor: José Serra de Miranda, que também era o diretor do externato e lecionava “Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria, História Universal, História Sagrada e o mais que se quisesse”⁴⁸⁷; e suas aulas consistiam em ditar e tomar lições, corrigidas por alunos secundaristas, que também estudavam no Externato. O professor Miranda foi também, até o ano de 1901, escrivão privativo de casamentos e oficial de registros da cidade⁴⁸⁸. No mesmo ano, lançava nas páginas do *Nortista* anúncios sobre sua “Escola Elementar São José”, que

⁴⁸³ *Id., Ibid.*, p. 196.

⁴⁸⁴ *Id., Ibid.*

⁴⁸⁵ *Id., Ibid.*, p. 254.

⁴⁸⁶ *Id., Ibid.*, p. 255-256.

⁴⁸⁷ *Id., Ibid.*, p. 256.

⁴⁸⁸ **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 09 de Janeiro de 1901, p.03.

“aceita gratuitamente alumnos para a instrucção secundaria de accordo com as prescripções municipaes que regulam o mesmo estabelecimento”⁴⁸⁹.

5.3. A Escola de Aprendizizes Marinheiros: adestramento e disciplina aos meninos pobres

Existiam ainda Instituições também voltadas ao recrutamento dos pobres, não só reprodutoras de castigo, mas um castigo *em si*, como a Escola de Aprendizizes Marinheiros. Subsidiada pela União e fundada no Piauí pelo decreto nº 5309 de 18 de junho de 1873, a iniciativa demonstra os mecanismos quanto ao recrutamento de jovens aprendizes que ingressariam em um novo molde de adestramento e disciplina na Marinha. Tais escolas “estão dentro das aglomerações urbanas uma série de serviços que, se não lidam com as armas diretamente, tratam o cidadão como soldado. São os postos de recruta, as escolas e academias militares (...)”⁴⁹⁰.

Para as famílias pobres, o ingresso na Escola de Aprendizizes Marinheiros significava uma possibilidade de escapar à situação de penúria em que viviam e, em particular, à ausência de condições de estudo para seus filhos. A propaganda oficial de recrutamento incide claramente sobre as famílias pobres: “o alistamento na Escola de Aprendizizes Marinheiros garante aos meninos pobres as maiores vantagens que pode alcançar um desprotegido da sorte, sem a minima despeza para familia (...)”⁴⁹¹. Este modelo de escola funciona como lugar de regeneração social, onde se podem forjar os cidadãos tementes à pátria e, segundo os estudos de Rozenilda Silva, “necessária para abrigar os desamparados e nocivos à sociedade transformando-os em cidadãos dóceis e úteis à nação”⁴⁹².

O programa da Escola de Aprendizizes Marinheiros combinava as noções das disciplinas de formação básica e as práticas de educação física, onde se aprendia “Noções de Portuguese, Calligraphia, atithmetica, Geographia e Historia do Brazil,

⁴⁸⁹ Escola Elementar São José. *Ibid*, p. 04

⁴⁹⁰ MARX, 1980, *op. cit.*, p. 90-91.

⁴⁹¹ Escola de Aprendizizes Marinheiros em Parnahyba. **O Piauí**. Teresina-PI. Ano XXI, n. 1123. 17 de Junho de 1911, p. 04.

⁴⁹² SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **Companhia de aprendizes marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2013, p. 110.

Lições de cousas e exercicios militares, physicos e de natação”⁴⁹³. Para tal, a jornada diária de estudos constava de um aprendizado rigoroso dos exercícios militares, além das exigências quanto à vida de embarcado, precisando, portanto, desenvolver múltiplas habilidades: “Lêr, escrever e contar, manobrar quaesquer embarcação e armas, exercícios de infantaria, gymnastica, de natação, de esgrima de bayoneta, espada e florete; armar e desarmar qualquer embarcação ou navio”⁴⁹⁴. A rigidez na formação, a disciplina militar imposta aos aprendizes, motivavam o medo e a Escola de Aprendizes Marinheiros pode ser vista nas narrativas de memória como “uma casa de torturas inconcebíveis”⁴⁹⁵. Os estudos sobre as referidas escolas sublinham seu rigor quanto à disciplina, sendo seus conteúdos e programa orientados no sentido da “formação de uma infância pobre, com preparação moral do ‘bom trabalhador’. Essa imagem se apoiava no ideário dos ‘bons costumes’ que visava seduzir para o desempenho de seu papel no trabalho e na sociedade”⁴⁹⁶.

Além disso, é preciso atentar para a dimensão do recrutamento para a Escola de Aprendizes Marinheiros, visto que, em certos casos, se dirige explicitamente aos pobres e, em específico, aos órfãos pobres. No ano de 1890, quando se verifica uma nova alteração no Código de Posturas de Teresina, sua segunda cláusula indica que “o menor, sem pae ou mãe, tutor ou amo, será entregue à autoridade competente com destino á Escola n. 03 de Aprendizes Marinheiros”⁴⁹⁷, e tal regulação não se restringe à cidade de Parnaíba, mas abrangia outras cidades do Estado. Assim ocorre com o órfão Pedro Ignacio Rodrigues, enviado para Parnaíba “á fim de verificar praça na Escola”⁴⁹⁸, da mesma forma como os que são apresentados diretamente pela família, como é o caso de Delbão Elesbão de Carvalho, de 16 anos de idade, filho de D. Candida Rosa de Carvalho, apresentado por ela e enviado à Parnaíba na intenção de ingressar na Escola⁴⁹⁹.

⁴⁹³ Escola de Aprendizes Marinheiros. **O Apostolo**. Teresina-PI. Ano I, n. 33. 05 de Janeiro de 1908, p. 04.

⁴⁹⁴ Escola de Aprendizes Marinheiros. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 10. 14 de Agosto de 1910, p. 01.

⁴⁹⁵ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, p. 340.

⁴⁹⁶ NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Trabalhadores e trabalhadores no fio da historia das práticas e projetos educativos no Piauí (1856 - 1937)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008, p. 84.

⁴⁹⁷ **Estado do Piauhy**. Teresina-PI. Ano I, n. 09. 02 de Fevereiro de 1890, p. 03.

⁴⁹⁸ **Estado do Piauhy**. Teresina-PI. Ano I, n. 27. 19 de Março de 1890, p. 01.

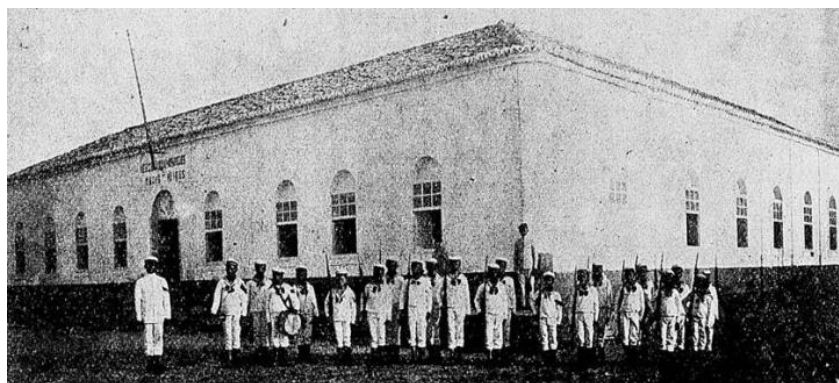
⁴⁹⁹ *Ibid.* Ano I, n.16. Teresina-PI, 19 de Fevereiro de 1890, p. 01.

Figura 14: Fachada principal da Escola de Aprendizes Marinheiros em Parnaíba.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987.

Figura 15: Parnahyba (Piauí) - Escola de Aprendizes Marinheiros (1918)



Fonte: RIO DE JANEIRO. Almanak Laemmert para o ano de 1918-1919. 1918, p. 1666.

As fotografias acima registram a fachada do edifício da Escola de Aprendizes Marinheiros em Parnaíba, e seus alunos à frente. Em ambas, as diferentes estaturas indicam diversidade etária, e mais evidente na segunda imagem, onde o oficial graduado (à esquerda) é o de maior estatura no conjunto. As armas utilizadas são, por vezes, maiores que seus portadores, o que possivelmente dificultaria seu manejo durante os cursos preparatórios. Destacamos ainda a presença de objetos que indicam o esforço pela montagem de bandas de música nas escolas militares, ampliando assim o programa e os dispositivos da Escola de Aprendizes Marinheiros dirigidos à formação e ao disciplinamento dos internos. Quanto aos problemas estruturais da escola, um relatório do Ministério da Marinha datado de 1913 indica a falta de plenas condições de

funcionamento e, também, em decorrência dos “parcos recursos” sanitários e urbanos de Parnaíba:

Installada em predio proprio nelle continua a funcionar, faltando-lhe muitas condições necessarias ao seu fim. Para isso muito contribuem os parcos recursos da cidade de Parnahyba, onde não ha esgotos, agua encanada e outra illuminação que a de kerozene. O predio não é forrado nem assoalhado e de muitos outros melhoramentos precisa⁵⁰⁰.

O registro acima relata uma situação indicando a falta de condições das instalações do edifício, e a cidade de Parnaíba sem as mínimas infraestruturas, o que contrasta com as narrativas exultantes sobre os melhoramentos da cidade; ao relatório, junta-se o discurso do Deputado Federal Joaquim Cruz, registrando a inadequação do “acanhado” edifício da Escola, que sequer possui condições de higiene:

o edificio é baixo, acanhado, os seus salões muito pequenos, e além disso, divididos por um corredor que não permite as necessarias condições de hygiene para um estabelecimento daquela ordem, principalmente feito para o fim que é destinado, de uma escola de aprendizes marinheiros⁵⁰¹.

Ainda que tais registros indiquem os problemas da escola, prevalecem amplamente os discursos facilitadores do recrutamento dos pobres, pois ali encontrariam garantia de “conforto, bem estar e paternaes carinhos”⁵⁰². Tais promessas em tom paternalista de conforto e bem-estar não encontram base na realidade vivida, como se vê no ano de 1883, em um Relatório da Marinha, apontando a penúria experimentada pelos menores aprendizes em Parnaíba, “sete (menores) ultimamente admittidos, aos quais ainda não se forneceu fardamento por não havel-o no paiol (...) do que resulta andarem alguns aprendizes descalços”⁵⁰³. Descalços, sem fardamento,

⁵⁰⁰ RIO DE JANEIRO. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Vice-Almirante Manoel Ignacio Belfort Vieira**. Ministerio da Marinha. Imprensa Naval - Arsenal de Marinha: Rio de Janeiro, 1913, p. 102.

⁵⁰¹ RIO DE JANEIRO. **Annaes da Camara dos Deputados**. Volume X. Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 210.

⁵⁰² Escola de Aprendizes Marinheiros. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 11. 21 de Agosto de 1910, p. 01.

⁵⁰³ MARINHA (1883) *apud* SILVA, 2005, *op. cit.*, p. 105.

amontoados em pequenos cômodos, sem condições de higiene e parca provisão de alimentos; mas o que não faltava era o rigor da disciplina e o cumprimento obrigatório das inúmeras tarefas e exercícios cotidianos. Tal quadro teria gestado as condições de desobediência entre os internos. Em 1914, por exemplo, o *Diário do Piauí* noticia que os alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros, em vista da ausência do comandante, atacam a força pública pela noite. O jornal dá a entender que a causa do tumulto é responsabilidade de Raul Pretelli, comissário da Escola, no intuito de gerar distúrbios na cidade, considerando-o como “exaltado correísta”, isto é, partidário da família Correia:

Os aprendizes marinheiros, aproveitando a ausência do comandante que está na Pedra do Sal, em uso de banhos, percorrem as ruas da cidade dia e noite, provocando a polícia que tem agido com prudência, evitando attritos. Dizem que o commissario da escola Raul Pretelli, actualmente no commando da mesma e exaltado correista, está insuflando os menores contra a força publica. O capitão Mello, tomou energicas providencias para evitar qualquer manifestação da força⁵⁰⁴.

Tantos e tão recorrentes são as indicações sobre os problemas de funcionamento da Escola de Aprendizes Marinheiros que o encerramento de suas atividades se dá no ano de 1915, assim como a Inspetoria Agrícola, a Companhia de Caçadores, e a Comissão de Obras do Porto de Amarração, mantendo a União apenas “as suas estações de arrecadação”, e deixando o Estado “no momento em que uma sêcca terrível affligia o Piauí, ameaçando de morte a sua lavoura e a industria pecuaria”⁵⁰⁵. De acordo com a Marinha, o fechamento da Escola foi causado pela redução orçamentária da instituição, pois em Parnaíba, o “rendimento não correspondia às despesas de manutenção”⁵⁰⁶, ainda que em seu último ano de funcionamento, a Escola “pela primeira vez, conseguiu que o numero de aprendizes attingisse o fixado pela tabela”⁵⁰⁷, com 50 alunos inscritos⁵⁰⁸.

⁵⁰⁴ *Diário do Piauí*. Theresina-PI. Ano IV, n. 205. 09 de Setembro de 1914, p. 03.

⁵⁰⁵ PIAUÍ. *Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa*. Estado do Piauí. 1915, p. 25.

⁵⁰⁶ *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro-RJ. Ano XXXV, n. 07. 1916. p. 609.

⁵⁰⁷ *Ibid.*, Ano XXXIII, n. 10. 1914. p. 181.

⁵⁰⁸ *Ibid.*, Ano XXXIV, n. 07. 1915. p. 196.

5.4. “instruem as criancinhas nas letras e as ensinam a orar”

Além das iniciativas particulares e públicas quanto às providências de prover a instrução e a educação, a Igreja Católica também realizava seu programa voltado à instrução aos pobres da cidade. Os programas de ensino propostos pelas instituições religiosas encontravam crítica e oposição por parte dos setores anticlericais, dos livre-pensadores de diversificados matizes ideológicos, como é o caso, no Piauí, da manifestação de alguns membros da maçonaria, criticando o ensino religioso (e a própria igreja) como um “obstáculo para o progresso, à ciência, à liberdade”⁵⁰⁹, e como visto no Ceará, “pareciam querer exorcizar a miséria e a ignorância utilizando-se do antídoto civilizador – o todo-poderoso saber científico”⁵¹⁰. Na capital do Piauí, travava-se um duro combate entre a maçonaria e a Igreja, chegando ao ponto de, em 1912, a Prefeitura de Teresina ordenar que a polícia incendiasse as tipografias d’*O Apostolo* e d’*A Cidade de Therezina*, dois jornais católicos⁵¹¹. Tais embates se articulam às acesas polêmicas do tempo, quando livre-pensadores e anti-clericais defendiam a secularização do ensino, consoante às premissas das novas ideias científicas em voga⁵¹².

Face as crescentes críticas de fundo anticlerical e em defesa do ensino laico, que consideravam a educação católica como responsável pelos “mais horríveis resultados no que concerne à formação da cidadania, visto que ela se propunha a modelar um ‘cidadão passivo’, obediente em primeiro lugar ao Papa e, assim, desvirtuando a máxima do sistema republicano – a pátria acima de tudo”⁵¹³; o jornal *O Apostolo*, de Teresina, em artigo encimado pela consigna da educação, realiza o contraponto à crítica persistente afirmando ser preciso combater os pressupostos da laicidade, uma vez que “a escola leiga, em nosso vasto país, ha muito que começa a embuir, nos corações dos jovens, uma instrução irreligiosa, uns costumes depravados,

⁵⁰⁹ PINHEIRO (2001) *apud* NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p. 43.

⁵¹⁰ OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Tinta, papel e palmatória**: a escola no Ceará do século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. 2004, p. 63.

⁵¹¹ NASCIMENTO, 2008, *op. cit.*, p. 43.

⁵¹² Para o aprofundamento do debate que envolve o anticlericalismo e a educação, indicamos o estudo de CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: a separação das Igrejas e da Escola. In: PINTASSILGO, Joaquim *et al.* (orgs.). **História da Escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri/Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

⁵¹³ QUEIROZ, 1994, *op. cit.*, p. 191.

uma moral sem princípios”, e que tudo nessa escola estava ligado ao “positivismo, socialismo, racionalismo, queremos dizer, ateísmo”⁵¹⁴.

Em Parnaíba, tais contendas pareciam não ocorrer, coexistindo pacificamente a Igreja, as autoridades, e as elites locais, e mesmo casos como o ocorrido em 1918, quando “um grupo de rapazes mascarados (...) aborrecidos com o sacerdote, vigário daquela freguesia, simulou seu enterro”, não eram tomados pela imprensa e Igreja como manifestações anticlericais, e sim como resultado de “infantis frivolidades”⁵¹⁵.

Os Vicentinos, organizados na cidade desde 1905 em duas Conferências (uma na Igreja da Matriz e outra na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ambas no centro da cidade), mantiveram a Escola São Vicente de Paulo desde 1907, fundada em um domingo de Páscoa pelo Conselho Particular da Associação em Parnaíba⁵¹⁶. Seu ensino gratuito, “com o fim unico e exclusivo de educar as crianças, que desprotegidas da fortuna, não podem receber o pão salutar da instrucção”⁵¹⁷, atraía as famílias pobres, sem recursos para prover a instrução escolar aos seus filhos. A Escola mantida pelos Vicentinos pode também ser percebida no âmbito das práticas de filantropia, e ainda como o eco da orientação específica da Igreja de Roma naquele contexto, como reza a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII, propondo a harmonia entre as classes e concitando os ricos ao dever “desde que haja suficientemente satisfeito à necessidade e ao decoro, (...) lançar o supérfluo no seio dos pobres”⁵¹⁸.

Os modos aparentes de auxílio aos pobres por dentro das práticas da filantropia funcionavam no sentido de consolidação do prestígio das famílias abastadas da cidade. Amaral Lapa situa com argúcia tal questão: “O filantropo, ao fazer caridade pública, objetiva muitas vezes a sua projeção social, o que se consegue através da imprensa e de seu registro em sermões, discursos, lápides, placas, nomes de ruas e praças, incensando a vaidade, independentemente do gênero, *i.e.*, se homem ou mulher”.

⁵¹⁴ Pela Escola. **O Apostolo**. Teresina-PI. Ano I, n. 09. 14 de Julho de 1907, p. 04.

⁵¹⁵ Piauhy. **Jornal do Commercio**. Manaus-AM. Ano XV, n. 5034. 1º de Maio de 1918, p. 01.

⁵¹⁶ CORREIA; LIMA, 1945, *op. cit.*, p. 209.

⁵¹⁷ Escola Gratuita dos Pobres de S. Vicente de Paulo. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 32. 15 de Janeiro de 1911, p. 02.

⁵¹⁸ LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**: (Sobre a condição dos operários). 1891, s/p.

Assim, a filantropia “é identificada como peculiaridade social local, cujo espírito cristão preside as iniciativas nesse terreno”⁵¹⁹.

Tal manifestação do espírito cristão, aliada ao desejo de projeção social entre os núcleos familiares das elites se evidenciam nos motivos que levaram a “exma. Sra. d. Filó Fernandes Castelo Branco” dispor de um prédio⁵²⁰ “cedido gentilmente (...) sem exigir aluguel”, para o funcionamento da Escola São Vicente de Paula. Dado como um prédio “bem comodo e bastante arejado”, a Escola seguia “vivendo às expensas dos caridosos vicentinos e de pessoas generosas”⁵²¹, ou das Assembleias Gerais realizadas entre as Conferências Vicentinas, nas quais convidavam o “respeitavel publico”, e aproveitavam tal momento para solicitar “um obulo para o leilão (...) em beneficio do Collegio dos pobres que gratuitamente recebem instrucção”⁵²².

A Sociedade dos Vicentinos mantinha também um “Gabinete de Boas Leituras”, o que indica a atenção em direção a um público mais alargado na cidade, desejando assim dispor de um acervo onde se cultivassem as “boas leituras” prescritas segundo o cânone católico, o que certamente excluía o que consideravam “leituras ímpias”. O Gabinete também atesta um grau razoável de circulação dos impressos no Brasil, dispondo, naquele lugar, jornais e revistas, recebidos de diversas partes, entretanto quase inteiramente produzidos no âmbito do periodismo católico de então:

Semana, de Parnaíba-PI; O Apostolo, de Teresina-PI; Gazeta, de Teresina-PI; O Condor de Haya, de Teresina-PI; Anapurú, de Brejo-MA; O Debate, de Brejo-MA; Correio do Prata, de Sto. Antônio do Prata-PA; A Crença, de Granja-CE; O Rebate, de Sobral-CE; Patria, de Sobral-CE; Cruzeiro do Norte, de Fortaleza-CE; A Republica, de Natal-RN; Coomercio de Mossoró, de Mossoró-RN; O Mossoroense, de Mossoró-RN; Tribuna Religiosa, de Recife-PE; Mensageiro da Fé, de Salvador-BA; Jornal do Brazil, do Rio de Janeiro-RJ; Liga M Brasileira, do Rio de Janeiro-RJ; O Universo, do Rio de Janeiro-RJ; A Patria Brasileira, do Rio de Janeiro-RJ; O Apostolado das Filhas de Maria no Brazil, do Rio de Janeiro-RJ; O Anjo da Guarda, do Rio de Janeiro-RJ; Leitura Catholica, de Nietheroy-RJ; O Cruzeiro, de Petropolis-RJ; Santa Cruz, de São Paulo-SP; Mensageiro Parochial, de São Paulo-SP; O Brazil Seraphico, de São Paulo-SP; A Reação, de São Paulo-SP; Boletim da Devoção, de São José-SP; Mensageiro do Coração de Jesus, de Itu-SP;

⁵¹⁹ LAPA, 1996, *op. cit.*, p. 30.

⁵²⁰ Segundo o *Livro do Centenário da Parnaíba* (1945, p. 209), este “prédio” tratava-se de “umas meias águas”, que são casas simples, sendo o teto a metade de uma casa comum (de “uma água”).

⁵²¹ Escola Gratuita dos Pobres de S. Vicente de Paulo. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 32. 15 de Janeiro de 1911, p. 02.

⁵²² Sociedade de S. Vicente de Paulo. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 06. 19 de Julho de 1910, p. 02.

Mensageiro do S. Rosario, de Uberaba-MG; Correio Catholico, de Uberaba-MG; Boletim do Pão de S. Antonio, de Porto Alegre-RS; Boletim Saleziano, de Turim-ITA⁵²³.

A criação do Gabinete de Boas Leituras liga-se à ativação da correspondência com as edições dos periódicos, como o cearense *Patria* – “Órgão do Partido Republicano Conservador” explicando que, “não podendo fazer isso às suas expensas, visto os apoucados recursos de que dispõe”, solicitavam “em seu favor um numero do vosso conceituado jornal, todas as vezes que for editado”⁵²⁴. O andamento do Gabinete de Leituras também pode ser visto como um lugar onde se busca ampliar os mecanismos de instrução em direção à formação dos espíritos consoante ao pensamento católico.

Cumprindo seu programa de instrução aos pobres, vamos encontrar também, em 30 de maio 1907, a iniciativa da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, “educadoras emeritas e acrysoladosamente cuidadosas”⁵²⁵, quando o Colégio Nossa Senhora das Graças destinava seu ensino para o sexo feminino. A definição pelo ensino das mulheres se conecta também às mudanças em curso no seio da Igreja Católica, onde a figura central do padre tendia à diminuição do protagonismo das Irmandades e Associações. Assim, um dos níveis de mudança resulta da percepção sobre a necessidade de “um público mais receptivo às novas normas (...), passando a desenvolver ações e projetos específicos dirigidos à população feminina católica, tais como as associações femininas de piedade, escolas para meninas, dentre outras”⁵²⁶. Para este fim, não hesitaram em convocar a instalação de diversas Irmandades no território nacional, com o fim de, pela instrução e educação, arregimentar as mulheres. Aqui convém assinalar a Instrução como ferramenta moralizadora, reproduzindo os papéis sociais atribuídos a cada um dos sexos, onde as meninas iriam “receber a educação e

⁵²³ Gabinete de Boas Leituras em Parnahyba-Piauí. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 31. 08 de Janeiro de 1911, p. 02.

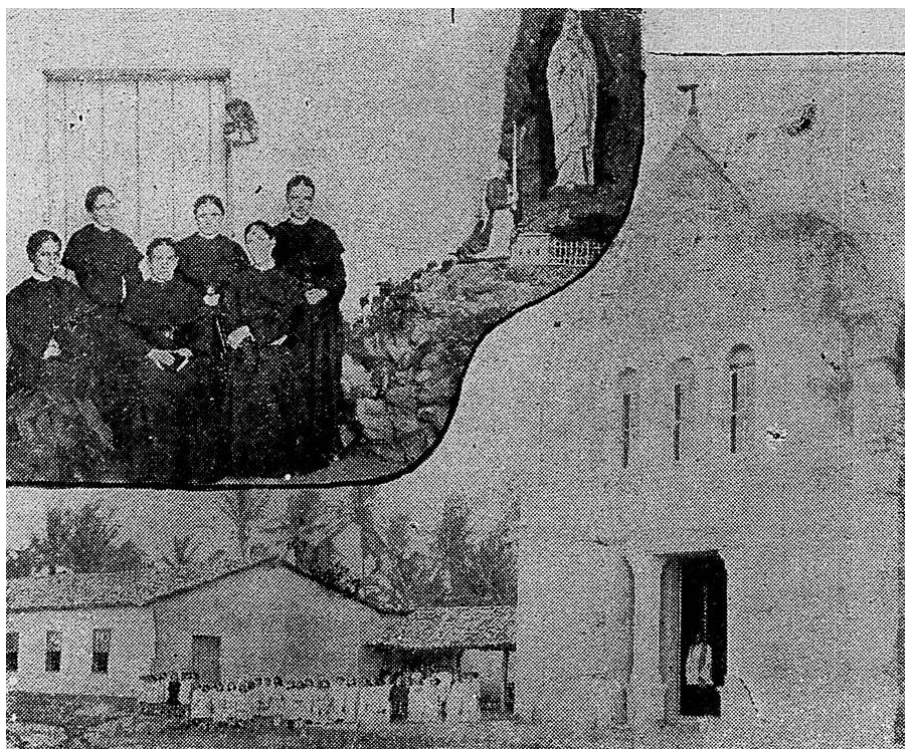
⁵²⁴ **Patria**, Sobral-CE. Ano I, n. 15. 03 de Maio de 1910, p. 03.

⁵²⁵ No Piauí. **A União**. Rio de Janeiro-RJ. Ano, IV n. 27. 6 de Julho de 1913, p. 02.

⁵²⁶ SILVA, Samara Mendes Araújo. **À luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906 - 1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007, p. 43.

instrução necessárias e indispensáveis a mulher, a futura mãe de família e ornamento da Sociedade são”⁵²⁷.

Figura 16: Colégio Nossa Senhora das Graças. Parnaíba-PI (1913)



Fonte: RIO DE JANEIRO. *A União*. Ano, IV n. 27. 6 de Julho de 1913, p. 02.

Na composição da imagem acima, vemos em plano destacado um grupo de Irmãs Catarinas, iniciadoras do Colégio Nossa Senhora das Graças. De origem italiana, vieram ao Brasil com o propósito de fundar escolas da Congregação; inicialmente as Irmãs Catarinas “ministravam aulas de bordado, pintura, desenho e música”⁵²⁸, e ao mesmo tempo “instruem as criancinhas nas letras, as ensinam a orar, e Religiosas que são, oram fervorosamente”⁵²⁹. A segunda imagem, do citado Colégio Nossa Senhora das Graças, revela a modesta edificação da escola, destinada ao ensino das crianças em Parnaíba, ali enfileiradas e bem postas ao registro fotográfico, ladeadas por duas das Irmãs Catarinas. Um ano após a fundação o Colégio registra “a matrícula de alunas

⁵²⁷ Collegios em Parnahyba. *O Apostolo*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 01. 19 de Maio de 1907, p. 01.

⁵²⁸ MENDES, 2007, *op. cit.*, p. 94.

⁵²⁹ No Piahy. *A União*. Rio de Janeiro-RJ. Ano, IV n. 27. 6 de Julho de 1913, p. 02.

externas atingia o número de 60, além de uma dúzia de internas”⁵³⁰. Na imagem, observamos ainda, à direita, a capela de Santo Antônio, lugar das orações e edificação dos espíritos, e em sua porta de entrada, posa para a fotografia o cônego Joaquim Lopes, conhecido por seu trabalho pela instalação da Diocese na cidade e pela construção do Colégio Nossa Senhora das Graças.

5.5. Artes e ofícios, ler, escrever e contar: A União dos Artistas e as escolas noturnas

No âmbito das iniciativas de instrução pelas mutualistas, A União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba também se voltava à instrução aos pobres. Seu programa não se distanciava da perspectiva modernizadora e da chave redentora do progresso; dirigindo sua atenção à erradicação do analfabetismo, acreditava neste caminho como condição de acesso a uma vida melhor pelos pobres, corroborando com “a generalização da idéia de que do ensino popular viria a salvação do país”⁵³¹. Nas Associações de Socorros Mútuos, os trabalhadores “encontraram (...) tanto o meio para exercer a solidariedade (...) como para zelar pelos interesses de seu ofício”⁵³², como assevera Cláudio Batalha. Essas Associações “propunham a realização de cursos profissionalizantes, o que revelava o interesse de capacitar melhor as gerações futuras, além de melhor qualificar seus sócios para o trabalho”, e para isso, fomentavam a “organização de uma biblioteca ou na construção de escolas noturnas e liceus de artes e ofícios, entre outras possibilidades”⁵³³, como assinalado em Cláudia Viscardi.

A União Progressista é um exemplo desse esforço. Esta Associação de Socorros Mútuos, fundada em 1919, considerava que “combater o analphabetismo é dever de honra de todo brasileiro”⁵³⁴, “porque é considerado uma das grandes causas

⁵³⁰ MENDES, 2007, *op. cit.*, p. 94.

⁵³¹ QUEIROZ, 2008, *op. cit.*, p. 11.

⁵³² BATALHA, Cláudio. **O Movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000, p. 15.

⁵³³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 197.

⁵³⁴ Escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 04. 01 de Janeiro de 1920, p. 03.

que lançam o homem ao abysmo do crime, da degradação e da degenerescencia”⁵³⁵. Afirmavam ainda que a alfabetização do trabalhador pobre daria a possibilidade “para que ele possa reclamar os seus direitos com calma e arrazoadamente”, pois “essa grande massa do povo que toma parte em ‘meetings’ e faz reclamações, não sabe, na maioria, a razão porque agem assim”⁵³⁶. Poucos meses após a efetiva constituição da União Progressista, declaram que incluíram seu “humilde nome na liga contra o Analfabetismo”⁵³⁷. Através destas Ligas, “busca-se suprimir a completa ausência de programas educacionais sistemáticos previstos na organização e gestão dos negócios públicos”, embora organizadas de forma esporádica, sendo “efêmeras e descontínuas”⁵³⁸.

Nas páginas do jornal *O Artista*, as ações realizadas pela mutualista em prol da instrução aos pobres são expostas ao longo de suas edições, dando a saber o local e horário de funcionamento das escolas. A União Progressista priorizava o funcionamento de escolas nos bairros em torno do centro da cidade, e geralmente como Escolas Noturnas. Assim, anunciam que “No bairro dos Tucuns desta cidade damos aula noturna nos dias uteis aos menores aprendizes de artes e officios filhos de artistas e de mais creanças que quizeram aprender a ler, escrever, e contar”⁵³⁹. A narrativa sobre a função dos professores também é construída nos escritos do jornal. Segundo A União Progressista, os professores “tem no edificio da patria, um sallientissimo lugar”⁵⁴⁰. Isso porque garantem a instrução dos trabalhadores (adultos e crianças), que dentro do espectro discursivo da modernidade, significava a elevação intelectual e o progresso social dos pobres. A Associação considerava que “a pedagogia é uma sciencia; Sciencia mais do coração, mais da alma, mais dos delicados sentimentos e gestos carinhosos, do que da forte polemica, do que das lides da tribuna. Para encinar, é preciso ter alma, ter valor, ter um amor vastissimo a esta terra”⁵⁴¹. Tal retórica, se por um lado, dizia reconhecer nos professores um dos esteios do alicerce republicano, patriótico e da

⁵³⁵ Porque combatemos o analfabetismo? **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n.04. 01 de Janeiro de 1920, p. 02.

⁵³⁶ Pela arte e pelo ensino II. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n.04. 01 de Janeiro de 1920, p. 02.

⁵³⁷ “União Progressista”. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 05 de Outubro de 1919, p. 01.

⁵³⁸ GONÇALVES, Adelaide. “Uma fábrica de Homens utilizáveis”: sobre a escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (Org.). **Em Tempo: História, Memória, Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 89.

⁵³⁹ As nossas escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. Parnaíba, 07 de Setembro de 1919, p. 02.

⁵⁴⁰ Escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 07 de Setembro de 1919, p. 01.

⁵⁴¹ Escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 07 de Setembro de 1919, p. 01.

modernidade, por outro não incidia na prática em requerer subvenção para a melhoria da remuneração e das melhores condições de trabalho dos professores. Na Escola Noturna “28 de Setembro”, da União Progressista, localizada no bairro dos Tucuns, o professor Rogaciano Britto, sem um prédio disponibilizado para as aulas, lecionava em sua própria residência⁵⁴².

Por vezes, os próprios membros da Associação são os professores nas escolas noturnas, como é o caso da escola de música, que funcionava “sob a direção do artista Sr. Manoel Falcão”, assim como a Escola voltada “para o ensino de noções de desenhos, aos aprendizes de artes e ofícios e artistas que queiram aprender a ler e desenhar”⁵⁴³, sob a orientação do presidente da União Progressista, o artista João Bezerra Leite, funcionando em sua sede provisória. Aos não filiados à União Progressista, era possível aceder à escola, visto que se dirigia às “pessoas habilitadas que queiram ensinar a ler e escrever aos meninos notoriamente pobres e filhos de artistas a 1:000 reis mensaes por cada um”. O objetivo da União Progressista era espalhar “pequenas escolas por todos os bairros desta cidade (...)”⁵⁴⁴. Porém, com a expulsão de João Bezerra Leite da Associação, por espalhar ofícios falsos em nome dos membros da associação, e com seu novo presidente, o cirurgião-dentista Juvenal Galeno, a organização passa por diversas modificações que refletiam sua situação econômica, como o fechamento da “escola mixta do Alto do Cemiterio (...) sendo demittida do cargo de professora Marianna Bizerra Cardoso”, decisão tomada em Assembleia “pelo motivo da sociedade não poder manter duas escolas”⁵⁴⁵.

Em 1945, no Livro do Centenário da Parnaíba, encontramos informações acerca das questões relativas ao ensino. Seus autores reiteram o que anos antes, Humberto de Campos havia assinalado em suas *Memórias*: “O Governo não dava casa nem mobiliário; o professor tinha que instalar mal a sua família, para dividir com a escola algumas peças de sua residência e de seu mobiliário escasso”⁵⁴⁶. Além disso, “quem chegou a frequentar uma daquelas escolas primárias, ainda se recordará da falta de instalação adequada, absoluta carência de material escolar, de conforto, de ar, de luz,

⁵⁴² As nossas escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 07 de Setembro de 1919, p. 02.

⁵⁴³ *Id.*, *Ibid.*

⁵⁴⁴ As nossas escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 05 de Outubro de 1919, p.03.

⁵⁴⁵ Escolas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 04. 01 de Janeiro de 1920, p. 03.

⁵⁴⁶ CORREIA; LIMA, 1945, *op. cit.*, p. 174.

e de tanta coisa mais”⁵⁴⁷. Por isso, acreditam que a instrução em Parnaíba no final do século XIX, e início do século XX, “era uma profissão antes de sacrifício do que lucrativa, (...) decorrendo disso, indubitavelmente, a curta existência de muitas delas (...)”⁵⁴⁸. Não à toa, Humberto de Campos considerava os professores da época como “Combatentes na cruzada contra a Ignorância”⁵⁴⁹, observando as grandes dificuldades vividas, e reproduzindo o pensamento vigente à época, sobre os professores, que se davam “à profissão pela vocação ou pela necessidade, a retribuição depende, toda, do aproveitamento dos alunos e da confiança dos pais”⁵⁵⁰.

Diante do quadro, constatamos a ausência e efetividade do poder público, que apesar de discutir profusamente sobre a instrução pública, pouco fez diante da crescente demanda e se valeu do avanço das escolas particulares e religiosas. Assim, “se a educação precisa ser complementada pela iniciativa privada e confessional, é porque o Estado, nos planos federal e estadual, se mostra incapaz ou desinteressado de fazê-lo”⁵⁵¹. No período estudado, percebemos um descompasso entre a retórica oficial, o pendor em legislar sobre providências no campo da instrução pública e a efetividade dos projetos e programas de ensino. Nesta direção, o estudo de Maria Juraci Cavalcante para o início do século XX, observa que “há abundância e até um certo exagero na elaboração de leis, regimentos e regulamentos concernentes à instrução pública”, ou seja, “as mudanças ocorriam frequentemente no âmbito legal, mas não tinham respaldo nas condições materiais para serem efetivadas”⁵⁵².

Percebemos também, no exame das múltiplas iniciativas aqui apresentadas em prover instrução aos pobres, em sentido prático pouco variavam e convergiam em seus métodos de docilizar os pobres, preparar para o trabalho e afastá-los das contendas que colocavam em xeque a ordem social estabelecida, produzindo um modelo educativo consoante à aspiração burguesa, que buscava “adestrar (...) a mão de obra segundo as

⁵⁴⁷ *Id., Ibid.*

⁵⁴⁸ *Id., Ibid.*, p. 175.

⁵⁴⁹ *Id., Ibid.*, p. 190.

⁵⁵⁰ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, p. 189.

⁵⁵¹ CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Escola, Reforma e Modernidade: por onde tem andado e o que tem achado a História educacional no Ceará. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (org.). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, p. 31.

⁵⁵² QUEIROZ, 2008, *op. cit.*, p. 98-99.

exigências da técnica e do desenvolvimento industrial, como ainda promover sua política de organização disciplinar, de profilaxia social e espírito de ordem”⁵⁵³.

Apesar disso, os pobres que habitavam os arrabaldes de Parnaíba, que por vezes dependiam do auxílio público, sobreviviam e escapavam da fome e da morte, num jogo de forças contínuo face à realidade. Em meio a esta luta por sobrevivência, buscavam em seu cotidiano as “brechas possíveis” quando se davam aos festejos, as comemorações de vários tipos e as celebrações de suas datas, sejam as do santo da devoção popular, os entrudos do carnaval, e outras mais. É o que estudaremos a seguir.

⁵⁵³ GONÇALVES, 2008, *op. cit.*, p. 85.

6. FESTEJOS CÍVICOS, FESTEJOS POPULARES, CARNAVAL E FUTEBOL

a parte mais recreativa dos bailes da rua da Praia e dos Subúrbios - Campos, Tucuns, Olaria, consiste em mimosear-se o alto do coco dos convidados e frequentadores com cacetadas e até garrafadas, tentando-se por mais de uma vez fazer-se da barriga do freguez bainha de pontuda faca⁵⁵⁴

A matéria acima, difundida no periódico *Nortista*, tem por intenção desqualificar os festejos realizados na Rua da Praia e nos subúrbios habitados pelos pobres, e isto porque “a parte mais recreativa” terminava quase sempre em “cacetadas, garrafadas” e até mesmo na ponta da faca. Assim, repetem os conhecidos jargões sobre como os pobres se dispõem à violência e são incivilizados em sua conduta pública. Não por acaso, a matéria em epígrafe conclui com uma prescrição: “Isto é mau! É preciso humanisarem-se”. A generalização não ocorre por acaso, e a festa dos pobres precisava ser associada quase sempre ao crime, à desordem e à incivilidade, pois como propõe Rachel Soihet, “no novo universo, calcado na razão e na ciência, com vistas à homogeneização cultural, as crenças e práticas populares constituíam-se em manifestações de atraso e ignorância”⁵⁵⁵. Era preciso, portanto, frear os cultos, os bailes e os batuques no subúrbio, estando a polícia e a cadeia pública sempre de prontidão e “de portas abertas” aos pobres.

O ideário moderno, como se configurou em Parnaíba, também operou na tentativa de higienizar e coibir hábitos coletivos e populares. Essa busca pelo controle e ordenamento dos pobres pode ser percebida no esforço de depurar práticas em festividades onde a pobreza tem certa autonomia. As investidas contra os ritos populares, ou o esforço em imprimir novos significados vinham de todos os lados, da Igreja ao poder público, com os mais diversos motivos e intenções, como minorar os

⁵⁵⁴ *Nortista*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 12. 23 de Março de 1901, p. 04.

⁵⁵⁵ SOIHET, Rachel. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. *Revista Trajetos*. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol. 1, n. 01, 2001, p. 01.

sofrimentos dos pobres, retificar sua conduta religiosa, controlar seu tempo ou coibir supostas degenerações de caráter. Vejamos como se dava a sociabilidade dos pobres, seus momentos de festa, para compreender melhor as formas de viver a cidade, seus espaços de convívio, formas de diversão ou resistência.

6.1. Na Dança de São Gonçalo, as orações e promessas às almas do purgatório

Podem parecer contrários os princípios que norteiam a religião e a modernidade, mas dada a complexidade do real, por vezes os papéis pré-estabelecidos para essas narrativas se complementam ou se invertem. O que se quer sublinhar é seu propósito de controle dos pobres, afastando-os de práticas não condizentes com a moral (moderna ou religiosa), que se entrelaçavam tão bem no projeto das elites locais, em uma cidade onde o poder político-econômico não havia se separado da Igreja, uma vez que esta difunde

um ensinamento que não se limita as ciencias do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles⁵⁵⁶

Podemos analisar as festas religiosas populares como produtos e produtoras de sociabilidades desenvolvidas entre os pobres da cidade de Parnaíba, apresentando não só o convencionado pelas instituições religiosas, mas também sua fusão com outras práticas e costumes gestados entre o povo. Na busca pelo domínio de homens e almas, diversas resistências brotam das experiências vividas na cidade de Parnaíba, ressignificando rituais e transformando-os em reação ao projeto de modernidade das elites e a imposição católica, como é o caso da festa de São Gonçalo, santo de origem portuguesa, beatificado pela Igreja Católica em 1561 e comemorado no calendário litúrgico no dia 10 de Janeiro. A popularização de São Gonçalo pode ser entendida pelas

⁵⁵⁶ COUTROUT, Aline. Religião e política. In: REMOND. René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 334.

práticas a ele atribuídas, como a tentativa de converter prostitutas ao cristianismo, onde “vestia-se de mulher e dançava e cantava com elas a noite toda. Ele entendia que as mulheres que participassem dessas danças aos sábados não cairiam em tentação no domingo”⁵⁵⁷, ou seu reconhecimento entre o povo como santidade festiva, por conta de “ser difundida a imagem do santo violeiro, representante da alegria e do lazer como serenatas, saraus, encontros festivos e cantorias, e também protetor de viúvas e ‘vitalinas’ que ainda desejam casar”⁵⁵⁸.

A dança de São Gonçalo tem origem no século XIII, chegando ao Brasil por intermédio de devotos portugueses que desembarcavam no país. Em Parnaíba, era uma festa realizada na porta dos cemitérios, pois fundamentada na prática de orações e promessas feitas às almas do purgatório, “achavam os devotos que era esse o local mais convincente”⁵⁵⁹. Após o vigário proibir os rituais de São Gonçalo dentro do cemitério, as festas continuaram, desta feita, na porta do cemitério. Essa proibição permite pensar as investidas da Igreja contra as tradições não consentidas no processo de romanização, e tal combate se dava “em razão das superstições que as envolviam, ou não eram reconhecidas, ou eram vistas com suspeitas pela Igreja; entre elas, as festas que possuíam maior autonomia popular”⁵⁶⁰. O estudo de Rachel Soihet sobre a Festa da Penha, no Rio de Janeiro, nos permite compreender melhor a reprovação da festa de São Gonçalo em Parnaíba. Para a historiadora, no início do século XX, a Igreja, “depois de um período de compromisso e aceitação das formas de participação popular nos festejos religiosos, em nome do espírito romanizador, passa a uma atitude de oposição ostensiva, desenvolvendo o combate ao “catolismo popular”, exigindo depuração destes eventos, cerrando fileiras com o poder vigente”⁵⁶¹.

Seus participantes armavam “um arco de folhas de coqueiro, sob o qual ficava o autor ou autora da promessa. Pencas de banana, ou de laranja, molhos de cana,

⁵⁵⁷ SANTOS, Giordana. Cultura popular e tradição oral na festa de São Gonçalo Beira Rio. In: **V ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**. Salvador, 2009, p.05.

⁵⁵⁸ RIBEIRO, Verônica Maria Pereira; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. Manifestações folclóricas. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (Org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995, p. 348.

⁵⁵⁹ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 204.

⁵⁶⁰ SOUZA, João Carlos de. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo-SP. Vol. 24 n.48, 2004, p. 333.

⁵⁶¹ SOIHET, Rachel. Festa da Penha: Resistência e interpretação cultural. In: PEREIRA, Maria Clementina (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: Ensaio de História Social da Cultura**. Campinas: Editora da UNICAMP/SECULT, 2002, p. 350.

cachos de coco verde, araticuns e atas; mangas e caju; tudo isso era pendurado ao arco”⁵⁶², como prendas para o leilão, cujos valores eram revertidos em oferendas de missas rezadas às almas do purgatório⁵⁶³. É possível que a coleta desses donativos facilitasse a solidariedade entre os participantes da dança, que se esforçavam para levar uma quantidade significativa de ofertas para o leilão, o que significava, para a festa, a salvação de mais almas.

É válido destacar que a *encomendação das almas*, um ritual de origem portuguesa que ocorria também no Brasil, tinha idêntico objetivo, colocando *caixinhas das almas* “na porta de certas igrejas, dentro de tabernas (...) e em várias boticas” no intuito de angariar fundos para o pagamento da dívida das almas, “que imploram, para aliviar-lhes as penas, a impiedosa lembrança dos vivos”. Os pobres, desejando auxiliar na redução da pena das almas que estão no purgatório, colocavam sob as caixinhas “frutas e ovos, que eram comprados pelos fiéis, entrando desde logo o dinheiro para a *caixinha* votiva”⁵⁶⁴. Isso pode nos indicar rupturas, continuidades e transformações dos rituais populares do período.

Durante a dança, formavam-se duas fileiras de devotos, “velhas negras e caboclas, cantando louvores ao senhor São Gonçalo (...) cantando sempre, as pretas e caboclas gemem sempre a mesma melopéia, em que não são raros os vocábulos africanos e indígenas”⁵⁶⁵. A festa-ritual continua com um barril de aluá (bebida fermentada de origem indígena) “e um caneco de fôlha, em que todos bebem; A algazarra aí é enorme, e termina, quasi sempre, em barulho, com estalidos de cacete, que se cruzam no ar”⁵⁶⁶, e só encerra à noite, “ao primeiro canto do galo, porque (...), a essa hora, todas as almas se recolhem”⁵⁶⁷. Identificamos para a sobrevivência dos cultos populares o sincretismo, operando nessa relação como uma resistência às regras estabelecidas pela Igreja, vista sua oposição ostensiva aos cultos populares e seu “esforço para o esvaziamento das festas e devoções tradicionais, não participando delas e condenando os excessos nelas cometidos como a dança, a bebida e o mau uso do

⁵⁶² CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 205.

⁵⁶³ Para aprofundamento no tema, ver: VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

⁵⁶⁴ MORAIS FILHO, Melo de. **Festas e tradições populares no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 192-193.

⁵⁶⁵ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 205.

⁵⁶⁶ *Id.*, *Ibid.*, pp. 205-206.

⁵⁶⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 206.

dinheiro recolhido pelos devotos”⁵⁶⁸, como bem assinalado em Rachel Soihet. Entretanto, os conteúdos da resistência se afirmam na permanência das devoções tradicionais e mesclando a festa de São Gonçalo e as práticas indígenas e africanas.

Assim, transformam o profano (sociabilidades não-católicas, como a dança e a bebida) em hierofania (manifestação do sagrado). É nessa contradição que se assentam as práticas populares da Dança de São Gonçalo na Parnaíba da primeira metade do século XX, a sacralização do profano e a tentativa de controle ritualístico e social da Igreja, ao passo que a ocupação do espaço público pelos pobres contrapõe o controle e o domínio das elites locais diante da utilização coletiva de determinado espaço. Assim, “burlam a vigilância dos espaços institucionalizados, quer os ligados à Igreja Católica, quer aqueles sob as autoridades políticas civis”⁵⁶⁹. Nas festas religiosas de maior autonomia popular, manifestavam-se rituais e práticas advindas de outras crenças, revelando resistências às normas da Igreja Católica, permitindo enxergar “tradições no novo e novidades na tradição”⁵⁷⁰.

6.2. As festas religiosas: a Sexta-feira da Paixão e “o jejum à custa alheia”, o Natal e a ceia dos pobres

Outra festa religiosa em Parnaíba, mobilizadora da gente do povo era “o jejum à custa alheia, Sexta-feira da Paixão”⁵⁷¹. A data é central no calendário litúrgico, representando o Cristo morto e crucificado, antecedendo a Páscoa, a ressurreição de Jesus. Dada sua centralidade, “as celebrações oficiais da Sexta-Feira Santa abrem espaço para as celebrações populares, pois os rituais em si trazem muitos elementos populares”⁵⁷². Na Sexta-Feira da Paixão “desde às seis horas, começavam as ruas centrais de Parnaíba a encher-se de uma população adventícia, vinda de todos os bairros pobres e, mesmo, das vilas e povoados mais próximos”. Compunham este cenário “vaqueiros e lavradores, carregadores do pôrto e operários de todos os ofícios urbanos”,

⁵⁶⁸ SOIHET, 2002, *op. cit.*, p. 350

⁵⁶⁹ SOUZA, 2004, *op. cit.*, p.332.

⁵⁷⁰ GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2011, p. 29.

⁵⁷¹ CAMPOS, Humberto de. *Op. cit.* 1962, p. 206.

⁵⁷² PEREIRA, José Carlos. **O encantamento da Sexta-feira Santa: manifestações do catolicismo no folclore brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 265.

indo em direção ao centro da cidade, “que, dentro em pouco, enxameava de homens de camisa por fora da ceroula, e de mulheres e crianças, cada um dos quais trazia à mão um saco”⁵⁷³. Isso porque “a crença pública imobilizava-se nas raias contemplativas, onde as ações boas conferenciavam entre si”⁵⁷⁴. Tal prática é percebida por Natalie Zemon Davis, para o caso de Lyon, ainda no século XVI, quando mendigos, “pedintes e vagabundos” vinham de áreas e províncias vizinhas durante as festividades religiosas: “o número de pedintes e vagabundos das ruas de Lyon era constantemente ultrapassado pelo de estrangeiros esmolando – ociosos de passagem, mendigos atraídos pelas feiras e pedintes perseguindo a corte, por exemplo, que ficou em Lyon, entre 1524 e 1525”⁵⁷⁵.

Em Parnaíba na Sexta-feira da Paixão, comerciantes graúdos e proprietários das casas de importação e exportação distribuíam farinha, bacalhau cortado em pedaços, e pão. Diante das casas comerciais, os “romeiros gemiam, gritavam, pediam diante de cada porta: – Uma esmola, para jejuar hoje... Uma esmola, para jejuar hoje!”. Campos atenta para o fato de que mesmo com o saco cheio de alimentos, os peditório não cessava, e por vezes, “algumas iam em casa esvaziar o saco, e voltavam, repetindo a colheita nos bairros familiares”. O caráter festivo da Sexta-feira da Paixão operava-se pelos “bandos alegres e barulhentos”, formados pelas classes desfavorecidas do entorno da cidade e vizinhança, “tornavam o dia mais triste do catolicismo em um dos mais festivos e tumultuosos da cidade”⁵⁷⁶.

Nas festividades do Natal, as elites, nesse dia (ou em sua véspera), ofereciam festas e banquetes como forma de filantropia, caridade ou assistencialismo. Pelo seu caráter universal, isto é, englobando as tradições cristãs, outras religiões e organizações semi-religiosas se esforçavam para dar suporte aos pobres, e até mesmo a Intendência buscava construir um caráter coletivo e beneficente à data. Na Igreja da Matriz, durante a missa da meia-noite, se dava um convívio entre os pobres e as elites, mas não sem gerar estranhamento entre ambas as partes, que no dia-a-dia, no cotidiano da vida na cidade, não se cruzavam e sequer mantinham diálogo além da ordem social estabelecida. Era lá onde

⁵⁷³ CAMPOS, 1962, *op. cit.*, p. 206-207.

⁵⁷⁴ MORAIS FILHO, 2002, *op. cit.*, p. 213.

⁵⁷⁵ DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 30.

⁵⁷⁶ CAMPOS, 1962, *op. cit.* p. 207.

viam-se moças de sociedade e caboclas do rio acima, rapazes da cidade, que andavam de botina o ano inteiro, e lavradores das ilhas do Delta, que haviam trazido as suas na ponta do cacete, para calça-las à porta da igreja e tirá-las de novo, depois da missa. Um cheiro honesto de môfo e de maresia, cortado aqui e ali, num mover de leque ou num puxar de lenço, por uma onda exótica de perfume civilizado⁵⁷⁷.

Isso nos mostra a fragilidade da tolerância, que mesmo em datas magnas da cristandade, como a festa da natividade, o Natal, não conseguiam dissimular o descontentamento em dividir seus espaços consagrados (como a Igreja da Matriz) com as classes populares da cidade de Parnaíba e vizinhanças.

Já os espíritas, que baseiam suas ações na premissa de que “caridade e humildade tal é, pois, o único caminho da salvação”⁵⁷⁸ (embora acreditem que as desigualdades econômicas têm origem no fato de que na sociedade, os indivíduos “não são igualmente inteligentes, ativos e laboriosos”⁵⁷⁹), realizaram “na séde do Centro Espírita ‘Perseverança no Bem’ o Natal das criancinhas pobres, sendo distribuído às mesmas 110 vestidos, numero das crianças inscriptas. Todas tiveram um farto jantar, servido pelos espiritas”. Tendo conhecimento de um jantar gratuito, outras crianças pobres compareceram à ceia. Por conta disso, foram “ao jantar mais de 50 crianças não inscriptas e diversos velhos cegos e aleijados”⁵⁸⁰.

Os Maçons, no marco de seu projeto racional e progressista, compreendiam a filantropia, e traduziam a “beneficência em princípios laicos, operando certa laicização do mandamento do amor ao próximo”⁵⁸¹. A Loja Fraternidade Parnahybana, fundada no ano de 1906, agremiava os homens da elite local, entre comerciantes, membros da administração pública, intelectuais e militares de patente. Durante o Natal, a Maçonaria parnaibana também realizou seu “natal dos pobres”, distribuindo esmolas, como lido nas páginas da *Semana*:

⁵⁷⁷ *Id., Ibid*, p. 176-177.

⁵⁷⁸ KARDEC, Allan. Fora da Caridade não há salvação. In: **O Evangelho segundo o Espiritismo**. 365. ed. Araras-SP: Instituto de Difusão Espírita, 2009, p.151.

⁵⁷⁹ KARDEC, Allan. Não se pode servir a Deus e a Mamom. In: *Id., Ibid.*, p.159.

⁵⁸⁰ Festas dos espíritas. **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano 01, n. 04. 01 de Janeiro de 1920, p. 02.

⁵⁸¹ GEREMECK (1987) *apud* PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. In: Caridade versus Filantropia - Sentimento e Ideologia a propósito dos Terramotos na Andaluzia (1885). **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 832.

Correu bastante animado o Natal dos pobres seguido de adopção de lowtons que a Augusta Loja Maç.'. "Fraternidade de Parnahyba" celebrou no edificio do Templo na noite de 24 do mez passado, vespera de Natal. A distribuição das esmolos a 33 pobres teve logar das 6/2 ás 7 horas da noite (...) ⁵⁸².

É pertinente observar que *Lowtons* são filhos ou crianças tuteladas por Maçons que ingressam naquela sociedade. Seu intento era formar não só novos membros, mas indivíduos que internalizassem os preceitos estabelecidos pela Maçonaria. Acreditamos possível que algumas das crianças pobres tenham ingressado como *Lowtons*, garantindo assim seu *apadrinhamento social e moral* por parte dos Maçons. Prática idêntica é percebida na Aliança Artística e Proletária de Quixadá, no Ceará, onde se realizavam ações cívico-filantrópicas destinadas aos pobres daquela cidade, e "atuavam inspirados nos ideais de fraternidade e solidariedade provenientes da matriz maçônica" ⁵⁸³.

Também em direção aos presos na cadeia de Parnaíba se voltava o espírito de fraternidade das festas de Natal. Os presos, trancafiados e sem quaisquer manifestações do espírito de caridade, na véspera do Natal, são obsequiados por virtuosa senhora com um lauto jantar, divulgado nas páginas d'*O Artista*: "a 24 de Dezembro ultimo houve um lauto jantar para os presos na cadeia publica desta cidade, offerecido pela Exma Sra D. Alice Veras, virtuosa esposa do Sr. Dr. Merval Veras" ⁵⁸⁴.

O autoproclamado sentimento de piedade indica também como se vão fazendo os sentidos de filantropia entre os abastados naquela sociedade. Alice Veras, esposa de Merval Veras, filho de Franklin Veras, proprietário da *Franklin Veras & Cia* que após a morte do pai, fundou a "União Fluvial Ltda.", firma que chegou a operar no porto com mais quatro rebocadores de sua propriedade, e "em pé de igualdade com a Booth Line Co., grande empresa inglesa que operava nesta faixa" ⁵⁸⁵. Assim, a ceia de Natal oferecida aos presos afirma também as posses e a distinção social embutidas na ação.

⁵⁸² Festa Maçônica. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 30. 01 de Janeiro de 1911, p. 01.

⁵⁸³ SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso: a Maçonaria e os Trabalhadores Cearenses**. Fortaleza: NUDOC/UFC, 2007, p. 110.

⁵⁸⁴ **O Artista**. Parnaíba-PI. Ano 01, n. 04. 01 de Janeiro de 1920, p. 02.

⁵⁸⁵ PASSOS, 1982, *op. cit.*, p. 264.

Bem vistas as intenções e os métodos ou autodenominações, a análise dos fatos aqui apresentados nos leva a perceber que as práticas efetivadas durante o Natal pelos abastados em direção aos pobres expressavam também sua tutela, e pretendiam ao menos estancar por um momento as situações de aflição na vida dos pobres. A situação de privação dos despossuídos alcança níveis assombrosos, onde tudo falta à sua sobrevivência na cidade: moradia, roupa, comida, saúde, trabalho, escola... E é em face deste quadro que se nutrem as ações de caridade eventual, aqui examinadas. Isso demonstra também as distâncias sociais entre a precariedade da vida dos necessitados e o apregoado fausto das elites naquele período.

6.3. As festividades do calendário cívico: os ritos e as comemorações

Periodicamente a cidade de Parnaíba se organizava para realizar festividades em torno das datas estabelecidas no calendário cívico ou do interesse comemorativo da burguesia local. Essas festas, além de comemorar marcos dominantes da História Política, ou afirmar os supostos símbolos da modernidade e do progresso econômico, tentavam também solidificar entre o povo o sentimento de unidade nacional e patriotismo.

Apesar desse esforço, “como discurso, as ideologias republicanas permaneciam enclausuradas no fechado círculo das elites educadas”⁵⁸⁶. Ou seja, a despeito do estímulo das elites em fazer com que o povo participasse de suas comemorações (e se adequasse às suas Instituições), os pobres deviam continuar afastados das instâncias de poder, sendo convocados como coadjuvantes num cenário previamente composto, como nas encenações públicas do calendário cívico.

É assim que em 24 de Janeiro se realiza em Parnaíba uma grande celebração em honra ao dia da independência do Piauí, marcando o levante de 1823⁵⁸⁷ contra a coroa portuguesa na então capital do estado, Oeiras. Na manhã do 24 de janeiro de 1901, os hinos cívicos são executados pela batuta do maestro Pedro Braga e dos

⁵⁸⁶ CARVALHO, José Murillo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

⁵⁸⁷ 24 de Janeiro de 1823, rebelião ocorrida em Oeiras para declarar adesão do Piauí à Independência do país. Seus partidários, aproveitando a ausência das forças militares imperiais, tomaram o palácio do Governo.

musicos componentes da “Harmonia Parnahybana”. Por volta de uma hora da tarde, “realisou-se (...) a sessão solenne do Conselho municipal”, contando com a presença de comerciantes e políticos locais. Após a solenidade, uma peça de teatro do ator Gil, “dedicada ao povo parnahybano na pessoa do Intendente municipal” foi encenada, cabendo à Rosalia, uma atriz da cidade, empunhar o pavilhão nacional enquanto a Harmonia Parnahybana tocava os acordes do “nosso sublime hymno nacional”, preparando os espíritos à fruição de outra peça “O ultimo grito da liberdade”⁵⁸⁸, reunindo no palco os artistas amadores da cidade. E ao final como deve ser, os presentes, outra vez escutam e cantam o hino nacional.

A data do sete de setembro, cuja memória se queria avivar em seu conteúdo do “Dia da Independência do Brasil”, é alvo dos festejos públicos na cidade. Seu programa festivo é distribuído de manhã, ainda bem cedo e “nitidamente impressos em papel de cores variadas”. Do programa constava o exercício da retórica oficial, onde aos profusos e derramados discursos das autoridades civis, militares e eclesiásticas como manda o protocolo, se segue a teatralização da efeméride pelo corpo de artistas da “Companhia Luzo-Brazileira”. O Hino da Independência, a cargo da Harmonia Parnahybana, é “ouvido com religioso respeito pela platéia”⁵⁸⁹. Neste ponto, sublinhamos da fonte referida o “religioso respeito” para compreender com o historiador Fernando Catroga, o destaque dado aos símbolos nacionais desde a Proclamação da República, pois “conferem uma representação quase totêmica ao patriotismo”, tornando a nação “um modo de reconhecimento e de integração das contradições regionais e sociais existentes dentro de uma territorialidade coberta pela sua indivisa soberania”⁵⁹⁰.

Era preciso, também, comemorar a Proclamação da República, e tal ocorre na data do quinze de Novembro, quando se encenam ritos públicos similares àqueles divisados no sete de Setembro. Pela manhã, a banda Harmonia Parnahybana, com o maestro Pedro Braga à frente, percorreu as ruas da cidade, como que conclamando o espírito cívico ao ato cidadão de comemorar, ou seja, atualizar em público e, em coletivo, o calendário republicano. Passo seguinte cabe à plateia, à assistência ao ato

⁵⁸⁸ 24 de Janeiro. **Nortista**. Ano I, n. 04. 24 de Janeiro de 1901, p. 02.

⁵⁸⁹ Pelo Theatro. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 37. 11 de Setembro de 1901, p. 03.

⁵⁹⁰ CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo**. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005, p. 154.

cívico realizado no Gymnasio Parnahybano, frente ao professor Olynto Amorim, onde, segundo reza o protocolo novamente, se cantavam e se ouviam “os sons melodiosos do nosso hymno republicano ou os accordes dulçurosos do hymno nacional”. No auditório do gymnasio o seletor público se registra com a presença “das principais auctoridades do local”. O programa inclui o de sempre: discursos, calor, bocejos, distinção social percebidos nas roupas, nos chapéus, nas insígnias e títulos honoríficos realçados pelos oradores de sempre. O dia foi longo e somente às onze da noite o Intendente Municipal encerra as celebrações pelo dia da Proclamação da República, com um baile que duraria até às quatro horas da manhã seguinte⁵⁹¹.

Essas comemorações cívicas tomando o espaço público, aqui apresentadas pela voz dos contemporâneos, realçadas no periodismo de então, são quase inteiramente restritas às autoridades e aos setores abastados da cidade, distantes do cotidiano popular. Aparentemente, a indiferença dos pobres frente às “datas solenes” aponta que estes não se reconheciam (ou não eram incluídos) no ideário da modernidade e da República. O *povo*, invocado em todas as celebrações cívicas, tão somente como argumento retórico dos inúmeros discursos de políticos, de intelectuais e dos funcionários do alto escalão do Estado. Para compreender melhor tal situação o historiador aponta como método: “cabe perguntar (...) se a percebida inexistência de povo não era consequência antes do tipo de povo ou de cidadão que se buscava”⁵⁹². A indagação pode nos ajudar a refletir sobre a ausência do povo ao longo da história oficial do Brasil ou de como os subalternos criam suas formas de irrupção na cena pública⁵⁹³.

6.4. A festa do progresso na inauguração da locomotiva e o sarau popular, a “esquisitice das danças” e as brincadeiras com o “demônio de ferro”

Esta presença dos setores populares noutras ocasiões similares àquelas acima descritas aponta uma possível criação de espaços, operando pela quebra do ritmo

⁵⁹¹ Festejos de 15 de Novembro. **Nortista**. Ano I, n. 47. 24 de Novembro de 1901, p. 02.

⁵⁹² CARVALHO, José Murillo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 69.

⁵⁹³ Para o aprofundamento do debate concernente a ideia de “povo brasileiro”, ver: SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra braziliense da nasção”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: Carlos Guilherme Mota (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

cotidiano de vida e trabalho do que pela adesão aos signos da comemoração do corpo simbólico da pátria. É o que se observa durante a inauguração da Estrada de Ferro. No ano de 1916, uma solenidade pública comemorava a inauguração da Estrada de Ferro Central do Piauí; garantindo a ligação direta de Amarração à Piracuruca, a ferrovia era festejada pelas elites como o cumprimento de uma promessa do progresso econômico almejado, uma vez facilitado o escoamento e a circulação de mercadorias para o interior do Estado. Desde a manhã daquele dia 19 de Novembro, Parnaíba “apresentava um ar vivo, acentuado, de festa. Musica, ornamentação, flores, fortes tons de alegria em todas as ruas”. Enquanto as famílias abastadas eram conduzidas ao local da inauguração da locomotiva por carros usados na sua construção, o povo “se acotovelava impaciente e soffrego”⁵⁹⁴. Discursaram durante a inauguração Miguel Bacellar, engenheiro-chefe da Estrada de Ferro, o também engenheiro Dr. X. Pacheco, e o Dr. Lima Rebello, advogado, todos profusamente aplaudidos. Atentos ao protocolo da ocasião o batismo da Locomotiva - *A Piauíense* - requer o estourar do champanhe por seu engenheiro-chefe. Ato contínuo, os inevitáveis discursos de autocongratulação, pondo em relevo a vitória do progresso, da técnica, da máquina, sendo a locomotiva e os caminhos de ferro o novo lugar da redenção econômica e, neste caso, o papel primordial do saber técnico dos engenheiros.

O dia prometia longa e diversa programação e, logo mais à tarde, um destes lugares que espelham os festejados signos da modernidade acolhe os convidados e seu programa comemorativo: tratava-se do Cinema Pathé, “estando o salão completamente cheio”, se abre aos discursos e registros da imprensa local e políticos representantes de cidades vizinhas e da capital. Ao cair da tarde, outro elemento do festejo é acionado: um “*match*” de “*football*” entre os times do Parnahyba *Sport Club* e do Artístico *Football Club*; sendo o primeiro vitorioso com um “*score*” de 4 a 1. No adiantado da noite, a solenidade se encerraria com a realização de um baile oferecido ao engenheiro-chefe da Estrada de Ferro, no salão da Companhia de Navegação *Booth Line*, onde o conagração se estendeu até às três horas da manhã do dia seguinte.

Mas naquele dia, não só as autoridades e os graúdos do lugar e da Estrada de Ferro promoveram seus festejos. As camadas populares, talvez mais animadas com a possibilidade de quebrar a rotina cotidiana que propriamente com a inauguração da

⁵⁹⁴ Estrada de Ferro - Festa Cívica. **A Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 26 de Novembro de 1906.

Estrada de Ferro, realizaram no Largo da Matriz, local central na cidade e apropriado pela sociabilidade das elites, “um sarau popular, que, pelo pitoresco de seu aspecto e o seu tom de novidade, muito foi para apreciar”. O dito sarau popular requereu de seus organizadores uma preparação do lugar com as cores e os adornos de um dia de festa, onde do coreto bem enfeitado no largo da matriz irradiavam “sua musica improvisada e barulhenta”, e a praça virava um salão de festas se dispondo à fruição dos “varios generos de dança usados pelo povo”⁵⁹⁵, como informado no jornal *A Semana*, onde a descrição é vazada nas palavras do estigma e do preconceito; a música, por ser do povo, é traduzida como improvisada e barulhenta, e a dança que não se inscreve nas categorias em voga nos salões das elites, é vagamente descrita como dos “vários gêneros usados pelo povo”.

Sobre a festa popular, os articulistas do referido jornal seguem sua descrição dizendo que o visto os fazia recordar “o regimem da monarchia e dos escravos”, quando para eles era patente a “alegria communicativa dos negros, nos serões dos tambores, depois do infallivel ‘Louvado seja nosso Senhor Jesus Christo’”. O tom da descrição dá relevo ao pitoresco da cena, pois “notava-se a verdadeira satisfação intima, essa alegria expontanea, e boa, a liberdade emfim que constitue o principal caracteristico desta pobreza ignorante, mas innocente, affeita aos costumes e educação do sertão”. Embora atestem a alegria e a liberdade no gozo da festa pública, o jornal não esconde o tom de reprovação àquela pobreza ignorante, inocente, rústicos como o sertão em seus modos e costumes, e ao som de uma “variedade de musicas”, de uma “exquisitice de danças”, parecem “felizes, os que vivem assim!”⁵⁹⁶.

Notamos ainda do relato, uma disputa pela hegemonia da interpretação do acontecimento durante a inauguração da Estrada de Ferro, em que se convocam as classes populares para assistir as cerimônias que buscam imprimir um sentido republicano e patriótico, usando o “simbolismo das imagens e dos rituais” para atingi-los, uma vez que esse objetivo, manifesto de forma consciente ou inconsciente, “era condição indispensável ao êxito final da tarefa que se impunham”⁵⁹⁷, isto é, construir e massificar o ideário da modernidade através da unidade nacional, entendendo assim que

⁵⁹⁵ *Semana*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 26 de Novembro de 1916, p. 01.

⁵⁹⁶ Festa no Largo. *A Semana*. Parnaíba-PI. Ano I, n. 02. 26 de Novembro de 1916, p. 03.

⁵⁹⁷ CARVALHO, 1990, *op. cit.*, pp. 139-140.

os ritos cívicos “tinham por principal papel *religar* os indivíduos entre si, através da produção de sentimentos de identidade e perseverança”⁵⁹⁸. No caso específico da cerimônia de inauguração da Estrada de Ferro e da Festa no Largo, existe ainda a peculiaridade da dicotomia entre o progresso representado pela ferrovia e o atraso demonstrado nas festas dos trabalhadores pobres, além de um esforço notável das elites locais em reduzir as tradições populares a práticas pueris, interpretando-as próximas da ingenuidade.

As festividades populares eram então apontadas de variadas formas pelas elites: ora inocentes e infantis, como no caso da *Festa no Largo*, ora perturbadoras da ordem. Em 1892, na cidade de Teresina, os editores do jornal *A Legalidade* chamam “a atenção da policia para o toque de tambor que todas as noites perturba a tranquilidade publica. (...) é principalmente na chamada *rua dos negros* que se reúnem os taes tocadores”. Seus editores buscam convencer o chefe de polícia daquela cidade “que prestará um serviço á população desta cidade, proibindo taes *danças*, que não passam de reuniões immoraes em que predominão a aguardente e os escandalos mais torpes que se pode imaginar”⁵⁹⁹. A tentativa de reprimir as festas pode ser entendida também pela perspectiva racial; pois, como demonstra a pesquisa de Mairton Silva, “os batuques eram comuns aos sábados. Isto se compreende pela regular percentagem de negros escravos na população da cidade. Quase dois mil naquela época”⁶⁰⁰.

A dita Rua dos Negros em si era vista como um lugar de perigo às elites para além das festas e dos batuques. Ali era a rua onde os subalternos amealhavam pequenos ganhos, moravam e viviam suas trocas de experiência, sendo assim lugar de permanente vigilância, pois tudo destoava do estabelecido, desde “as indumentárias dos negros, os costumes religiosos e os desregramentos da moral e da ordem faziam desses locais espaços de constante vigilância policial”⁶⁰¹. Podemos entender o medo das elites em relação às festas e batuques dos negros em Teresina (e provavelmente em Parnaíba) a partir do que era vivenciado em outros lugares. Na Bahia da primeira metade do século XIX, João José Reis observa que “a festa negra promovia medo e recomendava

⁵⁹⁸ CATROGA, 2005, *op. cit.*, p. 96.

⁵⁹⁹ *A Legalidade. Teresina-PI*. Ano I, n. 44. 20 de Novembro de 1892. p. 04.

⁶⁰⁰ CHAVES, 1994, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁰¹ SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008, p. 122.

precaução aos brancos, por ser identificada como domínio exclusivo dos africanos, que formavam a parte da população escrava e liberta mais rebelde da província”⁶⁰². No Rio, a experiência dos trabalhadores portuários, forjada nas agruras de uma ocupação sazonal e nas tentativas de conseguir recursos para sobreviver era marcadamente formada pelos negros, e duramente combatida com base não ideário dos dominantes. Como aborda Erika Arantes, “o modelo de civilização adotado de cima para baixo representou, também, através do aparato repressivo legitimado por teorias científicas, a imposição da vigilância, do controle e da disciplina para toda a população. Nesse conjunto, os negros pareceram merecer atenção redobrada”⁶⁰³.

A vigilância e a repressão às festividades populares parecem efetivas no ano de 1911, especialmente diante de um fato: os tiros de revólver à noite nas ruas da cidade de Parnaíba. O jornal *Auras do Norte*, em 1911, destaca: “já podemos andar sem receio, tarde da noite, os tiros de revolver o gato cumeu! - temos rondas por todos os lados!”⁶⁰⁴. O periódico *Semana* também registra o fato, insistindo na quebra do sossego das famílias e na má impressão causada aos viajantes em trânsito na cidade e, chamando a atenção à ação dos malfeitores que se havia de cessar, como aliás teriam cessado os pequenos conflitos nas festas promovidas nos arrabaldes:

Cessou o procedimento abusivo e criminoso de atirar-se de revolver a noite nas ruas da cidade, produzindo o desassocego das famílias, a intranquilidade da sociedade. Isso deixava aos nossos hospedes uma impressão desagradavel da Parnahyba, parecendo antes que uma cidade ordeira e pacifica, onde a lei impera havendo o respeito reciproco, como é de facto, uma dessas localidades assaltadas sempre por malfeitores que precisasse por isso que a população os repelisse á bala; cessaram as queixas; cessaram os pequenos conflictos em festas nos arrabaldes⁶⁰⁵.

Outras ocorrências incriminando os pobres são avistadas nas fontes pesquisadas, como é o caso seguinte: alguns dias após a instalação da Estrada de Ferro Central do Piauí, uma queixa do maquinista da *Piauíense* é registrada na delegacia

⁶⁰² REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia da primeira metade do século XIX. In: Carnavais e outras f(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura. Campinas: Editora da UNICAMP/SECULT, 2002, p. 101.

⁶⁰³ ARANTES, 2009, *op. cit.*, p. 119.

⁶⁰⁴ **Auras do Norte**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 05. 15 de Junho de 1911, p. 03.

⁶⁰⁵ Pela policia. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano 2, n. 55. 25 de Junho de 1911, p. 01.

local. A denúncia decorria do costume que se ia criando entre os meninos pobres (e não apenas) em relação aos usos da linha férrea como uma brincadeira. O maquinista apresenta a reclamação como caso de polícia, segundo ele “no sentido de evitar que os meninos continuem a trepar-se na linha ferrea, propositalmente, ao approximar-se a locomotiva e só de lá saírem no ultimo momento”. As crianças pobres, descritas como “vadios descalços”, iam em grupos para a Estrada de Ferro, onde chegavam a “se assentarem e até mesmo deitarem sobre os trilhos, (...) com grave perigo de vida”. Mas não só as crianças faziam isso. Os “vadios calçados”, os “grandes, adultos, homens” realizavam essas brincadeiras⁶⁰⁶. Note-se que a base de argumentação reitera o adjetivo desclassificador: a queixa aponta o dedo aos vadios.

O interessante relato de Raimundo de Souza Lima sobre a chegada da ferrovia em Parnaíba também merece atenção. Segundo registra, seu pai, um magarefe que no passado fora vaqueiro, pediu à Raimundo e seu irmão para banharem Pedrez, seu cavalo de montaria. Obedecendo as ordens paternas, levou o cavalo ao rio, imaginando que o motivo do banho se devesse a um desafio de velocidade que logo mais o animal participaria. Pela noite, seu pai conta que a disputa deu-se, na verdade, com um “cavalo de ferro”, referindo a locomotiva *Piauihyense*, que iniciara os trabalhos na Estrada de Ferro fazendo o trajeto Amarração-Campo Maior. Vários outros cavaleiros disputaram com a locomotiva, sendo derrotados pelo cansaço um a um. Em sua lembrança, Souza Lima tenta comparar a velocidade do trem a outros bichos, fortalecendo seu pavor diante da presumida derrota da força animal ante o “demônio de ferro”:

Nosso pai, que era magarefe, chegou certo dia mais cedo do mercado para recomendar a mim e a meu irmão Antônio uma lavagem caprichada em seu cavalo de sela. Queria também ração reforçada para um passeio à tarde, que entendemos tratar-se de “parelhas” com outros cavalos. A irmã Zezé, a mais velha dos irmãos, piscou para nossa mãe significando que a nossa ida ao rio era mais um motivo para o banho demorado, tomado diariamente a qualquer pretexto. Já estávamos montados, por isso não esperamos por decisão em contrário, que seria levar o “Pedrez” na água do barril enorme, cheio por nós todos os dias. Cavalo árdego mas obediente a um simples toque de cabresto, logo saiu trotando com a cauda levantada em direção ao rio, a pouca distância de nossa casa. Uma interrupção inesperada fez o trote cessar diante do primeiro piquete de meninos que brincava na beira do rio. Com a algazarra e o movimento do cerco dos meninos, o “Pedrez” perdeu a paciência e começou a dar patadas no ar, com risco de atingir os pequenos demônios,

⁶⁰⁶ Registro da Semana. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 03 de Dezembro de 1916, p. 02.

cada vez mais divertidos. Meu irmão e eu saltamos com medo de perigo maior, embora intimamente participando da diabrura, que só tinha graça em situação diferente da nossa. Feita a lavagem, com o animal nadando comigo no lombo, preso pelo cabresto longo nas mãos de meu irmão, voltamos para casa a pé, para não molharmos o fundo das calças curtas de duas fazendas. Parece que demoramos demais, porque o pai foi ao nosso encontro com um cipó grosso de malva... Mas ao anoitecer nosso pai disse que não tinha havido parelhas com outros animais, e sim com um cavalo de ferro. Diante do nosso espanto, explicou que naquele dia uma locomotiva chegada para inaugurar o serviço de estrada de ferro estava experimentando os trilhos, estendidos entre a Estação e o Porto Salgado, correndo furiosa de um lado para outro, na Rua Grande. Os cavaleiros, que a princípio ficaram olhando o movimento de longe, foram aos poucos perdendo o medo do barulho esquisito do bicho de ferro, até se aproximarem mais confiantes em seus cavalos ainda inquietos. O pai tinha sido vaqueiro na mocidade, e na descrição feita para nós ao redor da mesa de jantar deu a entender que a tal locomotiva corria como que desafiando parelha. Disse que alguns homens montados mais afoitos emparelharam carreira com o cavalo de ferro, quando este corria de costa, porque parecia desequilibrado e assim podia atrasar a marcha a qualquer instante. Mas logo veio o desengano, porque os cavalos cansaram de tanto correr e no fim da teima nunca alcançaram o demônio de ferro, que apitava soltava uma fumaça preta de cegar a gente. Fomos nos deitar essa noite impressionados com o acontecimento. Isso de uma coisa toda de ferro correr no chão mais do que um cavalo, apitando e espalhando fumaça ardosa por todos os lados era de fazer medo. Os vapores também apitavam no rio e soltavam um pouquinho de fumaça, mas nunca se ouviu dizer que pudessem correr mais do que um cavalo, que era em nosso entender o animal mais corredor do mundo! Não, parece que o cachorro corria mais, porque o “Pedrez” desembestou certa vez com seu Anselmo na sela e foi logo alcançado pelos cachorros, do descampado da Quarenta! Também tinha outro bicho que talvez corresse até mais do que o cachorro, porque o pai disse outro dia que o tatu quando perseguido na mata, corria tanto na frente dos cachorros que o rabo zunia no vento... O sono tinha chegado afinal, mas a imagem medonha do bicho de ferro, correndo e apitando, soprando fumaça com fogo por todos os lados, tinha sido até então o medo mais forte que jamais sentira em minha mente irrequieta⁶⁰⁷.

Percebemos então um confronto entre o ideário da modernidade e a prática dos pobres em torno das suas festividades, isto é, “enquanto os eventos informais se fundam na ideia de espontaneidade, na despersonalização ou descentralização (...), os eventos formais são fortemente centralizados e se baseiam em momentos bem marcados”⁶⁰⁸. O formal, no ideal do progresso, significa o racional, o ordenado, o controlado, e o informal, o ilógico, o caos, a confusão. Além disso, demonstra que “muitas dessas pessoas não deixavam de utilizar os espaços que lhes circunscreviam;

⁶⁰⁷ LIMA, 1987, *op. cit.*, pp. 49-50.

⁶⁰⁸ DAMATTA, 1990. *op. cit.* p. 48.

atribuindo formas próprias que as diferenciavam mais ainda dos habitantes mais ricos”⁶⁰⁹.

O que o jornal não percebe (não quer, ou não pode) é o fato de meninos e gente adulta do povo, se apropriarem da novidade dos caminhos de ferro como uma brincadeira perigosa sobre os trilhos da locomotiva. Ora, dos perigos da vida eles entendiam porque deles são sobreviventes. Ademais, ali estava uma outra forma de interagir com o novo da locomotiva e do trilho; o “demônio de ferro” parece representar para os pobres não o “progresso”, no sentido apontado pelas classes possuidoras, mas o princípio do fim de parte de suas práticas, suplantadas pelo poder da locomotiva que produzia pânico aos que se recusavam a se curvar ante sua força; por outro lado, criava condições para novas formas de viver a cidade. Analisamos sob essa perspectiva quando crianças e adultos pobres brincam perigosamente sobre os trilhos da locomotiva, mostrando outras formas de interagir com o novo, distantes do que esperava a elite local, uma vez que “a relação do povo com o progresso, materializado em inúmeras inovações utilitárias, não se deu de forma passiva e pacífica (...). Cada novidade trazia em si um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo”⁶¹⁰.

Pular e deitar na ferrovia significa desafiar a magnitude de uma locomotiva em movimento; podendo também significar uma inversão operada sobre um dos mais potentes signos da modernidade: o trem do ferro, a locomotiva. Os atônitos redatores da *Semana* observam que contra o desafio das crianças, não resta nada a fazer a não ser “chamar a atenção dos srs pais de família”; já em relação aos adultos, o remédio é o de sempre, a polícia: “que também as vezes por graça fazem o mesmo (...), a policia têm outro remedio”⁶¹¹. Pela fonte, observamos que para os editores do jornal, as brincadeiras da gente simples, em especial a dos adultos, eram “representativas de um mundo em extinção, não se alinhavam com os valores da modernidade e deviam ser expurgados”⁶¹², como afirma Rachel Soihet acerca das práticas populares na Festa da Penha no Rio de Janeiro, nos fins do século XIX e inícios do século XX.

⁶⁰⁹ SILVA, Camila Melo Silveira da. Pobreza, criminalidade e questões de gênero na “Cidade Verde”. **Revista Temporalidades**. Belo Horizonte-MG: Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 7, n. 2, 2015, p. 55.

⁶¹⁰ QUEIROZ, 2008, *op. cit.*, p. 16.

⁶¹¹ Registro da Semana. **Semana**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 03. 03 de Dezembro de 1916, p. 02.

⁶¹² SOIHET, 2002, *op. cit.*, p. 334.

O que se desenha da parte dos pobres, é uma “prática possível”, surgida do confronto entre a expectativa da classe dominante em relação ao que seria a ação “correta” do povo, idealizada nos moldes do “cidadão ao estilo europeu, fosse ele o bem-comportado burguês republicano, o jacobino de 1789, o eleitor bem informado ou o militante organizado das barricadas”⁶¹³, e as ações individuais e/ou coletivas dos subalternos que nascem da experiência cotidiana, invertendo ou mesmo subvertendo as intenções e planos das elites dirigidas ao conjunto da sociedade.

Como aprendido no estudo de James Scott, essas experiências dos pobres, ou sua capacidade de criar dispositivos como a “relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante”, que “exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite”, sendo “improvável que elas façam mais do que afetar marginalmente as várias formas de exploração”⁶¹⁴.

Em seu caráter de sobrevivência, estas ações, segundo formulado em Paula Godinho “não obedecem a um padrão porque estão dependentes do momento, da correção de forças em campos sociais elásticos, de encadeamentos de escalas diversas e da relação entre a experiência e a expectativa dos agentes sociais”⁶¹⁵. Também o estudo de Dipesh Chakrabarty nos ajuda a compreender como os subalternos vão construindo suas arenas de entrada na vida pública:

as próprias restrições da política constitucional levaram, assim, a que o campo, a fábrica, o bazar, a feira, e a rua se tornassem as principais arenas onde se viria a desenrolar a luta pela independência e pela autodeterminação. É nestas arenas que os sujeitos subalternos, com o seu modo característico de fazer política (que incluía práticas de violência pública), entraram na vida pública⁶¹⁶.

⁶¹³ CARVALHO, 2004, *op. cit.*, p. 69.

⁶¹⁴ SCOTT, 2011, *op. cit.*, p. 219.

⁶¹⁵ GODINHO, 2017, *op. cit.*, p. 20.

⁶¹⁶ CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (orgs.). **A política dos muitos - Povo, Classe e Multidão**. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 292.

Nas festas cívicas, a gente do povo era coadjuvante no cenário das celebrações institucionais, das comemorações do calendário pátrio, entre outros momentos. Nestes, notamos os limites do imaginado pelas elites e o real produzido pelos pobres, por vezes subvertido através de seus costumes e formas peculiares de interação com o novo. Essa subversão podia ser intensificada nas festas de rua, como assunção das “práticas possíveis” dos trabalhadores pobres.

6.5. O carnaval na fantasia de salão das “formosas senhoritas” e nas brincadeiras de rua do povo

No início do século XX o carnaval em Parnaíba era uma fruição notadamente privada: realizava-se nas residências das elites, ou nos *Clubs*, como anunciado no ano de 1901 pelo Club Recreativo, que organizava um grande baile no domingo de carnaval, sendo os convites entregues com antecedência, “dando assim tempo a que as formosas senhoritas parnahybanas confeccionem os ricos trajes de fantasia adequados ao esplendor da festa projectada”⁶¹⁷. A entrega de convites garantia a forma privativa da festa, e seus organizadores anunciavam o término do préstito de carnaval às oito da noite em casa do Sr. Thomaz Bem, como “a chave de ouro que fecharia a porta do carnaval”⁶¹⁸.

Para os pobres, porém, o carnaval estava próximo do *entrudo*, um conjunto de brincadeiras populares, marcada por combates de rua, nas quais seus participantes, munidos de diversas ferramentas, buscavam sujar, molhar e marcar outros. Assim como em outras cidades, no Recife, por exemplo, o entrudo se dava nas ruas – um espaço público –, onde “os negros, os pobres, os ambulantes, as prostitutas e os moleques molhavam-se e sujavam-se com polvilho, pó de barro, águas de chafarizes e sarjetas e um ou outro limão de cheiro roubado das casas senhoriais”⁶¹⁹.

Em Parnaíba, de acordo com Humberto de Campos, o carnaval “não era lugar para criança”, isso porque “era bruto e sem graça, e não se assinalava senão pela

⁶¹⁷ Carnaval. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, s/n .Fevereiro de 1901, p. 03.

⁶¹⁸ Carnaval. **Nortista**. Parnaíba-PI. Ano I, n. 15. 13 de Abril de 1901, p. 02.

⁶¹⁹ ARAÚJO (1996) *apud* FERREIRA, Luiz Felipe. Rio de Janeiro, 1850-1930: A Cidade e seu Carnaval. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N. 09-10, 2000, p. 12.

violência do entrudo”. Durante a festa, “velhas contas são liquidadas” e “velhas ameaças são cumpridas”, uma vez que durante a comemoração, “velhos e moços, patrões e criados” são postos em pé de igualdade, pois o carnaval naquela época é rememorado em Campos como “o único dia em que são permitidos certos tipos de contatos, sentidos na luta corpo a corpo (...)”⁶²⁰. Podemos entender esse momento como “um método socialmente sancionado de liberação de tensões e agressões sem desafios às estruturas sociais na cidade”⁶²¹, onde “as vinganças pessoais e as disputas silenciosas entre facções podem ser expressas”⁶²².

Para esses combates carnavalescos, utilizavam água e anilina, um produto de tintura colorida. Em Teresina, “criticava-se o entrudo de água e anil como pouco civilizado e ‘não mais usado em outros centros’”⁶²³. Os rapazes aproveitavam os confrontos para molhar as moças, fazendo do entrudo “ocasião única em todo o ano, que os olhos desvendam, ou melhor, adivinham certas plásticas através dos vestidos que a água ajustou aos contornos”⁶²⁴. Vemos então nesse período de festa, a aproximação entre rapazes e moças, geralmente sem avançar os limites impostos pela situação de classe. Tal postura era reproduzida nos entrudos realizados pelas classes populares do Rio de Janeiro dos fins do século XIX, “as moças, vigiadas e cerceadas na vida cotidiana, aproveitavam-se do relaxamento carnavalesco para entrar em contato com rapazes do seu nível social e, deste modo, estabeleciam-se relações matrimoniais de interesse das famílias”⁶²⁵, ou na Bahia, onde “os rapazes atiravam para o seio das moças bonitas que lhes deslumbravam os sentidos; as moças procuravam um peito engomado da camisa daqueles que as impressionavam, ou de um futuro noivo”⁶²⁶. Em Parnaíba, o contato físico foi resolvido com a introdução do chuveiro, “um canudo de lata, medindo um metro, às vezes mais, de comprimento, e com a forma de uma seringa de injeção”⁶²⁷. Isso garantiu a distância entre os brincantes do carnaval, uma vez que o chuveiro permitia atingir “alvos” à distância.

⁶²⁰ CAMPOS, Humberto de. **Reminiscências**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1954, p. 12.

⁶²¹ KARASCH (1987) *apud* FERREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 12.

⁶²² SCOTT, 2013, *op. cit.*, p. 242.

⁶²³ QUEIROZ, 2008, *op. cit.*, p. 82.

⁶²⁴ CAMPOS, 1954, *op. cit.*, p. 12.

⁶²⁵ FERREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 12.

⁶²⁶ MORAIS FILHO, 2002, *op. cit.*, p. 120.

⁶²⁷ CAMPOS, 1954, *op. cit.*, p. 13.

Outra brincadeira nessas festividades populares era o “limão de cheiro”, confeccionado por moças e senhoras “sentadas em torno à mesa de jantar, ou no chão, sobre uma esteira de carnaúba”⁶²⁸. Tratava-se de pequenas bolsas de borracha, onde se colocava água colorida e perfume, servindo de munição durante o carnaval, vendidas por um vintém. Humberto de Campos relaciona a confecção do limão de cheiro à imigração para as áreas de extração da borracha, uma vez que era de lá “onde os rapazes mandavam às famílias rígidos blocos de borracha”, facilitando “grandemente o surto da indústria”⁶²⁹, cuja “produção era enorme, mas as encomendas eram ainda maiores”⁶³⁰. Assim, “enquanto o exterior da cidade almejava pelo domingo gordo, no lar doméstico a indústria dos limões de cheiro era florescente e prometedora de lucros compensadores”⁶³¹. O limão de cheiro se fazia da seguinte maneira: “com um canivete afiado, cortavam-se as lâminas de borracha. As moças de bons dentes mordicavam então a orla dessas lâminas, prendendo-as, fabricando dessa maneira pequeninas bolsas. Com uma seringa, outras as iam enchendo de água anilinada o orifício”⁶³². Armados com esses projéteis, os brincantes montavam seus cavalos e travavam batalhas entre si, uma vez que sendo uma cidade sem calçamento, “Parnaíba oferecia uma resistência feroz a quem pretendesse percorrê-la a pé”⁶³³, colorindo as pessoas e as paredes das casas. A confecção dos limões se reservava quase somente às mulheres, e o produto era vendido a preço irrisório.

Nas festas de carnaval, um novo produto chegaria de fora: o confete. Humberto de Campos anota que a primeira partida de confetes teria chegado pela primeira vez pelos correios “em um pacote de dois quilos”. A chegada dos confetes teve um destino inesperado: “A família que o recebeu supôs que tratasse de *estrelinhas* para sôpa, e tomou-a toda no jantar”. Logo seria confeccionado localmente, “feito a tesoura, com papel áspero e colorido”⁶³⁴. Talvez a produção de confetes em maior quantidade servisse, assim como os limões de cheiro, para aumentar a renda das famílias pobres durante o carnaval. As fantasias usadas pelos pobres na cidade eram de “alma e

⁶²⁸ *Id., Ibid.*, p. 14.

⁶²⁹ *Id., Ibid.*

⁶³⁰ *Id., Ibid.*, p. 15.

⁶³¹ MORAIS FILHO, 2002, *op. cit.*, p. 116.

⁶³² CAMPOS, 1954, *op. cit.*, p. 15.

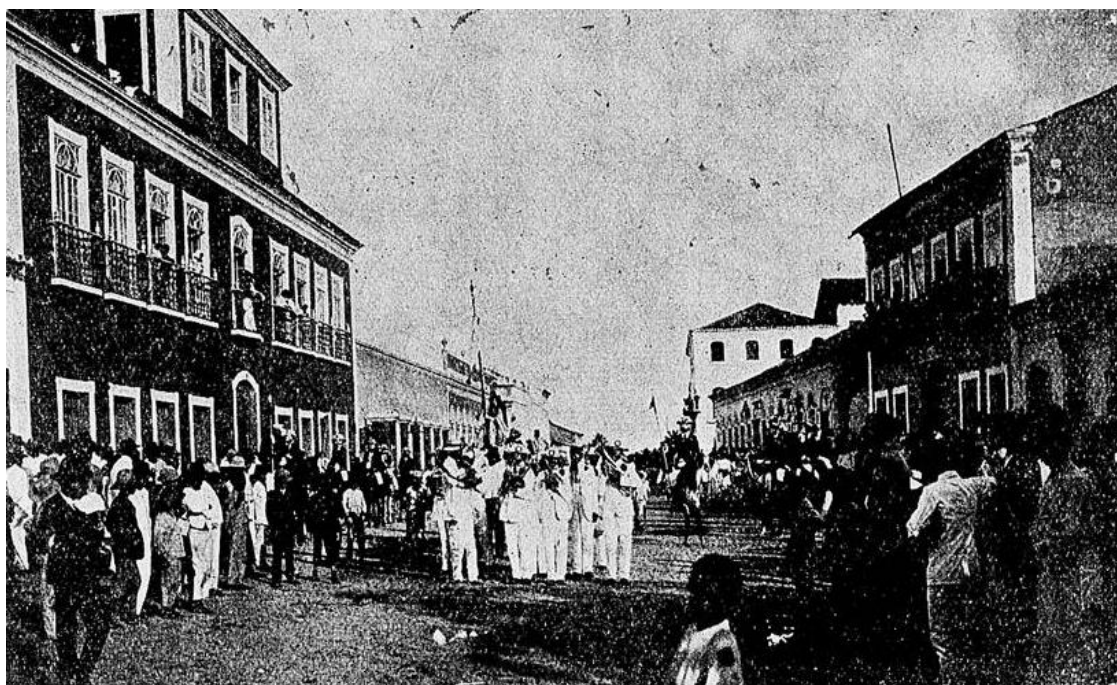
⁶³³ *Id., Ibid.*, p. 16.

⁶³⁴ *Id., Ibid.*, pp. 16-17.

morcego”⁶³⁵, variando conforme a criatividade do brincante. O próprio Humberto de Campos relembra a primeira vez em que se fantasiou para o carnaval, saindo da “casa de uma lavadeira à rua do Igarapé” junto a “seis ou sete molecotes” usando

uma calça velha de um dos meus tios, cujas bainhas dobrei como pude. Um paletó velho, que me vinha quasi aos pés, umas botinas de homem, e um chapéu de carnaúba, completavam a minha elegância. No rosto, uma feia máscara, de quatro contos de réis. À mão, um chiqueirador.⁶³⁶

Figura 17: Cena do carnaval em Parnaíba (1918)



Fonte: RIO DE JANEIRO. Almanak Laemmert para os anos de 1918-1919. 1918, p. 1667.

A imagem acima registra um carnaval na cidade de Parnaíba, nas primeiras décadas do século XX. A festa ocorre na Rua Grande, principal via de acesso ao porto e ao núcleo central da cidade. No centro da imagem, vemos o que parece ser um desfile de blocos carnavalescos, com uma banda uniformizada à frente. Nas laterais da rua e nas calçadas das casas, é acompanhado o desfile por homens, mulheres e crianças; vemos algumas delas acompanhadas, de braços dados com adultos, e outras em grupos.

⁶³⁵ *Id., Ibid.*, p. 17.

⁶³⁶ *Id., Ibid.*, p. 18.

Fantasia, que em português “tanto se refere às ilusões e a idealizações da realidade quanto aos costumes usados somente no carnaval”⁶³⁷, pode ser entendida como a representação de aspectos marginais da sociedade, como as fantasias de alma e morcego, ou o uso da máscara. Assim, para os pobres, “o mundo do carnaval é, pois, o mundo da periferia, do passado e das fronteiras da sociedade brasileira. Seu foco é o ilícito, o que está completamente fora do sistema, ou o que está nos interstícios desse sistema”⁶³⁸.

Pensamos que nessa festa se podiam reproduzir o contraste social vivido no período, em nosso estudo, representado através dos costumes desenvolvidos a partir da realização de duas festas: uma voltada para as elites, marcada pela segregação de espaço e uma civilidade nos moldes do ideário civilizatório europeu, e a outra, uma festa popular expressando a experiência e as formas de viver do povo através das brincadeiras do carnaval.

6.6. “Na Parnahyba, futebol é alguma couza a mais”

O estudo de Nuno Domingos colabora no sentido de perceber desde a Inglaterra, o futebol em seus inícios e como se deu a circulação de tal prática. Na Europa, a pesquisa aqui referida afirma que “o desporto submetia-se a um projeto civilizador, inicialmente mobilizado para educar as classes populares europeias, sobretudo as proletarizadas e urbanizadas, e integrá-las dentro da dinâmica moral e produtiva da nação”⁶³⁹.

O estudo sobre o futebol operário em Porto Alegre discorre sobre sua expansão na América Latina, quando se insere nas práticas socioculturais por duas vias: a primeira, pelas elites, os filhos das classes abastadas que retornavam de seus estudos na Europa, e também por conta da popularização do esporte na Inglaterra, “em torno dos

⁶³⁷ DAMATTA, 1997, *op. cit.*, p. 62.

⁶³⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 62

⁶³⁹ DOMINGOS, Nuno. **Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 21.

portos, ferrovias e fábricas instaladas pelos britânicos”, e então praticado por “marinheiros, funcionários especializados e ou professores das escolas britânicas”⁶⁴⁰.

Em específico, para situar o esporte no Brasil, os estudos de José Sérgio Leite Lopes informam sobre o “esforço missionário” da juventude que estudava na Europa e residia no país, garantindo a “fundação de equipes permanentes em clubes preexistentes ou na fundação de clubes de futebol”. No sul do país, temos Charles Muller, “um filho de inglês com brasileira (...) ex-estudante de Southampton, que trouxera na bagagem de regresso a São Paulo, em 1894, duas bolas de couro e um uniforme completo de futebol”⁶⁴¹. Por ser restrito às famílias abastadas, ou aos altos cargos da atividade do comércio, para Leite Lopes “os clubes acabavam sendo um lugar urbano de sociabilidade onde se prologavam através de atividades físicas e esportivas ou da assistência a elas, os salões e saraus reunindo as famílias dominantes”⁶⁴². Já o estudo de Julio Frydenberg compreende o fenômeno desportivo de modo geral e “como parte da incorporação econômica e cultural (...) ao circuito das trocas globais ocorridas na nação e promovidas pelas classes dominantes daquele período”⁶⁴³.

No Nordeste do Brasil, e em particular na cidade de Fortaleza, os estudos sobre a “gênese do futebol” na cidade, apontam pelo menos duas versões; uma delas indica a prática introduzida desde o ano de 1903 com a chegada de um navio por “um *team* de *foot-ball* advindo da Inglaterra, que pretendia excursionar pelo sul do Brasil” e que teria “introduzido a prática ao gosto dos fortalezenses, tendo sido jogado por *sportsmen* no terceiro plano do Passeio Público”; enquanto outra aponta a chegada do desporto ligada ao retorno do jovem José Silveira em 1904 da Europa, “que regressava de férias dos seus estudos europeus e trazia nas malas uma bola de futebol (...) e o livro de regras”⁶⁴⁴.

⁶⁴⁰ STÉDILE, Miguel Enrique. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 20.

⁶⁴¹ LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe - Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 125.

⁶⁴² LOPES, 2014, *op. cit.*, p. 126.

⁶⁴³ FRYDENBERG, Julio. **Historia social del fútbol - Del amateurismo a la profesionalización**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011, p. 25. (tradução nossa)

⁶⁴⁴ PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do passeio público à ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904 - 1945). Fortaleza-CE. Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2007, p. 36.

Em Parnaíba, memórias sobre o período apontam que o esporte chega por meio dos jovens Septimus Clark, Adhemar Neves, Zeca Correia e Joca Neves, também de retorno de sua temporada de estudos na Inglaterra e Alemanha: “de volta ao lar, esses rapazes traziam hábitos e costumes novos, adquiridos no além mar”⁶⁴⁵. As firmas de exportação da cidade, a Booth-Line e a Casa Inglesa, ambas com sede em Liverpool, mantinham como funcionários cidadãos ingleses e sendo poucos, a formação de um time só poderia acontecer com a participação de indivíduos do lugar, e a partir disso o futebol parnaibano se inicia com a participação de funcionários dos armazéns, casas comerciais e alfândega. Assim, “estes ingleses e os rapazes que haviam estudado na Europa, principalmente na Inglaterra, organizaram um grupo de admiradores do futebol que, com mais alguns rapazes da terra, davam para formar dois times”⁶⁴⁶. Como se vê, em Parnaíba não se observa a prática do futebol como restrita às elites, mas ampliando a formação dos times em direção aos que começavam a admirar aquele desporto.

Aqui convém destacar um pouco mais a narrativa sobre os começos da prática do futebol, para que não se fixe apenas aquela via mais aceita quando alguns que desembarcam da Europa trazendo uma bola e um livro de regras, parecem deter toda a explicação sobre a gênese de tal prática desportiva. Embora nos faltem elementos documentais para refletir sobre o como ocorreu em Parnaíba, se pode tomar por base explicativa a experiência de outros centros urbanos no Brasil, onde as trocas de experiências entre os trabalhadores pobres da cidade “se davam através do telégrafo, pelo mar, pelos rios e até mesmo com o contato direto de trabalhadores do atlântico que vinham de outros países”⁶⁴⁷. Os navios desembarcavam mercadorias e passageiros e estes “traziam e levavam novidades para os povoados mais longínquos (...) e que alteravam o cotidiano das pessoas, fazendo-as imaginar uma vida diferente”⁶⁴⁸. O que se quer destacar é a possibilidade de construir novas relações, nas frequentes chegadas e partidas, e nestas, a articulação de ideias e práticas entre os trabalhadores do Atlântico, como em Richard Graham:

⁶⁴⁵ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 61.

⁶⁴⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 61.

⁶⁴⁷ JUNIOR. Leôndidas Freire Silva. Uma consciência de classe do Sul-Global? Trabalhadores, associativismo e relações de capital e trabalho na periferia do capitalismo (1880-1922). In: **ANAIIS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017 DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867 - 1917)**. Niterói-RJ, Agosto de 2017, p. 03.

⁶⁴⁸ NUNES; ABREU, *op. cit.*, 1995, p.99.

Trabalhar nas águas significava ter mobilidade geográfica e contato com uma grande diversidade de pessoas, o que ampliava experiências e gerava autoconfiança. Independentemente dos tipos de embarcação em que navegavam, de quantos homens formavam cada tripulação e do tamanho da carga que transportavam, esses homens estabeleciam elos de comunicação que não eram esquecidos com facilidade⁶⁴⁹.

Diante das possibilidades de sua origem, o trânsito cultural e os caminhos percorridos, o esporte desembarcaria em Parnaíba como em outros lugares, denotando “uma dinâmica migratória extrema, onde o futebol foi constante objeto de trocas culturais entre estudantes, trabalhadores e burocratas do império e das empresas capitalistas inglesas”⁶⁵⁰.

É possível que o futebol tenha desembarcado também por trabalhadores portuários e marinheiros, que em Parnaíba ou regiões próximas trabalhavam esporadicamente, carregando, descarregando, contabilizando e classificando mercadorias no Porto, uma vez que o esporte já estava popularizado entre os subalternos do Velho Mundo. Os indícios podem ser notados na década de 1930, quando “certo dia atracou no Porto de Tutóia, no Maranhão, um navio inglês e o pessoal resolveu promover uma partida com alguns marinheiros e o time de nossa cidade”⁶⁵¹. Além disso, é noticiado no jornal teresinense *O Monitor*, já no ano de 1905, que “de Parnaíba, da redação do jornal *A Tribuna*, chega a informação sobre a nova brincadeira, chamada por alguns de *foot-ball*, e por outros de jogo de bola”⁶⁵². Não informam, porém, a origem social de seus participantes, mas acreditamos que a distinção entre o *foot-ball* e o “jogo de bola” demarque a apropriação do esporte entre os moradores do lugar e uma apropriação popular do esporte. Nestor Veras, intendente municipal no ano de 1920, não atribui aos filhos das famílias abastadas o início do esporte em Parnaíba, mas sim “graças á iniciativa de vários e esforçados moços da empresa de vapores Booth Line”; nenhum deles era jogador profissional, no sentido de dedicar-se exclusivamente ao

⁶⁴⁹ GRAHAM, *op. cit.*, 2013, p. 146.

⁶⁵⁰ MAIA NETO, Vicente Moreira. **Futebol, imprensa e cidade: o processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921-1930)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014, p. 14.

⁶⁵¹ NASCIMENTO, **Parnaíba, terra do futebol**. Fortaleza: Premius, 2013, p. 39.

⁶⁵² SEVERINO FILHO. **100 anos de futebol**. Teresina: Halley, 2005, p. 23.

futebol, mas jovens trabalhadores que viam no futebol um momento de entretenimento, competição e exercícios para o corpo: “os moços exercem o ‘sport’ porque o conhecem necessario ao seu desenvolvimento fisico, mas têm, todos, o seu ganha-pão em separado”⁶⁵³. *O Jornal*, de São Luis, em 1916, estampa matéria onde, guardado o exagero na escrita, pode-se reter a informação sobre a popularização do futebol em solo parnaibano:

pelo que os camaradas me disseram, é talvez a cidade do Brazil em que o *foot-ball* não é apenas um jogo, um divertimento, um meio de passar o tempo, desenvolver as pernas, e quebrar as cabeças, não; é alguma couza a mais, assim uma especie de dever ou de culto. Não ha distinção de classes nem de côres. Todos jogam: jogam creanças, rapazes, moças, homens maduros, velhos, velhas, pretos, brancos, cafuzos...⁶⁵⁴

As partidas de futebol em Parnaíba eram, em princípio, disputadas nas praças, como um grande acontecimento, reunindo espectadores, os potenciais torcedores, de distintas classes sociais, considerados como grandes acontecimentos, que ocorriam “sempre aos domingos e em caráter de empolgar os torcedores e também aos clubes participantes, os quais se esforçavam para serem destacados entre os melhores”⁶⁵⁵.

A prática dos capitães em separar os jogadores para cada equipe, aumentava constantemente a rivalidade entre os times, “até acontecer um cisma inevitável e os dois grupos se estruturaram independentes”⁶⁵⁶. Dessa divisão, Septimus Clark funda em Junho de 1912 o *International Athletic Club*, e em 1º de Maio de 1913, Zeca Correia funda o *Parnahyba Sport Club*. É de se supor que a escolha do Primeiro de Maio como data de fundação do *Parnahyba* não seja um acaso, e se explique pela composição majoritária de trabalhadores no time.

A prática do futebol pode também ser entendida como um mecanismo de controle social do tempo de não-trabalho dos empregados do comércio na cidade de

⁶⁵³ F.A.C. em Parnahiba. **Pacotilha**. São Luís-MA. Ano XL, n. 246. 18 de Outubro de 1920, p. 02.

⁶⁵⁴ De tudo. **O Jornal**. São Luís-MA. Ano II, n. 486. 01 de Julho de 1916, p. 01

⁶⁵⁵ BRITO, José de Paulo. **Memórias urbanas**: uma viagem ao passado do futebol em Parnaíba, 1898-2000. Parnaíba: Circulando Comunicação Visual e Gráfica. 2013, p. 27.

⁶⁵⁶ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 61.

Parnaíba, tendo no desporto o meio para manter os trabalhadores afastados de condutas ditas perniciosas ou antissociais, como o alcoolismo e a vadiagem, ou de “ideias dissolventes”, como o socialismo; e assim o esporte funcionaria segundo Bourdieu “como técnica pedagógica e disciplinar de ‘instituição total’ inventada nos internatos das escolas de elite inglesas, mas aplicável a disciplinarização dos jovens das classes populares”⁶⁵⁷.

Alguns desses trabalhadores conseguiram melhores relações em seus empregos devido a habilidade apresentada durante as partidas, como em Bangu, onde formava-se a figura do “operário-jogador; o operário que se destacava menos por seu trabalho útil dentro da fábrica e mais pela sua atuação como jogador de futebol”⁶⁵⁸. *O Jornal*, de São Luís, registra impressões que apontam uma relativa liberdade entre patrões e empregados em Parnaíba e mediada pela prática do esporte:

Supões tu que são 15 horas e que é essa a hora marcada para o treino diario. Chega-se O empregado ao dono da caza e fala lhe muito naturalmente: - Patrão eu vou treinar, com muito mais naturalidade do que dizes ao teu patrão: vou almoçar. E sai dali direitinho para o campo do JOGO, sem esperar pela resposta que ele sabe favoravel⁶⁵⁹.

O estudo de Marta Cioccaria destaca essa “pequena honra” decorrente “do valor social atribuído ao indivíduo e incorporado por ele, que deriva de suas habilidades corporais”. É provável que tal valor social se estendesse aos seus locais de moradia, onde o prestígio pudesse ser convertido em melhor relacionamento com a vizinhança ou mesmo uniões matrimoniais. No comércio, estiva e fábricas, os jogadores-trabalhadores “mantinham privilégios, como o de trabalhar unicamente (...) em atividades menos exaustivas e penosas, e o de serem liberados para os treinos, preparação física e jogos. Também recebiam diárias pelos deslocamentos em que disputavam campeonatos”⁶⁶⁰. Nessa perspectiva, a prática do futebol é compreendida como possível meio

⁶⁵⁷ BOURDIEU (1980) *apud* LOPES, 2004, *op. cit.*, p. 131.

⁶⁵⁸ LOPES, 2004, *op. cit.*, p. 139.

⁶⁵⁹ De tudo. *O Jornal*. São Luís-MA. Ano II, n. 486. 01 de Julho de 1916, p. 01.

⁶⁶⁰ CIOCCARI, Marta. Mina de jogadores: o futebol operário e a construção da “pequena honra”. *Cadernos AEL*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Vol 16, n. 28, 2010, *passim*.

disciplinarizador, e reproduzindo, fora da jornada de trabalho, uma ordem equivalente àquela aplicada nos armazéns e casas comerciais.

Por outro lado, considerar como total o controle das relações econômicas “significa a exclusão da possibilidade de ação autônoma dos sujeitos”, como indica Miguel Stédile⁶⁶¹. Assim, percebendo que a vida e as relações sociais não são meras determinações e reproduções das condições materiais das forças produtivas de um dado momento histórico, é possível pensar que as experiências produzidas no tempo de não-trabalho para os trabalhadores do comércio em Parnaíba podem ser também emancipatórias ou marginais aos projetos idealizados de cima para baixo. Dessa forma, podemos entender o futebol em um “movimento a partir da relação entre os muitos sujeitos nele envolvidos”⁶⁶².

No futebol parnaibano, no que concerne a formação dos times, parece útil examinar donde provém o investimento material no esporte, tomando como exemplo os detalhes dos uniformes de cada time, como os do *International*, composto por “camisa vermelha com gola e punhos brancos, tendo ao peito esquerdo o emblema do clube, calção branco, meias vermelhas e brancas, listradas na vertical, e chuteiras pretas”, e o do *Parnahyba*, com “camisa branca com gola e punhos brancos, tendo no peito o escudo do clube, calções azuis, meias e chuteiras pretas”⁶⁶³. Ao considerar as dificuldades do viver dos pobres, possuir vestimentas próprias para o desporto teria como significado um luxo do qual poucos poderiam desfrutar, de forma que seu uso se mantinha restrito aos times financiados por grandes casas comerciais, como o caso do *International*, formado por jogadores que trabalhavam na Casa Inglesa, e o *Parnahyba*, composto por funcionários da Moraes S/A⁶⁶⁴. Da mesma forma, a construção de dois campos para cada um dos times, sendo estes os primeiros estádios de futebol construídos no Piauí, que não eram muito diferentes entre si:

⁶⁶¹ STÉDILE, 2015, *op. cit.*, p. 28-29.

⁶⁶² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania - Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998, p. 05.

⁶⁶³ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 62.

⁶⁶⁴ BRITO, 2013, *op. cit.*, p. 29.

Tinha todas as comodidades para seus jogadores, além de outras tantas para os clubes visitantes. Possuía sistema privativo de água encanada, com uma caixa d'água para muitos litros, que era enchida por força de um catavento. Banheiros com chuveiros, vasos sanitários de louça inglesa (...) fossa, dormitório, refeitório para os dias de concentração (uso de rede para dormir), somente aos sábados, véspera dos jogos do campeonato local, realizados em turno e retorno⁶⁶⁵.

Nos campos de futebol ou estádios, existiam demarcações de espaço aos frequentadores, reproduzindo seus lugares sociais e distinguindo-os a partir das hierarquias. Assim, a Tribuna de Honra se destinava à burocracia político-administrativa e empresarial; a Arquibancada servia às famílias abastadas, e a Geral era frequentada pela classe pobre. Um telegrama enviado pelos membros do *Foot-Ball Athletic Club* de São Luís, em 1920, indo ao litoral piauiense para jogar com o *Parnahyba Sport Club* narra o agradável aspecto do campo do time:

Visitamos ontem o campo do Parnaíba. É todo murado, e a arquibancada, apresenta um aspecto agradabilíssimo, rivalizando com as melhores do norte. Possui todas as acomodações, embaixo para os jogadores: banheiros, vestiários, dormitórios, etc, higienicamente preparados. Os alicerces são todos de cimento armado. Em cima comporta mais de mil pessoas⁶⁶⁶.

Hábitos e formas de manifestação nos campos de futebol eram peculiares a cada grupo social, sendo a Geral “a parte mais alegre da torcida”, marcada por figuras emblemáticas como Calebre, “um preto forte e crítico inteligente, que punha apelidos em todos os jogadores durante as partidas. Sua voz forte era ouvida por todo estádio”⁶⁶⁷, como anota Goethe Pires. Pela descrição é possível imaginar que a Geral se situasse da forma como caracterizada nos estudos de Leite Lopes: próxima ao campo, “onde se assiste de pé, ao rés do chão, nos lugares mais baratos dos estádios”⁶⁶⁸, implicando que

⁶⁶⁵ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 63.

⁶⁶⁶ F.A.C. em Parnahiba. **Pacotilha**. São Luís-MA. Ano XL, n. 245. 16 de Outubro de 1920, p. 01.

⁶⁶⁷ REBELO, 1984, *op. cit.*, p. 63.

⁶⁶⁸ LOPES, 2004, *op. cit.*, p. 129.

“a uniformidade na vivência dos espectadores não consegue dissimular a segregação do público segundo classes sociais (tribuna especial, cadeiras, arquibancadas)”⁶⁶⁹.

Possivelmente a Geral estava lotada no jogo realizado entre o *Parnahyba Sport Club* e o *Foot-ball Athletic Club*, do Maranhão, naquele 24 de Outubro de 1920 em Parnaíba, quando o árbitro da partida supostamente estaria beneficiando o time da casa, fazendo com que os jogadores maranhenses abandonassem o campo no último tempo da partida. A decisão foi suficiente para enfurecer os espectadores: “tal foi a violencia e odio com que o povo tentou levar a effeito esse acto de verdadeira selvageria, pois, todos os torcedores estavam munidos de facas e cacêtes, que os jogadores maranhenses sahiram de campo acompanhados das autoridades do logar (...)”. O artigo ainda cita a carta de Nestor Veras enviada à Delegação do FAC, onde diz “lamentar que o club maranhense tivesse acceito um convite de uma sociedade como o Parnahyba Sport Club, formado pela sua maioria por fascinoras e selvagens”⁶⁷⁰. O maranhense *O Jornal*, indica que a confusão só foi contida graças ao esforço dos membros do *Parnahyba* e sócios do *Artístico*⁶⁷¹. Certamente o episódio corroborou com a narrativa dominante sobre os pobres como “fascinoras e selvagens”. Por outro lado, demonstra a identificação popular com seu time de futebol, o que poderia ser acentuado diante de uma disputa interestadual, como é o caso aqui apresentado.

O ato de comemorar ou sofrer em coletivo, a depender do desempenho de seu time, parece não ser visto com bons olhos pelos poderosos, na medida em que tal poderia se estender em sua capacidade de organização e definição de estratégias nos embates por melhores condições de vida, pois “a torcida nasceu com a popularização do futebol em princípios do século XX”, e “a mídia não a encorajou, manteve-se neutra frente ao fato consumado ou o condenou”⁶⁷², como indica estudo de Julio Frydenberg.

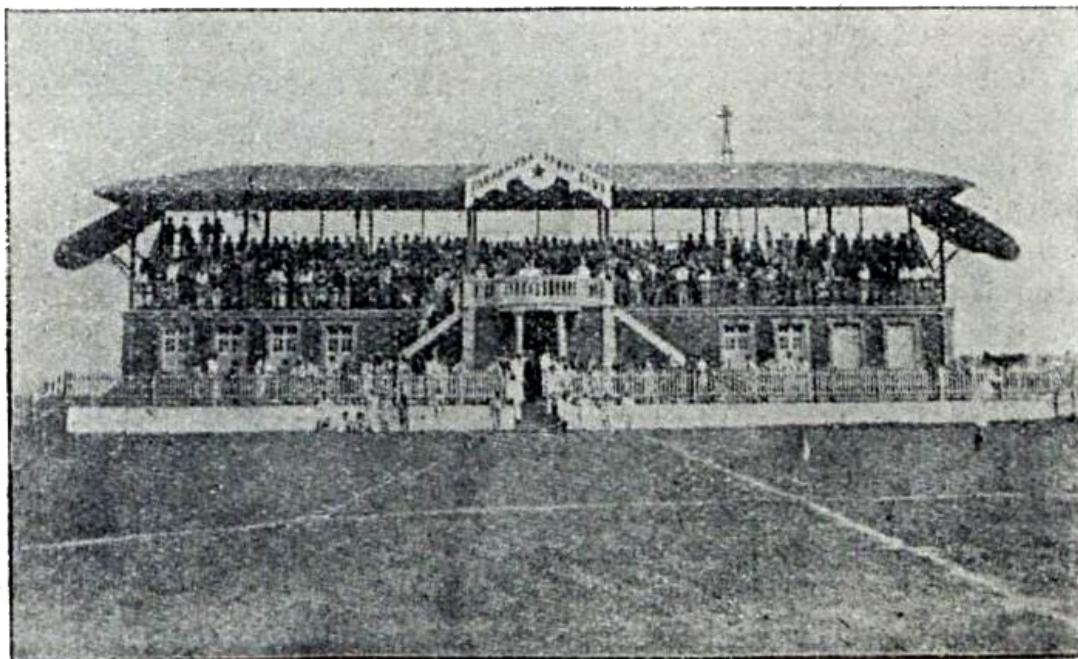
⁶⁶⁹ FRYDENBERG, Julio. Os bairros e o futebol na cidade de Buenos Aires de 1930. *Cadernos AEL*. Campinas-SP: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Vol 16, n.28, 2010, p. 188.

⁶⁷⁰ Do Maranhão. *Vida Sportiva*. Rio de Janeiro-RJ. Ano IV, n. 173. 18 de Dezembro de 1920, p. 07.

⁶⁷¹ O FAC na Parnahiba. *O Jornal*. São Luís-MA. Ano VI, n. 1814. 26 de Outubro de 1920, p. 01.

⁶⁷² FRYDENBERG, 2010, *op. cit.*, p. 188.

Figura 18: Arquibancada do Parnahyba Sport Club (1920)



Fonte: RIO DE JANEIRO. Vida Sportiva. Rio de Janeiro-RJ. Ano IV, n. 171. 04 de Dezembro de 1920, p. 14.

A imagem acima propicia uma vista sobre a dimensão parcial dos estádios à época. Em primeiro plano, se vê a Arquibancada do *International*, com cobertura e assento para os espectadores, e ao rés do chão a Geral, onde o valor mais baixo dos ingressos concentrava os trabalhadores pobres, aqueles a quem a crônica do período escuta a forma barulhenta e ruidosa de expressar sua torcida. Ademais, sua frequência aos jogos, quando sobrava algum dinheiro, animava a formação de seus times para o jogo de bola nos arrabaldes da cidade.

A popularização do futebol na cidade de Parnaíba se pode perceber nos seguintes momentos em que a) os trabalhadores do comércio passaram a compor os times; b) os pobres tiveram acesso aos jogos nas gerais; c) o esporte passou a ser praticado nos bairros que circundavam o centro da cidade, e por trabalhadores de ocupação flexível, que realizavam trabalhos esporádicos fora da rotina de tempo estabelecido em fábricas e comércios. Essa popularização pode ser percebida através da lista de times divulgada no *Almanak Laemmert* para o ano de 1921. Poucos anos depois da introdução do futebol na cidade, Parnaíba já contava sete times, a saber: *International Athletic Club*; *Parnahyba Sport Club*; *Artístico Foot-Ball Club*; *Tucuns*

Sport Club; Piauihy Sport Club; Guarany Foot-Ball Club; Corôa Foot-Ball Club”⁶⁷³. Os nomes dos times são sugestivos, pois demarcam uma territorialidade, como o “*Tucuns Sport Club*”, “*Piauihy Sport Club*”, o “*Corôa Sport Club*” e o “*Parnahyba*”; ou uma ocupação laboral, como o “*Artístico Foot-ball Club*”. Assim, percebemos que os aspectos de “classe, nação e localidade são as três formas fundamentais de relação de identidade entre torcedores e clube. Ou seja, em torno delas e dos valores que emanam se constituem as relações identitárias entre torcedor e o clube”⁶⁷⁴. Diante disso, percebemos certa similaridade entre a situação vivida na Parnaíba do início do século XX e a de São Miguel Paulista de meados do mesmo século, onde a prática do futebol nas vilas e nas ruas proporcionava certa autonomia, uma vez que “a criação de novos times por grupos informais que se organizavam para o jogo em suas vilas e ruas abria um espaço de autonomia em relação à gestão e controle da empresa e de outras instituições empresariais que procuravam influir no lazer operário”⁶⁷⁵.

Alguns suportes necessários à prática do futebol continuavam restritos aos endinheirados, como o uso do estádio, a compra das bolas de couro, os uniformes e o campo gramado. Mas nada disso impedia a realização do desporto nos bairros populares. Em outras cidades, “bolas de meia serviam de veículo para as partidas disputadas em terrenos baldios de terra, com jogadores descalços e balizas facilmente improvisadas com uma diversidade de materiais possíveis”⁶⁷⁶. Acreditamos que a irregularidade dos terrenos nos arrabaldes da cidade tenha ajudado no processo de popularização do futebol, criando várzeas e campos planos, que permitiam sua prática. João Batista de Oliveira Nascimento rememora que em Parnaíba, “a urbanização imobiliária que acabou com os campos de subúrbios, verdadeiros laboratórios de craques”. O autor cita ainda diversos campos em todos os bairros da cidade:

campo do Fabril (São Sebastião), campo do Flamenguinho (Tucuns), campo do Arsenal (Casas Populares), campo do Posto Shel (Guarita), campo da Quarenta (proximidades do Porto Salgado e centro da cidade), campo do Guarany (Curro ou Matadouro), campo do Coroa (Nossa Senhora do Carmo),

⁶⁷³ **Almanak Laemert para o ano de 1921**. 1920, pp. 3910-3911.

⁶⁷⁴ GIULIANOTTI (2002) *apud* STÉDILE, 2015, *op. cit.*, p. 55.

⁶⁷⁵ FONTES, 2008, *op. cit.*, p. 147.

⁶⁷⁶ LOPES, 2004, *op. cit.*, p. 129.

campo da Ilha (Ilha Grande de Santa Isabel), campo do Cruzeiro (em frente ao cemitério da Igualdade) e vários outros⁶⁷⁷.

Destes campos, destacamos o dos Tucuns, o da Quarenta, do Guarany e da Coroa, por estarem localizados nas regiões onde os primeiros times de futebol formados na região onde os pobres moravam, como indica o *Almanak Laemmert*, citado anteriormente.

⁶⁷⁷ NASCIMENTO, 2013, *op. cit.*, pp. 28-29.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

o progresso foi baseado principalmente no oportunismo do esforço alheio. Na energia daqueles que morejando de sol a sol numa cruenta batalha pela sobrevivência, atolados na completa ignorância em que viviam, cedo desapareceram, sem deixarem um marco sequer na caminhada empreendida pela prosperidade material da região, da qual nunca participaram⁶⁷⁸.

O trecho destacado em epígrafe é um modo de expressar a situação dos trabalhadores vareiros do rio Parnaíba, aqueles que por largo tempo garantiram, por seu trabalho, a prosperidade material dos comerciantes do lugar, e logo mais o ofício desapareceria do mundo do trabalho, em razão das mudanças introduzidas no transporte fluvial. Como eles, outros trabalhadores de penosa lida, pouco ou quase nada usufruíram das riquezas acumuladas. É também o que nossa pesquisa quis apontar em relação aos trabalhadores pobres de Parnaíba, como se viu nos capítulos aqui apresentados.

A História Social da Pobreza é um campo de investigação que permite perceber aqueles ocultos pela narrativa do progresso, estigmatizados na seção policial dos periódicos, numerados e classificados nos registros de entrada e saída dos Lazaretos e da Santa Casa, alvos potenciais da prédica moralizante da Igreja e das autoridades várias, como se viu ao longo da escrita desta dissertação sobre os pobres da cidade de Parnaíba, no fim do século XIX e no alvorecer do século XX.

Um ponto de relevo a destacar no percurso da pesquisa e na transformação dos dados recolhidos em argumento de análise, certamente se trata do aprendizado em relação às fontes de natureza vária. Os dados estatísticos, os comunicados, a escrita dos periódicos, o registro de memórias, as imagens fotográficas e outras mais contribuíram para uma “leitura a contrapelo”, como já ensinara Walter Benjamin⁶⁷⁹ e quando se pode

⁶⁷⁸ LIMA, 1987, *op. cit.*, p. 16.

⁶⁷⁹ Ver: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1985.

enxergar por entre a narrativa dominante do progresso, a rica experiência individual ou coletiva da gente simples que tentava, nas fímbrias do possível, sobreviver aos infortúnios de uma vida marcada pela penúria material.

Retirantes e flagelados das secas, expropriados de seus territórios ancestrais, negados em sua condição de trabalhadores dignos, erguiam e cobriam sua precária morada com talos e palhas de tucum, usando o lamaçal da beira-rio para erguer casas de barro batido, para onde levavam sua família e seus poucos trastes como mínima mobília. Acossados pelo cobrador de impostos, pela intendência sôfrega em punir e afastar dos olhos da “boa sociedade” seus costumes e seu modo de viver. E como pensar aqui a presença do rio Igaraçu em suas vidas, pois o mesmo rio que generosamente lhes dava o barro e a argila para fazer a morada, a água de beber e o banho de tantas brincadeiras, o peixe como alimento certo, o trabalho como vareiro, e nas enchentes periódicas recobrava suas margens tomadas. Era um deus-nos-acuda aquela vida!

Alvos constantes das epidemias, assolados pelas doenças dos pobres e pela autoridade sanitária que os queria longe, havia um limite, pois a doença maligna não podia se espalhar na direção da outra cidade. Neste caso, eram tangidos à força ao Lazareto e outros lugares muito distantes de tudo, condenados seus corpos ao isolamento social, à internação. Havia resistência; se negavam ao trato forçado da doença, suspeitavam dos efeitos da vacina e recorriam aos tratamentos e às curas aprendidos do saber guardado e repartido pelos mais velhos. Contra a vacina e outros “milagrosos” preparados de laboratório e anunciados nos Almanques, reagiam com o uso das ervas, das plantas que curam e até mesmo dos amuletos, das mandingas e da reza forte, pois o que mais havia era o mau olhado e para este, só reza! Os que sobreviviam levavam nos corpos a marca das moléstias, e muitos eram dados como incapacitados ao trabalho, quando se juntavam à legião de aleijados, cegos, indigentes e mendigos, expostos à (falta de) caridade e à repulsa.

Mas os poderosos ainda acreditavam na reforma das paixões do povo, na construção de uma pobreza ordeira e afeita ao trabalho requerido pela “infraestrutura do progresso”. Esse *milagre* seria operado pela oficina do trabalho e pela instrução. Aqui se viu, das fontes examinadas, o estado de penúria das salas apertadas em escolas, do ganho irrisório das professoras, e algumas até recorrendo ao castigo físico da palmatória

e outras modalidades corretivas. Apresentamos aqui em capítulo próprio as distintas modalidades de instrução e educação em seu esforço modelador de condutas, bem como a preparação dos corpos ao trabalho redentor e dos espíritos que se deviam afeiçoar à norma, à disciplina, ao controle. Vimos também os discursos de natureza várias, vazados quase sempre na retórica do estigma e da exclusão, quando os pobres deviam sempre ser conduzidos a uma forja onde deixariam sua pele de grosseiros, ignorantes, toscos no falar e no viver, e sempre muito precisados de adestramento e dos guias seguros, pois era preciso domesticar seus corpos e corrigir seus pensamentos.

Em determinados períodos do ano, o povo era chamado como coadjuvante das comemorações das datas magnas da nação, onde se podia aprender os hinos pátrios e neles se reconhecer. As festas dos dias santificados, mesclando rituais indígenas e africanos, foram paulatinamente cerceadas. Os batuques, bebidas e cantorias incomodavam os sensíveis ouvidos de uma burguesia que se esforçava – e muito – por mimetizar o que julgava importado dos costumes europeus, e eliminar ou afastar de suas vistas o que lhes parecia feio, sujo, rústico e destoante dos signos do que sonhavam como modernidade. Nesse processo, há que se considerar a teimosia dos pobres, pois continuaram seus cultos, burlando normas, leis e códigos que prescreviam posturas e condutas sociais uniformizadoras.

Também recuperamos das fontes a prática do futebol em Parnaíba, como parte de nosso recorte temporal, e se tornando popular entre os subalternos. Frequentaram a Geral, mas lá não se puseram como a arquitetura do estádio queria, rente ao chão, e trataram logo de formar a torcida mais ruidosa, mais barulhenta, e quem sabe, um dia, estes gritos que levavam o time do coração adiante pudessem ecoar em outras frentes e fora das quatro linhas. Aprenderam também que o futebol podia ser (e bem) uma prática do jogo de bola nos terrenos de várzea em seus bairros, e fizeram nascer seus próprios times, o que podia favorecer o nascimento da camaradagens, das solidariedades, do ser em coletivo.

Notamos também as respostas à repressão em suas formas de resistência. Onde as dificuldades surgiam, podiam emergir condições de escapar: a dissimulação, a mentira e a fuga tornavam possível a sobrevivência na cidade. O homem pobre em

Parnaíba é, então, um estranho entre as estruturas que ele mesmo ergueu como mão de obra; um construtor daquilo que era projetado para a destruição de seu modo de vida.

Não é tão recente o fato de que os filhos, netos e bisnetos daqueles que supostamente ergueram os pilares do progresso em Parnaíba se referirem àquele período como “era de ouro”. Sem atentar às lógicas internas ao desenvolvimento do capital em escala global, olham em retrospecto e enxergam um declínio da indústria, do comércio, das estruturas projetadas para a vida urbana, e traduzem a cidade como a “Parnaíba do já teve”. No percurso da pesquisa, a rede de contatos que se foi estabelecendo, as visitas e o conhecimento dos Acervos Particulares ou de Instituições Públicas contribuíram e muito para um grande aprendizado sobre as diversas narrativas do passado, sua intencionalidade, suas interdições. As traças e os cupins encontrados em muitos documentos, o descaso em vários arquivos, a dificuldade de acesso a determinados acervos privados, a recusa em compartilhar um viés da história das famílias abastadas, por certo dificultaram a caminhada da pesquisa, mas não desanimamos, e sim nos fortalecemos ante à perspectiva da História Social, animados pelo compromisso em buscar nas fontes estes silêncios ensurdecedores sobre a História da gente comum, dos simples, dos pobres, dos trabalhadores, homens, mulheres, crianças, e a legião dos mais recusados – aleijados, doentes, flagelados, retirantes, cegos, mendigos, prostitutas. Compreendemos junto de Linebaugh e Rediker que tal apagamento se deve, também, “à violência da abstração com que a história é escrita, à severidade da história que há muito tem sido cativa do Estado-nação, que em muitos estudos continua sendo moldura de análise largamente incontestada”⁶⁸⁰.

Na Parnaíba do início do século XX, a utopia da modernidade foi um desejo de poucos, os quais triunfaram no controle da narrativa do passado. Josep Fontana, realiza crítica a tal narrativa, como “uma fábula de progresso universal em termos eurocêntricos (...), que tem, como protagonistas essenciais, os grupos dominantes, políticos e econômicos das sociedades desenvolvidas considerados os atores decisivos deste tipo de progresso”⁶⁸¹.

“O povo do abismo” – para usar expressão de Jack London –, nos fins do século XIX e início do século XX, “exige tão pouco que menos que esse pouco que

⁶⁸⁰ LINEBAUGH; REDIKER, 2008, *op. cit.*, p. 15.

⁶⁸¹ FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru-SP: EDUSC, 2004, p. 439.

conseguem não é suficiente para salvá-los”⁶⁸². A cidade invisível, tão depreciada e estigmatizada pelos dominantes, se ergue nessas pequenas exigências, pelas “práticas possíveis”, pela tentativa de sobreviver, quem sabe, um dia a mais; mas é também fruto de momentos festivos e alegres, na cachaça bebida nos botecos, nas conversas que atravessavam a madrugada, nas celebrações santificadas ou mundanas, que tentamos aqui estudar. Humberto de Campos narra que o que via pelas ruas, no porto e nos bairros pobres de Parnaíba, “era o tumulto das misérias humanas, a glorificação dos atos criminosos, e uma pequena humanidade arrastada, pela pobreza ou pela mediocridade do ambiente, para as sarjetas da vida e do mundo”⁶⁸³. Nossa dissertação tentou fazer emergir estes que foram ignorados, lançados às “sarjetas da vida e do mundo”; mas que ao edificarem todas as riquezas na cidade, forjaram também a *Parnahyba dos pobres*.

⁶⁸² LONDON, 2004, *op. cit.*, p. 103.

⁶⁸³ CAMPOS, 1982, *op. cit.*, p. 305.

REFERÊNCIAS

Acervos e Sítios consultados

Acervo documental da Associação Comercial de Parnaíba (ACP), Parnaíba-PI.

Acervo documental da Santa Casa de Misericórdia, Parnaíba-PI.

Arquivo Público do Estado do Piauí (APPI), Teresina-PI.

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI.

Biblioteca da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Parnaíba-PI.

Biblioteca de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza-CE).

Biblioteca Prof. Cândido Athayde, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Parnaíba-PI.

Biblioteca Pública Municipal Senador Alberto Silva, Parnaíba-PI.

Biblioteca Rubens Freitas, Serviço Social do Comércio (SESC-Caxeiral), Parnaíba-PI.

Coordenação de Registro e Conservação da Fundação Cultural do Piauí, Teresina-PI.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Piauí (IPHAN), Teresina-PI.

Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP), Parnaíba-PI

Plebeu Gabinete de Leitura, Fortaleza-CE.

(Site) A mística do parentesco

(Site) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

(Site) *iMuseum*

(Site) Plataforma Mundos do Trabalho – Piauí.

(Site) *Internet Archive*

ALI, Manuel Said. **Versificação portuguesa**. São Paulo: Edusp, 2006.

AMAZONAS. **Jornal do Commercio**. Manaus, 1905-1920.

ARANTES, Erika Bastos. Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: AZEVEDO, Elciene *et al* (orgs.). **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

ARAÚJO, Jhonny Santana de. O Piauí no processo de Independência: contribuição para construção do império em 1823. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco. Vol 33.2, 2015.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e imaginário, um olhar historiográfico**. Teresina: EDUFPI/ Instituto Dom Barreto, 1997.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa do. **Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

ATHAYDE, Cândido de Almeida. **Histórico**: Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. Parnaíba, 1984.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba**: contribuição à história de sua navegação. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. “Administrar a precariedade: Saúde Pública e epidemias em Fortaleza (1850-1880)”. **O Público e o privado**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE. N. 13, 2009, pp.97-98.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. A vacina de Rodolfo: implicações socitotécnicas e tensões políticas envolvendo a vacina animal no Ceará (1900-1904). In: **CONACSO -**

CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: desafios da inserção em contextos contemporâneos. Vitória-ES, UFES, 2015.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2013.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de Contato no Piauí Oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. **Revista Vozes, Pretérito & Devir**. Teresina: Universidade Estadual do Piauí. Ano 01, Vol 02, n. 01, 2013.

BATALHA, Cláudio. **O Movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio; MAC CORD, Marcelo. Introdução: experiências associativas e mutualistas no Brasil. In: BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTO, Miguel da Conceição. **Vida e morte no Alentejo - Pobreza, mutualismo e provisão social**. Alentejo: 100LUZ, 2013.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da Saúde Pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; JÚNIOR, Raimundo Batista dos Santos. Formação Política. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRITO, José de Paulo. **Memórias urbanas**: uma viagem ao passado do futebol em Parnaíba, 1898-2000. Parnaíba: Circulando Comunicação Visual e Gráfica, 2013.

BURDIEU, Pierre. Comment peut-on être sportif? In: **Questions de Sociologie**. Paris, França: Minuit, 1980.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo-SP: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Vol 55, n. 01, 2003.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias Inacabadas**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1962.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias**. Rio de Janeiro: Editora Opus Ltda, 1982.

CAMPOS, Humberto de. **Reminiscências**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1954.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A piedade e a força: o trabalho forçado em obras de socorros públicos nas secas da passagem do século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 08, n. 15, 2016.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARVALHO, Aleisa de Sousa. **“Pobres infelizes” à espera de “almas caridosas”**: Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba no início do século XX (1914-1928). Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Piauí. Picos, 2016.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murillo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Marcos Antonio de. Aspectos da Modernização do espaço urbano de Parnaíba. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al. (org.) **Fragmentos históricos**: experiências de pesquisa no Piauí. Parnaíba: SIEART, 2005.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930). **Revista Scientia et Spes**. Teresina: Instituto Camilo Filho. Vol 01, n. 02, 2002.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**: a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: Fundação Municipal Monsenhor Chaves, 1996.

CASTELO BRANCO, Renato. **A Civilização do Couro**. Teresina: D.E.I.P, 1942

CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um Ita no Norte**. São Paulo: L R Editores Ltda, 1981.

CASTRO, Lara de. **“Avalanches de flagelados” no sertão cearense**: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória**: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: a separação das Igrejas e da Escola. In: PINTASSILGO, Joaquim *et al.* (orgs.). **História da Escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri/Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Escola, Reforma e Modernidade: por onde tem andado e o que tem achado a História educacional no Ceará. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (org.). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

CEARÁ. **A Ordem**. Sobral, 1928.

CEARÁ. **A Republica**. Fortaleza, 1897.

CEARÁ. **Patria**. Sobral, 1910; 1914.

CERQUEIRA, Dalva Maria Fontenele. **Entre trilhos e dormentes**: a Estrada de Ferro Central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (orgs.). **A política dos muitos - Povo, Classe e Multidão**. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHAVES, Joaquim Raimundo. **Obras Completas**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CHAVES, Joaquim Raimundo. **Teresina**: subsídios para a História do Piauí. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

CIOCCARI, Marta. Mina de jogadores: o futebol operário e a construção da “pequena honra”. **Cadernos AEL**. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Vol 16, n. 28, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (orgs). **O Livro do Centenário da Parnaíba**: Estudo Histórico, Corográfico, Estatístico e Social do município de Parnaíba. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

COSTA FILHO, Alcebíades, SILVA, Antônio Wallyson; NETO, Enos Soares da Silva. Lavoura de alimentos em área de pecuária: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**. Ano III, n. 05. Parnaíba-PI: Plataforma Mundos do Trabalho, 2017.

COSTA, Domingos de Almeida Martins. **A malária e suas modalidades clínicas**. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor Lombaerts & Comp. 1885.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Medicalização e criminalização do uso do álcool em Fortaleza (1916-1930)**. São Paulo: NEIP, 2006.

COUTROUT, Aline. Religião e política. In: REMOND. René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. 7. ed. São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Cid de Castro. **Piauí - das origens à nova Capital**. Teresina: Nova Expansão Gráfica e Editora, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**. n. 112. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGOS, Nuno. **Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

DUARTE FILHO, Gilberto Escórcio. **Porta-vozes da conquista da riqueza: o ensino comercial e a escola União Caixeiral de Parnaíba (1918-1950)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Luiz Felipe. Rio de Janeiro, 1850-1930: A Cidade e seu Carnaval. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N. 09-10, 2000.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1996.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio - O caso de Parnaíba**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

FOLGUEIRA, Manoel Rodrigues (Org.). **Album artistico commercial do Estado do Piauhy**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. Cotidiano e atuação policial em Fortaleza: entre o dever e a prática nas primeiras décadas do século XX. **Revista Trajetos**. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol 4, n. 07, 2006.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: Fundação Universidade Federal do Piauí, 1999.

FRYDENBERG, Julio. **Historia social del fútbol - del amateurismo a la profesionalización**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

FRYDENBERG, Julio. Os bairros e o futebol na cidade de Buenos Aires de 1930. **Cadernos AEL**. Campinas-SP: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Vol 16, n.28, 2010.

GANDARA, Gecinair Silvério. Cidades-beira: raízes urbanas e suas relações com o ambiente/natureza. **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Natal-RN, 2013.

GANDARA, Gecinair Silvério. **Parnaíba... Cidades-Beira**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. 2008.

GANDARA, Gecinair Silvério. Rio Parnaíba... Um cadinho de mim e a História Ambiental. **Revista Textos de História**. Brasília-DF: Universidade de Brasília. Vol 17, n. 01, 2009.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. Com a varíola, nasce a saúde pública. **História Viva**. São Paulo-SP: Ano 11, n. 134, 2014.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: Verdadeiro, Falso, Fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através Editora, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GONÇALVES, Adelaide. “Uma fábrica de Homens utilizáveis”: sobre a escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (Org.). **Em Tempo**: História, Memória, Educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1760-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HAHNER, June E. **Pobreza e política**: Os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: Editora da UnB, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de la pobreza**: Inglaterra a principios de la era industrial. México: Fondo de Cultura Económica. 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1 - aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 4. ed. Teresina: Oficina da palavra, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e Chapadões (notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro). 1912-1919.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII:** Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN, 2008.

JÚNIOR, Leôndidas Freire Silva. Mutualismo em Luta: enfrentamentos sociais dentro do associativismo operário no Meio-Norte do Brasil (1900-1922). In: **IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL - GREVES E CONFLITOS SOCIAIS.** São Paulo-SP, 2018.

JÚNIOR, Leôndidas Freire Silva. Uma consciência de classe do Sul-Global? Trabalhadores, associativismo e relações de capital e trabalho na periferia do capitalismo (1880-1922). In: **ANAIS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017:** de O capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917). Niterói-RJ, 2017.

KARASH, Mary C. **Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850.** Princeton: Princeton University Press, 1987.

KARDEC, Allan. **O Evangelho segundo o Espiritismo.** 365. ed. Araras-SP: Instituto de Difusão Espírita, 2008.

KNOX, Miridan Britto. **O Piauí na primeira metade do século XIX.** Teresina: Comepi, 1986.

LANDIN, Joseane Pereira Paes; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Caminhos da borracha: memória e patrimônio dos maníobeiros do sudeste do Piauí. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL.** Teresina, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade - Os cantos e os antros:** Campinas, 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos:** contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, Editora da UNICAMP, 2008.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**. Ciudad del México. N. 02, 1982.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEAL, Vinicius Barros. **História da medicina no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**: (Sobre a condição dos operários). 1891.

LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 12/EDUnB, 1999.

LIMA, Elys Regina de Oliveira. Impactos da modernidade: Parnaíba no início do século XX. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al. (org.) **Fragmentos históricos**: experiências de pesquisa no Piauí. Parnaíba: SIEART, 2005.

LIMA, Raimundo de Souza. **Vareiros do Rio Parnaíba & outras histórias**. Parnaíba: Fundação Cultural do Piauí, 1987.

LINDEN, Marcel Van der. Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: alguns pensamentos preliminares. **Revista Trajetos**. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol I, n. 01, 2002.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica no século XVIII. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (orgs.). **A política dos muitos - Povo, Classe e Multidão**. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LONDON, Jack. **O povo do abismo**: a fome e miséria no coração do império britânico: uma reportagem do início do século XX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe**: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Mudança Social no Nordeste**: A reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, Maria Antónia. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres. In: ARAUJO, Maria Marta Lobo, FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (orgs.). **Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)**. Porto, Portugal: CITCEM, 2010.

LOPES, Maria Antónia. **Pobreza, Assistência e Controlo Social**. Coimbra (1750-1850). 2 vols. Viseu, Portugal: Palimage Editores, 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

MAIA NETO, Vicente Moreira. **Futebol, imprensa e cidade**: O processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921-1930). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

MARANHÃO. **O Jornal**. São Luís, 1916.

MARANHÃO. **Pacotilha**. São Luís, 1905.

MARQUES, José da Guia. **O papel da Igreja na colonização do Norte do Piauí**. 1987.

MARTINS, Hévila de Lima. **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda: Varíola, poder e assistência na cidade de Fortaleza (1820-1880)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. **No Piauí, na terra dos Tremembés**. Parnaíba: Sieart, 2005.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos; MOREIRA, Aldenora Mendes. **Conhecendo a História e Geografia do Piauí**. Parnaíba: Parque da Gráfica Ferraz, 2007.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

MELO, Neuza Brito de Area Leão. **O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2012.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **ACP, 80 anos de lutas e conquistas**. 2. ed. 1997.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: Educação e Sociedade**. Parnaíba: SIEART, 2007.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. *“[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”*: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

MORAIS FILHO, Melo de. **Festas e tradições populares no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

MORATELLI, Thiago. **Operários de empreitada**: os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. **Trabalhadores e trabalhadores no fio da história das práticas e projetos educativos no Piauí (1856 - 1937)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, João Batista de Oliveira. **Parnaíba, terra do futebol**. Fortaleza: Premium, 2013.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro-RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Vol. 27, n. 53, 2014.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político. **Revista Trajetos**. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol. 3, n. 06, 2005.

NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande-PB: Universidade Federal de Campina Grande. Vol. 33, n. 2, 2013.

NEVES, Frederico de Castro; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Para uma História Social dos Sertões. In: NEVES, Frederico de Castro; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes (orgs.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

NUNES, Maria Cecília S. de A. A influência britânica em Parnaíba-PI. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Gente que vem de longe: Histórias e Memórias**. Teresina: Halley, 2006

NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e Cidades no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí: Vol I**. Teresina: FUNDAPI/Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Tinta, papel e palmatória: A escola no Ceará do século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

OLIVEIRA, Aliane Pereira de. **A casa rural no sudeste do Piauí: o Sítio Arqueológico Histórico Casa do Avô do Sr. Nivaldo**. Monografia apresentada ao Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, 2009.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobreiro no Sudeste do Piauí 1900-1960**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

PASSOS, Caio. **Cada rua - sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

PATROCÍNIO, Raimundo. **Piauí: lutas de um povo**. Teresina: Silva Gráfica & Editora, 2010.

PENNA, Belisário; NEIVA, Arthur. Viagem pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás pelos Drs. Arthur Neiva e Belisario Penna (Estudos feitos á requisição da Inspetoria de Obras contra a seca). In: Fundação Oswaldo Cruz (org.). **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, Instituto Oswaldo Cruz, 1916.

PEREIRA, José Carlos. **O encantamento da Sexta-feira Santa**: manifestações do catolicismo no folclore brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **As barricadas da saúde**: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania - Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Caridade versus Filantropia - Sentimento e Ideologia a propósito dos Terramotos na Andaluzia (1885). **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

PERROT, Michelle. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERUGA, Mónica Bolufer. Entre Historia Social e Historia Cultural: la historiografia sobre pobreza y caridad en la epoca moderna. **Historia Social**. Valencia-ESP: Fundacion Instituto de Historia Social. Ano 14, n. 43, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: Vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PIAUÍ. **A Imprensa**. Teresina, 1879; 1884.

PIAUÍ. **A Legalidade**. Teresina, 1892.

PIAUÍ. **A Semana**. Parnaíba, 1916.

PIAUÍ. **A Tribuna**. Parnaíba, 1919-1920.

PIAUÍ. **Actas da Santa Casa de Misericórdia de Parnahyba**. Santa Casa de Misericórdia da Parnaíba. Parnaíba, bienio de 1914-1916.

PIAUÍ. **Almanak da Parnahyba**. Parnaíba, 1924; 1938.

PIAUÍ. **Anuario Estatístico do Piauhys**. Secretaria de Fazenda do Piauí. Ano I. Teresina: Imprensa Official, 1926.

PIAUÍ. **Ao Sr. Inspector de ensino publico desta cidade. 02 de Fevereiro de 1906**
Oficio de Odetta Neves de Abreu ao Diretor de Instrução Publica de Parnaíba.
Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 96.

PIAUÍ. **Aula Publica de sexo feminino da cidade da Parnahyba, 27 de Janeiro de 1906**.
Oficio de Senhorinha Teixeira Mendes Avelino ao Diretor de Instrução Publica de Parnahyba.
Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 96.

PIAUÍ. **Auras do Norte**. Parnaíba, 1911.

PIAUÍ. **Comunicado enviado ao Governador da Província tratando da instalação do Lazarêto de Amarração (1884)**. Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 96.

PIAUÍ. **Conselho Municipal - Parnaíba. Oficio do Conselho de Intendencia Municipal do Estado Federado do Piauhys na cidade de Parnahiba**. N. 04, 1891.
Arquivo Público do Estado do Piauí. Caixa 351.

PIAUÍ. **Diario do Piauhys**. Teresina, 1911; 1913-1914.

PIAUÍ. **Estado do Piauhys**. Teresina, 1890.

PIAUÍ. **Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Parnahyba**. Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. Parnaíba, 1922.

PIAUÍ. **Falla com que o exm. Sr. Presidente Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva abriu a 2º sessão ordinaria da 25º legislatura da Assembleia Provincial do Piauhys**. Província do Piauhys. Teresina: Typographia da Imprensa, 1885.

PIAUÍ. **Livro de atas da Associação Comercial de Parnaíba, vol III (1931-1933).** Associação Comercial de Parnaíba.

PIAUÍ. **Livro de despachos do Corpo de Policia (1891-1906).** Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAUÍ. **Livro de Grau do rol dos culpados que praticaram crime em todo o Estado (1906-1918).** Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Exmo. Snr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar.** Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial. 1918.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Camara Legislativa Estadual pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1901.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Alvaro de Assis Osorio Mendes.** Estado do Piauí. Teresina: Typografia do “Piauhy”, 1906.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar.** Estado do Piauí. Teresina: Imprensa Official, 1917.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Snr. Dr. Euripides Clementino de Aguiar.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “O Piauhy”, 1920.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Alvaro de Assis Ozorio Mendes.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1907.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo exm. Sr. Dr. Anizio Auto de Abreu.** Estado do Piauí. Teresina: 1909.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1910.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva.** Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1911.

PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1902.

PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1903.

PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1904.

PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa. Estado do Piauí. Teresina: Typographia Paz, 1913.

PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Officinas graphicas da Liga Maritima Brasileira, 1914.

PIAUÍ. Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa. Estado do Piauí. Teresina: Typographia do “Piauhy”, 1915.

PIAUÍ. Nortista. Parnaíba, 1901.

PIAUÍ. O Apostolo. Teresina, 1907.

PIAUÍ. O Artista. Parnaíba, 1919-1920.

PIAUÍ. O Piauhy. Teresina, 1911.

PIAUÍ. O Tempo. Amarante, 1915.

PIAUÍ. Ofício nº 77, de 06/03/1888, do Capitão do Porto ao Presidente da Província. Arquivo Público do Estado do Piauí, série: Municípios, Subsérie: Parnaíba, anos: 1823, 1884.

PIAUÍ. Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. 3ºVice-Presidente Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima. Província do Piauhy. Teresina: Typographia da Imprensa, 1884.

PIAUÍ. Relatorio com que o Sr. 1º vice governador do Estado do Piauhy Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá entregou a respectiva administração ao sr. dr. Cabino Besouro. Estado do Piauí. Teresina: Typographia de Honorato Souza, 1890.

PIAUÍ. Semana. **Parnaíba**, 1910-1911.

PIAUÍ. **Série: Município; Subsérie: Parnaíba; Anos: 1820-1823-1824-1825-1826-1827-1828-1829-1920-1921-1928**. Caixa 96. Arquivo Público do Estado do Piauí.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco Editora, 1997.

PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO, Lina Celso. **Soldados de Tiradentes**: história da Polícia Militar do Piauí. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **A Cilada dos Inimigos**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas primeiras décadas do século XX. Teresina: FCMC, 2001.

PINTO, Maria de Fátima. **Os indigentes - entre a assistência e a repressão**: a outra Lisboa no 1º terço do século. Lisboa, Portugal: Editora Livros Horizonte, 1999.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. Editora da USP, 1994.

PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do passeio público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904 - 1945)**. Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PORTO, Carlos Eugenio. **Roteiros do Piauí**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

PROCACCI, Giovanna. **Gouverner la misère - la question sociale en France (1789-1848)**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníoba na economia do Piauí (1900-1920)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **As diversões civilizadas em Teresina**: 1888-1930. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz: Ética, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil, 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REBELLO, Lima. Conferencia aos operarios de Parnahyba. In: **ACP pró-Piauh**y: Campanha econômica promovida pela Associação Comercial de Parnahyba. Belém: Tipografia da livraria Gillet, 1921.

REBELO, Goethe Pires de Lima. **Tempos que não voltam mais**. Rio de Janeiro: Editora ADOIS, 1984.

RÉCLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brazil**: Geographia, Ethnographia, Estatistica. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

RÉCLUS, Elisée. Migrações, êxodo rural e problema do crescimento urbano. In: ANDRADE, Manuel Correa (Org.). **Élisée Reclus**. São Paulo Ática, 1985.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares**: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RELVAS, Eunice. **Esmola e degredo**: mendigos e vadios em Lisboa (1835-1910). Lisboa, Portugal: Editora Livros Horizonte, 2002, p. 33.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RIBEIRO, Verônica Maria Pereira; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. Manifestações folclóricas. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (Org.). **Piauí**: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

RIO DE JANEIRO. **A União**. Rio de Janeiro, 1913.

RIO DE JANEIRO. **A Voz do Trabalhador**. Rio de Janeiro, 1913.

RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemert**. Rio de Janeiro, 1918-1919; 1921.

RIO DE JANEIRO. **Annaes da Camara dos Deputados. Vol I**. Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

RIO DE JANEIRO. **Annaes da Camara dos Deputados. Vol X**. Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

RIO DE JANEIRO. **Estatística Eleitoral da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Directoria do Serviço de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, 1914.

RIO DE JANEIRO. **Estatística predial e domiciliária do Brazil**. Diretoria do Serviço de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Vol IV, 6º parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930.

RIO DE JANEIRO. **Leitura para Todos**, Rio de Janeiro, 1914.

RIO DE JANEIRO. **O Malho**. Rio de Janeiro, 1912, 1913.

RIO DE JANEIRO. **População do Brazil por Estados e Municipios, segundo os defeitos physicos, por idade, sexo e nacionalidade**. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Vol IV, 3 parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1928.

RIO DE JANEIRO. **População do Brazil por Estados, Municipios e Districtos, segundo o gráo de instrucção, por idade, sexo e nacionalidade**. Directoria do Serviço de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Vol IV, 4 parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1929.

RIO DE JANEIRO. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Vice-Almirante Manoel Ignacio Belfort Vieira**. Ministerio da Marinha. Imprensa Naval - Arsenal de Marinha: Rio de Janeiro, 1913.

RIO DE JANEIRO. **Revista da Época**. Rio de Janeiro, 1913.

RIO DE JANEIRO. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 1905.

RIO DE JANEIRO. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 1914-1916.

RIO DE JANEIRO. **Vida Sportiva**. Rio de Janeiro, 1920.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROMERO, Luis Alberto. **¿Qué hacer con los pobres? Elite y sectores populares en Santiago de Chile 1840-1895**. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. **História breve das misericórdias porguesas (1498-2000)**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Teresina: Associação Piauiense de Letras, 2001.

SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. **Cadernos de História, oficina de História**: escritos sobre saúde, doença e sociedade. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco. Ano 7, n. 07, 2010.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. ed. Academia Piauiense de Letras/Banco do Nordeste: Teresina, 2001.

SANTOS, Benjamin. **Livro do Centenário da ACP**. Parnaíba: Sieart Gráfica e Editora, 2017.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. **Alcoolismo**: a invenção de uma doença. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1995.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. Alcoolismo: algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro-RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. vol.3, n.2, 1993.

SANTOS, Giordana. Cultura popular e tradição oral na festa de São Gonçalo Beira Rio. In: **V ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**. Salvador-BA, 2009.

SANTOS, José Luiz de las Heras. La asistencia a los presos pobres de las cárceles em la Edad Moderna. In: ARAUJO, María Marta Lobo; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (orgs.). **Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)**. Porto, Portugal: CITCEM, 2010.

SANTOS, José Maurício Moreira dos; LIMA, Solimar Oliveira. Classe trabalhadora e espaço urbano: O surgimento da Vila Operária em Teresina (PI) (1928-1950). **Revista Informe Econômico**. Teresina-PI: Curso de Ciências Econômicas/Universidade Federal do Piauí. Ano 16, n 33, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde pública (1884 - 1942). **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Oswaldo Cruz. Vol.14 n.04, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra braziliense da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: Carlos Guilherme Mota (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 5. Brasília-DF: Instituto de Ciência Política/ Universidade de Brasília, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 2001.

SEVERINO FILHO. **100 anos de futebol**. Teresina: Halley, 2005.

SILVA, Camila Melo Silveira da. Pobreza, criminalidade e questões de gênero na “Cidade Verde”. **Revista Temporalidades**. Belo Horizonte-MG: Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 7, n. 2, 2015.

SILVA, Geovana. Assistência e poder: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Revista Em Debate**. Rio de Janeiro-RJ: Pontifícia Universidade Católica/RJ. N. 08, 2008.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da *belle époque***: cotidiano e pobreza (1930-1950). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros**: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008

SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso**: a Maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: NUDOC/UFC, 2007.

SILVA, Rodrigo Caetano. A historiografia piauiense acerca da escravidão no Brasil (Séculos XVIII-XIX). **Revista de História da UEG**. Anápolis-GO, Universidade Estadual de Goiás. Vol 04, n. 01, 2015.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **Companhia de aprendizes marinheiros do Piauí (1874 a 1915)**: história de uma instituição educativa. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **À luz dos valores religiosos**: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906-1973). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007.

SILVA, Samara Mendes Araújo. As órfãs sociais dos colégios das irmãs: as escolas gratuitas nos colégios confessionais católicos no século XX. **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. Cuiabá-MT, 2013.

SILVA, Selmo Nascimento da. **Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do Sindicalismo Revolucionário**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864 - 2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2004.

SOIHET, Rachel. Festa da Penha: Resistência e interpretação cultural. In: PEREIRA, Maria Clementina (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: Ensaio de História Social da Cultura.** Campinas: Editora da UNICAMP/SECULT, 2002.

SOIHET, Rachel. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. **Revista Trajetos.** Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará. Vol. 1, n. 01, 2001.

SOUZA, João Carlos de. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. **Revista Brasileira de História.** São Paulo-SP. Vol. 24, n.48, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SPERRHAKE, Renata. **O saber estatístico como dizer verdadeiro sobre a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

STÉDILE, Miguel Enrique. **Da fábrica à várzea:** clubes de futebol operário em Porto Alegre. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

THEOPHILO, Rodolpho. **História da secca do Ceará (1877-1880).** Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THIELEN, Eduardo Vilela *et al.* (Orgs). **A ciência a caminho da roça:** imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz, 1991

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro**: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Vol 2, n. 04, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). **Organizar e Proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Oswaldo Cruz. Vol. 18, sup. 01, 2011.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

WALLE, Paul. **Au Brésil**: États de Piauhy et du Maranhão. Paris: E. Guilmoto, 1912.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAHUR, Dahas Chade. **História da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro**: uma velha e nova história. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Itambé, 1979.